

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



***OS PORTUGUESES NA REGIÃO MERIDIONAL  
DE MARROCOS 1505-1541***

MOHAMED EL ATTAR

Tese orientada pelo Prof. Doutor António Dias Farinha e pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Leonor García da Cruz, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História, Especialidade História dos Descobrimentos e da Expansão.

2016



## **Agradecimentos**

Ao concluir esta dissertação, queremos aqui deixar vinculado o nosso apreço e reconhecimento a todos aqueles de quem, de alguma forma, recebemos apoio e incentivo durante o nosso percurso.

Em primeiro lugar, a nossa gratidão vai para os meus orientadores, o Excelentíssimo Professor Doutor António Dias Farinha, pela disponibilidade, interesse e encorajamento, e também para a Excelentíssima Professora Doutora Maria Leonor García da Cruz, pelas preciosas sugestões bibliográficas e correcções, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Em segundo lugar, queremos manifestar o nosso apreço ao Professor Doutor Francisco Contente Domingues, ao Professor Doutor José Horta, ao Professor Doutor João Cosme por terem contribuído para o nosso conhecimento sobre diferentes áreas de interesse, ao fomentarem a reflexão e o debate em torno de questões tão distintas quanto interessantes nos seminários de mestrado que frequentei.

O nosso agradecimento vai também para os funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Arquivo Histórico Ultramarino, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Municipal do Palácio das Galveias, da Biblioteca Municipal de Belém, da Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da Biblioteca da Universidade Mohammed V de Rabat, da Biblioteca Nacional de Marrocos.

As nossas últimas palavras de reconhecimento são dirigidas aos meus amigos e familiares mais próximos, principalmente à minha mãe Ijja , ao meu pai Belkacem, aos minhas irmãs Fátima e Sofia, aos meus irmaos Abd Ellah e Al-Houssine, pelo apoio e encorajamento que sempre revelaram e que foram determinantes para o resultado final deste trabalho.

## Resumo:

O presente estudo consiste numa análise do desenvolvimento do reino de Portugal, um reino em contínuos conflitos com Castela que passou a ser soberano e sob os desígnios dos Descobrimentos e da Expansão ultramarina a partir do primeiro quartel do século XV.

No contexto do projecto expansionista português na zona meridional de Marrocos, foram vários os intervenientes que contribuíram, de forma directa ou indirecta, no sucesso das campanhas africanas. Durante os séculos XV e XVI foi mediante a força das armas, alianças e acordos de paz e de vassalagem que o reino conseguiu ver a sua soberania estender-se aos territórios ultramarinos do Norte de África, nomeadamente, às praças da região meridional de Marrocos.

Em virtude de diversas vicissitudes, incluindo abusos também de representantes da Coroa portuguesa, reforça-se um movimento de resistência liderado pelos Xarifes do Suz e de Marraquexe, o qual levará após um prolongado período de guerra e paz à reconquista da maioria das praças portuguesas da zona meridional de Marrocos em 1541.

## Palavras-Chave:

Expansão portuguesa, Mouros de pazes, Santa Cruz do Cabo de Guer, Safim, Xarifes do Suz e de Marraquexe, Oatácidas de Fez.

## Resumé

Le présent travail d'étude consiste sur l'analyse de développement du royaume du Portugal, un royaume qui c'est tourné un payé souverain

La présente étude consiste à analyse de l'évolution du royaume du Portugal, un royaume en conflit permanent avec le royaume de Castille qui est devenu souverain et sur la vois des Découvertes et de l'expansion outre-mer à partir du premier quart du XVe siècle.

Dans le cadre du projet d'expansion portugaise dans les régions du sud du Maroc, un certain nombre d'intervenants ont contribué directement ou indirectement au succès des campagnes africaines. Au cours des XVe et XVIe siècles c'était à travers la force des armes, des alliances et des accords de paix et de vassalité que le royaume est arrivé a étendre sa souveraineté aux territoires d'outre-mer de l'Afrique du Nord, en particulier, les places de la région du sud du Maroc.

En vertu de circonstance divers, y compris l'abus aussi des représentants de la couronne portugaise, se renforce le mouvement de résistance dirigé par chérifs de Souss et de Marrakech, qui arrivera après une longue période de guerre et de la paix à la reconquête de la plupart des places portugais qui se trouve au long de la côte sud du Maroc en 1541.

Mots clés :

Expansion portugaise, Maures de paix, Santa Cruz du Cap Guer, Safim, Chérifs de Souss et de Marrakech, Wattassides de Fès.

## Índice Geral

<b>INTRODUÇÃO:</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>12</b>
<b>HANSA E PORTUGAL E EXPANSÃO PORTUGUESA EM MARROCOS:</b>	<b>12</b>
1. A Liga Hanseática, o Império e as relações entre o Oriente e o Ocidente Europeu	12
2. Orla Marítima e técnicas de navegação	18
3. A Liga Hanseática e o seu papel de intermediação comercial	22
4. Evolução nos contactos com o reino de Portugal:	24
5. Hanseáticos e Expansão portuguesa no Norte de África	33
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>38</b>
<b>MARINHA E NAVEGAÇÃO PORTUGUESA NA COSTA ATLÂNTICA MAGREBINA</b>	<b>38</b>
1. A marinha magrebina e a sua decadência	38
2. O desenvolvimento e expansão da marinha portuguesa	45
3. Navegação portuguesa para a zona meridional de Marrocos	53
4. Azamor e Safim	70

<b>CAPÍTULO III</b>	<b>75</b>
<b>CONDICIONALISMOS REGIONAIS E LOCAIS: O SUFÍSMO E A PRESENÇA PORTUGUESA EM MARROCOS</b>	<b>75</b>
1. O Sufismo em Marrocos: das origens aos inícios do século XV e no século XVI	77
2. Os xeques sufís e a presença portuguesa na Zona Meridional de Marrocos	85
3. Os xarifes e a bênção dos xeques sufís	89
4. Xequê Al-Gazwani: entre o Norte e o Sul	91
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>98</b>
<b>PORTUGAL E MARROCOS MERIDIONAL: TENSÕES E REAVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES</b>	<b>98</b>
1. Presença portuguesa na zona meridional de Marrocos	98
2. Relações portuguesas na zona de Safim	123
3. Os portugueses no Suz:	133
4. Os Xarifes e a presença portuguesa no Suz, Haha e a Duquela	139
5. Santa Cruz do Cabo de Guer e a retirada portuguesa de Safim e Azamor	156
<b>CONCLUSÕES:</b>	<b>168</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA:</b>	<b>172</b>
Fontes:	172
Estudos:	176

## **Introdução:**

A presente dissertação, intitulada “Os Portugueses na Região Meridional de Marrocos 1505-1541”, tem como objetivo a análise quer da presença portuguesa nos anos referidos, quer as origens do aparecimento dos Xarifes como novos líderes político-religiosos naquela zona meridional e a consequente reação ao domínio português e aos seus aliados, os mouros de pazes.

Durante o período de tempo considerado, foi possível a permanência efectiva dos portugueses naquela parte do território marroquino, devido a diversos factores dos quais destacamos cinco fundamentais. O primeiro, foi o factor tecnológico, fruto do desenvolvimento das ciências ligadas à cartografia, à construção naval, o qual remonta, como adiante se dirá, ao período de D. Diniz; e ao desenvolvimento dos ofícios ligados ao fabrico do material bélico, aportado pelos colonos da Liga Hanseática em Portugal. O segundo, foi o factor económico - a permanência de mercadores Hanseáticos e italianos no reino permitiu que os monarcas portugueses beneficiassem das suas experiências acumuladas no espaço europeu, a nível do comércio externo, com a proliferação de feitorias nos domínios de soberania portuguesa. O terceiro, a organização administrativa assente na adopção das ordenações régias (Afonsinas e Manuelinas) como lei geral que regia todas as instituições do vasto império, sem esquecer a eficiente arrecadação dos direitos reais, através dos oficiais da Fazenda real. O quarto, o factor político, nomeadamente, a fragmentação interna império Merínida e o reforço em Portugal do poder político régio. O quinto, foi o factor militar, em que podemos destacar o auxílio dos mouros de pazes aos portugueses, durante a instalação e a permanência destes nas praças meridionais de Marrocos.

Com a tomada de Ceuta, em 1415, os portugueses prosseguiram as suas conquistas, na direcção do Poente. D. Afonso V, cognominado o Africano pelas guerras com os mouros do Norte de África, conquistou a praça de Arzila, em 1471, e tomou a praça de Tânger<sup>1</sup>. O seu esforço foi recompensado com a assinatura de um acordo de Paz

---

<sup>1</sup> Em 1463 e 1464, três tentativas revelaram-se infrutíferas para a conquista de Tânger. A praça-forte apenas foi ocupada depois da conquista de Arzila, devido ao seu abandono pela população local, em 29 de Agosto de 1471 – *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc. Première Série - Dynastie Sa’dienne, Archives et*

e tréguas, no qual lhe foi reconhecida a soberania sobre os territórios conquistados pelo futuro rei de Fez, Mulei Xeque<sup>2</sup>.

Durante o reinado de D. João II, as relações iriam tomar outro rumo, o do fomento do comércio em toda a zona meridional de Marrocos. O Príncipe Perfeito não iria tardar em recolher os frutos da sua benévola política, com a prestação de vassalagem dos habitantes de Azamor<sup>3</sup> e a ratificação da de Safim, que se submetera a D. João II<sup>4</sup>, numa aceitação da suserania da casa real portuguesa que se estende a Meça, com D. Manuel I<sup>5</sup>.

A fluidez dos contactos pacíficos com os mouros da costa meridional de Marrocos e os avultados lucros no trato com os mesmos, levou os castelhanos a competir com os portugueses nas suas próprias zonas de influência. Conspiravam com os dignatários locais com vista à tomada das praças, cuja vassalagem era reconhecida a Portugal (como no caso de Safim), ou usavam a força de armas, através do *adelantado* das Canárias para a conquista efectiva do território sob suserania portuguesa (como se verifica com a tentativa falhada da conquista de Santa Cruz do Cabo de Guer). A resposta de D. Manuel a tais ofensas, foi que com o apoio dos mouros de pazes se tornassem parte integrante do território português, começando por Santa Cruz do Cabo de Guer (por ser cabeça do Suz) em 1505, a praça de castelo real de Mogador em 1505, a praça de Safim (cabeça da zona de Duquela) em 1507 e posteriormente as praças de Azamor e Mazagão em 1513<sup>6</sup>.

A presença portuguesa na zona meridional de Marrocos irá provocar grandes mudanças a nível económico, político e social quer na província de Suz e de Haha quer na província de Duquela e de Abda. Após um período de supremacia económica, política e militar, em que foram apoiados fielmente por duas grandes personalidades mouras, o alcaide Yahya Ben Tafuft<sup>7</sup>, que liderava as milícias dos mouros de pazes de Safim, e o

---

*Bibliothèques de Portugal*, ed. Pierre de Cénival, Tome I (Julliet 1486--- Avril 1516), Paris, Paul Geuthner, 1934, pp. XII-XIII.

<sup>2</sup> Cf. A. Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999, p. 10.

<sup>3</sup> Sobre o tratado entre D. João II e os muçulmanos de Azamor ver os Documentos I e II (em português e árabe) em - Pierre de Cénival, (ed.), *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.I, pp. 4-24.

<sup>4</sup> Sobre a ratificação do acordo com Safim por D. João II, ver Documentos III (em português e árabe) em: Pierre de Cénival, (ed.), *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.1, pp. 25-30.

<sup>5</sup> O documento data de 11 de Janeiro de 1497 - *Ibidem*, T.I, p. 31-35.

<sup>6</sup> Cf. *Ibidem*, T. I, pp. 157-158.

<sup>7</sup> Sobre esta personagem ver: David Lopes, *Textos em Aljama Portuguesa: Estudo Filológico e Histórico*, nova ed. inteiramente refundada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1940, pp. 107-210; Maria Augusta da Lima Cruz, “Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros: o caso Bentafufa”, In *Anais de História de Além-Mar*, III, 2002, pp. 39-63; Matthew T. Racine, “Service and Honor in Sixteenth-Century Portuguese

alcaide Maleque que, por sua vez, liderava as hostes dos mouros de pazes de Santa Cruz do Cabo de Guer (a actual Agadir), as praças da zona meridional de Marrocos iriam sofrer consequências drásticas, devido ao comportamento dos capitães-governadores daquelas praças, envolvidos em atividades de corso<sup>8</sup> e pilhagem. Os repetidos saques por eles efectuados contra os próprios mouros de pazes (o exemplo da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer) contribuíram para a elevação dos Xarifes a líderes militares e políticos, pelos Xeques e notáveis de Suz e de Haha, com a bênção das confrarias religiosas Sufís locais.

O aparecimento dos Xarifes dificultou a vida nas praças, quer aos portugueses, quer aos mouros de pazes, que passaram a sofrer as represálias dos mouros de guerra. O seu favorecimento dos mercadores genoveses, castelhanos e franceses levou ao desvio das rotas de comércio das praças portuguesas para os seus domínios (por exemplo, o porto de Tarcoco). O embargo económico, a nível terrestre, tornou a vida asfixiante dentro das praças, o que levou os capitães-governadores a negociar as tréguas com os Xarifes, para que estes permitissem o seu aprovisionamento.

Ao tornarem-se senhores de Marraquexe (1524), os Xarifes ganhariam um novo inimigo, o rei oatácida de Fez, com o qual as batalhas se prolongaram por treze anos, de 1524 a 1537. Durante este período de tempo, os Xarifes tiveram de lidar com três frentes, a pacificação das províncias do Sul, as batalhas com o rei de Fez no Norte, e os confrontos com os portugueses e mouros de pazes das praças da costa atlântica, principalmente Santa Cruz do Cabo de Guer e Safim.

Pretendemos com o presente trabalho de investigação, em que temos as balizas temporais entre os anos de 1505 e 1541, situar-nos cronologicamente entre 1505, o ano em que as praças meridionais de Marrocos começaram a passar para a soberania portuguesa, e 1541, data da reconquista da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer pelos Xarifes, com a consequente retirada das praças de Azamor e de Safim, responder a questões que se relacionam, de uma lado, com a participação da elite estrangeira (alemães e italianos) no desenvolvimento social, económico, marítimo e bélico do reino, de outro, com o papel dos monarcas portugueses na orientação da política de expansão ultramarina

---

*North Africa: Yahya-u-Ta'fuft and Portuguese Noble Culture, The Sixteenth Century Journal*, 32 - 1 (Spring, 2001), pp. 67-90, <http://www.jstor.org/stable/2671395>. Accessed: 14/05/2013 08:21.

<sup>8</sup> Como o refere A. Dias Farinha, as praças “serviam de base a uma importante actividade de corso feita ao serviço do rei ou dos nobres” - A. Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos...*, p. 9.

portuguesa, e, por fim, aquelas que levam à desmistificação dos mitos, nomeadamente, aqueles que se relacionam com o Xarifismo, as confrarias religiosas Sufís e a *Jihad*.

A tese está dividida em quatro capítulos. Com o primeiro, denominado “Hansa e Portugal e a Expansão Portuguesa em Marrocos”, pretendemos enfatizar a importância da Liga Hanseática no Mar do Norte, e a análise da questão da transferência de conhecimentos relativos ao comércio em rede (feitorias), e das técnicas de fabrico de material bélico que, posteriormente, seria usado nas campanhas africanas.

No segundo capítulo, intitulado “Marinha e Navegação Portuguesa na Costa Atlântica Magrebina”, iremos tratar da marinha magrebina e da sua decadência e, complementarmente, do desenvolvimento da marinha portuguesa durante os reinados de D. Dinis e de D. Fernando, assim como do papel da mesma na conquista de Ceuta, em 1415, e na posterior tomada de Safim, em 1507 e Azamor, em 1513.

No terceiro capítulo, “Condicionalismos Regionais e Locais, o Sufismo e a Presença Portuguesa em Marrocos”, pretendemos desmistificar as problemáticas relacionadas com as confrarias religiosas sufís na zona meridional de Marrocos, dar algumas notícias sobre a reacção dos Xeques sufís à presença portuguesa, analisar o relacionamento entre os Xarifes e alguns Xeques sufís, referindo, por fim, a história de alguns Xeques coetâneos à presença portuguesa (Xeque Al-Gazwani)

No quarto capítulo, “Portugal e Marrocos Meridional: Tensões e Reavaliação das Relações”, propõe-se tratar da presença portuguesa na zona meridional de Marrocos, da tomada de Safim e Santa Cruz do Cabo de Guer, do surgimento dos Xarifes, da supremacia portuguesa e da decadência das praças, com a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, e da decisão tomada pelo rei D. João III sobre a retirada ou não das praças de Azamor e de Safim.

Esta dissertação pretende ser um contributo para uma reflexão mais abrangente sobre a memória de um tempo histórico específico, o da presença portuguesa na zona meridional de Marrocos e do movimento independentista e unificador dos Xarifes do Suz e de Marraquexe, enfocada numa dupla perspectiva, a cristã e a muçulmana. A importância desse período, em estudo, apela à multidisciplinaridade. Nesse sentido, realizámos um trabalho de intensa pesquisa documental que visou aprofundar determinados pontos de reflexão no âmbito da presença portuguesa na zona meridional de

Marrocos e das relações em períodos de paz e de guerra entre os portugueses e os mouros de pazes de um lado e os Xarifes de outro, baseado-nos em fontes impressas, bibliografias e estudos de variadíssimas áreas de investigação, desde a social, religiosa, política, económica, à náutica, cartográfica e militar.

Foi possível a localização, a selecção e a consulta das fontes impressas, bibliografias e estudos (infracitados), após uma pesquisa exaustiva nos catálogos da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

As notícias que se têm alcançado acerca dos factores que tornaram possível o alargamento das fronteiras do reino português em território marroquino, “considerado legítimo porque se tratava de reconquistar um território que já havia sido cristão<sup>9</sup>”, especialmente, na sua zona meridional (objeto da nossa tese de mestrado), e do papel dos Xarifes Sádidas do Suz na unificação do território marroquino, encontram-se recolhidas em várias edições fundamentais. Refiram-se, por exemplo, as cartas enviadas, pelos funcionários da Fazenda real, pelos capitães/governadores das praças meridionais de Marrocos e pelos alcaides dos mouros de pazes de Safim e de Santa Cruz do Cabo de Guer, aos reis D. João II, D. Manuel I e D. João III<sup>10</sup>; as obras de referência, escritas por autores coetâneos ou de época próxima dos acontecimentos, como as crónicas portuguesas, de Gomes Eanes de Zurara<sup>11</sup>, de Rui de Pina<sup>12</sup>, de Garcia de Resende<sup>13</sup>, de Damião de Góis<sup>14</sup>, de Francisco de Andrade<sup>15</sup>, de um autor anónimo<sup>16</sup>; de Bernardo Rodrigues<sup>17</sup> e do Frei Luis de Sousa<sup>18</sup>; as fontes castelhanas, de Mármol Carvajal<sup>19</sup> e de

---

<sup>9</sup> António Dias Farinha, “*O Interesse pelo Norte de África*”, in *Portugal no Mundo*, coord. Luís de Albuquerque, vol.1, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 101-112.

<sup>10</sup> Compiladas em *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc* (première Série – Dynastie Sa’dienne. Archives et bibliothèque de Portugal), T. I (publié par Pierre de Cenival) T.II – P. II (publié par Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard), T. III, IV e V (publié par Robert Ricard), Paris, Paul Geuthner, 1934 – 1953.

<sup>11</sup> *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1913; *Crónica de D. Duarte de Menezes*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

<sup>12</sup> *Crónica de El-Rei D. Affonso V*, Lisboa, Escriptorio, 1902.

<sup>13</sup> *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, introd. Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

<sup>14</sup> *Chronica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Casa Francisco Coreia, 1566-1567.

<sup>15</sup> *Cronica do Muyto Alto e Muito Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João o III*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1613.

<sup>16</sup> Presumivelmente um soldado português destacado para a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*. Traduzida e anotada por Pierre de Cenival, Paris, Paul Geuthner, 1934.

<sup>17</sup> *Anais de Arzila*, dir. David Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

Diego de Torres<sup>20</sup>; as descrições geográficas de Duarte Pacheco Pereira<sup>21</sup> e de Valentim Fernandes<sup>22</sup>; das representações das praças, realizadas por Hans Staden (Santa Cruz do Cabo de Guer em 1548)<sup>23</sup>, Georgius Braunius (Ceuta, Tânger, Salé, Anafé, Azamor e Safim em 1578)<sup>24</sup> e do capitão Martinus Lambrechts (Santa Cruz do Cabo de Guer em 1740); das importantes colectâneas documentais tratadas e editadas por António Baião<sup>25</sup>, por Pedro de Azevedo<sup>26</sup>, por Pierre de Cenival, Robert Ricard e David Lopes<sup>27</sup> e por João Martins da Silva Marques<sup>28</sup>.

Complementarmente, recorreu-se a fontes marroquinas, para o estudo dos séculos XI a XIV, nomeadamente às obras de Al-Máwardi<sup>29</sup>, de Al-Murrákuxi<sup>30</sup>, de Ibn Zarh<sup>31</sup>, de Ettadili<sup>32</sup>, de Hamet Ibn Qunfud<sup>33</sup> e de Ibn Khaldoun<sup>34</sup>. No entanto, verifica-se a esterilidade desta historiografia durante os séculos XV e o início de XVI, resultado da divisão e da desorganização do território. Na última metade do século XVI reaparecem, contudo, não propriamente as obras historiográficas, mas as obras hagiográficas de Abi

---

<sup>18</sup> *Annaes de Elrei Dom João Terceiro*. Dir. Alexandre Herculano, Lisboa, Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1844.

<sup>19</sup> *Primera parte de la Descripcion general de Affrica, con todos los successos de guerras que auido entre los infieles, y el pueblo Christiano, y entre ellos mesmos desde que Mahoma inue[n]to su secta, hasta el año del señor mil y quinientos y setenta y uno*. Granada, s.n, 1573.

<sup>20</sup> *Tarikhe Xorafa*. Traduzido por Mohamed Hajji e Mohamed El-Akhdar, Salé, 1988.

<sup>21</sup> *Esmeraldo de Situ Orbis*. Ed. de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988.

<sup>22</sup> *Códice Valentim Fernandes*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.

<sup>23</sup> *Viagem ao Brasi*. Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930.

<sup>24</sup> *Civitates Orbis Terrarum*. Hogenbergius, Franciscus; Hogenbergius, Abraham; Heirat, Anton, Coloniae, Franciscus Hogenberg, 1572-1575, 2 vols.

<sup>25</sup> *Documentos do Corpo Chronológico Relativo a Marrocos (1488-1514)*. Pub. António Baião, Coimbra, Academia das Ciências, 1925.

<sup>26</sup> *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativas a Marrocos*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 195-1934, 2 vols.

<sup>27</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et bibliothèque de Portugal), T. I (pub. par Pierre de Cenival), T. II – P. 1 (pub. par David Lopes e Robert Ricard), T. II – P. 2 (pub. par Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard), T. III, IV e V (pub. par Robert Ricard), Paris, Paul Geuthner, 1934 – 1953.

<sup>28</sup> *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. pub. João Martins da Silva Marques, vol. I (1147-1460), Suplemento ao vol. I (1057-1460), e vol. III (1461-1500), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1944-1971. 3 vols. O vol. II, tomos I e II, tem o sub-título *O Algarve e os Descobrimientos*, organiz. por Alberto Iria, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956. 2ª ed. fac-similada, com uma nota introdutória por Luís de Albuquerque, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

<sup>29</sup> *Al-Ahkamo Assultania*. Bone, Imprensa Régia, 1853.

<sup>30</sup> *Al-Bayan Al-Magreb Fi Akhebari Al-Andaluçi Wa Al-Magreb*. vol. 4, Beirut, Dar Attakafa, 1983.

<sup>31</sup> *Al-Anis Al-Moutrib Fi Akhebari Molouki Al-Magrebe wa Tarikhi Madinati Fez*. Upsalia, Imprensa Académica, 1843.

<sup>32</sup> *Attachaoufo ilà Rijali Attaçoufi wa akhebaro Abi Al-Abbas Assabti*. Casablanca, Edições da Faculdade de Letras de Rabat, 1997.

<sup>33</sup> *Uns Al-Faqir Wa Izzu Al-Haqir*. Rabat, Editions Techniques Nord-Africaines, 1965.

<sup>34</sup> *Al – Mukaddima*. Anotada por Abd Ellah Mohamed Addarwix, Damasco, Dar Yaârib, 2004, 2 vols.

Al-Abbas Hamet Ibn Mohamed Al-Meknaci conhecido por Ibn Al-Kádi<sup>35</sup> e de Mohamed Ibn Askar Al-Hasani Exefxaoni<sup>36</sup>, assim como obras de referência, que podemos denominar de crónicas, como se verifica com a de um autor anónimo<sup>37</sup> e a de Abi Fáris Abd Al-Azize El-Fechtali<sup>38</sup>. É nelas que se podem colher algumas notícias com que se desenham as linhas gerais do movimento político, social e religioso durante o período considerado. Foi principalmente, com esses materiais, referentes a vidas de santos que viveram nos séculos XV e XVI, e as crónicas da dinastia Sádida que os historiadores marroquinos da época moderna fizeram a história de um período tão conturbado e obscuro, nesse sentido referimos Mohamed El-Seghir Al-Ifrani<sup>39</sup> e Ahmed Ibn Khalid Al-Naciri<sup>40</sup>. Outra fonte, consistiu na obra de Leão o Africano ou Hassan Al-Wazzan<sup>41</sup>, escrita em Roma por volta de 1526 e traduzida do árabe para latim no ano de 1550 por Giovanni Battista Ramúcio<sup>42</sup>, como resultado das suas observações visuais diretas, realizadas durante o primeiro quartel do século XVI, no reino de Fez e de Marraquexe.

Entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, o tema relacionado com a história da presença portuguesa em Marrocos foi abordado por alguns ilustres historiadores. Neste sentido destacaremos, de forma cronológica, os valiosos trabalhos realizados por Pierre de Cenival e Robert Ricard<sup>43</sup>, David Lopes<sup>44</sup>, Durval Pires de Limal<sup>45</sup> e Joaquim Figanier<sup>46</sup>. Da segunda metade do século XX até aos nossos dias

---

<sup>35</sup> *Durratu Al-Hijal fi Asma 'i Ar-rijal*. Anotado por Mohamed Al-Ahmadi Abu An-nur, Cairo, Dar Aturat e Al-Maktaba Al-Atfka de Tunis, s.d.

<sup>36</sup> *Daohatu Ennaxiri Liman Kan Bi Al-Magribi Min Maxeique Al-Karni al-Axir*. Anotado por Moahmed Hajji, Rabat, Edições Dar Al-Magrib, 1977.

<sup>37</sup> *Tárikh Ad-dawla As-saadia At-tagumaddartia*. Anotada por Abd Er-rahim Ben Hadda, Marraquexe, Oyuno Al-Makálat, 1994.

<sup>38</sup> *Manáhilu Assafá Fi Maátiri Mawalína Ax-xurafa*. Anotado por Abd El-Karim Karim, Rabat, Ministério dos Assuntos Islâmicos e da Cultura, s.d.

<sup>39</sup> *Nozhat Alhádi Fi Akhbar Muluki Al Karni El-Hadi*. Ed. do texto árabe, introdução, notas e apêndice por O. Houdas, Paris, Ernest Leroux, 1888.

<sup>40</sup> *Al-Istiqa Li Akhbari Doali Al-Magrebi Al-Akçá*. Casablanca, (s.n), 1956, 7 vols.

<sup>41</sup> *Wasf Ifrikiya*. Traduzido para a língua árabe por Mohamed Hajji e Mohamed El Akhder, Beirute, Dar Al-Gharbe Al-Islámi, 1983.

<sup>42</sup> *Della Navigazione et Viaggi Nel Qual Se Contiene La Decrittione Dell'Africa, Et Del Paese Del Preste Janni, Con Varii Viaggi, Dal Mar Rosso A Calicut, Et Insin All'Isole Molucche, Dove Nascono Le Spetierie, Et La Navigazione Attorno Il Mondo*, Venezia, Gil Heredi di Lucantonio Giunti, 1550.

<sup>43</sup> Os quais, juntamente com David Lopes, foram uns dos responsáveis pela publicação de: *Les Sources Inédites de L'Histoire Du Maroc* (acima referida). Robert Ricard é ainda autor de *Études Sur l'Histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955.

<sup>44</sup> *História de Arzila Durante o Domínio Português (1471-1550 e 1577-1589)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925; *Textos em Aljama Portuguesa: Estudo filológico e histórico*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1940; *Les Portugais au Maroc*, separata de *Revue d'Histoire Moderne*, T. XIV (Nouv. Ser. T. VIII) Nº 39, Paris, Librairie Félix Alcan, Aout- Sept 1939; *Portugal Contra os Mouros*, Lisboa, Livraria Profissional, s.d.

<sup>45</sup> *História da Dominação Portuguesa em Safim 1506-1542*. Lisboa, s.n, 1930.

<sup>46</sup> *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

outros eruditos historiadores (nacionais e estrangeiros) e esforçados investigadores, de diversas áreas, trataram desta mesma temática. Assim, no que respeita à área que trata da história da economia do reino, recorreremos de forma reflectida aos trabalhos de Vitorino Magalhães Godinhos<sup>47</sup>, de Philippe Dollinger<sup>48</sup> e de A. H de Oliveira Marques<sup>49</sup>. No que se refere à náutica, à cartografia e à marinha portuguesa baseámo-nos nas obras do ilustre geógrafo Ernesto de Vasconcelos<sup>50</sup>, de Armando Cortesão<sup>51</sup>, de Avelino Teixeira da Mota<sup>52</sup>, de Luís de Albuquerque<sup>53</sup> e de Francisco Contente Domingues<sup>54</sup>. Para tratar da história do sufismo e do cristianismo na região Meridional de Marrocos, além das fontes previamente citadas, recorreremos às obras de Visconde de Paiva<sup>55</sup>, de Alfred Bel<sup>56</sup>, de Louis Massignon<sup>57</sup>, de Padre António Brásio<sup>58</sup>, de William Stoddart<sup>59</sup> e aos estudos de António Dias Farinha<sup>60</sup> e de Edite Maria da Conceição Martins Alberto<sup>61</sup>. No que toca os campos da administração régia nas praças Meridionais de Marrocos, da política (quer aquela seguida pelo reino de Portugal, quer a dos Reinos de Fez e de Marrocos), e da área

---

<sup>47</sup> *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2.<sup>a</sup> ed. [correcta e ampliada], Lisboa, Editora Presença, vol. III, 1991.

<sup>48</sup> *La Hanse (XII-XVII)*. Paris, Édition Aubier, 1988

<sup>49</sup> "Notas sobre a feitoria portuguesa na Flandres", in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Vega, 1980; *Hansa e Portugal na Idade Média*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Presença, 1993.

<sup>50</sup> *Subsídios para a História da Cartografia portuguesa nos séculos XVI, XVII, XVIII*. Lisboa, Tipografia Universal, 1916.

<sup>51</sup> *Cartografia e Carógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*. vol.I, Lisboa, Seara Nova, 1935.

<sup>52</sup> "Influence de la Cartographie Portugaise sur la Cartographie Européenne à l'Époque des Découvertes", in *Actes Du Cinquième Colloque International d'Histoire Maritime*, Paris, S.E.V.P.E.N. s.d.

<sup>53</sup> *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. 4.<sup>a</sup> ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1989.

<sup>54</sup> *Os Navios no Oceano: teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004; *Navios portugueses do século XV e XVI*. Vila Do Conde, Câmara Municipal de Vila Do Conde, 2007; *La cartografía portuguesa en la transición del siglo XV al XVI: el planisferio anónimo de 1502*, in *Cartografía Medieval Hispánica: Imagen de Un Mundo En Construcción*. Ed. Mariano Cuesta Domingo y Alfredo Surroca Carrascosa, Madrid, Real Sociedad Geográfica, 2009; com Jorge Semedo de Matos, *A Guerra Naval no Norte de África (Século XV – XIX)*; com Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003

<sup>55</sup> *História Ecclesiastica Ultramarina*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

<sup>56</sup> *La Religion Musulmane en Berbérie: Exquisse d'Histoire et de Sociologie religieuse, Tome I, Etablissement et développement de l'Islam em Berberie du VII au XX siècle*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1938.

<sup>57</sup> *Annuaire du Monde Musulman: Statistique, Historique, Social et Économique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1955.

<sup>58</sup> *A Acção Missionários no Período Henriquino*. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenários da Morte do Infante D. Henrique, 1958.

<sup>59</sup> *O Sufismo: Doutrina Metafísica e Via Espiritual no Islão*, Lisboa, Edições 70, 1980. Trad. Iva Vicente Flores; ed. orig.: Sufism – The mystical doctrines and Methods of Islam, 1976.

<sup>60</sup> "O Sufismo e a islamização da África subsariana", in *Actas do colóquio internacional*, Maia, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2003.

<sup>61</sup> *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, 2010, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13440>,

militar, recorreremos igualmente aos trabalhos de Oflia Rodrigues Fontura<sup>62</sup>, de Maria Augusta Lima Cruz Fagundes<sup>63</sup>, de Abd El-Hadi Tazi<sup>64</sup>, de António Dias Farinha<sup>65</sup> de Maria Leonor García da Cruz<sup>66</sup>, de Susana Münch Miranda<sup>67</sup>, de João Cosme<sup>68</sup>, de Mohammed Nadir<sup>69</sup>, de João de Figueirôa-Rêgo<sup>70</sup>, de Jorge Correia<sup>71</sup>, de Mário Júlio de Almeida Costa<sup>72</sup>, de Edda Isabella Frankot<sup>73</sup>, e de Tiago Machado de Castro<sup>74</sup>.

Para além das obras, acima referidos, iremos mencionar outras fontes impressas, bibliografias, e trabalhos de investigação no decorrer desta dissertação de Mestrado.

---

<sup>62</sup> *Portugal em Marrocos na Época de D. João III: Abandono ou Permanência*. Dissertação de licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966, Lisboa, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/ Centro de Estudos da História do Atlântico, 1998

<sup>63</sup> “*Documentos Inéditos para a História dos portugueses em Azamor*”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, Fundação Gulbenkian, 1979; “Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros – Caso de BENTAFUFA”, In *Anais de História de Além-Mar*, 2002, vol. III.

<sup>64</sup> *Histoire Diplomatique du Maroc*, Mohammedia, Imprimerie Fedala, 1988

<sup>65</sup> *Portugal e Marrocos no Século XV*. Dissertação de Doutoramento em História pela Universidade de Lisboa, 1990, 3 vols; *Crónica de Almançor: Sultão de Marrocos (1578-1603)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997; *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970; “O Interesse pelo Norte de África”, in *Portugal no Mundo*, coord. Luís de Albuquerque, vol.1, Lisboa, Publicações Alfa, 1989

<sup>66</sup> *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no Século de Quinhentos*. Dissertação de Mestrado em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988, 2 vols; “As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África”. Separata de *Mare Liberum*, Lisboa, 1998; *A Governação de D. João III, a Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001; “*Tavira no Processo de Abandono de Praças Portuguesas do Norte de África no Século XVI: abertura de um estudo*”, in *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*, Coord. Daniel Santana e Marco Lopes, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2006.

<sup>67</sup> *A Fazenda Real na Ilha da Madeira (segunda metade do século XVI)*, Funchal, CHA, 1994.

<sup>68</sup> *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2004.

<sup>69</sup> *Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir) e a região de Suz Presença Portuguesa (1505-1541)*. Dissertação em História da Expansão Portuguesa, Universidade de Coimbra, 2004.

<sup>70</sup> *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matriculas de Moradores da casa real (XVI-XVIII)*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007.

<sup>71</sup> *Structures marchandes du début du XVIème siècle en Afrique du Nord la ville portugaise de Safim*, Centro de História de Além-mar/ Departamento Autónomo de Arquitectura, Universidade do Minho, 2007, pp. 3-4, disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8341/3/Communication\\_JCorreia.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8341/3/Communication_JCorreia.pdf).

<sup>72</sup> *História do Direito Português*, Lisboa, Almedina, 2011.

<sup>73</sup> *Medieval Maritime Law its Practice in the Town of Northern Europe: a Comparison by the example of Shipwreck, Jettison and Collision*. Doutoramento em Filosofia, Universidade Aberden, 2004, disponível em [http://lib.haifa.ac.il/electronictexts/0014\\_5353\\_6.pdf](http://lib.haifa.ac.il/electronictexts/0014_5353_6.pdf).

<sup>74</sup> *Bombardeiros na Índia*. Dissertação de Mestrado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

## Capítulo I

### Hansa e Portugal e expansão portuguesa em Marrocos:

#### 1. A Liga Hanseática, o Império e as relações entre o Oriente e o Ocidente Europeu

Num espaço Europeu, que se estendia desde a Noruega no Norte, à Sicília no Sul, e desde Portugal no Oeste à Polónia a Leste, partilha-se o mesmo credo religioso, cultural e político, cuja unidade profunda não escapa aos homens dos séculos XIV e XV, que falavam da Cristandade, da Latinidade, da Europa e do Ocidente<sup>75</sup>. É neste contexto, que iremos tratar, ao longo do presente capítulo, do surgimento da Liga Hanseática, da sua expansão, apogeu e decadência, analisando os contactos efectuados entre os mercadores portugueses e os mercadores hanseáticos, primeiro na Flandres, e posteriormente, em Portugal, com a sua instalação no reino, devido à acção régia.

A extensa actividade comercial, encabeçada pelos mercadores alemães deu lugar à fundação de uma associação de mercadores, que viria a chamar-se Liga Hanseática ou Hansa, cujos objectivos se resumiam na defesa dos interesses dos mercadores no estrangeiro, e na expansão do seu comércio, segundo salientou Philippe Dollinger<sup>76</sup>.

A estabilidade política do Império Germânico permitiu que se criasse uma aliança, de mútuo interesse, entre a Liga Hanseática e a Ordem Teutónica. A intensa actividade mercantil dos mercadores germânicos no espaço Norte Europeu foi o principal factor que levou ao crescimento e à expansão comercial e territorial da Liga Hanseática. Portanto, é no seio do império germânico, que iriam ser criados os organismos com que a Liga Hanseática vai, posteriormente, controlar económico - administrativamente as possessões

---

<sup>75</sup> Bernard Guenée, *L'Occident aux XIV et XV siècles. Les États*, Paris, Presses Universitaires de France, 1987, p. 60.

<sup>76</sup> Philippe Dollinger, *La Hanse (XII-XVII)*, Paris, Édition Aubier, 1988, p. 7.

que se situam fora do seu espaço territorial. Assim, a Liga Hanseática deu início a uma nova realidade, a do controlo à distância dos portos situados no Mar do Norte e no Báltico, através dos seus próprios súbditos aí residentes.

A Ordem Teotónica (que foi criada em Jerusalém no ano de 1128, por um peregrino alemão para tratar dos doentes da sua terra), conseguiu, desde o regresso à Europa, crescer e evoluir, auxiliando militarmente nobres, príncipes e reis. Seguindo o exemplo da Ordem dos Templários e o da Ordem de Malta, também se tornou numa ordem exclusivamente militar.<sup>77</sup>

Encontramos o seu primeiro grande Mestre, Henri de Waldpot de Bassenheim, em Saint Jean D'Arce, no cerco de 1190, em que o rei, Guy de Lusignan, armou quarenta cavaleiros. Durante o século XIII, precisamente no ano de 1211, para prevenir qualquer avanço dos tártaros, o rei da Hungria solicitou a ajuda dos cavaleiros da Ordem Teutónica, os quais de imediato montaram uma linha defensiva constituída por numerosas fortalezas. Posteriormente, o duque polaco, Conde de Masovia, incapaz de pôr ordem nos seus domínios, invocou a assistência dos cavaleiros Teutões, propondo-lhes que guardassem, em plena suserania, todos os territórios que conseguissem conquistar, em troca de ajuda para combater as populações idólatras da Prússia e convertê-las ao Cristianismo. Foi assim que a Ordem Teutónica encontrou uma base de ação na Europa Central nos começos de 1230.

Junto a essas fortalezas, alguns colonos constituíram aldeias, algumas das quais transformaram-se posteriormente em vilas e, mesmo, em cidades, como são exemplo Thorn (1231), Kulm (1232), Marien Werder (1233) ou Elbing (1237). Todas se encontravam sob o controlo da Ordem, que instaurou um verdadeiro estado teutónico, que abrangia a Pomerânia oriental, a Prússia, Lituânia, Letónia e o sul da atual Estónia, numa superfície que tinha 1000 km de extensão e cuja capital era Marienberg, cidade de comércio e grande quartel da Ordem<sup>78</sup>.

Ao nível da organização administrativa, a Ordem era administrada por um Grão-Mestre, que deveria ser eleito por treze eleitores, oito cavaleiros laicos combatentes, quatro irmãos laicos soldados ou administrativos e um padre. O Grão-Mestre governava

---

<sup>77</sup> Pierre Gaxotte, *Histoire de l'Allemagne*, Paris, Flammarion, 1975, pp. 60-61.

<sup>78</sup> Cf., para todos estes elementos Philippe Dollinger, *The German Hansa*, Bristol, Macmillan and Co Ltd, 1970, pp 30-35.

de uma forma “democrática”, sendo assistido por um conselho e por cinco comendadores, o marechal, o grande comendador, o grande hospitaleiro, intendente e por fim o grande mestre. Em relação à administração do território, cabia a três mestres provinciais governar as regiões da Alemanha, da Prússia e da Levónia e os territórios do Norte, sendo cada uma das zonas dividida em comandarias<sup>79</sup>.

A obediência e o respeito às regras rigorosas da Ordem, às leis de Lubeque, a circulação de uma moeda única e a estabilidade neste imenso território, favoreceram o fomento do comércio. Tudo isso explica o quão importante era a aliança, que a Liga Hanseática selou com os cavaleiros da Ordem Teutónica.

Com a decadência do Império Germânico, a Liga Hanseática, aliada aos cavaleiros teutónicos, assumiu o papel de uma potência económico-bélica. No vasto território sob a sua influência, a região da Flandres tornou-se o local de troca dos produtos vindos do Ocidente e do Oriente Europeu. Neste intercâmbio de mercadorias, foram os mercadores e capitães de embarcações hanseáticas que mais lucraram com o trato.

De facto, tendo Lubeque como capital, a Liga Hanseática tinha como objectivo proteger os seus mercadores. Fortes e bem organizados, admitiam ser vassalos dos imperadores germano-romanos que se seguiram ao grande interregno, que se estendeu de 1250, data do falecimento de Frederico II, até 1272, data da eleição de Rodolfo de Habsburgo.

A ausência de uma autoridade imperial durante aquele período de tempo, levou a que se criasse, em torno de Lubeque, uma liga urbana que compreendia cidades como Rostock, Stralsund, Sterttin, incluindo, também, cidades do interior. Conjunto que iria negociar de igual para igual com estados como a Flandres ou a Noruega<sup>80</sup>.

Durante o século XIII, tinham surgido as famílias de Habsburgo, de Przemysliden, de Wittelsbacher e de Luxemburgo, as quais, pelo seu poderio e influência, almejavam tomar conta do Império. Por terem um objectivo comum, chegaram a fortalecer os seus

---

<sup>79</sup> François-G Dreyfus, *Histoire des Allemagnes*, Paris, librairie Armand Colin, 1970, pp 60-63.

<sup>80</sup> Idem, *ibidem*, p. 63.

laços através de casamentos entre os seus membros, pretendendo-se assim garantir que o poder nunca saísse da influência daquelas famílias<sup>81</sup>.

Após a morte do rei Richard em 1272, os eleitores da Dieta, que se tinha reunido em Frankfurt, em Setembro desse mesmo ano, escolheram Rodolfo de Habsburgo como Imperador. Com Rodolfo no poder, acabaram-se as aspirações, para a constituição de um império universal, convertendo-o essencialmente num reino alemão. A família dos Habsburgo manteve-se no poder até à entronização de Carlos IV, da casa de Luxemburgo, o qual foi nomeado para o trono imperial em 1347. Este, para legitimar e reforçar a sua posição como imperador, casou-se, sucessivamente com Branca de Valois, de França, com Ana de Wittelsbach, da Renânia, com Anna de Schweidnitz e com Elisabeth da Pomerânia<sup>82</sup>. Estas alianças permitiram a Carlos IV dominar um vasto império, o qual compreendia a Boémia, (que abarcava Praga, Silésia, Brandeburgo) e a Pomerânia, conjunto considerável entre o Elbe e o Oder. De Viana ao Báltico, este império gravitava em torno de Praga, a capital, na qual foi fundada a primeira universidade alemã.

Em 1411, Sigismundo foi nomeado Imperador. O seu interesse pelos domínios da Hungria e a ameaça dos turcos otomanos limitaram o seu plano de acção. De facto, depois de uma tentativa de reformas falhada por parte de D. Carlos IV, assistimos a um declínio acelerado do poder imperial, que duraria até 1438<sup>83</sup>.

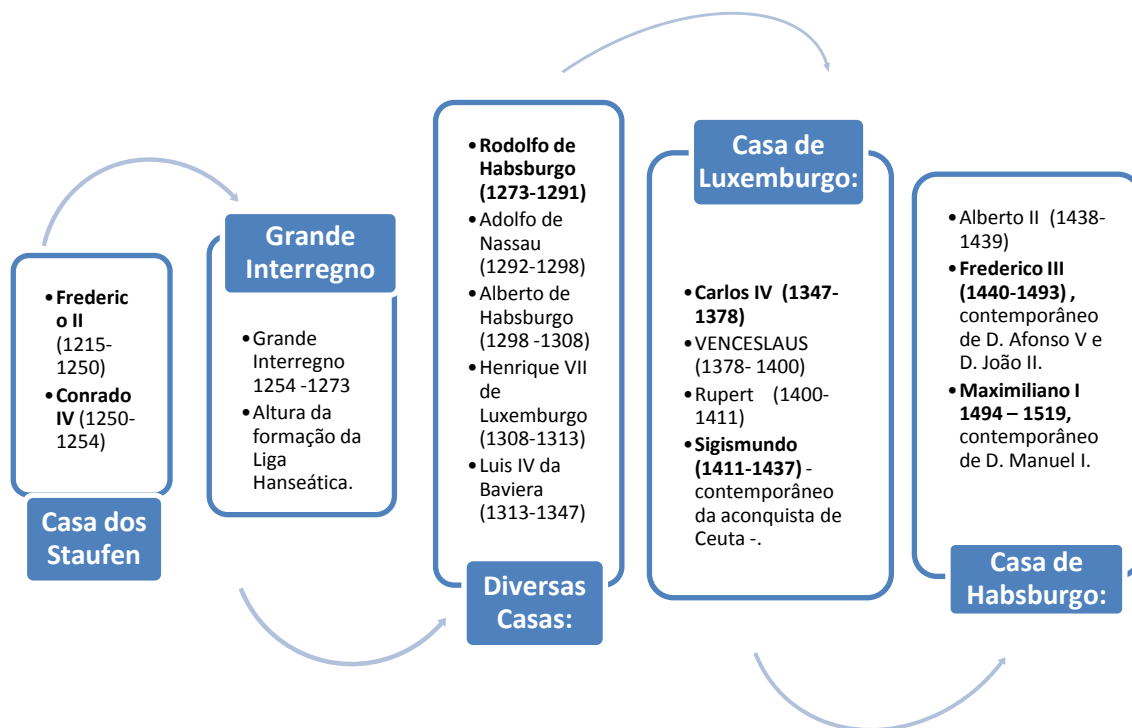
Na (Fig. 1), vêm destacados os nomes dos imperadores que mais influências tiveram no império.

---

<sup>81</sup> Herausgegeben von Heinrich Pleticha, *Deutsche Geschichte*, Band.4, Gutersloh, Lexikothek, 1982- 1987, pp. 170-171.

<sup>82</sup> François-G Dreyfus, *op.cit.*, p. 227.

<sup>83</sup> Pierre Gaxotte, *op.cit.*, p. 59.



**Fig. 1 - Os soberanos alemães do Santo Império Romano - Germânico<sup>84</sup>.**

Existem dúvidas quanto ao número exacto de cidades que formavam a Liga Hanseática, avançando alguns historiadores contemporâneos, com o número de 70<sup>85</sup>, e defendendo, outros, que, em épocas mais prósperas se estimariam, pelo menos, 200 cidades<sup>86</sup>.

A Liga Hanseática é geralmente definida como uma confederação de cidades que dispunha de feitorias fora dos seus domínios territoriais, tais como em Novogrod, Londres, Bergen e Bruges. Quando alguma delas recusava a sua mediação, a Liga Hanseática transferia as suas rotas de comércio para outra<sup>87</sup>. Esta organização propiciou a formação de uma burguesia alemã que contribuiu para fazer do Báltico um mar dominado pelas comunidades dessa “nação”, cujo papel se prolongou para lá do período medievo: “Vimos a prova, quando repartimos a classe social da maioria dos portos do Báltico, por

<sup>84</sup> François-G Dreyfus, *op.cit.*, p. 468.

<sup>85</sup> Marie-Thérèse, Boyer-Xambeu, Chislain Delaplace, Lucien Gillard, *Monnaie Privée et Pouvoir des Princes: L'économie des relations monétaires à la Renaissance*, Paris, Édition du Centre National de Recherche Scientifique, s.d, pp. 56-58.

<sup>86</sup> Herausgegeben von Heinrich Pleticha, *op.cit.*, p. 129.

<sup>87</sup> Pierre Gaxotte, *op.cit.*, p. 226.

exemplo, em Rival, na classe superior, os alemães representavam 18%, na classe média, representavam 22% e na classe baixa, representavam 2%”<sup>88</sup>.

A nível urbano, cada uma das cidades procurava a sua autonomia, com um conselho de burgueses, dirigidos pelo Burgermaster, que geria a cidade, embora sob a dependência de um senhor, príncipe ou bispo, que detinha a sua suserania. Entre 1340 e 1350, a peste negra interrompe este processo de desenvolvimento, quer pelo impacto demográfico, quer mesmo moral da epidemia<sup>89</sup>. A retoma da economia alemã foi, contudo, reativamenet rápida e a sociedade evoluiu como o testemunha a fundação de Universidades de Praga (1348), Viena (1365), Heidelberg (1386) e Colónia (1388).

O crescimento económico estava na origem do aparecimento de duas grandes famílias dedicadas ao comércio, a dos Welser, que trabalhava como grossista, e a dos Fugger. Foram consideradas as primeiras grandes famílias capitalistas do mundo, tendo sido os empréstimos por eles feitos que permitiram a eleição de Carlos V como imperador, contra o seu concorrente Francisco I da França

Esta comunhão comercial tinha o poder suficiente para enfrentar os príncipes e deles conseguir a concessão de seguros, isenções de impostos, ou privilégios de exportação ou importação. O estabelecimento de relações comerciais entre o Ocidente e o Oriente, o Norte e o Sul, permitia a exportação de produtos, como, por exemplo, a cerveja de Hamburgo, recebendo em troca, bens como o mel e a cera da Rússia, ou madeira, ferro, cobre, peles, manteiga, peixe salgado e seco - cujos locais de destino eram as feitorias de Bergen (Noruega) e de Londres (Inglaterra) – ou os tecidos da Flandres, as especiarias e todos os produtos do Mediterrâneo, vinho de Bordéus, sal de França e de Portugal, que chegavam a Bruges, donde se assegurava a sua redistribuição. Um registo de taxas, que data de 1368, indica que 680 navios tinham ligações a Lubeque.

Durante o século XV, o avanço dos Descobrimentos e a Expansão portuguesa ao longo da costa africana (novos mercados, novas feitorias), e a perda da feitoria de Novgorod por parte da Liga Hanseática em 1471<sup>90</sup>, levaram à diminuição do número de dietas, as quais passaram de 27 entre os anos de 1356 e 1400 a 12 entre 1400 e 1440, chegando a 7 dietas entre os anos de 1440 e 1480, fazendo um total de 46 dietas – veja-se

---

<sup>88</sup> François-G Dreyfus, *op.cit.*, p. 64.

<sup>89</sup> Philippe Dollinger, *The German Hansa.....*, pp 59-61.

<sup>90</sup> Marie-Thérèse boyer-Xambeu, Chislain Delaplace, Marie-Lucien Gillard, *op.cit.*, P 56.

o Quadro 1- número de dietas inferior ao que veio referido por Philippe Dollinger, em que informa, sobre a realização de 72 dietas. Entre 1356 e 1480, teriam sido realizadas 54 dietas em Lubeque, 10 em Stralsund, 3 em Hamburgo, 2 em Bremen, 1 em Cologne, Lunebourg e Greifswald<sup>91</sup>. Consulte-se também o Quadro 2 - As dietas acabaram por se realizar por toda a parte com predominância de Lubeque.

Anos.	1356 e 1400	1400 e 1440	1440 e 1480
Número de reuniões.	27	12	7

**Quadro 1** - O número de dietas realizadas entre 1356 e 1480<sup>92</sup>.

local	Lubeque	Stralsund	Hamburgo	Bremen	Colónia	Luneburgo	Greifswald
Número de dietas.	54	3	3	2	1	1	1

**Quadro 2** - o número e o local da realização das dietas entre 1356 e 1480<sup>93</sup>.

## 2. Orla Marítima e técnicas de navegação

É da Renânia, em particular, de Colónia, do sudoeste e das cidades da Vestefália, que iriam partir os empreendedores e mercadores, que procuravam a colonização comercial. A fachada marítima de Alemanha, até então limitada ao Mar do Norte, estende-se ao mar Báltico, e Lubeque, o seu primeiro porto alemão recebe de Henrique, o Leão, diversos privilégios<sup>94</sup>. Aspecto que remete para a importância dos mercadores germânicos, na sua experiência, conhecimento e ordem, qualidades que conferiram às empresas hanseáticas uma superioridade incomparável, sobre as dos seus rivais escandinavos.

Antes da fundação de Lubeque, os mares setentrionais, eram navegados por dois tipos de embarcações diferentes, a barca (a remo e vela) dos vikings, e a nave ocidental

<sup>91</sup> Philippe Dollinger, *La Hanse (XII-XVII)...*, p. 119.

<sup>92</sup> François-G Dreyfus, *op.cit.*, p. 64.

<sup>93</sup> Philippe Dollinger, *La Hanse (XII-XVII)...*, pp. 118-119.

<sup>94</sup> Pierre Gaxotte, *op.cit.*, p 8.

de vela arredondada, mais curta, mais larga e mais lenta. Estes dois navios tinham pouca capacidade de carga, que não ultrapassava os quinze *last*<sup>95</sup> (30 toneladas). Como é evidente, a necessidade de expandir a sua florescente economia levaria, já no século XII, ao aparecimento de uma nova embarcação, a que se deu o nome de *kogge*<sup>96</sup>. Durante o século XIII, a “coca”, ou “coge”, tradução portuguesa do vocábulo germânico “*kogge*” ou “*koggen*”, era o navio dominante no Norte da Europa. Com um mastro vertical, vela quadrangular, cesto de gávea redondo e relativamente baixo, roda de proa e roda de popa simétricas<sup>97</sup>, tendo ganha posteriormente um novo elemento, pois o leme substituiu a barra lateral<sup>98</sup>. A coca passou a ser o navio hanseático por excelência.

No século XIV surge, como evolução da coca, a urca ou ulca, termos aportuguesados do termo alemão “*hulk*” ou “*holk*”, que, traduzido para o francês, deu “*halop*” ou “*holoc*”<sup>99</sup>. Com origem no Báltico, sendo originalmente um navio de modestas dimensões, que foi evoluindo, chegando a transportar trezentas toneladas de carga e ultrapassando, assim, a capacidade da *kogge*<sup>100</sup>.

A nível do desenvolvimento tecnológico, as embarcações foram sempre sujeitas a renovação para serem capazes de resistir a todas as provas (transporte de carga e a distâncias percorridas) de maior amplitude<sup>101</sup>. No século seguinte, surge um novo navio, a que se deu o nome de caravela<sup>102</sup>, que se constitui como uma embarcação de sucesso retumbante nas rotas atlânticas, embora goze de pouca reputação no mundo hanseático<sup>103</sup>, onde a orca se prolonga, como meio de carga e de transporte, até ao século XVII.

As técnicas adoptadas pelos hanseáticos eram as mesmas de toda a Idade Média, apoiando-se nos ventos para mover os navios de velas quadradas. Geralmente, os marinheiros hanseáticos navegavam em mares fechados, tendo sempre a costa à vista<sup>104</sup>,

---

<sup>95</sup> 1 last = 2 toneladas.

<sup>96</sup> Os Alemães serviam-se de navios cujo nome é *kogge*, e cujas características são as seguintes: bordo alto pontuado, vela quadrada, leme traseiro, com 30 metros de comprimento, sete de largura, 200 toneladas de carga, 25 tripulantes e 25 passageiros - características que superam aquelas dos navios escandinavos, Philippe Dollinger, *The German Hansa...*, p 141.

<sup>97</sup> Fernando Gomes Pedrosa, *História da Marinha portuguesa: Navios, Marinheiros e Arte de Navegar (1139-1499)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1997, p.74.

<sup>98</sup> “le gouvernail d’étambot remplace la barre latérale” - Philippe Dollinger, *The German Hansa...*, p. 177.

<sup>99</sup> Jaques Bernard, *Navires et gens de mer a Bordeaux (vers 1400 et 1550)*, Paris, 1968, vol.I, p. 299.

<sup>100</sup> Orca = 300 toneladas; Kogga= 200 toneladas, Philippe Dollinger, *The German Hansa...*, pp. 177-178.

<sup>101</sup> Harry A.Miskimin, *A Economia do Renascimento Europeu 1300-1600*, Lisboa, Estampa, 1984, p. 321.

<sup>102</sup> Ao contrário da *kogge* que tem um mastro único, a caravela tem três mastros, casco liso com pranchas juntas.

<sup>103</sup> Falta de eficácia defensiva, caso seja atacado no alto mar.

<sup>104</sup> Ao que se chama a navegação de cabotagem.

só a perdendo aquando da travessia para Bergen<sup>105</sup> ou para Londres. Em alto mar, os marinheiros, para saberem da posição do navio, da sua velocidade e da sua direcção, observavam as estrelas ou utilizavam a agulha de marear, e outros recorriam à sonda, para conhecer a profundidade do mar. Acabaram, assim, por dominar, de certo modo, a morfologia subaquática, sobretudo no que respeitava às profundidades inferiores a cem metros que se encontravam ao longo do seu itinerário – técnica, de resto, recorrente na Europa quatrocentista<sup>106</sup>.

O italiano Fra Mauro, na sua carta de marinharia do mundo de 1458, dizia sobre o Báltico: «sobre este mar, não se navega, nem com a carta de marinharia, nem com compasso, mas com a sonda». De facto, os hanseáticos apenas parecem ter adoptado a utilização dos instrumentos náuticos recorrentes no Mediterrâneo (o compasso e a bússola, utilizados desde o século XIII) a partir do século XVI<sup>107</sup>.

Ao longo da costa, os marinheiros conseguiam localizar-se tendo como pontos de referência as particularidades do relevo natural, como ilhas e bosques, mas também do património edificado em zonas mais altas, como torres de igreja, ou ainda as construções realizadas exactamente para esse efeito, como era o caso dos faróis e de torres de madeira, construídas em recifes. As experiências da navegação marítima, transmitidas oralmente durante séculos, passaram a ser escritas e compiladas, na segunda metade do século XV, no *Livro do Mar* “*Seebuch*”<sup>108</sup>, rico em notícias relativas ao espaço que se estende desde a zona de Cádiz na costa sudeste da zona da Andaluzia ao golfo da Finlândia. Contem, também, informações sobre os tempos das marés, distâncias, profundidade do mar e pontos de referência para a navegação.

Graças a estas novas técnicas, os mercadores precisavam de quatro dias de navegação de Lubeque a Danzig, nove de Lubeque a Bergen e dois meses da Livónia à baía de Bourgneuf. Assim, em meados do século XVI, estes mercadores tinham conseguido controlar todo o comércio nórdico, da Rússia à Inglaterra. No estrangeiro, a Liga Hanseática tinha as suas próprias feitorias, geridas por assembleias constituídas por mercadores eleitos, e possuindo um orçamento próprio e justiça autónoma.

---

<sup>105</sup> Feitoria hanseática na costa ocidental da Noruega.

<sup>106</sup> Philippe Dollinger, *La Hanse (XII-XVII)*, p. 181; Fernando Gomes Pedrosa, *op.cit.*, pp. 251-265.

<sup>107</sup> Philippe Dollinger, *The German Hansa...*, p. 181.

<sup>108</sup> Foi a tradução para alemão de uma compilação flamenga de Bruges, que data do século XIV.

Logicamente esta intensa atividade comercial gerou toda uma série de legislação própria e, contudo, diferenciada.

Relativamente às leis de governo e da navegação, foi nos meados do século XIII, que iriam ser traduzidos, para a língua alemã, os manuscritos latinos das leis da cidade de Lubeque. O manuscrito é composto por 161 artigos, dez deles relacionavam-se com a lei marítima. Por volta de 1282, foi criada para a cidade de Rival uma cópia, do dito exemplar, contendo 168 artigos e incluindo 9 artigos relacionados com a lei marítima. Em 1299, as leis intituladas – IUS MARITIMVS Lubecense – compiladas pelo conselheiro Albrecht os Bardewik, seriam adoptadas por Lubeque, Bremen, Oldenburgo e Riga. Uma versão mais ampla foi redigida na segunda metade do século XIV, sob a designação de *Ordenações*. A este primeiro trabalho, acrescentam-se os *Roles de Orleães*, em que foram registados os costumes ligados aos acidentes e às problemáticas com as tripulações. Foram traduzidos para a língua flamenga, sob o nome de “os *juízos de Damme*” (*Vonnesse van Damme*) no século XIV. Esta elaboração foi, por sua vez, traduzida para alemão, tendo-se fundido com as mencionadas *Ordenações* e acabando por formar uma só normativa, designada *Waterrecht*, que se constitui como o direito marítimo das cidades hanseáticas do Mar do Norte - mais tarde adoptado por Lubecque e as cidades do Báltico.

Na cidade sueca de Visby, considerada, desde cedo, como um porto importante, vigorava o direito marítimo. Este veio a chamar-se, o *Direito de Gotland* (*Gotlandisches Wasserrecht*), tratando-se de um conjunto impresso publicado pela primeira vez em Copenhaga no ano de 1505. Finalmente, desde a segunda metade do século XVI, as decisões das Dietas hanseáticas, relativas a questões marítimas, constituem-se como uma terceira fonte do direito<sup>109</sup>.

Uma colecção parcial destas decisões foi efectuada em 1482. Trata-se de três grupos principais de normativas, as quais serviam como lei marítima nas zonas sob influência hanseática, de inspiração diversa, não sendo nunca conseguida uma uniformidade legislativa<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> Edda Isabella Frankot, *Medieval Maritime Law its Practice in the Town of Northern Europe: a Comparison by the example of Shipwreck, Jettison and Collision*. Doutoramento em Filosofia, Universidade Aberden, 2004, pp. 73-208, disponível em [http://lib.haifa.ac.il/electronictexts/0014\\_5353\\_6.pdf](http://lib.haifa.ac.il/electronictexts/0014_5353_6.pdf).

<sup>110</sup> Philippe Dollinger, *La Hanse (XII-XVII)...*, pp. 184-185.

### **3. A Liga Hanseática e o seu papael de intermediação comercial**

A Liga Hanseática mantinha um nível elevado de trocas comerciais com Portugal e Inglaterra. Os ingleses serviam também de intermediários entre Portugal e a Hansa, transportando o vinho português para a Prússia e para a Livónia, e importando, do mundo báltico para Portugal, o trigo e os outros cereais. Também a França, desempenhava o mesmo papel, constituindo-se os portos da Baía de Bourgneuf, La Rochelle e Brouage como áreas de comércio mercantil, onde se encontravam mercadores lusitanos com os demais comerciantes europeus.

As trocas comerciais entre a Flandres e os germânicos, iniciaram-se no século XI. Durante o século seguinte, os navios das cidades de Bremen, Hamburgo, Luneburgo e Braunschweig, tinham começado a frequentar os seus portos, e, já no século XIII, foram concedidos privilégios aos mercadores germânicos. Relativamente às trocas comerciais efectuadas na Flandres, estes compravam sal e tecido e vendiam vinho, prata e ferro da Europa Oriental. Durante o século XV, verificou-se uma evolução significativa dos contactos comerciais entre os mercadores alemães e os mercadores portugueses residentes em Bruges.

Relativamente à importância de Bruges, veja-se o que consta no relato de viagem do fidalgo castelhano Pero Tafur, que para aí se deslocou entre os anos de 1436-1439: “Esta çibdat de brujas es una grant çibdat muy rica é de la mayor mercaderia que ay en el mundo, que dizen que contienden dos lugares en mercaderia, el uno es brujas en Flandres en el ponente , é Veneja en el Levante; pero á mi parecer, é aún lo que todos dizen es que muy mucho mayor mercadoría se faze en Brujas que non en Veneja; é por lo qué es esto, en todo el poniente non ay outra mercadoría sinon en Brujas, bien que de Inglaterra algo se faze, é allí concurren todas las naciones del mundo, é dizen, que dia fue que salieron, del puerto de Brujas setecientas velas; Veneja es por el contrario, que bien que muy rica sea, pero non fazen otros mercadoría en ella salvo los naturales. Esta çibdat de Brujas es en el condado de Flandres é cabeça dél, es gran pueblo, é muy gentiles aposentamientos é muy gentiles calles, todas pobladas de artisanos, muy gentiles yglesias é monesterios, muy buenos mesones, muy grant regimentó así en la justicia como en la ál. Aquí se despachan mercadorías de Inglaterra , é de alemaña, é de Bravente é de Olanda, é de Slanda, é de Borgoña, é de Picardía, é aún grant parte de França, é este paresçe que es el

puerto de todas estas tierras, é aquí lo traen para lo vender á los de fuera, como si dentro de casa lo toviesen. La gente es muy industriosa á maravilla, que la esterilidad de la tierra lo faze, que en la tierra nasce muy poco pan é vino non ninguno, é no hay agua que de beber sea, nin fruta ninguna, é de todo el mundo les traen todas las cosas, é an grande abastamiento dellas, por levar las obras de sus manos, é de aquí se tiran todas las mercaderias que van por el mundo, é paños de lana, é paños de ras é toda tapeteria é otras muchas cosas nesçessarias a los onbres, de que aquí abundosamente es fenchida. Ay en ella una casa muy grande sobre un piélago de agua, que viene de la mar por el Esclusa; á ésta llaman la hala, do escargan las mercadorías.”<sup>111</sup>

No texto, Pero Tafur compara as cidades de Bruges e Veneza, deixando a ideia de que a primeira é muito mais importante do que a última, enfatizando a abundância de mercadorias exportadas e importadas, indicando que setecentas velas haviam um dia saído do seu porto. A sua percepção é a de Bruges como o maior centro mundial de venda e compra de mercadorias de todo tipo, pese à improdutividade da região.

Durante a segunda metade do século XV, navios dos mercadores Holandeses e Zelandeses criaram uma nova rota, que ladeava, por mar, a Dinamarca, passando pelo Sund dinamarquês. Esta rota holandesa tinha como objectivo transportar mercadorias da Flandres para a Prússia e a Livónia, evitando a passagem por Lubeque que começava a perder a sua prosperidade<sup>112</sup>. De resto, em vão foram as reclamações desta última cidade para proibir o acesso daqueles navios, em águas anteriormente reservadas apenas aos navios da Liga Hanseática.

Como fornecedor tradicional à zona de Flandres, a Liga Hanseática viu-se obrigada a forçar os mercadores dessa área a juntarem-se a ela na guerra contra a França. Para concretizar este objetivo, primeiro, aliou-se ao rei de Castela e ambos decretaram o embargo à exportação de lã para a Flandres; e, segundo, estimulou a instalação de trabalhadores estrangeiros de têxtil em Inglaterra. Visto que, as exportações de lã eram utilizadas como fonte de financiamento da sua guerra contra a França, a Inglaterra viu-se forçada em aumentar a sua frota de navios mercantes, com o objetivo de escoar a maior quantidade de lã, para ter o maior lucro possível. Foi assim que a Inglaterra descobriu a sua vocação marítima, e passou a fazer frente à Liga Hanseática, que pretendia manter aí

---

<sup>111</sup> Pero Tafur, *Andanças e viajes de Pedro Tafur por diversas partes del mundo avido (1435-1439)*, Madrid, Imprensa de Miguel Ginesta, 1874, pp.251-252.

<sup>112</sup> Harry A.Miskimin, *op.cit.*, p. 336.

os seus negócios. Os portos de Danzig e Ostolhof foram fechados aos mercadores hanseáticos, por iniciativa dos mercadores ingleses aí estabelecidos.

Confrontada com a ineficaz actuação dos imperadores na protecção dos seus interesses, a Liga Hanseática, não querendo ceder à livre circulação da actividade mercantil dos comerciantes ingleses e holandeses no Mar do Norte e no Báltico, deu início às hostilidades. Começou por armar corsários, com o objectivo de intimidarem os navios mercantes inimigos. Entre 1370 e 1388, abriram-se três frentes de guerra aberta, a inglesa, a holandesa e a polaca. Posteriormente, em 1398 a Inglaterra e a Ordem Teutónica hostilizaram-se mutuamente; entre 1436 e 1438, encontramos a Ordem, de novo, em guerra com os polacos; e entre 1438 e 1441 abriu-se mais uma frente de guerra, a dos holandeses. Estes conflitos armados foram prejudiciais para os interesses da Liga Hanseática, e terminaram com uma vitória decisiva dos holandeses. Em 1469, a Hansa rompeu definitivamente com os ingleses e entrou num prolongado conflito, que só viria a terminar em 1474, com um armistício assinado em Utrecht<sup>113</sup>.

Os acontecimentos políticos conjugaram-se também para debilitar a Liga Hanseática. A conquista de Novgorode por Ivan III, em 1478, e a subsequente expulsão dos mercadores hanseáticos pôs fim ao seu domínio em toda aquela região<sup>114</sup>.

#### **4. Evolução nos contactos com o reino de Portugal:**

Os contactos entre Portugal e o mundo hanseático realizaram-se ao longo dos séculos XIII, XIV e XV na zona de Flandres, com quem o reino de Portugal mantinha relações comerciais desde o século XII, fruto do casamento da infanta D. Matilde, filha de D. Afonso Henriques, com Filipe de Alsácia, Conde de Flandres<sup>115</sup>. Os mercadores hanseáticos interessaram-se pelo reino de Portugal, à grande variedade de produtos, como o sal, mel, cera, peles, grão, vinho, azeite, figos e passas, todos destinados à exportação para os portos de Bruges e de Antuérpia. Portos que possuíam importantes feitorias, que constituíam um corpo administrativo autónomo com representação oficial junto das

---

<sup>113</sup> Edda Isabella Frankot, *op.cit.*, pp. 67-68

<sup>114</sup> Harry A. Miskimin, *op.cit.*, p. 336.

<sup>115</sup> Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*, vol. 2, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, 1979, pp. 96-100.

autoridades locais. Era um esboço do atual consulado-embaixada, mas também funcionava como hospedaria, feira, doca e alfândega<sup>116</sup>.

Note-se no quadro 3 as relações realizavam-se entre três grupos das cidades hanseáticas e Portugal, entre os séculos XIV e XV.

I Oriental	II Centro	III Ocidental
Teritório pertencente à ordem teutónica. Prússia, Levónia.	Cidades Wendicas. Lubeck.	Cidades Neerlandesas. Cidades Renanas.

Quadro 3<sup>117</sup>

A maioria das relações estabelecidas com o reino de Portugal deu-se preferencialmente com o grupo oriental: Danzig, Riga e Reval. Nos começos do século XV foi a Ordem Teutónica quem sustentou o estabelecimento de uma rota de navegação direta e regular para Lisboa. Posteriormente, a burguesia de Danzig, tomou conta daquela rota, aquando do declínio político-económico da referida Ordem, que não lhe permitiu continuar a sustentar tão dispendioso empreendimento. A navegação entre Danzig e a parte oriental da Península Ibérica, não cessou de aumentar, apenas esporadicamente interrompida pelas hostilidades que estalavam entre os Estados do norte europeu.

As ligações entre as cidades do ocidente europeu e Portugal existiam desde o século XIII. O reino até tinha sua própria feitoria em Bruges, na qual os mercadores portugueses negociavam com os da Flandres, das cidades neerlandesas, da Renânia, e mais tarde, com os de Colónia.

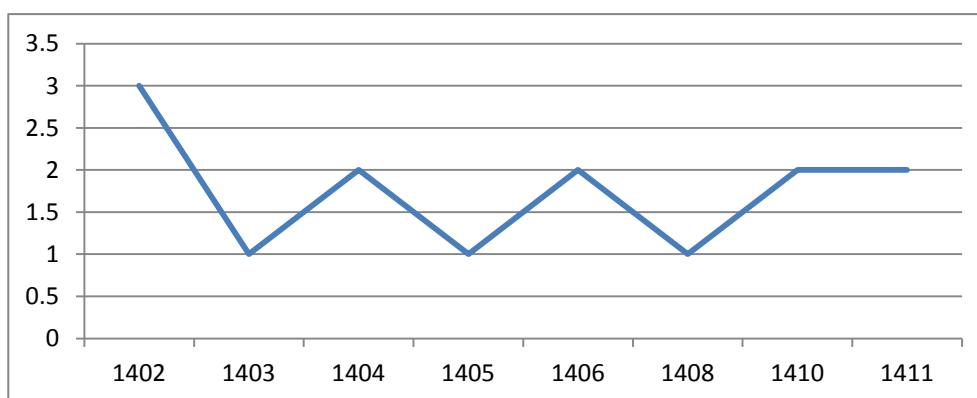
Durante o terceiro quartel do século XIV, posteriormente à Paz de Stralsund, a iniciativa partiu dos mercadores hanseáticos, que procuravam os portos do extremo ocidental com objectivos puramente comerciais. Assim, registe-se, por exemplo o caso de J. Westvale, a quem, em 1373, foi concedido um empréstimo para arranjar a sua *kogge* e,

<sup>116</sup> A. H de Oliveira Marques, "Notas sobre a Feitoria Portuguesa na Flandres", in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1980, pp. 225-226.

<sup>117</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1993, p. 42.

com ela, ir a Lisboa, para trato. Viagem que concretizou, regressando outra vez à cidade no ano seguinte, em 1374<sup>118</sup>.

Durante o primeiro quartel do século XV, floresceu a navegação prussiana para Portugal, o que pressupõe décadas prévias de preparação logística. A documentação atesta a viagem de três navios, pertencentes à Ordem Teutónica, que regressaram com cargas de sal<sup>119</sup>. Igualmente existem indícios de que os hanseáticos de Danzig e da Ordem Teutónica visitavam Lisboa, embora com pouca frequência, em busca de sal, vinho e fruta, como se comprova pelo número de embarcações que aí acostavam, cujo número oscilava entre uma a duas embarcações por ano conforme **Gráfico 1**. A razão desta rerefeita frequência deve-se ter devido, por um lado, à Guerra dos cem anos e à conflitualidade que tomou conta das relações entre os hanseáticos e os holandeses, e, por outro, às hostilidades que estalaram entre os cavaleiros da Ordem Teutónica e os polacos.



**Gráfico 1**<sup>120</sup>

A derrota sofrida pelos cavaleiros teutónicos em Tannenberg, cerca de 1410, teve consequências desfavoráveis para a intensificação do tráfego entre Portugal e a Prússia. No entanto, certas notícias comprovam a sua continuidade e até a sua possível estabilização. Assim, em 1412 ou 1413, segundo refere Zurara, D. João I era aconselhado a mandar fretar embarcações à Galiza, Biscaia, Inglaterra e Alemanha, com o objectivo de conseguir navios para a expedição a Ceuta, uma vez que (se alega) com tanta frequência eles costumavam vir a Portugal carregar sal, azeite e vinho<sup>121</sup>.

Naqueles momentos turbulentos em que se encontrou a navegação teutónica para Portugal, a Flandres tomou posição de relevo, tornando-se o local preferencial de troca de

<sup>118</sup> Idem, *ibidem*, p. 57.

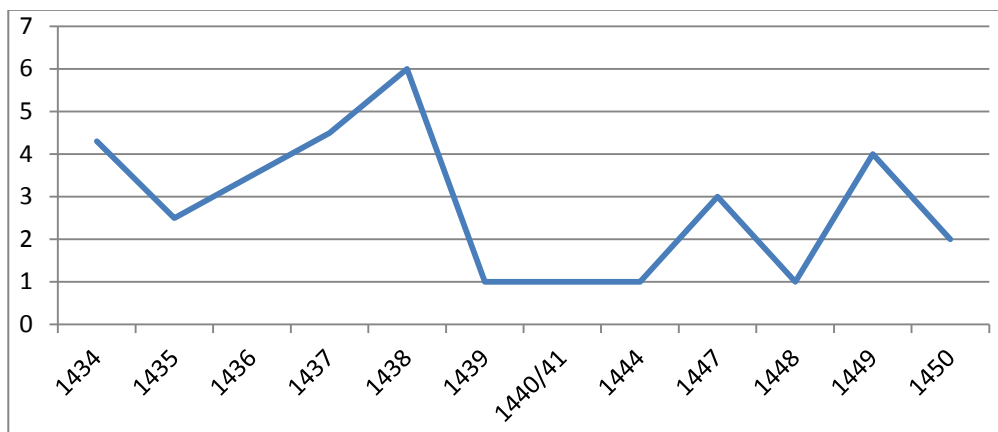
<sup>119</sup> Idem, *ibidem.*, p. 58.

<sup>120</sup> Idem, *ibidem*, p. 58.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*, p. 59.

mercadorias vindas de Portugal. Não obstante, a navegação com os hanseáticos voltou à normalidade, o que se patenteia no registo relativo à primeira metade do século XV

**Gráfico 2.** Apenas um período revela uma quebra ocasional, entre 1439 e 1444, justificada em função das guerras ocorridas entre hanseáticos e holandeses (1438-1441), que prejudicaram, de certa forma, a afluência de barcos hanseáticos a Portugal.



**Gráfico 2**<sup>122</sup>

Noutro sentido, raríssimos são os casos de portugueses nas cidades hanseáticas, anteriores ao século XVI. Antuérpia e Bruges constituíam-se como os locais de concentração de mercadores de todas as proveniências, havendo referência às boas relações entre os portugueses de Lisboa e os da Flandres.

Os casamentos celebrados entre as princesas e príncipes portugueses e condessas, condes e reis da Europa (Castela, França, Flandres, Inglaterra e Germânia), fortaleceram, de forma directa, as relações entre o reino e aqueles territórios. Assim, em 1184, celebrou-se o casamento de D. Teresa (Matilde), filha de D. Afonso Henriques, com D. Filipe de Alsácia (conde de Flandres); em 1211, o matrimónio de D. Fernando (filho de D. Sancho I) com Dona Joana, condessa de Flandres; em 1387, o do rei D. João I com D. Filipa de Lencastre; e, em 1451, de Dona Leonor, filha de D. Afonso V, com o imperador alemão D. Frederico III<sup>123</sup>. Este último terá contribuído para a fixação dos portugueses no Império Romano-Germânico.

Em 1452, D. Afonso V negociava, por intermédio do seu embaixador D. Lopo de Almeida, o regresso dos navios hanseáticos, cuja vinda assegurava a boa colocação do sal produzido em Setúbal, sendo a visita da frota, em 1456, uma consequência directa dessa

<sup>122</sup> Idem. *ibidem*, p. 60.

<sup>123</sup> Rui de Pina, *Chronica de El-Rei D. Affonso V*, Escriptorio, Lisboa, 1901, vol. 2, Cap. CXXXI, pp. 120-123.

negociação. Anos mais tarde, em 1490, D. João II, concedeu, aos comerciantes de Danzig, o privilégio de poderem deixar as suas mercadorias no reino por um período de três anos, desde que já tivessem pago direitos de entrada e sem necessidade de qualquer outro pagamento adicional<sup>124</sup>.

Foi o rei D. Fernando quem proibiu aos mercadores estrangeiros a compra de quaisquer mercadorias fora da cidade de Lisboa, que não fosse sal, vinho e fruta, medida ratificada por D. João I e D. Duarte. Durante o reinado de D. Afonso V, essa norma foi reforçada em 1451, tendo-se, contudo, em 1466, aberto os portos do Algarve para os mercadores aí realizarem as suas trocas comerciais, interditando-se a venda de fruta. D. João II seguiu a mesma política de seu pai, adoptando medidas de protecção dos interesses da navegação mercantil, renovando os mesmos diplomas em 1490<sup>125</sup>.

O maior obstáculo ao livre intercâmbio mercantil, durante a Idade Média, residiu nos conflitos armados que, com demasiada frequência, dividiam os estados e as cidades. Os navios hanseáticos, partindo de Reval ou de Danzig e seguindo para Lisboa, eram obrigados a ter em conta o estado das relações externas dos países do Báltico (Escandinávia, Prússia, império, cidades Hanseáticas), dos que bordejavam o Mar do Norte (Holanda, Zelândia, Flandres, Inglaterra), e mais adiante, a costa da Bretanha, da França, de Castela e de Portugal. Raros, foram os períodos em que uma paz completa foi vivida em todos estes estados.

Relativamente à presença dos hanseáticos no reino português, convirá, antes de mais, enunciar a diferença entre os que gozavam de residência permanente ou contínua, durante um longo período de tempo, e a vinda dos súbditos do império interessados apenas no trato comercial de curta duração.

No século XIV, existia uma colónia alemã, relativamente numerosa, que justificava a existência de uma associação de protecção e defesa dos seus interesses mútuos, a irmandade de são Bartolomeu. Michael Overstalt (“Miguel sobre a Vila”) possuía, na margem do rio Tejo, um armazém de madeira, terreno cobiçado por D. Dinis. O monarca permitiu, ao dito alemão, o direito de escolha sobre um outro terreno, também na margem do rio, outorgando-lhe licença para aí edificar uma capela dedicada a são Bartolomeu,

---

<sup>124</sup> A. H de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal...*, pp. 61-65.

<sup>125</sup> Idem, *ibidem*, p. 63.

onde, posteriormente, a comunidade alemã recebeu autorização de enterrar os seus congéneres<sup>126</sup>.

Os colonos alemães tinham um papel muito importante no trato entre Portugal e os países do Norte. A irmandade entretanto criada prova a importância dessa comunidade, para que se reconhecesse a conveniência de um organismo associativo, em prol de interesses de comércio com Portugal. De facto, foram numerosos os mestres alemães que serviram nas cortes portuguesas. Citemos alguns exemplos: na última metade do séc. XIV, Mestre Alberto, Armário do rei D. Fernando, a convite do mesmo; Henrique alemão, combateu em Portugal ao lado das forças portuguesas, contra D. João de Castela, caindo morto numa escaramuça; já no séc. XV, Herman Butim, conquistou, para todos os efeitos, a nacionalidade portuguesa, desempenhando cargos régios de responsabilidade – para além de mercador, foi escrivão dos besteiros do conto entre 1417 e 1433, contador da Fazenda, em 1444 e contador dos Contos de Lisboa, entre 1444 e 1458<sup>127</sup>.

Durante o reinado de D. João I, a atividade comercial dos alemães em Lisboa era já tão importante, que os mercadores germânicos consideraram necessária a instituição de um feitor permanente (como o tinham os ingleses), que os pudesse representar junto das autoridades portuguesas e defender os seus legítimos interesses. Para esse cargo, foi nomeado Afonso Bernardes, simultaneamente procurador dos alemães e dos flamengos e, posteriormente, dos ingleses, nomeação que foi confirmada, por D. Duarte, por carta régia datada de 12/12/1433, e ratificada por D. Afonso V em 28/05/1439<sup>128</sup>.

Fica nos anais, a história do notável cavaleiro, Hans Von Baycen<sup>129</sup>. O seu aparecimento em cena deu-se em 1414, aquando do seu envio com uma embaixada para Inglaterra, com o objectivo de tratar de assuntos financeiros, relativos ao comércio entre a Prússia e aquele reino. Posteriormente autorizado e recomendado pelo grão-mestre da ordem teutónica, partiu para Portugal, a fim de participar nas lutas contra os mouros e alcançar assim fama e glória. Tendo viajado, com toda a probabilidade num dos navios de Danzig, que comerciavam então com Portugal, foi honrado pelo infante D. Duarte, que o tomou como escudeiro. Em 1419, seguiu para Ceuta, para participar na defesa da cidade, permanecendo um ano e meio naquela metrópole africana. Em 1422, partiu de regresso à

---

<sup>126</sup> Idem, *ibidem*, pp. 145-146




<sup>127</sup> Idem, *ibidem*, pp. 148.149

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*, p. 149.

<sup>129</sup> Tinha nascido em 1394 em Danzig, sendo o seu falecimento registado no ano de 1459, quando desempenhava o cargo de governador de Meiremburgo e de toda a Prússia.

Prússia, levando consigo uma carta do rei D. João I para o Grão-Mestre da Ordem (datada de 23/01/1422, e escrita em Montemor-o-Novo), em que o rei testemunhava dos seus feitos de valentia e o recomendava vivamente<sup>130</sup>. Outra individualidade que se iria destacar, por acompanhar o infante D. Henriques ao lado de outros alemães (em que se incluía o tio de imperador Segismundo), foi o poeta Oswald Von Walk<sup>131</sup>.

Com o casamento da Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com o imperador, aumentou o fluxo de alemães interessados no trato com o reino de Portugal, o que justifica a existência de uma longa lista com nomes de artífices alemães de todas as profissões, moradores no reino (**Quadro 4**).

 Ferreiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Goterre Fernandes.</li> <li>• João de Alemanha.</li> <li>• Aluquete.</li> <li>• Mestre Henrique.</li> </ul>
 Vidreiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestre Courate.</li> <li>• Mestre Guilherme.</li> <li>• Mestre Luis.</li> </ul>
 Sapateiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Miguel Armão.</li> <li>• Henrique André.</li> </ul>
 Tanoeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Pires.</li> </ul>
 Serralheiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestre Guis.</li> </ul>
 Ourives	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cristovão Fernandes</li> </ul>
 Paliteiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Herman Banona.</li> </ul>
 Escrivães e encadernadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Tomé</li> </ul>
 Encadernadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João Tomé.</li> </ul>
 Tapeceiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• João de Froestag.</li> </ul>
 Impressores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valentim Fernandes.</li> <li>• Johan Gerling.</li> <li>• Nicolau fde Saxónia.</li> </ul>

**Quadro 4**<sup>132</sup>

Os germânicos, residentes no reino, conseguiram a influência necessária junto da corte real portuguesa, para obterem cartas de privilégio. De facto, o momento não se podia apresentar mais propício. Os laços políticos luso-alemães haviam sido

<sup>130</sup> A. H de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal...*, pp. 152.153.

<sup>131</sup> Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia da Ciências de Lisboa, 1913, cap. XXXII, p. 104; A. H de Oliveira Marques, *op.cit.*, p. 153.

<sup>132</sup> A.H. de Oliveira Marques, *op.cit.*, pp. 149-151.

estritamente ligados com o referido casamento da infanta Dona Leonor com o imperador Frederico III, solenemente realizada em Roma, em Dezembro de 1451<sup>133</sup>. De resto, o rei encarregara o embaixador extraordinário, Lopo de Almeida, que acompanhou a nova imperatriz, de efectuar determinadas negociações em território germânico sobre a exportação do sal português.

No entanto, desde períodos anteriores se registou a outorga de privilégios individuais de vária índole, desde a concessão de tenças anuais à de uma série de isenções, de que passavam a gozar os beneficiados. Citaremos, por exemplo, o caso da outorga régia do castelo de Larve (Alentejo), com seu termo (num total de 8 léguas de cumprimento e 3 de largura), ao colono alemão Lambert von Horgen, por carta de D. João I, de 17 de Julho 1430, confirmada por D. Duarte. Depois do falecimento do donatário, o seu filho requereu, a este último monarca, a renúncia da doação, o que lhe foi concedido, em 14 de Maio de 1437<sup>134</sup>. Posteriormente, outros privilégios foram outorgados aos súbditos germânicos. Assim, na ilha da Madeira, por volta de 1457, D. Henrique doou alguns terrenos na capitania do Funchal a Henrique Alemão, cavaleiro de Santa Catarina, em conjunto com mais sete ou oito parceiros<sup>135</sup>.

Do mesmo modo, também o rei D. Afonso V prosseguiu com esta atribuição de privilégios aos súbditos do imperador Romano-Germânico residentes no reino de Portugal, e aos mercadores das 72 cidades, que então constituíam a Liga Hanseática, através de diplomas régios. Em Abril de 1452, foram concedidos quatro diplomas ao mercador Lucas Bercavelte<sup>136</sup>.

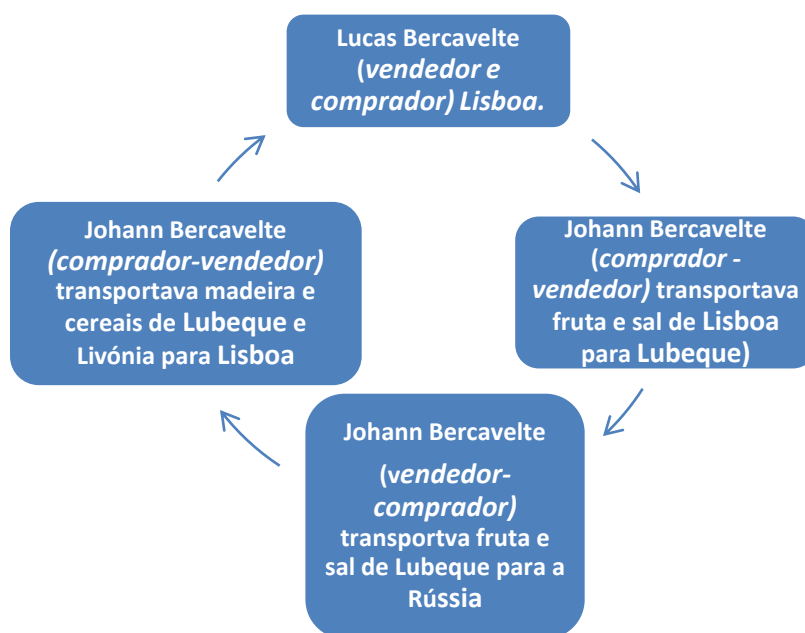
---

<sup>133</sup> Idem, *ibidem*, p. 154; Rui de Pina, *op.cit.*, pp. 120-123.

<sup>134</sup> Idem, *ibidem*, pp. 151-152.

<sup>135</sup> Idem, *ibidem*, p. 152.

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*, pp. 154-155.



**Fig. 2** – A rede comercial de Lucas Bercavelte

Neste esquema ressalta claramente a forte ligação que existia entre os membros da família que residiam em Lisboa e os que moravam em Lubeque e Livónia, potenciadora da criação de rotas marítimas entre o porto lisboeta e os portos situados nos domínios da Liga Hanseática. Esta rota tinha como objectivo a compra, transporte e venda de mercadorias portuguesas em Lubeque, Livónia e Rússia, e vice-versa<sup>137</sup>. O tráfego, potenciado por Lucas Bercavelte e Johanne Bercavelte, seu parente, demonstra igualmente o interesse que os reis de Portugal tinham na fixação de mercadores de outras nações, no sentido de fomentarem os contactos comerciais com os respectivos países de origem. Deste modo, se entende a concessão de privilégios e facilidades fiscais, para os encorajar a fixarem-se e a desenvolverem as suas actividades no reino, como acontece no caso de Lucas Bercavelte.

Como foi acima referido, Afonso Bernardes foi um dos primeiros a ser nomeado como representante oficial dos hanseáticos em Portugal. No entanto, em 1454, os alemães, alegando o facto de o mesmo não saber “*falar a nossa Lingua*», solicitam a D. Afonso V, a sua substituição por Henrique e Herman “*piliteiro*”, o que o rei concede, nomeando-os «procuradores e requeridores em todas as coisas que per eles forem

<sup>137</sup> Idem, *ibidem*, p. 155.

encomendadas sem embargo dafonsos Bernaldez, ser seu procurador per nossa carta». O monarca determinou, ainda, em que os processos em que intervissem mercadores e capitães hanseáticos fossem despachados e desembargados o mais rapidamente possível pelos tribunais do reino. Um outro alemão, de nome Martim, tinha a seu cargo a defesa dos interesses hanseáticos no referente ao pagamento dos impostos aduaneiros<sup>138</sup>.

Só em Lisboa, os hanseáticos possuíam uma feitoria, que lhes tratava dos negócios e os punha em contacto com os naturais da terra. Nela estavam autorizados a comprar e a vender livremente «*haver de peso e comezinho*», o sal, vinho e fruta de todo o reino.

Interessa, ainda, referir alguns itinerários das rotas comerciais que chegavam a Lisboa. Referenciado está o percurso do mercador hanseático Adam Von Bremen. Saiu de Ripa, Países Baixos, passou por Sinrfal (perto de Bruges), Canal da Mancha, Prawle, Point de Mathieu, Galiza – Cabo de Vares -, Lisboa. A rota Lisboa – Flandres, Flandres - Prússia, era frequentada pelos navios pertencentes à Ordem Teutónica. Um serviço regular de transporte fazia o percurso Flandres - Lisboa, Flandres - Danzig. Os mercadores Prussianos e Livónicos por terem navios de grande tonelagem, não conseguindo atracar nos portos dos Países Baixos, seguindo caminho até Lisboa<sup>139</sup>.

## 5. Hanseáticos e Expansão portuguesa no Norte de África

Reitere-se, uma vez mais, que o casamento da infanta D. Leonor (irmã de D. Afonso V) com o imperador Frederico III, proporcionou a vinda de um grande número de alemães para Portugal, que aqui introduziram, segundo a tradição, o primeiro moinho de pólvora. Durante o reiando de D. Afonso V, segundo Tiago machado de Castro, “ em Portugal havia referência a bombardeiros chamados Olivel (1443), Aluquete e Henrique (1446). Em 1470 são mencionados o bombardeiro Nicolau e os espingardeiros Guilherme e Cornellos. Um António de Lem conduz um contingente de espingardeiros alemães na tomada de Arzila em 1471<sup>140</sup>”, posteriormente, com D. João II, os bombardeiros e os espingardeiros se constituíram como corpos de beligerantes separados e numerosos, com

---

<sup>138</sup> Idem, *ibidem*, p. 157.

<sup>139</sup> Idem *ibidem*, p. 77.

<sup>140</sup> Tiago Machado de Castro, *Bombardeiros na Índia*, Lisboa, Diss. de Mestrado, 2011, p. 36.

as suas prerrogativas bem marcadas e as suas confrarias próprias e autónomas, tendo-se também organizado um corpo de 35 bombardeiros do mar, sob a chefia de outro alemão, mestre Hans.

Como o refere Fernand Braudel “o arsenal da Alemanha e o mais importante do Centro da Europa até à sua destruição por Tilly, em 1634<sup>141</sup>”, confirmando-se, neste caso concreto, a supremacia dos germânicos na produção de artilharia e de armas de fogo na Europa. De resto, no relato da viagem de Hieronimus Munzer a Portugal, em 1494, este afirma ter encontrado por toda a parte, gente de Stettin, de Danzig, de Frankfurt, de Strasburgo, de Suábia, da Alta e da Baixa Alemanha; é também este o período dos impressores alemães no reino, protegidos pela rainha D. Leonor<sup>142</sup>.

Nos finais do século XV, os comerciantes de Danzig foram particularmente favorecidos, por D. João II, que os isentou do pagamento de quaisquer impostos de importação durante três anos<sup>143</sup>. Durante o reinado do rei D. Manuel I, destacou-se uma personalidade de origem alemã, Valentim Fernandes<sup>144</sup>, o qual foi nomeado representante dos comerciantes alemães de Lisboa na Corte. Tinha viajado pelo Norte de África e deixou relatos escritos, nos quais descreveu as praças portuguesas pelas quais passou. Logo no título, surge a seguinte referência “Da viagem de Dom Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia e este caderno foi trasladado da nau São Rafael, em que ia Hans Mayer por Escrivão da Feitoria e Fernão Suares por Capitão”<sup>145</sup>

Nesta referência introdutória verifica-se, uma vez mais, a presença de um alemão que trabalhava como escrivão da feitoria. O outro mester que Valentim Fernandes desempenhou foi o de impressor do reino. Da sua oficina saíram numerosas obras, destacando-se as *Ordenações Manuelinas*, cujo primeiro livro foi concluído com o parágrafo seguinte (**Doc. 1**):

---

<sup>141</sup> Fernand Braudel, *Civilização Material e Capitalismo*, T. I, Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1970, p. 325.

<sup>142</sup> A. H de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal...*, pp. 158-159

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*, p. 159.

<sup>144</sup> Sobre esta personagem ver, por exemplo. *No Quinto Centenário da Vita Christi: Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal*. Coord. João José Alves Dias, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, pp. 15-27; Martha Frederiks, “Valentim Fernandes”, in *Christian-Muslim Relations. A Bibliographical History*, ed. David Thomas and John A. Chesworth, Vol. 7 (1500-1600), Leyden, Brill, 2015, pp. 762- 768.

<sup>145</sup> Valentim Fernandes, *O Manuscrito "Valentim Fernandes"* (leit. António Baião), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, pp. 33-65.

Acabouse de empremer o primeiro liuro das ordenações, corregido e emendado per o doctor Ruy botto. do conselho del Rey nosso senhor. e chanceler moor destes regnos e senhorios. per autoridade e preuilegio de sua alteza. Em Lixbõa per Galentym fernandez alemão. Aos .xvij. dias de dezembro. De mil e quinhentos e doze años.

Doc. 1<sup>146</sup>

As comunidades de mercadores e artífices germânicos revelaram-se, pois, muito úteis na transferência de conhecimentos e de saberes, sobretudo nos ligados ao comércio, às feitorias, ao fabrico de armas e às técnicas de impressão. A situação geográfica de Portugal permitiu, para mais, aos residentes hanseáticos em Lisboa, aproveitarem a posição destacada do reino em vias da expansão para se lançarem na aventura atlântica, como beligerantes ou mercadores. Assim, os corpos de espingardeiros alemães, foram utilizados de forma eficaz durante a conquista das praças do Norte de África (Marrocos), após várias tentativas falhadas para a conquista da praça de Tânger<sup>147</sup>. Em 1471, uma expedição chefiada por D. Afonso V - sabendo da ausência do grosso das forças marroquinas, que se tinham deslocado com Mulei xeque para destronar os Merinidas sediados em Fez - atravessou o estreito e conquistou Arzila e Tânger, esta esvaziada da sua população depois da vitória portuguesa na primeira daquelas praças. Depois desta conquista, o futuro rei Oatàcida de Fez, Mulei xeque, aceitou assinar um acordo de Paz e Tréguas, por 20 anos, em que reconheceu ao monarca português a soberania sobre as praças de Ceuta, Alcácer-Seguir, Arzila e Tânger. O cronista Rui de Pina relata da seguinte forma esse pacto “...porém se concertaram, em que por contrato escripto tomaram concordia, sobre os termos e logares que a um e outro ficariam, de que arrecadassem as suas pareas e tributos. E assentaram tregoa por vinte annos que El-Rei lhe deu, a qual somente nas terras chãs se entendesse; porque sem quebramento d’ella a cada um ficava livre faculdade para do outro poder tomar e conquistar seus logares cercados; e d’ali se tornou Mulei Xeque.»<sup>148</sup>

<sup>146</sup> *Ordenações Manuelinas*, Lisboa, s.n., 1512, p. CXXIX v.

<sup>147</sup> Rui de Pina, *op.cit.*, vol.III, p. 36.

<sup>148</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

À praça de Ceuta (*Cepta*)<sup>149</sup>, conquistada por D. João I em 1415, veio D. Afonso V, o Africano<sup>150</sup>, acrescentar as praças de Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila, sobre as quais viu a sua soberania reconhecida pelo tratado acima referido.

Os monarcas que sucederam a D. Afonso V prosseguiram com o mesmo ímpeto guerreiro e com a mesma política. A colonização portuguesa desses espaços encontrava os seus aliados nos designados “mouros de pazes”<sup>151</sup>, e um conflito permanente com os “mouros de guerra”<sup>152</sup>.

A presença de elementos germânicos residentes em Portugal ajudou bastante na aproximação entre o reino de Portugal e o Império, tendo os seus naturais, que se fixaram preferencialmente em Lisboa, contribuído, de forma decisiva, para a evolução do reino português. Comerciantes, soldados participantes nas expedições norte-africanas ou responsáveis pela transferência de tecnologia, alguns destacam-se particularmente, como é o caso já referido de Valentim Fernandes, cujos elementos do relato da sua viagem ao Norte de África (em que descreveu minuciosamente as praças portuguesas da costa Atlântica da Berbéria<sup>153</sup>), serão posteriormente consignados na cartografia, constituindo-se também como um importante roteiro para os navegantes e descobridores de então.

Para concluir, citem-se os versos da *Miscelânea* de Garcia de Resende, que reconhecem esta realidade, no que se refere à introdução da imprensa em Portugal:

*E vimos em Nossos dias*

*“Ha letra de forma achada,  
Com que a cada passada  
Crescem tantas livrarias,  
E a sciencia he augmentada.  
Tem Alemanha louvor,  
Por della ser o auctor.  
Daquesta cousa tam digna;  
Outros afirmam na China*

<sup>149</sup> Conforme Rui de Pina, que transcreveu com exactidão o nome árabe de Ceuta. - سبته -

<sup>150</sup> Consequência das repetitivas investidas contra o Norte de Marrocos.

<sup>151</sup> São aqueles que tinham reconhecido a suserania portuguesa sobre o seu próprio território, tendo em contrapartida a garantia pela Coroa portuguesa da defesa e protecção dos seus domínios e bens contra os mouros de guerra e os cristãos – castelhanos.

<sup>152</sup> Dividem-se em dois grupos: no primeiro encontramos aqueles que têm uma ligação de vassalagem ao poder central, quer aos reis merinidas ou oatácidas de Fez, quer aos príncipes Hentata de Marraquexe e aos xarifes de Suz; no segundo grupo deparamos com a presença dos que negavam a obediência à autoridade do poder central e agiam por conta própria contra a presença portuguesa ao longo da costa meridional de Marrocos. Depois da passagem de Marraquexe para o poder dos Xarifes em 1524, os membros deste grupo iriam engrossar as fileiras das hostes dos Xarifes.

<sup>153</sup> Valentim Fernandes, *op.cit.*, pp. 33-65.

*O primeiro inventor*<sup>154</sup>.

---

<sup>154</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 362.

## Capítulo II

# MARINHA E NAVEGAÇÃO PORTUGUESA NA COSTA ATLÂNTICA MAGREBINA

### 1. A marinha magrebina e a sua decadência

Antes da intensa atividade naval dos portugueses e castelhanos, sobretudo verificada a partir da segunda metade do século XIV, em direção às Ilhas Canárias, e às costas mediterrânea e atlântica, convém lembrar a actividade marítima muçulmana, anterior a esse período.

A estabilidade política e social verificada ao longo do período almorávida e almóada, levou ao desenvolvimento da sociedade do Norte de África, permitindo uma significativa produção científica em todas as áreas do saber, assim como um desenvolvimento económico e, conseqüentemente, também naval. De facto, já antes dessas dinastias a atividade marítima muçulmana era intensa no Mediterrâneo. Os navios omíadas, de Al-Andaluz, fatimidias, de Ifríkia (a actual Tunísia), e abássidas, de Bagdade, sulcavam incessantemente esse mar. As pretensões expansionistas dos Fatimidias, quer para os territórios que se encontravam a Oeste<sup>155</sup>, quer para aqueles que se estendem para Leste<sup>156</sup> de Ifríkia, levou a que esta frota dirigisse os seus ataques em simultâneo contra a omíada do Al-Andaluz e contra a abássidas de Bagdad.

A concorrência feroz entre os três califados, levou à decadência do califado Omíada de Córdoba, e à fragmentação do seu território em vários reinos taifas, acontecimento que teve como consequência directa a reconquista da famosa cidade de Toledo pelo rei D. Afonso VI, por volta de 1085. O desaparecimento da frota Omíada do Al-Andaluz do Mediterrâneo, e a transferência do poder califal de Ifríkia para o Cairo (Egipto), encorajaram normandos, genoveses e pisanos a reconquistarem as Ilhas

---

<sup>155</sup> Para os territórios onde se encontram actualmente a Argélia e Marrocos.

<sup>156</sup> Para os territórios onde se encontram actualmente a Líbia e o Egipto.

mediterrânicas aos Omíadas de Córdova, bem como levaram a cabo acções de saque na costa mediterrânica de Ifríkia.

Não obstante, as dissensões políticas entre os reinos de taifas levou à intervenção dos almorávidas<sup>157</sup> que, vencida a batalha de Zallaka contra Afonso VI de Castela em 1086, tornaram-se senhores de Al-Andaluz e retomaram as acções navais no Mediterrâneo. Durante o período do seu domínio, a navegação visava a defesa da costa atlântica e mediterrânica<sup>158</sup>, e o controlo das rotas marítimas que ligavam o Norte de África ao Sul da Península Ibérica.

Foi no decorrer do reinado de Ali Ibn Youssuf Ibn Taxafim que a marinha almorávida conheceu o seu apogeu, controlando o estreito e o Mediterrâneo Ocidental. O Almirante Mohamed Ben Maimoun foi um dos obreiros deste feito, referindo Al-Murrákuxi sobre esta personagem:

{في سنة 516 أغزى أبو عبد الله محمد بن ميمون قائد أسطول علي بن يوسف مدينة نقوطرة<sup>159</sup> من عمل  
رجار صاحب صقلية ففتحها و سبى نساءها و أطفالها<sup>160</sup>.... }

«no ano de 516 hégira /1123 Abu Abd Ellah Mohamed Ben Maimoun, Alcaide das Galés do Rei Ali Bem Yousuf, atacou a cidade de Nicotra, pertencente aos domínios do rei Roger de Sicília, a conquistou e cativou muitas mulheres e crianças.... »

A esquadra chefiada pelo almirante Mohamed Ben Maimoun, que protegia a costa mediterrânica magrebina, tinha como base o porto de Almeria, como o refere o citado autor nas notícias sobre as operações navais, por ele dirigidas contra os normandos da Sicília e da Lombardia<sup>161</sup>.

Depois de ascenderem ao poder, os almóadas<sup>162</sup>, tendo consciência da importância das forças navais, quer no que diz respeito à defesa da costa da Berberia das ofensivas cristãs, quer no sentido de tornar seguras as navegações do comércio externo,

<sup>157</sup> A dinastia Almorávida: de 485 hégira à 541 hégira / 1092 – 1146.

<sup>158</sup> A costa magrebina e costa do Al-Andaluz.

<sup>159</sup> Costa de Calábria, cidade actualmente chamada Nicótera.

<sup>160</sup> Al-Murrákuxi, *Al-Bayan Al-Magreb Fi Akhebari Al-Andaluçi Wa Al-Magreb*, vol. 4, Beirut, Dar Attakafa, 1983, p.66.

<sup>161</sup> Idem *ibidem*, p. 65; Christophe Picard, *L'Océan Atlantique Musulman: De La Conquête Arabe à l'Époque Almohade, Navigation et Mise en Valeur des Côtes d'Al-Andalus et du Maghreb Occidental (Portugal-Esoagne-Maroc)*, éditions Maisonneuve e Larose/ édition UNESCO, Paris, 1997, pp. 119-120

<sup>162</sup> A dinastia Almóada comandou os destinos do Norte de África e do Al-Andaluz de 541 hégira / 1146 à 668 hégira / 1270.

deram continuidade à estratégia dos seus antecessores. Para este efeito, o sultão almóada Abd Al-Moumen, nomeou Hámet o Siciliano para almirante-mor da esquadra almóada<sup>163</sup>.

Após várias campanhas militares, levadas a cabo pelo sultão almóada Abd Al-Moumen, no sentido de pacificar Ifríkia – Tunísia- e Tlemsan<sup>164</sup>, o Miramolim mandou construir navios para controlar o estreito e proteger a navegação, tanto no Mediterrâneo, como no Atlântico.

Em *Al-Anis Al- Moutrib Fi Akhebari Molouki Al-Magrebe Wa Tarikhi Madinati Fes*, refere Ibn Abi Zarh ( ابن أبي زرع ) :

"و دخلت سنة سبع و خمسين، فيها أمر عبد المومن أمير المؤمنين بإنشاء الأساطيل في جميع سواحل بلاده و عزم على غزو بلاد الروم في البر و البحر، فأنشأ منها أربعمئة قطعة، أنشأ في حلق المعمورة و مرساها مائة و عشرون قطعة و منها بطنجة و سبينة و باديس و مراسي الريف مائة قطعة و منها ببلاد إفريقية و وهران و مرسى هنين مائة قطعة و منها ببلاد الأندلس ثمانون قطعة<sup>165</sup>"

«No ano de 557 hégira /1162, ordenou, o Miramolim Abd El- Moumen, a construção de navios em toda a costa do seu país, e determinou ir à conquista do país dos romanos [terra de cristãos] por terra e por mar. Para este efeito, foram construídos 400 peças: na foz de Mamora e no seu porto foram construídas 120 peças; em Tânger, Ceuta, Badis e nos portos do Rif, 100 peças; em Ifríkia, Orão e no porto de Hanin 100 peças; e no país de Al-Andaluz foram construídos 80 peças».

Porém, para garantir a segurança da costa mediterrânica, a dita esquadra nunca cessou de patrulhar as águas entre Túnis, Orão e Argel<sup>166</sup>. Nesse sentido, e pela sua importância estratégica, os Almóadas dotaram o estreito de Gibraltar de um sistema eficaz de defesa. Assim, os portos deste Império conheceram uma intensa atividade comercial, tendo desenvolvido as trocas comerciais com Pisa, Génova e Marselha<sup>167</sup>.

A reputação dos marinheiros e navegadores berberescos, quer durante o domínio Almorávida, quer Almóada, levou a que o famoso Salah Eddin Al-Ayoubi ( صلاح الدين )

<sup>163</sup> Ibn Khaldoun, *Al – Mukaddima*. Anotada por Abd Ellah Mohamed Addarwix, Damasco, Dar Yaârib, 2004, vol.I, p. 439.

<sup>164</sup> Cidade argelina que fica a poucos quilómetros da fronteira marroquina a Norte.

<sup>165</sup> Abi Al-Hassan Ali Ben Abd Ellah Ibn Zerh, *Al-Anis Al- Moutrib Fi Akhebari Molouki Al-Magrebe wa Tarikhi Madinati Fes*, Upsala, Imprensa Académica, 1843, p. 131.

<sup>166</sup> Christophe Picard, *op.cit.*, pp. 167-169.

<sup>167</sup> Idem, *ibidem*, pp. 121-122.

(الأيوبي), utilizasse marinheiros magrebinos nas suas esquadras dirigidas contra os cruzados no Mediterrâneo oriental<sup>168</sup>.

A partir de 1220, no final do período almóada, outro desenvolvimento se registará a nível do comércio marítimo, em resultado da grande crise económica desse período: o crescimento dessa actividade no Oceano Atlântico. De facto, o Atlântico era já navegado, em períodos anteriores, contemplando uma zona que se estendia desde o estuário do Tejo ao do Núl. Nessa área, não existiam diferenças técnicas de navegação com as do Mediterrâneo e o próprio domínio político das dinastias norte-africanas entre os dois lados do Estreito propiciava esta actividade<sup>169</sup>.

O papel desempenhado pelos muçulmanos do Ocidente no que toca ao reaproveitamento e desenvolvimento do legado greco-romano relativo à navegação marítima, durante o domínio das diversas entidades que governaram Al-Andaluz e o Norte de África<sup>170</sup>, revela-se manifestamente superior ao que vigorava no ocidente europeu. Nesse sentido, informa Armando Cortesão que “Nos primeiros séculos da Idade Média, a sombra em que o Cristianismo sepultou a brilhante civilização greco-romana, não deixou chegar até nós qualquer manifestação cartográfica; só mais tarde os árabes, recolhendo os restos da cultura da escola alexandrina, de novo se ocupam da ciência geográfica. Os originais mais antigos que hoje se conhecem são cartas muçulmanas, algumas das quais, o planisfério de Al-Idrissi, e a sua obra denominada o tratado de geografia, produzido por volta de 1153<sup>171</sup>”.

Às operações navais efectuadas pela esquadra muçulmana no Mediterrâneo aliam-se as obras realizadas por geógrafos e cosmógrafos árabes, reflectindo a complementaridade que existia entre o conhecimento científico, prática naval e caraveneira.

---

<sup>168</sup> Ibn Khaldoun, *op.cit.*, vol. I, p. 440.

<sup>169</sup> Christophe Picard, *op.cit.*, pp. 115-122.

<sup>170</sup> Walís, Emires, Califas.

<sup>171</sup> Armando Cortesão, *Cartografia e Carógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, vol.I, Lisboa, Seara Nova, 1935, pp. 5-6.

No que diz respeito ao limite do Mar Oceano, os muçulmanos basearam-se na obra do geógrafo alexandrino, Ptolomeu. Escreve Al-Idrissi (séc. XII) referindo-se ao Atlântico:

"بحر الظلمات و لا يعلم ما خلفه في هذا الجزء من الجزائر (...) تسمى الخالدات و منها بدا بطليموس بالتعديل و أخذ أطوال البلاد و عروضها"<sup>172</sup>

«Mar tenebroso, ignora-se o que se encontra além deste Mar, nesta parte das Ilhas(...) denominada as Afortunadas, das quais Ptolomeu começou a contar as longitudes e as latitudes dos países»

O poderio naval dos Almóadas, embora como se referiu, continuasse uma navegação atlântica, nunca foi aproveitado para navegar para sul da bacia de Lamta na região do Suz. De facto, o “Mar Tenebroso” marcava, ainda, a percepção dos muçulmanos (como, de resto, também da cultura latino-cristã)<sup>173</sup>.

É durante o declínio dos Merinidas que iria surgir o ilustre Ibn Khaldoun (séc. XIV), o qual veio confirmar as notícias trazidas por Al-Idrissi, relativas aos limites do Mar Oceano. Diz esse autor, referindo-se ao Oceano e às Ilhas Canárias, refletindo as notícias veiculadas no meio da sociedade árabe-islâmica de então:

"و فيه من جهة غربية الجزائر الخالدات التي منها بدأ بطليموس يأخذ أطوال البلاد و ليست في بسيط الإقليم و إنما في البحر المحيط جزر متكترة أكبرها و أشهرها ثلاثة و يقال انها معمورة و قد بلغنا أن سفائن من الافرنج مرت بها في اواسط هذه المائة و قاتلوهم فغنموا منهم و سبوا و باعوا بعض اساراهم بسواحل المغرب الأقصى"<sup>174</sup>

«Na sua parte ocidental, encontram-se as Ilhas Afortunadas, das quais Ptolomeu começou a tirar as longitudes dos países e não na planície da província, mas no mar Oceano Muitas das ilhas, três das quais são grandes e famosas, dizia-se que eram habitadas, bem como fomos informados de que navios francos passaram por elas durante os meados deste século. Os ditos francos fizeram guerra aos habitantes das ilhas e cativaram muitos deles, tendo alguns deles sido vendidos ao longo da costa marroquina».

Ibn Khaldoun não se limitou, contudo, a repetir o que os dois famosos cosmógrafos e geógrafos, o clássico alexandrino Ptolomeu e o medieval Al-Idrissi, aportaram em relação à descrição do Oceano e das Ilhas Afortunadas, mas materializou a

<sup>172</sup> Al-Idrissi, *Kitab Nouzhat al-Mochtak Fi Ekhtiraki Al-Afak*, Leiden, Brill, 1866, p. 28

<sup>173</sup> Sobre esta percepção na cultura árabe medieval, ver: Christophe Picard, *L'océan Atlantique musulman...*, pp. 29-35.

<sup>174</sup> Ibn Khaldoun, *op.cit.*, p.152.

presença destas, dando notícia do ataque nelas realizado por navios francos que obtiveram muitos cativos, vendidos ao longo da costa marroquina.

A derrota sofrida pelo exército do rei merínida Abou Hassoun (1331-1351) na batalha do Salado, no ano de 1340, às mãos das forças castelhanas comandadas pelo rei D. Afonso XI, auxiliadas por contingentes militares portugueses do rei D. Afonso IV, acabou com as aspirações muçulmanas de conquista da Península Ibérica<sup>175</sup>.

Durante o reinado do Sultão Abu Inán (1351-1358), foram realizadas reformas no sentido de reforçar a autoridade régia no magrebe e recuperar o poderio merínida. Neste sentido, o falecimento do inquieto rei castelhano D. Afonso XI, aquando do cerco deste ao rochedo de Gibraltar em 1350, e as vitórias militares do sultão merínida, Abu Inán, no Magrebe, reforçaram a posição política e militar dos mouros de Granada. A nível diplomático, os mouros de Granada serviam de intermediários entre os castelhanos e os marínidas. O resultado dessa intermediação resultou na troca de embaixadas e na manutenção de relações pacíficas entre o rei de Castela, D. Pedro I, e o sultão merínida Abu Ináne<sup>176</sup>. No que respeitava à navegação no Mediterrâneo, para a tornar segura, celebrou no ano de 1358 um acordo de paz e tréguas de dez anos, constituído por 15 artigos, com a república de Veneza. (Doc. 2).

---

<sup>175</sup> David Lopes, *Portugal e os Mouros*, Lisboa, Livraria Profissional, s.d, pp. 35-36.

<sup>176</sup> Abd El-Hadi Tazi, *Histoire Diplomatique du Maroc : Des Origines à nos jours*, T. VII, Mohammedia, Imprimerie Fedala, 1988, pp. 87-99.



O assassinato do Sultão Abou Inan, por um dos seus vizires, em 1358, levou ao término das represálias contra a costa algarvia portuguesa<sup>179</sup>. Globalmente, os problemas, internos e externos, foram-se agravando. As guerras entre o sultão merinida Abu Saíde III (1398-1420) de Fez e o sultão Abu Faris Al-Hafçi de Tunis (concluídas com a assinatura do acordo de tréguas no ano de 1399<sup>180</sup>), encorajaram o rei D. Henrique III de Castela a dirigir ações punitivas contra os corsários muçulmanos sediados em Tetuão em 1400<sup>181</sup>. Sob o ponto de vista interno, com a disputa dos vizires pelo poder, a administração régia, as finanças e os contingentes militares ficaram paralisados, originando a fragmentação do império numa série de territórios independentes: o de Fez, o de Marrakeche, liderado pelos Hentata, e o de Tafilalet, liderado pelos Beni Maquil<sup>182</sup>.

## 2. O desenvolvimento e expansão da marinha portuguesa

Entre os séculos XI e XIV, os genoveses demonstraram ser grandes navegadores. Nesse sentido, diz Raymond Mauny «a fama dos marinheiros e navegadores genoveses começou a desenhar-se a partir do século XI, em 1015 genoveses e gente de Piza conseguiram reconquistar a ilha de Sardenha aos árabes da Tunísia; entre 1113 e 1115, os genoveses ocupam as Baleares, em 1234, foram em socorro de Ceuta contra o ataque dos cruzados, e dois anos mais tarde foram em socorro de Salé contra o Emir de Múrcia (1236)»<sup>183</sup>.

A eficiência demonstrada pelos marinheiros genoveses, quer no Mediterrâneo, quer no Atlântico, levou a que muitos dos monarcas europeus solicitassem os seus serviços, destacando-se D. Sancho IV de Castela, Filipe o Belo, de França, e o monarca português, D. Dinis.

---

Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 57-58.

<sup>179</sup> Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet, Bernanrd Rosenberger e Michel Terrasse, *Histoire Du Maroc*, Casablanca, Hatier, 1968, p. 150.

<sup>180</sup> Abu Al –Abbas Ahmed Ben Khalid Ennaciri, *Al-Içtikâ Fi Akhbari Al-Magribi Al-Akçá*, T. III, Addar Al-Beida, Dar Al-Kitab, 1955, pp. 92-94.

<sup>181</sup> Abd El-Hadi Tazi, *op.cit.*, T.VII, p.114; Raymond Mauny, *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434)*, Lisboa, Centro Historico Ultramarino, 1960. p. 35.

<sup>182</sup> Jean Brignon, Abdelaziz Amine, Brahim Boutaleb, Guy Martinet, Bernanrd Rosenberger e Michel Terrasse, *op.cit.*, p. 166.

<sup>183</sup> Raymond Mauny, *op.cit.*, p. 34.

O primeiro, querendo responder aos apelos da igreja romana, no sentido de participar nas cruzadas dirigidas a Jerusalém, nomeou, em 1284, o genovês Benedetto Zaccaria como almirante-mor da marinha do reino de Castela. Num diferente contexto se verifica esta intervenção no reino francês, suscitada pelo confronto bélico com a Inglaterra. Não dispondo de nenhuma armada, Filipe o Belo mandou construir galés nos estaleiros de Narbona, de Marselha, e da República de Génova, além dos navios que comprou, ou mandou construir em Portugal, Castela, e em cidades hanseáticas. Para reforçar e aumentar as suas forças navais, no ano de 1294, contratou genoveses para a construção do primeiro arsenal marítimo francês em Ruão (Le Clos des Galées)<sup>184</sup>. Assim, no ano seguinte, o rei de França, dispunha de 50 galés e perto de 300 navios, todos aparelhados e bem armados. Esta frota iria abrigar-se no porto de Clos de Galées para controlar o Canal da Mancha. Àquela frota juntaram-se três naves portuguesas no Sena. Eram: Santa Maria de Portugal, Santa Maria de Vila do Conde e Nossa Senhora de Portugal<sup>185</sup>.

Em França, mais justamente em Avinhão, residiam dois cavaleiros portugueses, Vicente Eanes César e João Lourenço, aos quais o rei D. Dinis iria incumbir da tarefa de encontrarem uma pessoa válida para ocupar o lugar de almirante-mor do reino. Indicaram o nome do mercador genovês Manuel Pessanha, por possuir conhecimentos e ter familiares em Itália e também em Inglaterra, que se encontravam ao serviço da coroa inglesa, como era o caso de dois dos seus irmãos Leonardo e António<sup>186</sup>. Segundo José Lúcio de Azevedo “foi este rei [D. Dinis] que, tomando a seu serviço o genovês Peçanha e outros marinheiros da mesma pátria, difinitivamente instiui a marinha do estado<sup>187</sup>”.

A apressada contratação do genovês, ocorrida a 1 de Fevereiro de 1317<sup>188</sup>, bem como a de um grupo de mareantes genoveses para o serviço da frota real, com o objectivo de ensinarem aos portugueses as técnicas de navegação no Oceano<sup>189</sup>, insere-se nos preparativos para a defesa da costa algarvia, fustigada por assaltos vindos do Norte de

---

<sup>184</sup> Idem, *ibidem*, pp. 36-38.

<sup>185</sup> José de Vasconcelos e Menezes, *Os Marinheiros e o Almirantado : Elementos para a História da Marinha (século XII-século XVI)*, Lisboa, Academia da Marinha, 1989, p. 216.

<sup>186</sup> Humberto Baquero Moreno, *História da Marinha Portuguesa: homens, doutrinas e organização (1139-1414)*, Lisboa, Academia da Marinha, 1998, pp. 256-257.

<sup>187</sup> José Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1929, p. 30.

<sup>188</sup> *Descobrimientos Portugueses: Documentos para sua História*, ed. João Martins da Silva Marques, Lisboa, Instituto Para a Alta Cultura, 1944, vol. I, pp. 27-30.

<sup>189</sup> Luis de Albuquerque, *Introdução à História Dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1983, p. 38.

África, a partir de Ceuta<sup>190</sup>. Para este efeito, foram construídos navios de guerra destinados à luta contra os muçulmanos de Granada e de Marrocos<sup>191</sup>. A conjuntura da época levaria a que a Igreja concedesse ao rei D. Dinis a dízima das rendas eclesiásticas, no sentido de fazer guerra aos mouros do Norte de África.

Neste sentido, a Bula do Papa João XII, dirigida ao bispo de Coimbra, D. Raimundo, ao deão da catedral, e a João de Solério, cónego alfordense, com a data de 7 de Maio de 1320 “concede a D. Dinis, a dízima das rendas eclesiásticas do reino, pelo tempo de três anos, para fazer guerra aos mouros, em África, com uma armada de galés. Do pagamento, estavam apenas isentos os cavaleiros da ordem do Hospital todas as mais ordens, catedrais e igrejas mandava fossem prudencialmente taxadas, e se desse a decima inteiramente a El Rei para a despesa da armada sobredita; mandando aos juízes executores que quando todos não podessem assistir à taixa, e distribuição do subsidio, ao menos dois deles se ocupassem nesta obra, e computando o rendimento de cada uma das igrejas, ou mosteiros pelo computo das rendas dos dez anos antecedentes fizessem o orçamento com moderação para não ser oneroso”<sup>192</sup>.

Dada em Avinhão, na data supra.

A nível de navegação atlântica registam-se sucessivos desenvolvimentos em que os genoveses também participam. Se, antes do ano de 1291, a navegação cristã estava limitada ao estreito de Gibraltar e a algumas léguas dentro no oceano Atlântico, paralelo à praça de Anafé<sup>193</sup>, em 1336, o genovês Lanzerote Malocello efectuou, por conta do rei de Portugal, uma expedição às Ilhas Canárias, a que se seguiu, no ano de 1341, uma outra expedição luso-italiana com o mesmo destino. Nesse mesmo ano, o papa Bento XII, pela bula ‘*Gaudenus Et Exultamus*’ concedeu ao rei D. Afonso IV a cruzada e dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino, durante dois anos, para fazer a guerra em Granada e em Benamarim<sup>194</sup>. Para contrariar a doação da ilha feita pelo Papa Clemente VI ao príncipe castelhano, D. Luis de la Cerda<sup>195</sup>, é como vassalo de D. Fernando, que Lanzerote Malocello residiu nas Canárias entre 1365 e 1385<sup>196</sup>.

---

<sup>190</sup> Humberto Baquero Moreno, *op.cit.*, p. 257.

<sup>191</sup> Raymond Mauny, *op.cit.*, p. 36.

<sup>192</sup> *Descobrimientos Portugueses...*, vol.I, p.40.

<sup>193</sup> Actual Casablanca (Marrocos).

<sup>194</sup> Raymond Mauny, *op.cit.*, p. 39.

<sup>195</sup> José de Viera y Clavijo, *Noticias de la Historia de las Islas Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, Goya-Ediciones, 1950, Tome I, p. 209.

<sup>196</sup> Raymond Mauny, *op.cit.*, p. 41.

Relativamente ao comércio externo, os portugueses criaram rotas de navegação, mantendo fortes relações comerciais com os Merinidas de Marrocos e os Nacéridas de Granada. Os muçulmanos compravam fruta do Algarve, com moeda de ouro, e as embarcações portuguesas visitavam, com muita frequência, os portos marroquinos<sup>197</sup>.

O assassinato de D. Pedro I de Castela (primo de D. Fernando), por Henrique de Trastâmara (Henrique II) envolveu D. Fernando na política peninsular. A diplomacia funcionou a partir daí em vários sentidos. D. Fernando assegurou o apoio de várias terras de fronteira (Tui, Orense, Corunha, Cidade Rodrigo, Zamora e Alcântara) e apressou-se a estabelecer um acordo com o rei de Aragão, reforçado com a promessa de matrimónio com a infanta D. Leonor de Aragão e Galiza. Firmou, ainda, uma aliança com o rei mouro de Granada, e por fim, mandou Lançarote Pessanha como embaixador à corte de França, para justificar a opção pela declaração de guerra a Castela<sup>198</sup>.

Contemporâneo da Guerra dos Cem Anos ocorrida entre França e Inglaterra, D. Fernando iria envolver-se em conflitos armados com a vizinha Castela (as denominadas “guerras fernandinas” - 1369-1371; 1372-1373; 1381-1383). Garantindo a neutralidade do reino de Granada, dos franceses e dos aragoneses, D. Fernando procedeu ao bloqueio do porto de Sevilha. Para tal efeito, a frota naval portuguesa, chefiados pelo almirante Lançarote Peçanha, conquistou o forte de Santa Maria, controlando as entradas e saídas das naus e galés que passavam pela foz do rio Guadalquivir. Durante o bloqueio, o monarca português procedeu à concessão de numerosos privilégios aos oficiais da sua frota naval. Assim, no ano de 1368, ao almirante Lançarote Peçanha doou a vila de Odemira e uma casa em Lisboa; em 1370, doou as Ilhas Desertas de Nossa Senhora e Gomeira, situadas no mar de Cabo Não, com todos os direitos e pertenças, rios, portos e pescarias, ao seu almirante Lançarote de França; bem como doou à Martim Martins, marinheiro da nau del-rei Santa Maria, uma casa em Lisboa. Nesse mesmo ano, assinou o acordo de paz com o Duque e a comuna de Génova e, de novo preveligiou o almirante Lançarote Peçanha, reconhecendo-lhe autoridade e estatuto superior aos demais, alcaides, arraises, petintéis das galés del-rei e homens do mar<sup>199</sup>.

---

<sup>197</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008, p.180.

<sup>198</sup> Paula Costa; Júlia Castro, “O descalabre do poder naval português”, in *História da Marinha Portuguesa: homens, doutrinas e organização (1139-1414)*, coord. Humberto Baquero Moreno, Lisboa, Academia da Marinha, 1998, pp.85-116.

<sup>199</sup> *Descobrimientos Portugueses...*, vol.I, pp. 121-128.

No mês de Maio de 1371, foram favorecidos, pelas mercês del-rei D. Fernando, o seu alcaide das galés, Gonçalo Afonso, mestre da barca Santiago, que teria poderes para prover, administrar e marear a barca; meter nela marinheiros e grumetes pagos, e despedi-los; fretá-la para trazer carga para Lisboa; receber fretes e lucros e dar deles quitação às pessoas que os receberem. Os mesmos direitos seriam outorgados aos alcaides de galé, Fernão Gomes, mestre da barca São Jorge, e Martim Ortiz, mestre da, Santa Maria<sup>200</sup>.

Os sucessivos privilégios e favores atribuídos, quer aos almirantes, marinheiros e mestres das galés del-rei, quer, também a mercadores nacionais e estrangeiros, demonstram, por um lado, a importância dada à frota naval e, por outro lado, a prioridade do fortalecimento das relações externas com Génova e a consolidação das relações comerciais com o reino de Inglaterra e o príncipe de Gales, patente na carta de privilégios concedida aos mercadores ingleses.

No sentido de resolver a grave crise económica decorrente do contexto do séc. XIV, e especificamente o do comércio externo (duramente afectado pelo desgaste sofrido pelos navios particulares envolvidos nas guerras fernandinas, agravado pelos assaltos no mar, resultado desse conflito luso-castelhano), determinou o rei D. Fernando incentivar a construção naval<sup>201</sup>. Deste modo outorgou um amplo leque de privilégios aos que se dedicavam aos mesteres a ela ligados (calafates, carpinteiros...), nomeadamente na isenção do pagamento de almotaçaria para os que trabalhavam ao dia, ou a dispensa de participação em serviços colectivos (como a incorporação na frota e nas galés, na hoste e em fossado), ou em qualquer encargo ao rei prestado por mar.

No mesmo sentido, em 1377, a cidade de Lisboa é igualmente privilegiada, no que diz respeito à construção naval, determinando o monarca toda uma série de incentivos: os que construíssem naus e navios de mais de 100 tonéis, ou os que os comprassem fora do reino, passariam a usufruir da possibilidade de cortar madeira nas matas reais, sem qualquer pagamento; os materiais como a madeira, o ferro e o fulame, mesmo que provenientes de fora do reino, não seriam tributados com a dízima; as naus que fossem compradas, em Portugal ou no estrangeiro, encontrar-se-iam igualmente isentas desse encargo, bem como as primeiras cargas por elas transportadas. Em 1380, D. Fernando irá

---

<sup>200</sup> Idem, *ibidem*, vol.I, pp.138-140.

<sup>201</sup> Humberto Baquero Moreno, *op.cit.*, p. 129.

novamente atribuir benesses aos moradores de Lisboa, desta feita, aos que fizessem baixéis e naves de 50 tonéis, estendendo-o, depois, à cidade do Porto, em 1381<sup>202</sup>.

De resto, os incentivos de D. Fernando no mesmo sentido alargaram-se a um conjunto de cidades do reino<sup>203</sup>. A organização da Companhia das Naus, em 1380 (instituição similar à dos Seguros, na actualidade, que protegia os armadores contra os sinistros que podiam advir às suas embarcações) é considerada um dos monumentos legislativos mais significativos do seu reinado. A importância de que se reveste este dispositivo é de tal forma extraordinária, que não se exagera ao classificar o documento que a funda como constituinte de uma época em que à marinha caberá um lugar cimeiro. É nesta iniciativa, pioneira na Europa, que radica o conceito da segurança naval, tão indispensável à prossecução das empresas náuticas de conquista e expansão quatrocentista, cujo risco se adivinha altíssimo<sup>204</sup>.

D. Fernando, até ao fim dos seus dias, nunca deixou de conceder privilégios aos seus almirantes, alcaides, arrais, petintais e outros homens do mar - demonstrando, de forma clara, o empenho do monarca em fortalecer a sua marinha mercante e de guerra, para garantir o provimento dos bens essenciais ao reino. Noutra sentida, e como as demais potências, o rei e particulares continuavam a praticar o corso, sem distinguir muçulmanos e cristãos<sup>205</sup>.

A disputa entre a Coroa portuguesa e a castelhana levaria a que as duas potências ibéricas entrassem de novo em confronto, depois da morte de D. Fernando, entre 1383 e 1385, conflito que acabaria com a derrota dos castelhanos na batalha de Aljubarrota de 1385. A aclamação de D. João I, como novo rei de Portugal, e a assinatura do acordo de paz de 1411 assinalaram o término deste período de guerra. Sabedor da grave situação política em que se encontrava o reino Nacérida de Granada e o reino Merinida de Fez, cujos reis “não pareciam capazes de despertar da letargia e da conflitualidade em que se

---

<sup>202</sup> Idem, *ibidem*, pp. 236-238

<sup>203</sup> Sesimbra, Elvas, Porto, Lisboa, Silves, Abrantes, Paços de Sanfins, Torres Novas e Póvoa de Paredes – Idem, *ibidem*, p. 237.

<sup>204</sup> Cf Idem, *ibidem*, pp. 239-240.

<sup>205</sup> Como se verifica, por exemplo, com a captura de duas cocas que pertenciam aos Duques e comuna de Génova – Idem, *ibidem*, p. 124.

afundavam<sup>206</sup>», o Vedor da Fazenda Real, João Afonso, incentivou o novo monarca, à conquista de Ceuta, realizada em 1415.

Refere, sobre esta cidade, Gomes Eanes de Zurara: «E esto he a çidade de Cepta que he em terra dAffriqua que he huua muy notável çidade de muy azada pera se tomar. E esto sey eu principalmente per hum meu criado que la mandey tirar alguns cativos de que tinha encarrego. Elle me contou como he huua muy grande çidade rriqua e muy ferrosa<sup>207</sup>»

Em 20 de Novembro de 1420 verificamos, uma nova intervenção da igreja romana junto da monarquia portuguesa com a atribuição da bula *In Apostolicae Specula* de Martinho V, pela qual o Infante D. Henrique foi nomeado Administrador Apostólico da Ordem de Cristo. Desta feita as rendas dos herdeiros dos templários servirão para financiar, quer as lutas contra os mouros do Norte de África, quer as explorações marítimas e a evangelização das tribos africanas<sup>208</sup>. Neste sentido, no mesmo ano procedeu-se à colonização da Ilha da Madeira (1420), e em 1434 foi realizado o notável feito da passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes.

Após o falecimento do Infante D. Henrique (o Navegador) e do rei D. Afonso V (o Africano), D. João II cognominado «o Príncipe Perfeito» ascendeu ao trono português. Ciente, quer das dificuldades ligadas à carência de produtos alimentares, quer ao problema de escassez da população do reino, a qual não ultrapassava um milhão<sup>209</sup>, o rei iria modificar a política externa do reino. A política de confronto, até então praticada pelos reis de Portugal quer contra os castelhanos quer contra os mouros, iria mudar para a prática de uma política que privilegia, por um lado, o reatar das relações de boa vizinhança com Castela, assinando dois importantes acordos, o Tratado de Alcáçovas (1479-1480) e o Tratado de Tordesilhas 1494<sup>210</sup>, e por outro lado, a assinatura de acordos de paz e comercio com os naturais da zona meridional de Marrocos.

---

<sup>206</sup> António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV*, Lisboa, Diss. de Doutoramento em História pela Universidade de Lisboa, 1990, vol. I, p. 45.

<sup>207</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia da Ciências de Lisboa, 1913, cap. IX, pp. 26-29.

<sup>208</sup> António Brásio, *A Acção Missionária no período Henriquino*, Lisboa, Comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, 1958, pp.61-63.

<sup>209</sup> A. De Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, pp.27-33.

<sup>210</sup> Tratado de Alcáçovas (1479-1480), Tratado de Tordesilhas 1494 e mais tarde o tratado de Sintra em 1509, A António De Saldanha, *Crónica de Almançor Sultão de Marrocos (1578-1603)*, estudo crítico, introdução e notas por António Dias Farinha, Lisboa, I.I.C.T, 1997, p.553.

A Igreja nunca poupou esforços no sentido de conceder mais apoios aos monarcas portugueses na manutenção da praça de Ceuta, considerada, por muitos, como ponto de articulação de Marrocos e de Castela, e porto assiduamente frequentado e disputado, em razão da sua situação à entrada do Mediterrâneo e na proximidade com a Península Ibérica<sup>211</sup>. A posição geoestratégica e as importantes infraestruturas portuárias de Ceuta, herdadas do período muçulmano, eram trunfos que foram aproveitados pelos portugueses durante a segunda metade do século XV, quer no auxílio aos castelhanos na sua guerra contra os granadinos<sup>212</sup>, quer para realizar «o corso, armado pelo rei, pelos infantes, pelo capitão de Ceuta e por numerosos senhores; o ataque e pilhagem às costas de Berberia e de Granada, e o comércio entre o Atlântico e o Mediterrâneo, com relevo para as costas de Valência e de Barcelona e para os portos italianos<sup>213</sup>.»

Em Fevereiro de 1456, o papa Calisto III outorgou uma bula, ordenando, em Ceuta, a criação de quatro conventos ligados às quatro Ordens Militares que existiam em Portugal, cada uma das quais com o encargo de construir o seu próprio edifício. Para a defesa de praça, sustentava, ainda, a obrigação de manter a terça parte dos perceptores, comendadores, oficiais, beneficiados e freires que, durante um ano, participariam na guarda de Ceuta, juntamente com os guerreiros e moradores dela<sup>214</sup>.

A relação pacífica que ligava os mercadores portugueses e os representantes da coroa portuguesa (feitores) aos alcaides e principais dos muçulmanos da zona meridional de Marrocos, encorajou estes últimos a solicitar vassalagem ao rei D. João II. Assim, é por carta datada de 18 de Outubro de 1488, que foi aceite o preito do alcaide de Safim, Ahmed Ben Ali ﴿أحمد بن علي﴾ e dos vizinhos e moradores da cidade de Safim e seu termo, prestada perpetuamente aos reis de Portugal. No documento estipulava-se o tributo anual que deveriam pagar ao rei e as obrigações e direitos dos moradores e alcaides<sup>215</sup>. À medida que os muçulmanos da região se tornavam vassalos dos reis de Portugal, passariam a ser denominados como “*mouros de pazes*”.

---

<sup>211</sup> Charles André Julien, *Le Maroc Face Aux Imperialisme (1415-1956)*, Paris, Editions J.A, 1978, p. 20.

<sup>212</sup> Gomes Eannes de Zurara, *Crónica de D. Duarte de Menezes*, 1ª ed., Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. XVIII, pp. 114-117.

<sup>213</sup> António Dias Farinha, *op.cit.*, pp. 289-290.

<sup>214</sup> *Descobrimientos Portugueses...*, Vol.I, pp.530-531.

<sup>215</sup> João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1971, pp. 346-347; Documento III (em português e em árabe), Pierre de Cénival, (ed.), *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, Tome I, pp. 25-30.

### 3. Navegação portuguesa para a zona meridional de Marrocos

A fluidez do tráfego marítimo ao longo da Costa atlântica africana era garantido pela frota portuguesa a partir da praça de Ceuta, como refere o padre António Brásio, afirmando que «os portugueses eram e foram ali mais de dois séculos uma atalaia cristã fortemente encastelada no coração do agareno, trancando-lhe os caminhos na sua guerra de corso e obrigando providencialmente Portugal a criar uma marinha de guerra efectiva e a conquistar o domínio dos mares<sup>216</sup>»; e pelas relações pacíficas que ligavam os reis de Portugal aos alcaides, Xeques e principais das praças da zona meridional de Marrocos, originou a realização de dois grandes actos de navegação.

Durante o reinado de D. Manuel, as navegações marítimas portuguesas tinham alcançado níveis de desenvolvimento inigualáveis, com a chegada, em 1497, de Vasco da Gama à Índia e, em 1500, de Pedro Álvares Cabral à Terra de Vera Cruz (Brasil). Concomitantemente, esta evolução era acompanhada pelo desenvolvimento da cartografia, cujo conteúdo seria mantido em sigilo durante todo o século XV. A Cartografia portuguesa estava servida, desde o ano de 1420, pelo cartógrafo maiorquino Jaime de Maiorca (filho do célebre cartógrafo judeu Abraão Cresques). Este último, conhecia toda a cartografia existente no seu tempo : o planisfério de seu pai (1375), o do judeu maiorquino Viladestes (1413), o planisfério de Gabriel Valséqua (1439) e outros mais<sup>217</sup>. Deste modo a cartografia portuguesa acompanhou o avanço dessas navegações sendo o seu conteúdo mantido em sigilo durante todo o século XV.

No início de século XVI, foi criada uma instituição de um serviço de cartografia, cuja finalidade se resumia à fiscalização de todos os trabalhos cartográficos postos à venda, em função da ordem régia que proibia a divulgação, antes do devido tempo, de cartas e itinerários feitos pelos portugueses<sup>218</sup>. Apesar dessa lei, a Lisboa chegavam muitos espões de diversos países para procurar informações sobre as novas terras descobertas. Ernesto de Vasconcellos refere um caso concreto, o de Hercules d'Este, Duque de Ferrara, que recebeu “haver recebido do seu enviado Alberto Cantino, um

---

<sup>216</sup> Padre António Brásio, *op.cit.*, p. 9.

<sup>217</sup> *Idem. ibidem*, pp.35-43.

<sup>218</sup> Ernesto de Vasconcellos, *Subsídios para a História da Cartografia portuguesa nos séculos XVI, XVII, XVIII*, Lisboa, Tipografia Universal, 1916, p. 10.

Mapa – Mundi que aqui [em Lisboa] encomendará por 12 ducados de ouro e que figura actualmente na Biblioteca Estense, de Modena.»<sup>219</sup>. O mapa é de 1502 e é conhecido pelo nome de Planisfério Cantino (Fig.3)<sup>220</sup>.

Do país vizinho (Castela), vinham outros espiões com a mesma finalidade. Assim, em 1503, Juan de La Cosa no seu regresso de Portugal, levou dois mapas à Rainha Isabel de Castela; Américo Vespúcio, depois de adquirir conhecimentos náuticos, aquando da sua participação nas expedições portuguesas realizadas entre 1501 e 1503, regressa a Castela; um terceiro foi um piloto-cartógrafo português que tinha fugido para Castela<sup>221</sup>.



**Fig. 3 - Planisfério de Cantino**<sup>222</sup>

Em Castela, a reconquista do reino de Granada pelos Reis Católicos em 1492, o envio consequente da expedição de Cristóvão Colombo às Américas, e a confirmação da soberania castelhana sobre as Canárias, encorajou alguns nobres castelhanos em estabelecer relações de comércio com os dignitários locais das praças marroquinas de influência portuguesa. Sabendo das contendas movidas pelos castelhanos em torno das

<sup>219</sup> Idem, *ibidem*, p. 11.

<sup>220</sup> Francisco Contente Domingues, “La cartografía portuguesa en la transición del siglo XV al XVI: el planisferio anónimo de 1502”, in *Cartografía Medieval Hispánica: Imagen de un Mundo en Construcción*, ed. Mariano Cuesta Domingo y Alfredo Surroca Carrascosa, Madrid, Real Sociedad Geográfica, 2009, pp. 259-274.

<sup>221</sup> A. Teixeira da Mota, “Influence de la Cartographie Portugaise Sur La Cartographie Européenne Á L’Époque des Découvertes”, in *Actes Du Cinquième Colloque International d’Histoire Maritimes*, Paris, S.E.V.P.E.N. s.d, p. 241.

<sup>222</sup> Biblioteca Estense Universitaria de Modena, Itália, disponível em <http://bibliotecaestense.beniculturali.it/info/img/geo/i-mo-beu-c.g.a.2.pdf>.

praças meridionais marroquinas<sup>223</sup>, consideradas lucrativas pelo ouro, escravos e outros produtos, o rei D. Manuel resolveu mandar expedições de reconhecimento à dita costa. Neste sentido, podemos destacar duas delas, a primeira efetuada, no ano de 1498, pelo ilustre cavaleiro e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, descrita na sua obra intitulada o *Esmeraldo de Situ Orbis*; a segunda ocorrida, no ano de 1505, que contou com a presença do mercador hanseático Valentim Fernandes, e da qual resultou o *Códice de Valentim Fernandes*.

Após a realização das ditas expedições é lícito perguntar qual a tipologia das informações que estavam ao dispor do rei D. Manuel sobre a área em causa, antes do envio da armada para a tomada de Azamor em 1508. Para responder a esta pergunta, foi elaborado o seguinte quadro, com as informações contidas nas duas obras cima referidas.

---

<sup>223</sup> Nomeadamente Meça e Safim.

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Náuticas	Informação político-militar.	Informação tributária
- Azamor <sup>224</sup>	Doze léguas de Anafé.	A segunda parte do reino de Fez tem o seu princípio no rio de Azamor.	Azamor e as suas comarcas são abastadas de pão, carnes, pescados e outras muitas coisas. Há pescaria maravilhosa de sáveis (الشابل) muito grandes e bons de que pagam tributo a Vossa Alteza	E esta entrada é para navio pequeno. E porque a barra e canal deste rio muitas vezes se muda, o piloto que aqui houver de entrar sonde primeiro a dita barra ou entre com piloto da terra. - Apresenta uma descrição minuciosa da barra do rio Oum Errabie, para que os pilotos portugueses a usem para atracar em Azamor		Pagavam os tributos em sáveis ao rei de Portugal.
- Azamor <sup>225</sup>	Jaz em hum rio grande	Cidade de mil vizinhos. Há muitos anos pagam os desta cidade tributos aos reis de Portugal, de 30.000 sáveis/ano. Sempre elrei teve seu feitor aqui. Foi de doze mil vizinhos.	No qual rio tomam muitos peixes e sáveis mais que outros. Aqui resgam bons cavalos e aljuivias e alambéis que levam para negros.	Neste rio entram caravelas.		Muitos anos pagaram os desta cidade tributos aos reis de Portugal – a saber – 30.000 sáveis/ano, e sempre elrei de Portugal teve seu feitor aqui.
- Mazagão <sup>226</sup>	Fica a duas léguas de Azamor	Foi antigamente a cidade de Mazagão, que agora é de todo destruída. Desta angra para diante se começam os campos de Duquela que se estendem quasi 40 léguas. São campos ocupados de Alarves de uma geração que se chama a xarquia (الشرقية).	Nesta baía de Mazagão carregam muito mais destes reinos e assim de Castela de trigo, quando cá por nosso pecado o Deus não dá.	Esta angra é boa para naus grandes; e quem se nela houver de amarrar, abóie bem sua amarra, porquanto, o fundo é sujo e tem pedra, há lugares que corta a amarra.	Desta angra para diante se começam os campos de Duquela, que se estendem quasi quarenta léguas. E estes campos são ocupados de Alaraves de uma geração que se chama Xarquia, na qual se afirma que são 40 mil de cavalo. Mas são todos desarmados.	
- Mazagão <sup>227</sup>	É um arrecife em que vão caravelas e jaz fora da baía contra Azamor	Foi vila em outro tempo e agora toda caída e despovoada	D aqui levam os navios por seu resgate trigo que ali nace.			

**Quadro 5-1:** Descrição de Azamor e de Mazagão.

<sup>224</sup> Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988, I Parte, Cap. 17, pp. 62-63.

<sup>225</sup> Valentim Fernandes, *Códice Valentim Fernandes*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997, pp. 7-8

<sup>226</sup> Duarte Pacheco Pereira, *op.cit.*, pp. 63-64.

<sup>227</sup> Valentim Fernandes, *op.cit.*, p. 8.

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Náuticas	Informação político-militar.	Informação tributária
- Tite. <sup>228</sup>	Fica a três léguas de Mazagao.	Foi esta vila de Tite muito povoada, mas agora a quarta parte não tem de povoação	Esta terra é muito fértil de pão, carnes e pescados.	Primeiro que cheguem a Tite, com meia légua ou pouco mais, está uma angra de razoada grandeza, em que caberão dez ou doze navios pequenos, a qual tem dentro uma torre pequena derribada, Tite tem por conhecida uma torre muito alta que nela está, e assi tem em terra uma calheta em que podem entrar batéis, fazendo bonança; mas guardam-se do vento noroeste que é ali travessão e mete grande ola de mar.		
- Tite <sup>229</sup>		Cidade de 300 vizinhos. Está de outra banda de Mazagão. Em tempo de prosperidade da cidade de Marrocos foi esta muito grande e de grandes rendas, e é mais antiga que Azamor.	Trigo carregam também aqui muito.			
- Safim <sup>230</sup>	Fica a 22,5 léguas de Mazagão.	Ela é situada junto com o mar, e tudo ali é praia e costa brava.	Cidade é muito fértil de pão, carnes, pescados e muitos e bons cavalos que hão dos alaraves, dos quais alguns se trazem para estes reinos; e assi há aqui ouro que os alarves trazem por terra de Guiné, e muita courama e toda sorte, e mel e cera, com outras mercadorias, em que se faz proveito.	O navio que ali pausar guarde-se do vento oeste, porque neste porto é travessão.		Tributária a Vossa Alteza.

**Quadro 5-2:** descrição de Tite e de Safim.

<sup>228</sup> Duarte Pacheco Pereira, *op.cit.*, p. 64.

<sup>229</sup> Valentim Fernandes, *op.cit.*, p. 8.

<sup>230</sup> Duarte Pacheco Pereira, *op.cit.*, pp. 66-67.

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Návicas	Informação político-militar.	Informação tributária
- Safim. <sup>231</sup>		Cidade jaz dentro do cabo cantim e será de 3000 vizinhos cidade amuralhada com dois castelos. Cidade que é a melhor e a principal que os mouros tem em toda a costa desde o estreito para Etiópia. Fora de Safim tem uma ermida pequena em a qual está enterrado o mouro que primeiro fundou Safim. Segundo eles dizem e assim têm por santo.	Terra de grande trato, e terra seca, colhem a sua água em cisternas para beber. Tem muito trigo em covas e o mantêm muito tempo sem gorgulho. Trazem desta cidade muitos e bons cavalos e muito trigo e anil que fazem no sertão goma arábica alqueces bedens.		O Alcaide o Senhor desta cidade é mouro e sempre esteve por mão delrei de Portugal e em finando-se não podiam fazer outro sem conhecimento do dito rei de Portugal. No ano de 1507 o alcaide que esteve nesta cidade fez uma conspiração com o duque de San Lucar mediante um judeu, e D. Manuel rei de Portugal deu tal astucia que o dito alcaide foi matado dentro da mesquita e o judeu. Então os mouros levantaram outro alcaide sem licença delrei pelo qual o dito rei mandou logo la uma armada de navios e gente e fez fugir o dito alcaide e fizeram outro levantado diante ele a bandeira delrei de Portugal e assim logo entregaram aos cristãos uma porta forte do mar onde logo poserom artelharia e assi na casa da feitoria.	Esta cidade estava por elrei de Portugal e elrei D. João II mandou fazer ali uma casa como castelo em a qual casa o dito rei tinha sempre um feitor por respeito da mercadoria que comprava para a Guiné.

**Quadro 5-3:** Descrição de Safim.

<sup>231</sup> Valentim Fernandes, *op.cit.*, pp. 12-13.

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Návicas	Informação político-militar.	Informação tributária
- <b>Marraxe</b> <sup>232</sup>	Além da cidade de Safim, trinta léguas, no sertão, está a grande cidade de Marraxe.	Na qual há 24 portas pelas quais dizem que, no tempo da sua prosperidade, por cada porta safam mil de cavalo com seu capitão. Quando os mouros tomaram Espanha no ano de 719, levaram de Sevilha e de suas igrejas à cidade de Marrocos, noventa sinos muito grandes, os quais hoje em dia são postos em uma torre da sua mesquita maior, sem terem badalos. Sendo esta cidade tão grande e tão populosa e uma das principais coisas de África, agora é despovoada, porque a melhor da sua gente morreu toda na batalha do Salado, com a outra gente de Anafé. Desta cidade foi Santo Augustinho natural, e daqui passou em Itália, onde aprendeu as latinas letras e língua latina, e per graça do Espírito Santo se fez cristão. Ficam cidades contra Marraxe. scilicet, Almedina, Alhamiz, Bulanhão e Coeita e Tedenez, que antigamente foi grande e agora é despovoada				

**Quadro 5-4:** descrição de Marraxe.

<sup>232</sup> Duarte Pacheco Pereira, *op.cit.*, p. 67

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Náuticas	Informação político-militar.	Informação tributária
<b>- Ilha de Mogador e o Castelo Real.</b> <sup>233</sup>	Fica a doze léguas de Safim.	A Ilha é pequena parecida com a Berlenga. E haverá desta ilha à terra firme quanto uma grande besta possa lançar uma seta. E na terra firme tem muita água doce, junto com o mar, que corre até se meter nele. No ano de 1506, mandou vossa alteza edificar na terra firme desta vila de Mogador, junto com o mar, um castelo que se chama Castelo Real, do qual foi capitão Diogo de Azambuja, cavaleiro da vossa casa, comendador da ordem de São Bento.		A Ilha tem duas entradas, uma é da banda de nordeste e a outra da parte de aloes-sudoeste. Fica a melhor para o pouso dos navios à entrada do nordeste, de fundo limpo, em que podem entrar navios de cem tonéis, e deve-se amarrar âncora e proiz, dando o dito proiz na mesma ilha, e estará em seis e sete braças bom fundo limpo e seguro.		
<b>- Mogador.</b> <sup>234</sup>		Mogador hé um ilhéu junto com a costa de muitas aves. Em 1506 mandou elrei de Portugal D. Manuel fazer um castelo nesta ilha por Diogo de Azambuja seu capitão e comendador da Ordem de Avis.				

**Quadro 5-5:** descrição de Mogador.

<sup>233</sup> Idem, *ibidem*, pp. 68-69.

<sup>234</sup> Valentim Fernandes, *op.cit.*, p. 13

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Náuticas	Informação político-militar.	Informação tributária
- Cabo de Guer <sup>235</sup> e as cercanias.	Da ilha de Mogador norte-sul fica a 18 léguas.	Os sinais para conhecer este cabo são ,scilicet, que tem uma terra chã, feita como mesa, que vem ter sobre o dito cabo e a costa do mar, pera dentro dele. Quem estiver seis léguas, em mar, do Cabo de Guer, e fazendo tempo claro, verá as serras dos Montes claros em tão grande altura que parecem vizinhas às nuvens. E na serra deste Cabo de Guer está um pico muito agudo, que é mais baixo que os outeiros, onde está um castelo que se chama a Palma.	Há grande pescaria de pixotas e doutros muitos peixes.	O navio que estiver no Cabo de Cantim, e quiser ir para Cabo de Guer, faça o caminho do sudoeste e da quarta do do sul vinte léguas e será tanto avante como a ilha de Mogador, a qual lhe demorará em les-sueste, e será, em mar dela cinco léguas, e dali correndo pelo sul vinte e quatro léguas, haverá o Cabo do Guer. E este é o seu próprio caminho a quem partir de Cantim para o dito Cabo de Guer. Nesta costa o fundo é limpo para pousarem navios avante em quantas braças quiserem. Quem quiser pousar em Tamarate chega-se bem a terra, e pousará pelas sete braças ate as doze, tudo limpo, e seguramente pode surgir; e destas braças para a terra, porque para o mar tudo é sujo até à baixa de Agoa de Narba.		
- Cabo de Guer e o Castelo de Santa Cruz de Agonarba <sup>236</sup> .		Faz uma angra que tem vila e castelo de mouros. No ano de 1506 João Lopes de Sequeira fidalgo delrei de Portugal com ajuda delrei fez neste cabo um castelo forte para subjugar estes alarves mouros.				-

**Quadro 5-6:** descrição do Cabo de Guer.

<sup>235</sup> Duarte Pacheco Pereira, *op.cit.*, pp. 70-71

<sup>236</sup> Valentim Fernandes, *op.cit.*, p. 13

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Náuticas	Informação político-militar.	Informação tributária
<b>- Santa Cruz de Agoa de Narba</b> <sup>237</sup>	Jaz o cabo de Guer com Ágoa de Narba, les-sueste e oes-noroeste, e tem dez léguas na rota.	E conhecido por ter um monte alto, sobre si, com uns pardieiros em cima; e, em baixo, na ribeira está o castelo de Santa Cruz. Mas é cousa muito para notar mandar Vossa Alteza fazer do novo fundamento esta fortaleza, por João Lopes de Sequeira, fidalgo de vossa casa, em terra de bárbaros, inimigos da nossa santa fé católica (...), ela se fez por força de armas, segundo o desejo de vossa boa e santa tenção. A qual fortaleza é situada junto com o mar, que é de boa conhecensa, porque todolos outros castelos que estão do dito Cabo de Guer pera dentro, são situados em cima, na serra, e esta há cerca do mar, como o dito é.	Terra muito fértil em pão, carnes, pescados, mel e cera, courama e outras muitas mercadorias em que se faz muito proveito; e assim há aqui ouro que Alaraves trazem de guine por terra	Na dita angra, pode pousar qualquer nau grande, em fundo limpo e boa ancoração em quantas braças quiserem surgir, segundo a grandeza do navio.		
<b>- Rio Meça</b> <sup>238</sup>	Oito léguas.	E tanto forem na praia do dito desembarcadoiro, verão um caminho que vai para uma casa derribada que parece forno de cal a qual está quasi meia légua do mar, em uma lombada. Em Meça são três lugares que estão no sertão, fora da ribeira do mar, uma légua, pouco mais ou menos, e todas as três por um nome se chamam Meça; e estes são assaz ricos. E aqui é o derradeiro lugar e a segunda parte do reino de Fez, o qual tem o seu princípio no rio de Meluia. De Zamor ou Azamor até Meça e a segunda parte do reino de Fez, e tem por comprimento oitenta léguas.	As mercadorias que nesta terra há, é muito trigo, cevada e mel e cera e tâmara e anil e coirama e pilitaria e muitos e bons cavalos. E as mercadorias que nesta terra há, que no reino de Féz têm valia, é prata e panos vermelhos e azuis, verdes, roxos e amarelos; e quanto mais finos, tanto tem mor valia. Também compram holandas e lenços finos e outros lenços grossos a que chamam bordates; e todolo género de armas e ferramenta compram pela minguá que dela tem.	Todo o fundo deste caminho é limpo até Tefenite, que são cinco léguas de Agoa de Narba; e dali por diante é sujo até Meça, e ao longo da costa tudo é praia. E primeiro que chegam ao rio de Meça, com meia légua, esté uma mesquita, em uma ladeira, pouco mais de um tiro de bombardada do mar; e dali, ao desembarcadoiro de Meça, há duas léguas na mesma rota de noroeste e sueste. Podem pousar navios pequenos de vinte e vinte e cinco tonéis, em uma calheta, em vinte braças em fundo limpo, e cumpre que se amarrem âncora e proiz, não passem adiante do dito caminho, nem ficando atrás dele.		

**Quadro 5-7:** descrição de Santa Cruz do Cabo de Guer e de Meça.

<sup>237</sup>Duarte Pacheco Pereira, *op.cit.*, pp. 71-72.

<sup>238</sup>Idem, *ibidem*, p. 72-73

Cidades	Localização	Descrição	Produtos	Informações Náuticas	Informação político-militar.	Informação tributária
- Meça <sup>239</sup> .		Vila muito grande de mouros e jaz em um rio grande.	Aqui há grande trato de mercadoria de bárbaros e alarves aqui estão genoveses mercadores, por este rio abaixo vem muito ouro, cera, coirame de vacas e bodes lacar e anil	não entram navios por ser baixo.		

**Quadro 5-8:** descrição de Meça.

Após análise das notícias referentes à costa atlântica do reino de Marrocos, verificamos primeiro que o escrito de Duarte Pacheco Pereira é muito mais preciso na sua descrição do que o de Valentim Fernandes; segundo, apuramos que, nos dois relatos, vêm mencionados seis pontos cruciais, a localização do local, a sua descrição, notícias sobre a produção local, informações náuticas (distâncias em léguas, fundo do mar, ventos etc...), informações político-militares (notícias sobre a governança e a cavalaria local) e informações tributárias.

A todas elas, mencionadas no quadro informativo, acrescentavam-se os desenhos e debuxos das entradas dos rios e da situação da terra, realizados por Duarte Darnas a mando do monarca, durante a expedição de 1507, que foi chefiada pelo capitão João de Meneses. Sobre ela, diz Damião de Góis: “como el rei todo o tempo que viveu, trabalhasse muito por fazer guerra aos reis de Fez, Miquinez, e Marrocos, e a outras províncias de Mouros, que sam de conquista desta destes reinos, mandou no anno atrás de mil, e quinhentos, e sete, dom Joam de Menezes com três caravellas, e um navio de remo, sondar a barra Dazamor, da Mamora, de Çale, e de Larach, e com ele Alvaro Ribeiro, e Gonçalo Ribeiro, dous Cavalleiros de Lagos, e Sebastião Rodriguez Berrio, e Pero Berrio seu Sobrinho de Tavira: e hum Duarte Darnas grande pintor, que traçou, e debuxou as entradas destes rios, e a situação da terra. O que tudo feito como convinha, dom Joam de Menezes se veo ao reino, a dar informação a el Rei do que achara, das quaes movido,

<sup>239</sup>Valentim Fernandes, *op.cit.*, pp.13-14.

determinou neste anno M, D. viij, mandar hua armada sobela cidade Dazamor, de que deu a capitania ao mesmo dom Joam de Meneses<sup>240</sup>,

Este parágrafo suscita de imediato duas observações. A primeira relaciona-se com o facto de o rei D. Manuel enviar uma expedição de reconhecimento aos portos tradicionais do reino de Fez; a segunda, refere-se ao envio no ano seguinte (1508) de uma armada sobre a cidade de Azamor.

Os contornos do envio daquela armada relacionam-se com o facto de Bastião Rodrigues Berrio<sup>241</sup>, receber a confirmação de que os principais da cidade de Azamor queriam ser vassalos do rei D. Manuel, com a condição de que “os deixasse viver em sua liberdade<sup>242</sup>”. Notificado, o rei mandou uma armada para tomar posse de Azamor.

Como refere Luís de Albuquerque, «Nas viagens de exploração (...) a tarefa essencial que cumpria aos navegadores era a de recolherem todas as informações sobre o oceano navegado e os lugares que visitavam; passadas tais notícias aos roteiros e aproveitadas (...) para o traçado das cartas (...), delas se aproveitariam depois aqueles que repetissem as mesmas navegações, assim se fez lenta e demoradamente, o inventário dos litorais e do mar. E até se faziam levantamentos hidrográficos no planeamento de operações militares»<sup>243</sup>. Portanto, conforme diz este investigador, a eficácia das operações da armada portuguesa, que visavam a conquista das praças meridionais de Marrocos ou de qualquer outro presídio ou território ultramarino, dependia, em primeiro lugar, das notícias, roteiros, cartas, debuxos das entradas dos rios e da situação da terra; e, em segundo, das alianças acordadas com os dignatários locais.

O desenvolvimento contínuo da marinha portuguesa permitirá controlar eficazmente as rotas marítimas que ligavam a Metrópole ao continentes africano, asiático e americano (Brasil). No Norte de África, o porto de Ceuta (Fig. 4) serviu como base de operações para a armada portuguesa no Estreito e a partir dele se enviava auxílio às operações militares dirigidas contra as praças do Norte de África, e se praticava a guerra

---

<sup>240</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei de Dom Manuel*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1749. parte I, cap. XXVII, p.208.

<sup>241</sup> Natural de Tavira, pessoa principal e muito honrada. Costumava ir pescar sáveis em Azamor.

<sup>242</sup> Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, T. I, cap. II, pp. 8-9.

<sup>243</sup> Luís de Albuquerque, *op.cit.*, p. 195.

de curso - tornando-se os barcos tomados e seus pertences numa fonte suplementar de rendimento para o rei e seus oficiais<sup>244</sup>.



**Fig. 4** - Praça de Ceuta<sup>245</sup>

<sup>244</sup> Luis Filipe Thomaz, *De Ceuta A Timor*, Viseu, DIFEL, 1994, Cap IV, p. 195.

<sup>245</sup> Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, Coloniae Agripinae, 1572-1575, p. 56 v.

Durante os séculos XV e XVI, foram usadas duas tipologias de navios, os de vela, como as barcas, as caravelas, as naus e os galeões, e os de remo, como os batéis e as fustas, tanto na Costa Atlântica Africana, como no Índico<sup>246</sup>. O cronista Damião de Góis menciona, em três passagens, algumas destas embarcações:

- 1 - «... no anno atrás de mil, e quinhentos, e sete, dom Joam de Menezes com três caravellas<sup>247</sup>, e um navio de remo, sondar a barra Dazamor, da Mamora, de Çale, e de Larach»;
- 2 - «.....ao qual mouro dom João foi falar em hum batel<sup>248</sup> a bordo do rio..»;
- 3 «.. como pela ma ordem, que ouve no desamarrar, e derrota que tomaram, allem do que lhe queimaram os da cidade hua fusta que deu em seco..»<sup>249</sup>.

Por seu lado, o autor dos *Anais de Arzila*, Bernardo Rodrigues, que nos dá notícia da presença de uma nau chamada *Zambuco*, na primeira tentativa de conquista de Azamor: «.. *el-rei Dom Manoel, o qual, tendo a informação por certa, mandou fazer uma armada suficiente á empresa, em que foram setenta e cinco navios e uma nau de mantimentos e munições chamada o Zambuco*».<sup>250</sup>

Relativamente à praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, uma carta enviada, em 1514, a D. Manuel, por Afonso Rodrigues, feitor dessa praça, assinala a presença da caravela «*Santa Cruz*» («aos nove dias de Maio, chegou aqui a caravela Santa Cruz»)<sup>251</sup>.

Para comprovar a presença física daqueles navios e embarcações auxiliares que foram usados pela armada durante a expansão marítima portuguesa, recorreremos às ilustrações contemporâneas de D. João III, realizadas por D. João de Castro, entre os anos de 1538 e 1539, e de Georg Braun e Franz Hogenberg, de 1574. É também oportuno

---

<sup>246</sup> Francisco Contente Domingues, *Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007, pp. 15-82

<sup>247</sup> Embarcações de múltiplas utilidades e tipologias, de uma pequena caravela latina de um mastro à caravela redonda, passando pela caravela latina de dois mastros e à caravela de três mastros. Podiam desempenhar funções quer na armada, quer para a actividade piscatória - Francisco Contente Domingues, *Os Navios no Oceano: teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XV e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp.259-260.

<sup>248</sup> Embarcações de pequeno porte, empregues na navegação fluvial e costeira, do tipo barca – *Os Navios no Oceano...*, p. 276

<sup>249</sup> Damião de Góis, *op.cit.*, pp.208-210

<sup>250</sup> Bernardo Rodrigues, *op.cit.*, pp. 8-9

<sup>251</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Première série – Dynastie Sa'dienne. Archives et bibliothèques de Portugal, ed. Pierre de Cenival, Paris, Paul Geuthner, 1934, T.I-2, pp. 563-568.

referir a *Tavoada da Aguada do Xeqve* (Fig.5), feita no Oriente, entre os anos 1538-1539, talvez a melhor representação conhecida de navios portugueses da época, na qual figuram as principais embarcações em que se baseou o poder naval português - a nau, o galeão, a caravela redonda, a galé e os bergantins e fustas<sup>252</sup>.



**Fig. 5** - Tavoada da Aguada do Xeqve (1538-1539)<sup>253</sup>

Nas ilustrações realizadas por Georg Braun e Franz Hogenberg, relativas às praças portuguesas da costa atlântica marroquina, nomeadamente, às praças de Ceuta (Fig.4), de Azamor (Fig. 9) e de Safim (Fig.10), verificamos a presença da mesma tipologia de navios (Fig.5) que operavam no Oriente: uma nau (Fig.6), uma caravela de vela latina (Fig.7) e embarcações a remos, como é exemplificado por uma fusta (Fig.8).

Na armada que seguiu para Arzila, cada tipo de navio tinha um papel a desempenhar “os navios grossos (Fig.6) não deveriam deixar o surgidouro; não havendo fundo para êles, quer na entrada, quer no pôrto anterior. Tudo fôra previsto

<sup>252</sup> Francisco Contente Domigues, *Navios Portugueses...*, p. 9.

<sup>253</sup> *Tábuas Dos Roteiros Da Índia De D. João De Castro*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Fac-símile do códice 33, fls. 64-65, disponível em [https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-Cofre-33/UCBG-Cofre-33\\_item1/P79.html](https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-Cofre-33/UCBG-Cofre-33_item1/P79.html).

neste respeito. As embarcações de remo (Fig.8), batéis, bergantins, barcas deviam transportar a terra a gente e os seus aprestos de guerra»<sup>254</sup>.

A eficácia dos meios navais na conquista das praças atlânticas de Marrocos foi decisiva na tomada de Arzila por D. Afonso V, em 1471. O número de navios oscilava entre 338 e 445; já durante o reinado de D. Manuel, a tomada da praça de Azamor só foi conseguida com uma armada composta por 500 navios, com 13000 combatentes e 2000 de cavalo, chefiados pelo Duque de Bragança. O pavor que esta acção militar provocou foi tal, que os habitantes abandonaram as localidades de Tite e de Almedina<sup>255</sup>.



**Fig. 6** - Nau portuguesa na baía de Safim<sup>256</sup>.

<sup>254</sup> David Lopes, *História de Arzila Durante o Domínio Português (1471.1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 37-38.

<sup>255</sup> David Lopes, *Les Portugais au Maroc*, separata de *Revue d'Histoire Moderne*, T. XIV (Nouv. Ser. T. VIII) N° 39, Paris, Librairie Félix Alcan, Aout- Sept 1939, p. 346.

<sup>256</sup> Georg Braun e Franz Hogenberg, *op.cit.*, p. 56 v.



**Fig. 7** - Caravela latina na praça de Ceuta<sup>257</sup>.



**Fig. 8** - Embarcação a remos, conhecida por fusta, em Ceuta<sup>258</sup>.

---

<sup>257</sup> Idem, *ibidem*, p. 56 v.

<sup>258</sup> Idem, *ibidem*, p. 56 v

Portanto, é muito provável que, através dos relatos do cavaleiro Duarte Pacheco Pereira e do comerciante Valentim Fernandes, bem como dos debuxos realizados por Duarte Darmas, o rei D. Manuel tivesse em mente uma imagem bem próxima das ilustrações feitas, posteriormente, por Braun e Hogenberg. Pretendemos, com elas, a reconstituição do que devem ter sido as praças de Ceuta, Azamor e Safim<sup>259</sup>.

#### **4. Azamor e Safim**

Relativamente a estas duas fortalezas, irei mencionar dois episódios. O primeiro, refere-se ao falhanço da armada portuguesa, chefiada por D. João de Meneses, na conquista da praça de Azamor (Fig.9) no ano de 1508. Sobre este episódio escreve Damão de Góis: «A este Moley Zayão tomou Moley Naçer irmão do Rei de Fez o regno de Miquinez, do qual despossado, pella muita valia que tinha em Azamor, se veo meter na cidade, parecendo-lhe que o tomariaõ por senhor o que os cidadões naõ quizeram por então fazer pelo qual respeito veo a Portugal offerecerse a el Rei dom Emanuel, pera o serviço neste negocio. Com todo na armada hiam quatrocentas lanças, em que entravão alguns acobertados e dous mil espingardeiros, e besteiros, e outros soldados, todos dordenança, afora bombardeiros, e gente do mar. (...), em dia de Santa Clara, doze Dagosto, e logo ao dia seguinte mandou esbombardear a cidade, ao que os dentro respondião com sua artelharia, fazendo grandes alaridos, gritas, e algaras, como o tem de costume toda a gente daquela provincia, lançandolhe pello rio abaixo balsas de lenha, canas, palha estopa, todo aceso com fogo dalcattram de que se defendiam com muito trabalho allem do que sahiam da cidade muitos a praia a escaramuçar ao que D. Joam de Menezes nam acodio, sperando recado de Moley Zeyão, pera ver se queria, ou podia comprir com o que tinha prometido a el Rei, no qual tempo elle mandou recado a dom Joam per hum mouro que vinha acompanhado por cincoenta de cavalo, dizendo que estava a serviço del Rei dom Emanuel, ao qual mouro dom João foi falar em hum batel a bordo do rio, o que tudo eram enganos, porque soube logo que na cidade avia mais de oito mil homens de peleja, e que Moley Zeyão sem ter conta com que tinha prometido

---

<sup>259</sup> Idem, *ibidem*, pp. 57v-58v

(.....), Mas como do campo recrecesse muita gente de cavalo dom Joam de Meneses se recolheu na melhor ordem que pode, com toda a gente para a praia e dahi para a frota,(.....). depois de dom Joam ser embarcado se lhe perderam alguns navios, tanto por serem auguas mortas, e não poderem sair do rio, como pela ma ordem, que ouve no desamarrar, e derrota que tomaram, allem do que lhe queimaram os da cidade hua fusta que deu em seco,(...). Naquela noite lhe lançaram outras balías de fogo, de que se desfezerão com assaz trabalho, pelo que vindo dom Joaõ quam pouco fructo já alli podia fazer mandou ao outro dia dar a vela caminho do estreito de Gibraltar.»<sup>260</sup>



Fig. 9 - Azamor<sup>261</sup>.

Por estas notícias, entende-se que o acordo da aliança foi quebrado. Em vez de Moley Zeyão cumprir a sua parte do acordo e ajudar D. João de Meneses na conquista de Azamor, juntou-se à sua gente contra os portugueses. Surpreendido, o capitão D. João de Meneses deu ordem de retirada, recolhendo-se ao Estreito com as suas forças. Bernardo

<sup>260</sup> Damião de Góis, *op.cit.*, pp. 208-210

<sup>261</sup> Georg Braun e Franz Hogenberg, *op.cit.*, p. 57 v

Rodrigues, autor dos *Anais de Arzila*, também refere este episódio. No entanto, ao contrário de Damião de Góis, que silencia esse facto (ou por o ignorar este facto, ou por não lhes prestar a atenção que merecia), o autor dos *Anais* introduz o pedido de vassalagem ao rei de Portugal, feita por intermédio de Bastião Rodrigues Berrio, pelos principais de Azamor, consignando a seguinte narrativa: « antre estes homens que a esta pescaria costumávão ir, era Bastião Rodriguez Berrio, natural da cidade de Tavira, e pessoa principal e muito honrada, o qual, com muita continuação, era muito conhecidos dos principais da cidade; e por diferenças que entre eles avia lhe disérão que serão vassallos d'el-rei, nosso senhor, se os deixasse viver em sua liberdade. E, trazendo Berrio este recado e assinados alguns deles, se veio a el-rei Dom Manoel, o qual, tendo a informação por certa, mandou fazer uma armada suficiente á empresa, em que foram setenta e cinco navios e uma nau de mantimentos e munições chamada o Zambuco; em a qual armada ião passante de quatro mil homens e por capitão jeral Dom João de Meneses, (...). feita esta armada e Dom João prestes, lhe mandou el-rei fosse tomar a pose de Azamor, se os mouros lh'a desem, como Berio dizia e deixara concertado. Partida a armada e indo Berrio por piloto-mór, seguirão seu viaje, e chegados á barra, por ser bonança e agoas vivas, toda a armada entrou a salvamento dentro no rio; e mandando recado ao que ião, não quiserão conceder ao que el-rei mandava, porque neste tempo estava já na cidade Mulei Zião, tio del-rei de Fez, o qual fora senhor de Mequinez, e Mulai Naçer, irmão d'el-rei de Fez, o avia deitado fora dele, e, tendo muitos parentes em Azamor, o chamarão e o levantarão por senhor e rei; e, por esta causa, não ouve efeito a entenção d'el-rei nosso senhor, nem ao que esta armada ia fazer. (...). E visto por Dom João de Meneses como os mouros não querião obedecer e se punhão em defenderem-se, a quis tomar por combate, o que não pode fazer, e os mouros sairão à praia pelejar com ele; e visto os mouros serem muitos, e o rejimento que levava, se recolheu aos navios; e, quando quis sair, não achou agoa na barra pera o Zambuco, por ser agoas mortas; e por não esperar as outras agoas vivas, mandou despejar o Zambuco em outros navios, e se saio fora da barra com muito risco e trabalho, e com deixar outros dous ou três navios perdidos por tocarem. E vendo-se Dom João de Meneses fora da barra com toda a armada, se veio na volta do estreito<sup>262</sup>»

O relato minucioso de Bernardo Rodrigues sobre a retirada do capitão D. João de Meneses, de Azamor esclarece de forma precisa os erros táticos cometidos por Berrio, o

---

<sup>262</sup> Bernardo Rodrigues, *op.cit.*, pp.8-9

piloto-mor da armada, por ter ordenado pousar a nau Zambuco (navio grande) e outros navios na barra do rio, provavelmente, sem antes sondar a barra ou entrar com piloto da terra. Duarte Pacheco Pereira refere, sobre a barra e canal do rio Morbia (Azamor), que “esta entrada é para navio pequeno. E porque a barra e canal deste rio muitas vezes se muda, o piloto que aqui houver de entrar sonde primeiro a dita barra ou entre com piloto da terra.»<sup>263</sup> Os erros cometidos pelo piloto-mor custaram à armada portuguesa, no momento da retirada, uma nau e outros dois ou três navios.

Pretendia, pois, D. João de Meneses, com esta acção militar restabelecer os laços de suserania que ligavam os notáveis da praça de Azamor ao reino de Portugal desde o ano de 1486, em que “os governadores, e moradores da Cidade de Zamor em Affrica,...., com acordo e procuração de todos mandarão ael Rey sua obediência, e o reconhecerão por seu senhor, com tributo de cada um ano de dez mil sáveis.»<sup>264</sup>.

O segundo episódio relaciona-se com o sucesso das negociações entre os dignitários locais, Ali Ben Guecimen e Yahya Ben Tafuft, e o Rei D. Manuel, com a consequente anexação da praça de Safim (Fig. 10) ao reino. Safim tinha acordos com o monarca português desde 18 do Outubro de 1488. Durante os momentos atribulados de 1507, Yahya Ben Tafuft ficara como regedor de Safim, enquanto o seu amigo, Ali ben Guecimen veio ao Reino, com o objetivo de confirmar os acordos de vassalagem com D. Manuel I. Concluído o acordo, o rei ordenou a D. Garcia de Mello, Capitão da armada do Estreito, para ir a Safim ter com Diogo de Azambuja e ajudá-lo em tudo o que fosse necessário. Para garantir a sua lealdade e demonstrar a sua boa vontade, Ali Ben Guecimen e Yahya Ben Tafuft entregaram aos portugueses a casa de Abd Errahman (que, mais tarde, foi transformada numa fortaleza) e uma torre fortificada da praça<sup>265</sup>.

---

<sup>263</sup> Duarte Pacheco Pereira, *op.cit.*, p. 62.

<sup>264</sup> Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, introd. Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 94.

<sup>265</sup> David Lopes, *Les Portugais au Maroc...*, p.113.



**Fig. 10 - Safim**<sup>266</sup>

Entre 1507 e 1509, o então Capitão Diogo de Azambuja, apoiado por D. Garcia de Melo, capitão da armada do Estreito, governará a praça de Safim e tratará os mouros de pazes de uma forma muito agressiva e discriminatória. Comportamento que, de resto, levou os habitantes de Safim a apresentar queixas a D. Manuel. Atento ao pedido dos seus súbditos, no ano de 1510, substituiu o Capitão da praça por D. Nuno Fernandes de Ataíde. No ano seguinte, mandou regressar o xeque Yahya Ben Tafuft à sua terra natal, nomeando-o Alcaide do Campo das zonas de Abda e Garbia<sup>267</sup>.

<sup>266</sup> Georg Braun e Franz Hogenberg, *op.cit.*, p. 56 v

<sup>267</sup> Hassan Al-Wazzan, *Wasf Ifrikiya*, Beirute, Dar Al-Gharbe Al-Islâmi, 1983, p. 151.

### Capítulo III

## CONDICIONALISMOS REGIONAIS E LOCAIS: O SUFÍSMO E A PRESENÇA PORTUGUESA EM MARROCOS

A instabilidade interna de Marrocos teve como resultado directo a situação delicada da região ao longo da segunda metade do século XV. A fraqueza dos últimos soberanos Merínidas foi explorada, quer pelos portugueses (com a conquista de Ceuta em 1415, Alcácer Ceguer em 1458, Arzila e Tânger em 1471), quer pelos descendentes dos vizires Oatácidas, com a ascensão ao poder de Mulei Xeque, que se autoneomeia rei de Fez em 1472. Os príncipes Hentata, de Marraquexe, o Alcaide Ahmed Ben Ali, de Safim e os Xeques e notáveis de Meça e Azamor, confrontados com o clima de instabilidade política, económica e social, constituíram governos autónomos nas sobreditas localidades da zona meridional de Marrocos.

À assinatura dos acordos de vassalagem entre D. João II e os notáveis e habitantes de Azamor, Safim e Meça, durante o ultimo quartel do século XV, seguiu-se a presença efectiva, ordenada pelo rei D. Manuel, de contingentes portugueses nas praças de Santa Cruz do Cabo de Guer (1505), Mogador (1505), Safim (1507), Azamor e Mazagão (1513), sob pretexto de as poderem perder para o inimigo castelhano.

Em carta de 1510, dirigida ao rei D. Manuel, os habitantes de Meça queixam-se dos abusos de poder do senhor da praça de Santa Cruz do Cabo de Guér, João Lopes de Sequeira, relembrando o monarca do seu favorecimento e apoio efectivo à construção dessa mesma fortaleza. A inação do monarca perante estes protestos, levou muitos dos notáveis da região do Suz a procurarem alguém para os liderar contra João Lopes de Sequeira. Para este efeito, foram solicitar o conselho dos xeques das confrarias sufís da região.

Alguns historiadores queriam atribuir as culpas, em parte, ao misticismo sufi pela pregação, no seio das suas azóias, da guerra santa contra os portugueses das praças meridionais de Marrocos, como foi o caso de Joaquim Figanier ao afirmar que “ A ocupação de algumas faixas costeiras por portugueses e espanhóis teve no movimento das confrarias o mesmo efeito que a existência dum obstáculo em zona de areia batida pelo vento; a

grande reacção mística árabe e berbere assumiu a forma da guerra santa, pregada a princípio nas azóias e depois orientada por políticos hábeis” e noutras passagens refer que “A azóia de Tedci, bem como a dos Regraga, tribu de berberes masmuda, ..desde o século XV, eram centros religiosos donde saiam os guerreiros da fá, ansiosos de martírio<sup>268</sup>”; informações que Otília Rodrigues Fontura, reafirmou ao dizer que “esses Xarifes vão lançar-se num fanatismo místico de “guerra santa”, em parte devido ao sufismo que, vindo do oriente, encontrou entre nos berberes da África do Norte um óptimo terreno para se propagar e de cuja expansão se vão tornar chefes e arautos” e também que “ já desde o século XV que no Suz se formavam centros religiosos onde se preparava a guerra santa contra os portugueses e donde saiam guerreiros da fé, de que os Xarifes se iriam servir para levar a cabo a sua empresa militar e política de unificação do magrebe<sup>269</sup>”. Mohammed Nadir, por sua vez, reafirma que “perante uma situação de agressão estrangeira surgiu uma reacção liderada por religiosos nas Zawayas(...) e Ribates (...) dirigidas pelos Sufís, como forma de luta e resistência, utilizando um discurso ideológico que incita os mujahidins a combater os intrusos... . Os discursos e poemas dos sufistas Al-Jazuli e Al-Habti, caíam no ouvido dos mujahidins e transformava-se num verdadeiro estímulo para defender a fé e a pátria<sup>270</sup>”

Trata-se de afirmações que iremos provar que não são aplicáveis ao misiticismo sufi nem às azóias da região norte de Marrocos (o exemplo da azoias sufis de Jbel ‘Alem em Xexuão) nem as da região meridional de Marrocos (os exemplos das azoias sufís das regiões da Duquela, Haha e Suz).

Porém, pergunta-se: Qual é a importância das azóias sufís no meio desta encruzilhada de interesses? Quem foram os seus xeques na região em estudo? Qual foi a reacção desses xeques à presença portuguesa? Hostilizados, os mouos das regiões de Duquela, Haha e Suz, pelas guarnições militares portuguesas das praças, será que, nos séculos XV e XVI, “o movimento marabótico de Al-Jazuli”, segundo o define Mohammed Nadir<sup>271</sup>, “levantou as armas contra o ocupante português..”, como no caso do movimento sufi da região do Xexãoen? Os xeques Ssufís, tinham ou não, aspirações

---

<sup>268</sup> Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 52-54.

<sup>269</sup> Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III: Abandono ou Permanência*. Dissertação de licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966, Lisboa, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/ Centro de Estudos da História do Atlântico, 1998, pp. 137-139

<sup>270</sup> Mohammed Nadir, *Santa Cruz do cabo de Guer (Agadir) e a região de Sus presença portuguesa (1505-1541)*. Diss. em História da Expansão Portuguesa, Coimbra, s.n, 2004, p. 246.

<sup>271</sup> Idem, *ibidem*, p. 148.

políticas? Que atitude iam tomar, os mouros de pazes, para terem a *baraka* dos xeques sufís? Qual o tipo de relacionamento ligava os xeques Sufís aos xarifes?

## 1. O Sufismo em Marrocos: das origens aos inícios do século XV e no século XVI

O islamismo é dotado de uma crença única, definida por uma fórmula não susceptível de comentários ou dúvidas: a *shahâda* (ou profissão da fé) que enuncia “Testemunho que não há outra divindade a não ser Allah (Deus) e testemunho que Mohamed (Maomé) é o enviado de Allah (Deus)” Os cinco pilares do Islão são: acreditar em Allah (Deus), nos seus Anjos, nos seus Livros Sagrados, nos seus Profetas, no Dia do Juízo Final e no Destino, quer seja bom ou mau; a oração; o jejum do Ramadão; a peregrinação a Meca e a esmola (*zakat*).

A conduta de *Al-Umma* (comunidade muçulmana) é regulada pela *Shari'a* (a lei islâmica), cujos fundamentos essenciais são o Alcorão e A Sunna (tradição de Mohamed), cujo pilar essencial é o seguimento e prática de *Al-Hadîth Annabauí* (Os Dizeres do Profeta), compiladas na obra de Al-Bukhâri; além de outras fontes secundárias como: *Al-ijmâ* (o consenso da comunidade); *Al-qiyaç* (a regulamentação por analogia); e *Ar-ra'y* (a opinião de alguns jurisconsultos consagrados). Além da Lei Corânica, a que se entregam os ulemá e os *fuqahá*, as *fatwás* (sentenças) podem ser ditadas pelos muftís, cuja autoridade repousa no reconhecimento público da sua competência em matéria de *fiqh* (direito)<sup>272</sup>.

A criação das escolas de sufís de Abu'l Yazid Teifur El-Bestami e Abd El-Kacem Al-Junayde ambos de origem persa, adoptando, o último, o seu sistema filosófico – religioso à *charia* muçulmana (a lei islâmica), está na origem desta doutrina no Magrebe<sup>273</sup>. Pelo importante papel desempenhado, neste sentido, pelos xeques muçulmanos salientarei o marabuto berbere Abd Allah Ben Yassin Al-Masmoudi عبد الله

<sup>272</sup> António Dias Farinha, “O Sufismo e a islamização da África Subsariana”, in *Actas do Colóquio Internacional*, Maia, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2003, p. 29.

<sup>273</sup> Abu Al-Wafa Attaftazani, *Madkhalun ilá Attaswwofi Al-islâmi*, Cairo, Dar Attakafa wa Annachr, 1979, pp. 17-18

ابن ياسين المصمودي, pela sua acção no meio da sociedade berbere (recém-islamizada), e o apoio dos príncipes Almorávidas<sup>274</sup> aos ribates<sup>275</sup>.

Segundo Joaquim Figanier, o sufismo<sup>276</sup>, cujos primeiros doutrinários surgiram no Iraque, na Pérsia e no Egipto nos dois primeiros séculos da Hégira (séculos VIII e IX da nossa era), introduziu-se em Marrocos durante o século XII. O apoio dos monarcas almorávidas aos ribates facultou a difusão desta prática religiosa, quer no Magrebe quer em Al-Andaluz. Neste sentido, destaca-se Al-Ghazâli<sup>277</sup>, cujo «exemplo de mestre, de estudioso das doutrinas judaicas e cristãs, da constância em demonstrar fidelidade ao credo muçulmano e a forma como defendeu a via do amor e do sacrifício perante Deus,

---

<sup>274</sup> No princípio do século V de hégira (s. XI), Ouagage Ben Zalou Al-Lamti regressou de Kirouan (Túnis) para Suz e criou o seu próprio ribat. No ano de 430 de hégira / 1038, o príncipe Ibrahim Ibn Yahia El-Lamtouni El-Gudali Assenhaji, regressado de Meca – onde tinha ido em peregrinação – passou por Kirouan, onde se encontrou com o xeque Abu Imran Al-Fassi, aí radicado para o ensino das ciências religiosas, que o aconselha dirigir-se ao xeque Oagage ben Zallou Al-Lamti, na zona de Suz. Para o efeito, enviou uma carta em que pedia que fosse dispensado um dos seus discípulos para acompanhar o emir Ibrahim à sua região, com o objectivo daí ensinar a fé islâmica. De facto, Oagage ben Zallou Al-Lamti cedeu um dos seus melhores estudantes, Abd Allah Ben Yassin Al-Masmoudi, sábio e conhecedor da língua Amazighe. Em quatro anos, o dito xeque chegou a realizar o sonho do príncipe Ibrahim Ben Yahya El-Lamtouni Assanhaji, criando um ribat, local de ensino da fé islâmica, que conseguiu atrair os chefes das tribos Senhaja ao Islão. Estes, por seu turno, propagaram o credo nas suas tribos, criando-se, assim, uma nova aliança entre todas as tribos Senhaja (Lamtuna, Guedala, Messoufa), uma nova ordem e disciplina num território até aí dividido. Esta aliança criou um exército, para propagar a doutrina de um islão puro, com bases no *Kitab wa Assunna*, e para o alargamento do seu território, para *Bilad Assudan*, e posteriormente para Norte – Ibn Adari Al-Murrákuchi, *Al-Bayano Al-Mugreb Fi Akhbari Al-Andaluçi wa Al-Maghreb*, Vol. IV, Anotada por Ihsan Abbas, Beirute, Dar Attakafa, 1983, pp.7-16.

<sup>275</sup> Palavra árabe que significa “ermidas”. São locais que serviam no início para a difusão dos ensinamentos da religião muçulmana no seio dos berberes do Magrebe. Durante os períodos almorávida e almóada, eram zonas de vigilância e de defesa dos inimigos, ou como disse David Lopes “eram locais onde se isolava e viviam em espécie de mosteiros os que se dedicavam à guerra contra os infiéis ou os hereges, exactamente como os cavaleiros das nossas ordens militares destes tempos”, David Lopes, *Portugal contra os Mouros*, Lisboa, Livraria Profissional, s.d, p. 10; António Dias Farinha, *O Sufismo e a islamização...*, p. 32

<sup>276</sup> O sufismo é uma das ciências ligadas ao misticismo muçulmano. O termo deriva de *súfi* que designa uma pessoa dedicada à oração e afastada da vida mundana. Essa orientação religiosa, é designada por *assúfia* ou *mutasawwifa*. Os dois termos parecem derivar do termo *súf* (lã), tecido de que esses homens piedosos começaram a fazer as suas vestimentas. O último vocábulo designa a adoração de Deus e a renúncia aos prazeres e a tudo aquilo que possa levar ao prejuízo dos valores ou à perda das virtudes morais - Ibn Khaldoun, *Al - Mukaddima*, s.n, Imprensa Oriental, s.d, pp. 521-522; William Stoddart, *O Sufismo: Doutrina Metafísica e Via Espiritual No Islão*, Lisboa, Edições 70, 1980, p. 18. Trad. Iva Vicente Flores; ed. Orig.: Sufism – the mystical doctrines and Methods of Islam, 1976); Anton Kielce, *op.cit.*, p.13.

<sup>277</sup> Nascido e falecido em Tûs, no Khurasan, no Leste do Irão. Em Niçabor, onde efectuou os seus estudos, recebeu uma formação de teólogo e de jurista ortodoxo que lhe permitiu ser nomeado, em 1091, como director da universidade Nidâmia de Bagdade. O seu ensino obteve aí grande sucesso, tendo-se tornado inclusivamente conselheiro do Califa de Bagdade. Renunciou, contudo, a esta carreira, saindo de Bagdade para se dirigir a diversos lugares santos do Islão. Aspirando a uma experiência mais pessoal, ele não hesitou em praticar a dúvida, e especialmente em pôr em questão do uso da simples razão como abertura ao conhecimento místico. Explicou-se longamente a este respeito no seu *Al-Munqidh mina al-dalâl* (o Salvador do Erro) - Abu Al-Wafa Attaftazani, *op.cit.*, p. 152; Anton Kielce, *O Sufismo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988, p. 148; Joaquim Figanier, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 50.

outorgaram-lhe o reconhecimento da comunidade que o considera ‘hujjat al-islam’<sup>278</sup> “a prova do Islão’ ”»<sup>279</sup>.

Os xeques sufís magrebinos, depois de concluírem a viagem de peregrinação e estudo ao Médio Oriente, para aprofundarem os seus conhecimentos, regressavam com o objectivo de ensinarem essas doutrinas, discursando nas mesquitas ou leccionando-as nas azóias<sup>280</sup>. A proliferação deste tipo de ensino estendeu-se a todo o Magrebe, graças ao respeito e consideração com que os sultões almorávidas tratavam os xeques dos ribates, que se iriam concentrar na zona de Aghemat<sup>281</sup> (perto de Marraquexe), com ramificações no Al-Andaluz.

A mística impõe uma experimentação pessoal dos métodos que possam conduzir o crente a Deus. Trata-se de um *tarik* (caminho), que impõe aperfeiçoamento, estudo, e um contínuo ensaio dos métodos para prosseguir na senda estreita, que, em última análise, deve conduzir ao ser divino. A exigência de aprendizagem originou a formação de escolas e confrarias em que os *muridins* (os que estão em busca da verdade divina) procuravam, junto dos xeques, conhecer os exercícios espirituais que os levariam a alcançar a verdade divina<sup>282</sup>. A hierarquia das ordens religiosas sufís apresenta-se segundo a seguinte ordem:

القطب – O Pólo

الغوث – O Refúgio Supremo.

الأوتاد – As Estacas

الخيار – Os Eleitos

الأبدال – Os Substitutos

الأنجاب – Os Distinguidos

---

<sup>278</sup> Abu Al-Wafa Attaftazani, *op.cit.*, p. 152.

<sup>279</sup> António Dias Farinha, *O Sufismo e a islamização...*, p. 30.

<sup>280</sup> Com a queda do Al-Andaluz, os ribates, que tinham perdido o seu papel na defesa da fé além-fronteiras, reduziram-se a locais de meditação e pregação das doutrinas do sufismo, dando lugar à fundação de uma nova área de culto, a que se deu o nome de “Az-zawiya”. No território português são designadas por azóias - António Dias Farinha, *O Sufismo e a islamização...*, pp.31-32.

<sup>281</sup> Aremat foi uma zona de concentração dessas escolas.

<sup>282</sup> António Dias Farinha, *O Sufismo e a islamização da África...*, p. 30; William Stoddart, *op.cit.*, p.19; Anton Kielce, *op.cit.*, p. 11.

Durante o período dos Almóadas, “Unitários<sup>284</sup>”, a doutrina sufi ganhou muitos adeptos, conseguindo produzir ilustres xeques, como Ibn Kasi de Mertola e Ibn Alarabi de Múrcia<sup>285</sup>. Segundo, Alexandre Herculano, “Ibn Kasi começara a sua ambiciosa carreira seguindo as pisadas de Al-Mahdi, o que fundara em África a seita dos Almóadas. Como ele Ibn Kasi estudara as doutrinas de Al-Ghazali e como ele viera propagá-las entre os seus naturais, onde encontrou muitos outros do mesmo sentir”<sup>286</sup>. O célebre xeque andaluzi Ibn Arabi<sup>287</sup> “aquele a que chamam o ‘verificador da religião’ ou o ‘maior mestre’, deixou uma obra apreciável que atesta um espírito ao mesmo tempo sintético e profundo. Dois escritos são particularmente importantes: os Futuhat al-Makkiyah (As revelações Maquenses), e os Fuçuz al-Hikami (Os engastes da sabedorias)”<sup>288</sup>.

O xeque Al-Ghazâli e o xeque Ibn ‘Arabi, foram considerados pelas várias correntes sufís como os grandes mestres do Islão<sup>289</sup>. O primeiro, porque “desenvolveu no século XII a unicidade espiritual assim como a dialógica do uno e do múltiplo”<sup>290</sup>. O segundo porque dizia “O meu coração abriu-se a todas as forma: é um pasto para gazelas, um claustro para monges cristãos, um templo para ídolos, a Caaba do peregrino, as tábuas da Tora e o Livro do Corão. Eu pratico a religião do Amor; qualquer que seja a direcção em que a sua caravana avance, a religião do amor será a minha religião e a minha fé”<sup>291</sup>.

Na zona que irá passar a ser vassala do rei de Portugal, em finais do século XV (Abda, Gharbia e Xarkia), o *Attachaouf ilà Rijali Attasaoufe* de Abou Yacoubé Youssef

---

<sup>283</sup> *Les Gnomes de Sidi Abd Er-Rahman El-Mejdoub*, dir. Comte Henry de Castrier, Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1896, pp- 76-77.

<sup>284</sup> Isto é, que vêem em Deus um só, David Lopes, *Portugal e os Mouros...*, p. 11

<sup>285</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p.52

<sup>286</sup> Alexandre Herculano, *História de Portugal: Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, Vol.I, Lisboa, Bertrand Editora, 2007, p. 308.

<sup>287</sup> Nascido em Múrcia, na Andaluzia, no ano de 1165, aos oito anos mudou-se com a sua família para Sevilha, onde deu início aos seus estudos. Em Córdoba, recebeu uma formação de teólogo e de jurista ortodoxo, sendo um dos discípulos do xeque Ibn Hazm, e tendo tido vários encontros com o célebre filósofo Ibn Ruxde (Averróis). Aos trinta anos, viajou para diversos lugares no Al-Andaluz, no Magreb e no Médio Oriente, com o objectivo de aprofundar os seus conhecimentos sobre o sufismo, tendo sido discípulo do xeque Abu Medyan Al-Gaot. Fixou a sua residência final em Damasco, onde veio a falecer em 1243. Abu Al-Wafa Attaftazani, *op.cit.*, p. 200; Anton Kielce, *op.cit.*, p. 140

<sup>288</sup> Anton Kielce, *op.cit.*, p. 140.

<sup>289</sup> Abu Al-Wafa Attaftazani, *op.cit.*, pp. 18-19; Alfred Bel, *La Religion Musulmane en berberie: exquise d'histoire et de sociologie religieuse*, T. I, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1938, pp. 340-343,

<sup>290</sup> Abu Al-Wafa Attaftazani, *op.cit.*, pp. 179-180; Jacinto Rodrigues, “A Corrente Espiritual Sufi no Islão Como Forma de Compreensão em Turno da Universalidade e do Diálogo”, in *Actas do colóquio internacional*, Maia, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2003, p. 39.

<sup>291</sup> Abu Al-Wafa Attaftazani, *op.cit.*, pp. 203-204; William Stoddart, *op.cit.*, p. 46.

Ben Yahya Ettadili (Século XIII) contabiliza na centúria da sua produção (Século XIII) um total de duzentos e setenta e nove xeques sufis, entre homens e mulheres; vinte e quatro xeques sufis da família Senhaja, espalhados na zona de Duquela; seis xeques da família Amghar em Tit (Sul de Mazagão); nove xeques da família Duqali na Duquela; e oito xeques da célebre família Regraga<sup>292</sup>. Esta obra revela-se muito importante para a preservação da memória destas personagens, sendo, por isso, referenciada ainda posteriormente na obra *Mafákhro Al-Barbari*, de autor anónimo: “ .... o Livro do xeque Abi Yacoub Attadili, que Deus o abençoe, abrange amplamente às notícias relativas aos xeques Sufis do Magrebe..»<sup>293</sup>.

A obra estrutura-se em várias partes. Numa primeira, apresenta um conjunto de conselhos sobre o respeito, apoio, protecção e veneração dos xeques sufis, apelando a que lhes sejam feitas visitas, para procurar, junto deles, conselhos e orientação. Depois, dá notícias referentes, precisamente, a duzentos e setenta e oito Walis /Santos, descrevendo os seus milagres. A leitura dessa obra, que data do século XIII, permite-nos perceber a veneração que os naturais demonstrarão para com os xarifes, na centúria quinhentista.

Complementando estes dados sobre os xeques sufis e o sufismo em Marrocos, temos o relato de viagem pelas terras de Marrocos, do xeque Ibn Qunfud<sup>294</sup>, datada do último quartel do século XIV e do início do XV. Nele refere que é em Fez que o xeque Abu Madyan el-Gaote<sup>295</sup> irá aprofundar os seus conhecimentos sobre as doutrinas sufis de Al-Ghazâli, tendo sido discípulo dos xeques, Abu Alhassan Ali Ibn Harzihim e Abu Yaazá Yalnour ibn Abd Allah<sup>296</sup>. Abu Madyan foi xeque de Mulei Abd Essalam ben Mexixe<sup>297</sup> – enterrado em Monte Alem, na zona de Beni Arosse -, que, por sua vez, o foi

---

<sup>292</sup> O mausoléu de Sidi Chiker encontra-se a poucos quilómetros de Marraquexe, na direcção para Safim, realizando-se, ainda hoje, celebrações religiosas em torno a ele.

<sup>293</sup> *Mafákhir Al-Barbari*, de autor anónimo, anotado por Abd Elkader Boubaya, Rabat, Éditions Bouregreg, 2004, p. 175.

<sup>294</sup> Ahmet Ibn Qunfud, *Uns Al-Faqir Wa Izzu Al-Haqir*, Rabat, Editions Techniques Nord-Africaines, 1965.

<sup>295</sup> Abou Median Choeibe (Al-Gaote), nascido em Cantillena, Sevilha, estudou em Ceuta, Marraquexe, Tânger e Fez e, depois, no Oriente. Aí aprendeu do grande xeque Abd El-Kader Ajjilali as suas ciências e as suas doutrinas. Regressou ao Magrebe, instalando-se em Bejaia (Túnis) ensinando os os seus saberes aos que o procuravam, faleceu em Tlemcen, quando estava no caminho para visitar Amir El-Mouminine Yacoub Almansour o Almóada. O seu túnulo continua em Tlemcen(Argélia); Ibn Qunfud, *op.cit.*, p. 12.

<sup>296</sup> Idem.*ibidem*, pp. 12-16.

<sup>297</sup> Abd Essalam Ben Mexixe ben abi Baker Ben Ali Ben Idriss II, descendente da Dinastia Idríssida, foi discípulo do xeque Ben Harzihim, do xeque Abou Madian EL-Gaote, do xeque Abd Errahman EL-Attar Al-Hassani Al-Madani. Escolheu a montanha de Alem, no Norte de Fez, como morada para a sua meditação sufi, dedicando-se à agricultura. Morreu assassinado por um certo Ben Abi Attaojine em 1216 - Anton Kielce, *op.cit.*, p. 106-107.

de Abu Hassan Ali Echadili<sup>298</sup>, da tribo berbere de Ghemara. Este último, considerado um dos maiores vultos do islamismo ocidental, foi o fundador da venerável Tarika Echadilia<sup>299</sup>, da qual precedem numerosas congregações sufís de Marrocos<sup>300</sup>.

Durante o reinado dos Merinidas de Fez, o Sul de Marrocos, especialmente, a região de Duquela, era conhecida pela realização anual de encontros sufís, reunindo um número indeterminado, mas significativo, de xeques<sup>301</sup>. É numa região cercana desta que Zaide o Iliasse (Erregragui), regressando das Cidades Santas de Meca e Medina (nas quais tinha permanecido trinta anos), trouxe com ele o ensinamento da doutrina sufi de Al-Chadili, para a azóia Regragia, situada perto do rio Xixawa. Abu Zaid El-Regragui ensinou a doutrina sufi do chadilismo ao seu discípulo Abu Said Otman Hurtanani, e é pelo discípulo deste, o xeque Abu Abd Ellah Amguar Esseguir, que a mesma chega a Abu Abd Ellah Sidi Mohamed Ben Abd Errahman ben Suleimão ben Abu Baker ben Soleimão El-Jazuli Essemlali<sup>302</sup>, no Ribat de Tite<sup>303</sup>.

Para aprofundar os seus conhecimentos, viajou para a Península Arábica, onde permaneceu vinte anos. Alcançou o estado mais avançado no sufismo oriental, recebendo ensinamento de vários mestres, tais como Abu Alfadel Al-Hendi, Anas Al-Babau,

---

<sup>298</sup> Abou Al-Hassan Ali Ben ‘Abd El-Jabbar Al-Hassaani Al-Idrissi Azzarioli (Achadili) foi discípulo de Abi Harzihime, em Fez. Viajou para o Médio Oriente à procura de alguém que o ensinasse mais profundamente sobre o sufismo, até que encontrou, em Bagdade, um certo xeque chamado Abu Al-Fathe Al-Waçiti, que o aconselhou a voltar para Marrocos, onde encontraria o que procurava. Regressou então a Ghemara, pequena aldeia na montanha do Rif (Norte de Marrocos), e ficou, por muito tempo, com o Xeque Ben Mechiche, do qual aprendeu as doutrinas do sufismo. Este aconselhou-o a partir para Chadila (Tunísia), onde se encontrou com os xeques Abu Saide Al-Baji, Abu Ali Annafti e o Abu Youssef Eddehmani - todos discípulos de Abu Median Al-Gaote. Viajou para o Egipto, onde permaneceu até o seu falecimento, no caminho para Meca, em 1247, tendo sido enterrado no Sul do Egipto. Escolheu, como seu substituto, o discípulo, xeque Abu El-Abbas Al-Mourci - Anton Kielce, *op.cit.*, pp. 167-168.

<sup>299</sup> William Stoddart, *op.cit.*, p. 52; António Dias Farinha, *O Sufismo e a islamização...*, p. 33.

<sup>300</sup> Luis Massignon, *Annuaire du Monde Musulman: Statistique, Historique, Social et Économique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1955, p. 257.

<sup>301</sup> Ahmed Ibn Qunfud, *op.cit.*, p. 70,

<sup>302</sup> El-Jazuli Essemlali (século IX de Hégira) nasceu em Ait Moulay, tribo dos Jazula, situado na zona localizada na nascente do rio Meça, nas montanhas do Anti Atlas, tribo pertencente a Ada u Semlal - a mesma tribo de ‘Abd Allah Ben Yassin, o famoso xeque orientador espiritual da Dinastia Almorávida. Estudou em Marraquexe e Fez e foi discípulo de vários xeques, seus contemporâneos. Relativamente ao sufismo, dirigiu-se ao Ribat de Tite (Sul de Azamour), em que foi discípulo do xeque ‘Abd Allah Amghar. Depois, viajou para o Egipto, onde aprendeu sobre o sufismo chadili dos seus famosos xeques, completando, desta forma, a sua formação. Regressou a Marrocos e instalou-se em Afoghal (Haha), onde fundou a sua própria azóia, iniciando, desta forma, o ensino e a propagação das suas doutrinas sufís. Morreu envenenado no ano de 1460 ou 1468. Foi enterrado, primeiro em Afoghal, depois, o seu corpo foi transferido para Marraquexe. A partir da azóia mãe, em Afoghal, surgiram outras azóias seguidoras dos seus ensinamentos, desde Tlemcen (Argélia), até Meça (Suz) - Ennaciri, *op.cit.*, vol. IV, pp. 122-124; Louis Massignon, *op.cit.*, p. 257; Mohamed Nadir, *op.cit.*, p. 142.

<sup>303</sup> Tite: situa-se a 9 Km para sul de Mazagão. No século XII foi construído um ribate pelo xeque Abd Allah Amgar, de família berbere. Foi capital da região antes da existência de Mazagão, perdendo a sua importância com a tomada de Azamor pelos Portugueses.

Ahmed Al-Kerafi, Abu Abd Allah El-Magribi e Abu Al-Abbasçe El-Mersi – tendo sido, estes dois últimos, alunos de Hassan Achadili. Foi também aluno do Xequê Abd El-Aziz el-Achemi, na mesquita de Al-Azhar no Cairo, da Tarika Chadilia, que se caracteriza por um grande amor ao Profeta e pela grande importância que dada à sua oração (*Taza'llit r en'nebi*). Com o fim de reunir e divulgar todas as orações dedicadas ao Profeta e aos Santos da sua aldeia, juntou-as, em Fez, na sua obra intitulada *Dalailo Al-khayrat* (Guia das bondades), que os discípulos da Tarika transportam sempre consigo e lêem frequentemente, sendo objecto de grande respeito. A assiduidade e perseverança nesta oração foi a base da sua Tarika, pois dizem que nele se encontra *Al-Baraka*.

Segundo Ennaçiri, após a morte de El-Jazuli, um dos seus discípulos, Omar El-Maguiti, Echiadmi Essaiafe, para assegurar maior número de seguidores, transportava sempre o caixão do xequê em todas as suas expedições guerreiras<sup>304</sup>. Com a sua morte, iniciou-se a disputa entre as diversas tribos, pela posse dos despojos mortais de El-Jazuli (pertendendo Al-baraka). Assim, inicialmente foi enterrado em Tazrute, depois em Afugal<sup>305</sup> localizado em Xiadma, e, mais tarde, foi transferido pelos Xarifes Sádidas para Marraquexe.

A doutrina chadilita do Xequê Aljazuli, baseada na adoração de Allah e na veneração do Profeta Mohamed, foi divulgada, através do seu discípulo, xequê Abd El-Azize Ettebaa (????-1508), na sua azóia sediada em Marraquexe. Este teve por discípulo e sucessor, o xequê Abd El-Karim El-Fellah, a que sucederam os xequês Omar El-Khattab Ez-Zerhouni<sup>306</sup> (xequê de Abd Er-rahman Al-Majdoub), Abu El-Káçim Ezzari, e, por fim, o famoso Abu Mohamed Abd Allah Al-Gazwani<sup>307</sup> (Fig.11), o qual, por convite do Sultão Oatácida, Mohamed El-Bortugali (1501-1526), foi nomeado xequê em Fez, cargo que ocupou durante sete anos.

---

<sup>304</sup> Como nesta parte de Marrocos os príncipes de Hentata do Atlas eram quase como soberanos e os Beni Ouattás não exerciam, de maneira efectiva, sua autoridade, podia este discípulo de El-Jazuli, que se atribuiu o dom da profecia, correr o país, durante vinte anos, cometendo os maiores abusos, no aproveitamento carismático de *Al-baraka*. Acabou assassinado pela mulher, a filha de El-Jazuli que havia tomado como esposa - Ennaciri, *op.cit.*, vol. V, pp.14-15.99

<sup>305</sup> Afugal, está perto de Unaga, a meio caminho entre Safim e Mogador (Essaouira). É uma pequena aldeia na qual se encontra a azóia de Sidi Ali Ben Machu, antigo centro de acção dos marabutos "Ragraça".

<sup>306</sup> *Historical Dictionary of Morocco*, Aomar Boum e Thomas K. Park, Maryland, Scarecrow Press, 2006, p. 36.

<sup>307</sup> Ibn Askar, *op.cit.*, pp. 96-99

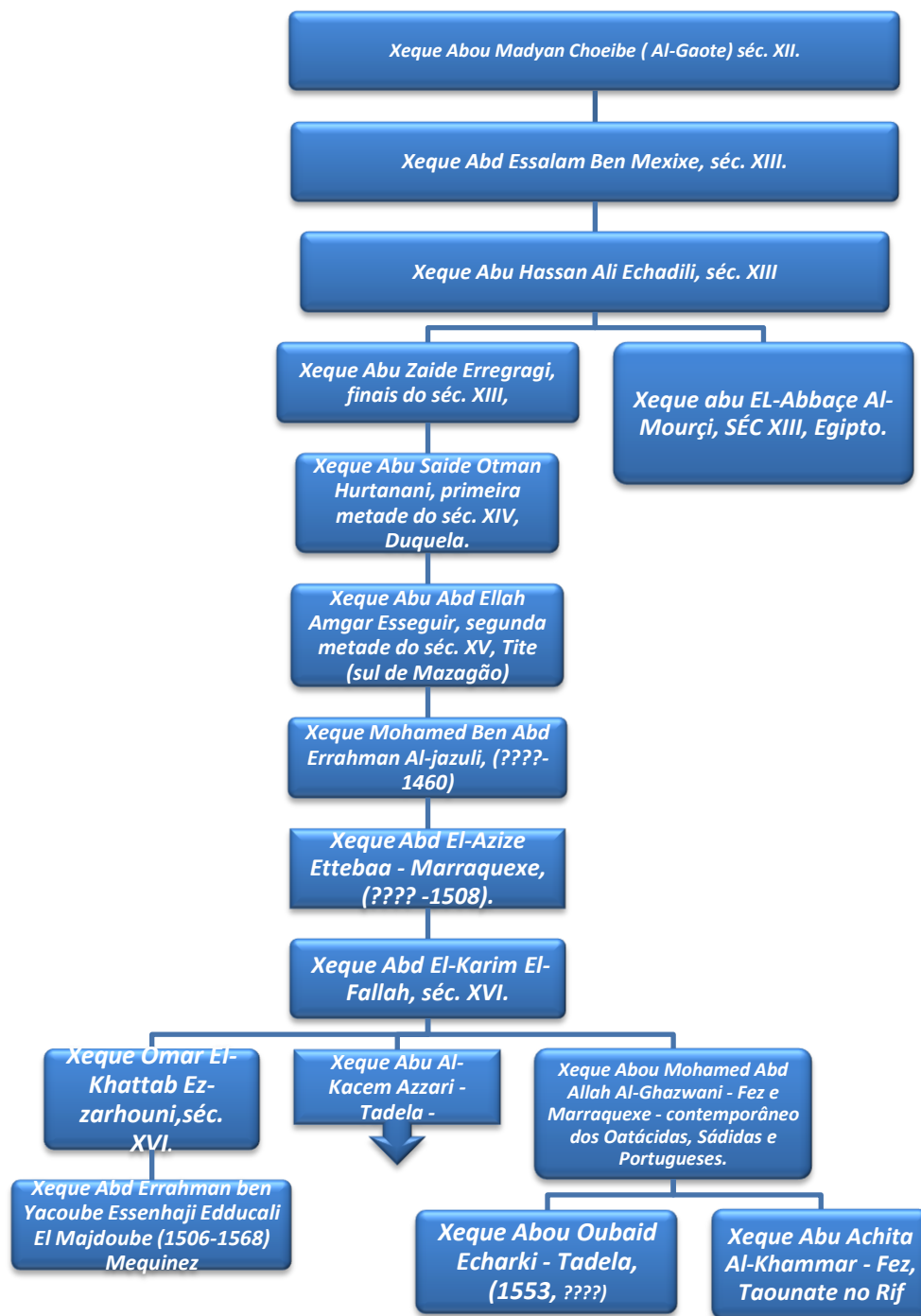


Fig. 11 - Os Xequês Sufís em Marrocos entre os séculos XII e XVI<sup>308</sup>.

<sup>308</sup> Idem, *ibidem*, pp. 3-4; Anton Kielce, *op.cit.*, pp. 106-107

## 2. Os xeques sufis e a presença portuguesa na Zona Meridional de Marrocos

Durante o século XVI, a nível económico intensificaram-se os contactos comerciais entre portugueses, andaluzes, genoveses, e os moradores de vários postos de comércio, existentes ao longo da orla atlântica do Magrebe; a nível religioso, a doutrina sufi do chadilismo - Jazulita propagou-se do Sul a Norte de Marrocos; e a nível político, a reação dos xeques sufis à presença cristã no território foi diversificada.

Na zona setentrional de Marrocos, a pressão bélica que os portugueses exerceram naquele território, desde a conquista de Ceuta em 1415 (sob o pretexto de recuperar um território que havia sido cristão), e a inação do soberano merínida de Fez, na pessoa do rei Abd El-Haq, o reconhecimento da soberania portuguesa sobre as praças do Norte de Marrocos pelo acordo de paz e tréguas, referido como Hudna/ trégua por Ennaciri<sup>309</sup>, celebrado em Arzila, no ano de 1471, entre o então pretendente ao trono do reino de Fez, Mulei Muohamad Xequo o oatácida, e o rei de Portugal, D. Afonso V, originaram a revolta, em anos posteriores, de alguns xeques jurisconsultos daquela região, tomando por inimigo o próprio rei oatácida de Fez, Mulei Mohamad Xequo.

Para entender o porquê da não adesão da maioria dos xeques sufis ao movimento jihadista contra os portugueses, importa, de momento, esclarecer o termo jihad e as suas duas vertentes “Al-Jihad Al-Akbar” e “Al-Jihad Al-Asghar”. Para esse fim, recorriemos à *Enciclopédia dos Termos Sufis* de Rafiq Al-‘Ajam, na qual definiu o significado geral da palavra “Jihad” pelo esforço que o crente dispensa na educação da alma pela oração, reza e adoração a Deus. Esta prática rigorosa da religião tem por nome Al-Jihad Al-Akbar / “Esforço Maior”, a ela se dedicam, piamente, os xeques Sufis. Relativo ao termo Al-Jihad Al-Asgar / “Esforço Menor” ou geralmente conhecido por Jihad, ele reporte-se à guerra que os muçulmanos praticaram contra os agressores não muçulmanos<sup>310</sup>. Neste sentido, disse Deus, O Altíssimo “Combateis pela causa de Deus aqueles que vos combatem e não pratiqueis agressão, porque Deus não estima os agressores<sup>311</sup>”

---

<sup>309</sup> Ennaciri, *op.cit.*, vol.IV, p. 120

<sup>310</sup> *Enciclopédia dos Termos sufis*, ed. Rafique Al-Ajam, Beirut, Livraraia do Libano, 1999, p. 259

<sup>311</sup> *Al-Corão*, Surat Al-Bacara, Versículo 188, Casa Blanca, Dar Al-Maarifa, 2009, p. 24

Segundo o livro das *Ordenações de Governança* do jurisconsulto Al-Máwardi, existia um cargo militar relacionado com a guerra que se fazia aos cristãos na zona de fronteira, designado por “Amíru Al-Jihad” / príncipe da Jihad. Este último, desempenhava as suas funções de duas formas: limitava-se à organização do exército e à orientação das batalhas, e para além de que foi dito, era-lhe delegado o pleno poder no que respeita à divisão dos despojos e à assinatura de tréguas<sup>312</sup>.

Segundo Al-Máwardi<sup>313</sup>, Ibn Khaldoun<sup>314</sup> e Al-Kalkaxandi<sup>315</sup>, quando os reis muçulmanos não cumpriam os seus deveres para com a Al-Ummah, a lei islâmica permitia aos jurisconsultos levantarem outra pessoa como califa ou imam. Neste sentido, retomámos o nosso discurso sobre a inacção do rei de Fez contra os portugueses, relembando os factos que tinham levado, os jurisconsultos de Fez, ao levantamento dum dos descendentes dos xarifes idríssidas por imam no lugar do último rei Merínida de Marrocos, Abd Al-Haq.

Reza a história que, estando o dito rei em guerra contra as tribos do Norte de Marrocos, deixou um judeu por recebedor em Fez. O exagero deste, na recolha dos tributos e o abuso de poder, levaram-no a cometer uma grande injustiça contra um membro da casa dos xarifes idríssidas de Fez. A resposta dos jurisconsultos de Fez foi rápida, o levantamento do xarife Mulei Abd Allah Al-Hafid, por imam / califa do reino. Quanto ao rei deposto, Abd Al-Haq, foi aprisionado e morto em Fez. Segundo Ennaciri, o xarife idríssida, Mulei Abd Allah Al-Hafid, que estava já no poder há 6 anos, foi expulso de Fez, pelo futuro rei oatácida de Fez, Mohamad Xeque em 1471<sup>316</sup>.

A história dos reis oatácidas e os membros da família dos xarifes do Norte de Marrocos, não ficou por aqui. No seio da família dos xarifes de Jbel Al-‘Alem de Xexuão, descendentes do Famoso xeque Sufi, o Pólo Abd Essalam ben Mexixe, havia dois ramos, uns eram jurisconsultos e outros seguiam a tradição mística do sufismo. Dos jurisconsultos, temos notícia de que foi o alfaquí ‘Abi Al-Hassan Ibn Abi Mohamed quem deu início à fundação de Xexuão e ao incitamento à jihad contra os fronteiros portugueses da região Setentrional de Marrocos, antes de ser assassinado pelos mouros colaboradores dos portugueses naquela região. Sucedeu-lhe na chefia militar, seu primo, o príncipe Abu

---

<sup>312</sup> Al-Máwardi, *op.cit.*, pp. 57-58

<sup>313</sup> Idem.*ibidem*, p.31

<sup>314</sup> Ibn Khaldoun, *op.cit.*, pp. 366-372

<sup>315</sup> Al-Kalkaxandi, *Assubhu Ala ‘axá*, Cairo, Dar Al-kutub Al-Meçria, 1966, 3 vols, vol. II, pp. 5-7

<sup>316</sup> Ennaciri, *op.cit.*, Vol. IV, pp. 115-117

Al-Hassan ‘Ali Ben Muça Ibn Rachid<sup>317</sup>, o qual, depois de construir e povoar o forte de Xexuão, fazia continuamente guerra aos fronteiros de Tânger.

Neste sentido diz Garcia de Resende, referindo-se ao xeque Barraxe, que “Neste anno de oitenta e sete (1487) a onze dias Doutubro Ale Barraxe, antre os Mouros avido por Xarife, muyto bom cavaleiro, muyto sabedor na guerra, que continuamente fazia aos cristaõs, homem de grande valia, e senhor de muyta terra, veyo com quatrocentos de cavallo, e muyta gente de pé correr a cidade de Tanger, estando nella por capitão, e Governador dom Joam de Meneses,....., e o dito Barraxe com grandes cinco feridas foy captivo, e trazido a dita cidade com grande prazer dos cristaõs,.....E mandou logo físicos, e sorgiães pera curarem o dito Barraxe, que em quanto esteve captivo foy sempre tratado muyto honradamente, e sem Ferros,..... E foy solto fazendo a el Rey concerto, e capitulação de sempre ser a seu serviço, porque ao tal tempo elle estava mal, e era imigo<sup>318</sup> de Moleyxeque Rey de Fez, e tinha com ele guerra<sup>319</sup>”

No que se refere ao segundo ramo da família, que seguia o misticismo sufi, informa Ibn Askar, de que havia dois irmãos, netos do dito xeque Ben Mexixe, Abd Errahman e ‘Ali. O primeiro dedicou-se à prática sufi até a sua morte. O segundo, que levava uma vida de mercador, dedicou-se ao sufismo com o falecimento do irmão. Mais tarde, o xeque ‘Ali amaldeçou o rei oatácida de Fez, Ibn Hassoun, por ter recusado a libertação do seu parente, na pessoa do alcaide Mohamed Barraxe<sup>320</sup>.

Noutra passagem, o mesmo autor deu notícia do xeque sufi, Mohamed Ibn Yahya Al-Bahloul, participante assíduo nas acções jihadistas que o Rei de Fez, Mohamed Al-Bortugali, dirigia contra os fronteiros portugueses das praças da região Setentrional de Marrocos. Quando este soube das pazes concluídas entre o novo rei Ahmed o Oatácida e os portugueses, jurou não ver nem ir ao encontro do dito rei<sup>321</sup>, por violar uma das regras do califado, que é proteger o país dos agressores, que eram, neste caso, os portugueses.

Relativamente à zona meridional, os xeques Sufis não tiveram qualquer influência no que toca à insurgência contra os portugueses, porque nunca estiveram interessados na política. A prova está bem patente na resposta do xeque Al-Jazuli, quando lhe chegou aos

---

<sup>317</sup> Idem, *ibidem*, p. 121

<sup>318</sup> Inimigo.

<sup>319</sup> Garcia de Resende, *op.cit.*, pp.100-101

<sup>320</sup> Ibn Askar, *op.cit.*, pp. 18-19

<sup>321</sup> Idem, *ibidem*, pp. 59-60; Ennaciri, *op.cit.*, pp. 112-113

ouvidos que o povo o queria tomar por Imam: «referido por um dos seus discípulos, como é o caso do Xeque Ettebaa, que, na noite da véspera do dia do seu envenenamento, quando apareceu diante dos seus discípulos, estes disseram-lhe: “Senhor, nós presumimos que é o Fátimida esperado”, ao que ele respondeu: “Eles procuram alguém que lhes corte as cabeças; que Deus lhes mande alguém que o faça”. E disse aquilo repetidamente”<sup>322</sup>.

No mesmo sentido, de resto, se postulam outras narrativas de similar significado. Segundo Al-Ifrani, nas duas ocasiões em que os notáveis da região do Suz se dirigiram aos xeques Sufis, estes últimos recusaram-se categoricamente a assumir a chefia político-militar daquela região, aconselhando-os a tomar os xarifes por imans<sup>323</sup>. Na região de Duquela, no primeiro contacto com os portugueses, os xeques sufis das cabildas de Regraga, numa carta enviada a D. Manuel I, em 1509,<sup>324</sup> declararam a sua total obediência ao Rei de Portugal, conjuntamente com as outras tribos de Duquela.

Durante os dois mandatos de alcaidaria do xeque Ben Tafuft, no primeiro como alcaide de Abda e Garbia (1511-1514), e no segundo, como alcaide da Duquela (1516 e 1518), para evitar a maldição dos xeques sufis daquela região, ele confirmou a tradição vigente na aplicação da *Shari'a* (lei islâmica) na sua zona de influência. Este aspecto encontra-se numa carta que, o então Capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataide (1510-1516), enviou ao Rei, em 1512, justificando as acusações por ele levantadas contra o referido alcaide. A ela anexou um documento muito curioso, onde estavam consignadas as leis penais, com as quais se regia a tribo de El-Harit, em conformidade com a *Shari'a* islâmica aplicada, pois provavelmente em toda a zona de Duquela, sob a protecção portuguesa. O documento consigna o seguinte:

“جعل على من قدر الله عليه بقتل أخ مسلم ما سبق في محكم التنزيل و ما جاءت به السنة عن سيد البشر صلى الله عليه و سلم فإن كان القتل قتلا عمدا يحكم فيه بما قال الله تبارك و تعالى في كتابه العزيز و “كاتبنا عليهم فيها أن النفس بالنفس و العين بالعين و الأنف بالأنف و الأذن بالأذن و السن بالسن و الجروح قصاص” و قال تعالى و “السارقة و السارقة فاقطعوا أيديهما” فمن فعل فعلة يستحق بها العقوبة فيحكم عليه بقول الله تعالى و سنة نبيه صلى الله عليه و سلم<sup>325</sup>

<sup>322</sup> Ennaciri, *op.cit.*, Vol. IV, p.123

<sup>323</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, pp. 10-11

<sup>324</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. I. pp.136-138

<sup>325</sup> Cf. *ibidem*, T.II, pp. 316-325

“Aplicado a quem foi predestinado por Deus, de matar o seu irmão muçulmano, o que foi dito nos versos categóricos da Revelação e o que veio no Hadith do Senhor da Humanidade – que Deus o abençoa e saúde - se a morte foi premeditada, será julgado conforme o que disse Deus ....., no seu Querido Livro : ‘ prescrevemos sobre eles nela, que a alma pela alma e o olho pelo olho e o nariz pelo nariz e a orelha pela orelha e o dente pelo dente e as feridas pelo castigo’; e Deus Supremo diz: ‘o ladrão e a ladra cortem-lhes as mãos’. Qualquer um que comete uma acção que mereça castigo será castigado conforme as palavras de Deus e a tradição do Profeta - que Deus o abençoa e saúde”

Por o rei de Portugal favorecer um muçulmano, nomeando-o por alcaide dos mouros do campo, muitos dos xeques sufis de Duquela não se tinham levantado contra os portugueses, porque respeitavam o alcaide Yahya Ben Tafuft, primeiro, por ser um deles e favorecido pelos portugueses, segundo, por ser justo e leal homem. Dizem os habitantes de Safim, Cabilda de Regraga, Duquela e os Alaraves:

«e vos, senhor, se quereis povoar vosa cidade com Mouros, mandai nos vir Hayan Tanfut; e, se a quereis povoar com Christaos, vosa he e em vosa mão esta..... Senhor, nos não amamos este homem senão por suas vertudes, e por sua verdade, e por sua bondade, e por seu bom zelo, e todos por seu bem fazer, que faz sem nenhum interesse». <sup>326</sup>

Para um melhor controlo e administração da Duquela, os xeques remeteram-se todos ao respeito e obediência de Ben Tafuft. Na carta enviada para o Rei D. Manuel I em 1507<sup>327</sup>, pelos habitantes de Safim, a fim de solicitar o seu regresso, sublinhavam que ele era uma pessoa sábia e justa com os seus.

### **3. Os xarifes e a bênção dos xeques sufis**

Perto das montanhas do Anti Atlas, numa terra chamada Tagmaddart, província de Dará, morava uma família árabe, a qual era descendente de Mulei Abd Allah Al-kámil,

---

<sup>326</sup> *Ibidem*, T. I, p. 138

<sup>327</sup> *Ibidem*, T.I, p.136

filho de Moulay Al-Hassan Al-Mutanná, filho de Moulay Al-Hassan Assibt, filho de Seiduna Ali Ibno Abi Talib, primo e genro do Profeta Mohamed (Salla Allahu Aleihi wa Sallam)<sup>328</sup>. A ligação ao Profeta conferia aos Xarifes um particular estatuto sócio-religioso, de tal modo que foram reconhecidos por senhores pelos xeques sufis do Suz e, mais tarde, pelos xeques e notáveis de Suz e de Haha, que os tomaram por *Imans* (chefes político-religiosos).

Na mentalidade de então, a fama dos xeques sufis era tal, que todos os membros da comunidade pertendiam ser abençoados por eles. Os maus tratos ou a expulsão de um dos deles, podia ter graves consequências. Assim, “ o xeque Al-Jazuli foi expulso de Safim, por ordem do seu governador (da família dos Beni Ferhon).Arrepentido, este foi-lhe pedir perdão, ao que o xeque El-Jazuli respondeu: “Quarenta anos”. A cidade foi depois tomada pelos portugueses ”<sup>329</sup>. Como adiante se dirá (cap. IV -2), este governador será assassinado pelo futuro alcaide de Safim, Abd Errahman (seu sobrinho), e este será, por sua vez, assassinado dentro da mesquita, por Ben Tafuft e Ali Ben Guecimen. Ao contrário do defunto alcaide Ali Ben Farhoun, o novo alcaide dos mouros do campo de Safim, o xeque Ben Tafuft, cuidou logo de aplicar a lei islâmica contra aqueles que poderiam vir a perturbar a ordem pública (vide na presente tese Cap. III -2), para ter a benção dos xeques sufis da região.

Dos benefícios da benção (*Al-baraka*) dos xeques sufis temos o exemplo dos xarifes, os quais, conheciam bem o seu poder e influência, e o respeito que tinham pelos descendentes do Profeta. Em 1509, o seu patriarca, o xeque Mulei Mohamed Al-Caím Bi Amri Allah, foi rogar o apoio e a benção do xeque sufi, Aba Abd Ellah Mohamed Ben Mobarak, de Akka, que usasse da sua influência, junto dos xeques e notáveis do Suz, para ser tomado por Imam da comunidade. Comprovando essa mesma influência, no ano seguinte, os alfaquís e notáveis do Suz enviaram ao xarife uma missiva declarando-lhe vassalagem<sup>330</sup>.

Portanto, compreender-se-á porque estimavam os Xerifes o apoio e benefício recebidos pelos xeques sufis, e como, de resto, lhes correspondiam. Assim, setenta anos

---

<sup>328</sup> Al-Ifrani, *Nozhat Alhádí Fi Akhbar Muluki Al Karni El-Hadi*, ed. do texto árabe, introdução, notas e apêndice por O. Houdas, Paris, Ernest Leroux, 1888, p. 3.

<sup>329</sup> Ennaciri, *op.cit.*, Vol. IV, pp. 141-142.

<sup>330</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, p. 16

depois da morte de El-Jazuli, o seu corpo foi transferido para Marraquexe<sup>331</sup> e sepultado em Riad El-´Aross. Com esta atitude, os xarifes, não só demonstravam o seu reconhecimento pelo apoio das azóias seguidoras das doutrinas sufís jazulitas, mas também as elevavam, no sentido político, procurando, reciprocamente, o seu apoio, também, nas suas reuniões e assembleias religiosas. Para tal, os favores correspondiam-se e os benefícios eram recíprocos.

Em Fez, os xeques servindo-se da sua situação favorável e utilizando os privilégios concedidos pelos Sultões de Fez, exploravam honradamente o movimento de renovação religiosa, que não é provocada pela invasão portuguesa, mas sim, pela situação precária em que viviam os súbditos do reino, com o esbanjamento de meios e fundos e pela irresponsabilidade dos reis merínidas e otaídas, os quais, interessados no poder, nada fizeram para repelir o avanço português em Marrocos. Assim e diante desta situação, alguns xeques Sufis, revogavam a obediência aos soberanos de Fez e fundaram as suas próprias fortalezas, o caso de Xequê Bem Mexixe em Xixuão, a partir das quais faziam guerra aos portugueses; e outros, simplesmente, se mudaram para Marraquexe, como é o caso do xequê El-Gazwani.

É neste contexto que os Xarifes emergiram. Para muitos eram os salvadores e unificadores de um reino que estava à beira do abismo. Sediados em Dará, foram chamados para fazer a guerra aos portugueses no Suz e em Haha.

#### **4. Xequê Al-Gazwani: entre o Norte e o Sul**

Dirijamos agora o nosso discurso para comentar a história de um dos mais afamados xeques sufis de Marrocos quinhentista, Al-Gazwani *الشيخ الغزواني*, referenciado por Ennaçiri<sup>332</sup> e por Joaquim Figanier<sup>333</sup>. Discípulo do xequê Etteba´a de Marraquexe, propagou a sua doutrina numa terra chamada Fezkar, na província de Al-Habt, fronteira à zona de soberania portuguesa no norte de Marrocos. A fama que precedia o xequê Al-Gazwani, levou o sultão Mohamed El-Bortugali a mandar-lhe uma carta, através do seu

---

<sup>331</sup> Os Xarifes tinham-se apoderado de Marraquexe em 1524.

<sup>332</sup> Natural da província de Tamesna, primeiro estudou em Fez e, posteriormente, em Marraquexe onde se tornou discípulo do xequê sufi Ettebaa - Ennaciri, *op.cit.*, vol. IV, p. 144.

<sup>333</sup> Mohamed Nadir, *Santa Cruz do Cabo de Guér...*, p. 61.

alcaide de Alcáçer Quibir, solicitando-lhe que se deslocasse a Fez. O convite era para residir nessa cidade, alcançando assim o Sultão, a sua *Al-baraka*. Aceitando o convite, o xeque permaneceu aí sete anos, ensinando a sua doutrina.

No termo do sétimo ano, veio um período de seca, que o obrigou a transferir-se para Marraquexe, em 1521, devido a uma injustiça contra ele cometida pelo irmão do Sultão, Mulei Ennaçer. Veja-se a referência de Ennaçiri na sua:

“سنة تعذر فيها المطر و أخذ الناس في استخراج السواقي للحرث فأخرج الشيخ من وادي اللين ساقية لم يكن في سواقي السلطان و غيره مثلها، فبعث إليه أخوه، و هو الناصر. .... ، وقال له : " نحن أحن بتلك الساقية " فقال له الشيخ : " خذها " و أخذ في الرحيل إلى مراكش و لما توجه لتلقاها أخذ خنيفه<sup>334</sup> في يده و جعل يشير به من جهة فاس إلى مراكش و يقول : " أيا يا سلطنة إلى مراكش "

“(...) no ano de seca, muitos começaram a captar água para regar as suas terras. O xeque Al-Gazwani الغزواني الشيخ conseguiu captar água de Ouadi Ellaban, captação esta que nem o Sultão, nem os outros tinham igual. O Sultão mandou-lhe o seu irmão, Mulei Ennaçer, que lhe disse: ‘Somos merecedores daquela captação’, ao que o xeque respondeu: ‘Toma-a’ - e seguiu viagem para Marraquexe. Quando chegou, tomou a capa negra na sua mão, fez sinal de Fez para Marraquexe e exclamou: ‘Ó Sultanato para Marraquexe’<sup>335</sup>.”

Pouco tempo depois, a notícia da intitulação do xarife Abu Al-’Abbas Ahmed Al-’Araje أبو العباس الأعرج por príncipe, pelo príncipe Hentátida Mohamed Bu Xantufe em 1524, provocou a ira do rei Oatácida Mohamed Al-Burtugali, o qual decretou de imediato guerra aos xarifes e, acompanhado pelo irmão Ennaçer, deslocou-se à frente do seu exército, para recuperar a cidade.

“و لما اتصل خبره بالسلطان محمد و هو يومئذ بفاس قامت قيامته، و أقبل في جموع عديدة،.....، أن الوزير الذي جاء معه هو الناصر أخو السلطان المذكور. و لما رأى أبو العباس السعدي ما لا قبيل له به تحصن بمراكش و شحن أسوارها بالرمادة،.....، و دام الحصار عليها أياما .

فيحكى أنه قيل للشيخ أبي محمد الغزواني و كان قد استوطن مراكش يومئذ: إن أهل مراكش سئموا الحصار، فركب الشيخ في جماعة من أصحابه و خرج من باب فاس المعروف اليوم

<sup>334</sup> Na língua da gente, quer dizer *Capa Negra*.

<sup>335</sup> Ennaciri, op.cit., Vol IV, pp. 146-147.

بباب الخميس، فوجد رماة السلطان أبي عبد الله يرمون من علا الأسوار من أهل البلد، فوقف الشيخ  
ينظر فجاءت رصاصة ضربت صدره وخرقت الجبة التي عليه و التصدقت بلحمه و كأنها وقعت في  
صخرة صماء، فقبض عليها بيده و قال: “هذه خاتمة حركم” ثم رجع إلى منزله فوردت الأنبياء  
على السلطان أبي عبد الله في تلك الليلة بأن بني عمه قد قاموا عليه بفاس و نبذوا دعوته، فأصبح من  
الغد راحلا إلى فاس، و ظهر مصداق ما قال الشيخ الغزواني “

«Recebendo a notícia, de que o xarife Abu Al-Abbas Alaraje tinha chegado a controlar a cidade de Marraquexe, enraivecido, o Sultão Mohamed Al-Bortugali, juntou as suas tropas e marchou em direcção a Marraquexe....., o Vizir que o acompanhava era seu irmão Ennaçer. Verificada a sua incapacidade em deter as forças do Sultão Mohamed El-Bortugali, o xarife Abu Al-Abbas ficou-se pelas muralhas da cidade, enchendo-a de espingardeiros. O cerco durou por vários dias.

Conta-se que foi dito ao xeque AL-Gazwani, que tinha tomado Marraquexe por morada definitiva, que os habitantes da cidade estavam fartos do cerco. O xeque preparou a sua montada e, com os seus amigos, saiu pela porta de Fez, conhecida hoje pela porta de Al-Khamise, deparando-se com os espingardeiros do Sultão Mohamed Al-Bortugali, a atingirem os habitantes da terra, que estavam por cima das muralhas. O xeque parou a observar; atingido por uma bala no peito, que atravessou as suas vestes e se colou à sua pele, como se fosse uma pedra dura, agarrou a bala e disse: “Este é o fim da vossa guerra”, tendo regressado a casa. O Sultão Mohamed Al-Botugali foi notificado, logo naquela noite, de que os seus primos se tinham revoltado contra ele em Fez, negando a sua legitimidade. Ao amanhecer do dia seguinte, o Sultão regressou a Fez, conforme o que afirmara o xeque Al-Gazwani.”<sup>336</sup>

Os Xarifes do Suz, que se instalam no Castelo de Tedneste (na província de Haha)<sup>337</sup>, fronteiro à zona de soberania portuguesa, aproveitaram a sua estadia para recrutarem guerreiros berberes da montanha, com base na *Al-baraka* de Al-Jazuli. Depois de muitos êxitos, os Xarifes, Ahmed Al-´Areje, príncipe de Marraquexe, e Mohamed Xeque, príncipe do Suz, tornaram-se senhores de Marraquexe em 1524, para onde, como

<sup>336</sup> Ibn Askar, *op.cit.*, pp. 96-99; Ennaciri, *op.cit.*, Vol. IV, pp. 147-148; Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 61.

<sup>337</sup> Conquistada, em 1514, pelo Capitão Nuno Fernandes de Ataíde, acompanhado pelo Adail Lopo Barriga e Yahya Ben Tafuft. O xarife escapou ileso. David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Estudo Filológico e Histórico*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1940, pp. 137

foi acima referido, trasladaram o túmulo de Al-Jazuli. Fundada, pelo califa almorávida, Youssef Ibn Taxafim na segunda metade do século XI e protegida pela benção dos sete patronos/xeques Sufis (como de seguida se dirá), Marraquexe voltará a desempenhar o seu papel político e religioso durante o período dos Xarifes Sádidas.

Eis uma breve notícia dos sete patronos:

1 - Youssef Ben 'Ali Essenhaji - يوسف بن علي الصنهاجي : conhecido como Sidi Youssef Ben 'Ali o Sr. da Gruta por viver numa Gruta depois de ser afectado pela Peste. Nasceu, viveu e morreu em Marraquexe.

2 – 'Aiád Ben Moussa Al-Yahsibi - عياض بن موسى اليحصبي : Conhecido como o Juiz Áiáde, árabe de origem, nasceu em Ceuta no ano de 1083, passou vinte anos a trabalhar como juiz em Ceuta e Granada, era o exemplo do juiz justiceiro.

3 - Abu Al-'Abbas Hamet Ben Jafar Al-Karji Essabti<sup>338</sup> - أبو العباس أحمد بن جعفر الخرجي السبتي : um dos maiores santos e o mais famoso dos sete Santos patronos da cidade, o que mais apelava a fazer o bem e a dar a esmola aos pobres, nasceu em Ceuta no ano de 1129 e morreu em Marraquexe em 1204.

4 – Abd Errahman Ben Abd Ellah Assahili Addarir - عبد الرحمان بن عبد الله الساحلي الضرير : natural de Málaga, perdeu a visão quando era criança, mas isso não o impediu de se instruir e estudar pelo seu desempenho em zelar pela defesa da Fé, foi convidado pelo califa almóada, youssef Ben Abd Al-Moumen para a capital Marraquexe, na qual se dedicou ao ensino até sua morte em 1185.

5 – Abu Abd Allah Mohamed Ben Souleiman Al-jazouli - أبو عبد الله محمد بن سليمان الجزولي : Natural de região do suz – Jazula -, viajou para Oriente, como peregrino para Meca e Medina e Jerusalém. Ficou conhecido pelos seus Milagres, e pelo Rito sufi que tinha muitos seguidores. Depois da sua morte, o seu corpo foi levado de Afughal para Marraquexe.

6 – Abd Al-'Azize Ben Abd El-Haq Etteba'a - عبد العزيز بن عبد الحق التباع : Natural de Marraquexe, foi aluno do xeque Al-Jazuli<sup>339</sup> em Afural, recebeu o ensinamento científico em Fez. Quando regressou para Marraquexe construiu a sua própria azóia no Bairro dos

---

<sup>338</sup> Ibn Azzayiate, *Attachaoufo ilà Rijali Attaçaoufi wa akhebaro Abi Al-Abbas Assabti*, Universidade Mohammed V de Rabat; 1997. pp.451-452

<sup>339</sup> Ennaciri, *op.cit.*, p. 123

Carpinteiros (النجارين). Faleceu em 1508. o Bairro ficou com o nome de Sidi Abd Al-'azize. A sua azóia transferiu-se depois da sua morte para o mausoléu, que se tinha tornado espaço para a oração e recitação do livro sagrado, e de cura para os de mais.

7 – Abu Mohamed Abd Allah Al-Ghazwani - أبو محمد عبد الله الغزواني : Natural de Gazoão de Tamesna – Enxóvia -, discípulo do xeque Etteba'a, do qual tinha aprendido o chadilismo-jazulita, que se baseia no amor e na adoração do Profeta Mohamed e na oração a Allah.

Em Portugal, os cristãos-novos de origem mourisca, oriundos da região meridional de Marrocos, e presos pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, confessavam que, ao festejarem as festas cristãs, reviviam também as suas crenças tradicionais da “festa dos xeques Sufis de Marrocos”. Neste sentido, opina Rogério Oliveira Ribas que “acobertados pelo calendário litúrgico do catolicismo, os mouriscos festejavam os santos islâmicos, principalmente, Cide Belabes Citim, santo protector de Marrakes, além de outros santos, como Cide Alle, Cide Bahe Memede....”<sup>340</sup>. As notícias contidas nos processos inquisitoriais portugueses dão-nos uma clara ideia de que a prática litúrgica do sufismo, da região meridional, teve repercussões na metrópole através dos cristãos-novos convertidos de mouros daquela região. Os quais tomaram o criado de D. João III, Duarte Fernandes (Cide Abd Ellah) por xeque da comunidade mourisca de Lisboa por conhecer a lei Islâmica, ao qual recorriam para resolver os casos pertinentes da comunidade.

A assinatura do acordo de paz e tréguas entre o primeiro rei Otácida de Fez, Mulei Xeque, alcaide de Arzila e o último descendente da família Beni Otáce, dos conselheiros da e o rei D. Afonso V no ano de 1471, tinha demonstrado, desde o início, que os descendentes dos conselheiros da dinastia Merínida

Ao contrário dos Xarifes que foram abençoados pelos Xeques Sufis das regiões do Suz e de Marraquexe, a maioria daqueles da região do Norte amaldiçoaram, e até tomaram por inimigo, o próprio rei Otácida Mulei Xeque (como é o caso do Xarife Ale Barraxa), quando este reconheceu a soberania portuguesa sobre as praças do Norte de Marrocos, pelo acordo de Arzila de 1471.

---

<sup>340</sup> Rogério Oliveira Ribas, “Festas e Inquisição: os Mouriscos na Cristandade Portuguesa dos Quinhentos”, in *Portugal e Brasil No Advento do Mundo Moderno, sextas jornadas de história ibero-americana*, edições Colibri, Lisboa, 2001, pp. 45-58

Mais a Sul do território, a autoridade do recém-nascido reino Oatácida de Fez, era nominal. Portanto, eram os próprios xeques e principais da terra quem se adaptava às novas realidades, para administrarem e orientarem os destinos dos seus domínios.

Conhecidas as notícias sobre as injustiças cometidas, por João Lopes de Sequeira, senhor da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, no ano de 1510., contra os habitantes de Massa (então vassalos Anemay do Rei de Portugal), o xeque Sufi Abu Al-Mubarak, do ribat de Akka, incentivou os xeques e notáveis da região do Suz e de Haha, para que tomassem os Xarifes de Drá por líderes político-militares<sup>341</sup>. Assim, ao contrário dos reis Oatácidas, os Xarifes, além de terem *Al-baraka* de Al-Gazwani, usufruíram também do apoio incondicional dos xeques sufis das regiões de Suz e de Haha.

Na altura das batalhas entre os reis Oatácidas e os Xarifes, havia sempre xeques Sufis empenhados em apaziguar as tensões e mediar os conflitos. Por exemplo, durante a batalha de, ocorrida em 1529, bem como, a de Boluão de 1537, os xeques Abu Hafs Omar Al-Khattab e Abu Rawayin Al-Mahjoub, foram referenciados, por Ennaçiri, como intervenientes activos na cessação das hostilidades, e na assinatura do acordo de paz entre os Oatácidas de Fez e os Xarifes de Marraquexe<sup>342</sup>.

Foi nesta época perturbada da história dos reis Oatácidas de Fez, que cresceu Abd Errahman Al-Majdoub. Nascido em Tite, na província de Azamor, no ano de 1506, a sua família deslocou-se para Mequenez, em razão da primeira tentativa portuguesa para conquistar a praça Azamor em 1508. Em Mequenz, foram-lhe ensinadas as doutrinas sufis do chadilismo, através do xeque Ali Es-senhaji, e as doutrinas do chadilismo-jazuli, provenientes do Sul Marroquino, através do xeque Omar Al-Khattab Ez-zarhouni<sup>343</sup>. A experiência de vida do xeque está toda resumida na sua colecção de poemas, *Diwan Abd Errehmão Al-Majdoub*, que foi mais tarde, traduzida e anotado pelo conde Henry de Castries. A dita obra é um espelho que reflecte a realidade vivida no Marrocos quinhentista e nela relata a fuga apressada de sua família de Tite (Azamor) para Fez e expressando a sua preocupação com o destino político de Duquela<sup>344</sup>.

---

<sup>341</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, pp. 10-16.

<sup>342</sup> Ennaciri, *op.cit.*, vol.IV, p. 151

<sup>343</sup> *Historical Dictionary of Morocco...*, pp. 35-36.

<sup>344</sup> Henry de Castrier, *Les Gnomes de Sidi Abd Er-rahman El-Mejdoub...*, p.79.

Em suma, chega-se à conclusão de quão eram erradas as designações atribuídas às azóias sufis, ao misticismo sufi e aos xarifes sáidas do Suz. A rápida ascensão do poderio dos xarifes do Suz, não foi resultante do apelo à jihad nas azóias sufis, da região meridional de Marrocos, nem destas saíam gerreiros da fé. O misticismo sufi, por sua vez, nunca levou os Xarifes ao fanatismo religioso, mas sim à rectidão e à aplicação da Shari'a (a lei islâmica).

As *Ordenações de Governança*, que o ilustre jurisconsulto abbácida de Bagdade, Al-Máwardi, elaborou durante o século XI, referem que a política e a governança do reino eram sempre reservadas aos califas/imans eleitos pelos jurisconsultos com a benção dos xeques sufis; que aos mesmos cabia a escolha de homens dignos para o desempenho de diferentes ofícios, tais como, o de ministro, o de vice-rei ou o de recebedor de esmolas. Os califas usufruíam da obediência total da comunidade muçulmana desde que aplicassem a lei de Deus e do Profeta, caso contrário, seria permitido aos jurisconsultos do reino destituírem o califa do seu cargo e entronizarem outro no seu lugar.

Neste sentido, relembramos que um território que viu nascer dois grandes Impérios no ocidente islâmico, o Almorávida e o Almóada, só poderia ser o meio ideal para a nascença de uma nova dinastia, a Sádida. Não podendo suportar as agressões dos fronteiros portugueses e seus aliados mouros de pazes, os jurisconsultos e notáveis desse território, usando dos seus conhecimentos das leis islâmicas, tomaram os xarifes do Suz por califas/imans das regiões de Suz, Drá e Haha no ano de 1510. Como foi o caso dos primeiros califas/imans dos impérios almorávida e Aalmóada de Marrocos, os Xarifes do Suz ter-se-iam servido, possivelmente, das *Ordenações de Governança* de Al-Máwardi, como guião para reforçar as bases do aparelho político-administrativo do recém-nascido principado e organizar o relacionamento entre os seus vários componentes.

## Capítulo IV

# PORTUGAL E MARROCOS MERIDIONAL: TENSÕES E REAVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES

### 1. Presença portuguesa na zona meridional de Marrocos

Os portugueses costumavam viajar para Marrocos para adquirirem alquices<sup>345</sup>, alambéis, cavalos e trigo<sup>346</sup>, os quais vendiam em Arguim e São Jorge de Mina em troca de ouro, escravos e especiarias. Atestado o lucro realizado pelos mercadores portugueses em terras africanas, os castelhanos começaram a efetuar contactos diretos com os naturais da costa atlântica marroquina<sup>347</sup>.

O interesse pelos lucrativos resgates em África, levou D. João II de Castela a fazer mercê a D. João de Gusmão (Duque de Medina Sidónia), do território que se estende desde a zona de Meça<sup>348</sup> até ao cabo Bojador. Posteriormente, D. Henrique IV de Castela (1454-1474) renovou os direitos do senhorio sobre a zona do Mar Pequeno aos senhores das Canárias (Diogo Garcia de Herrera e Gonzalo de Soavedra) que tentaram alargar os seus domínios<sup>349</sup>.

Conta Garcia de Resende que “ No anno logo seguinte de mil e quatrocentos e setenta e hum, el Rey dom Affonso determinou yr tomar a vila Darzila em Affrica<sup>350</sup>.” O sucesso das campanhas africanas, levadas a cabo por D. Afonso V, foi coroado com a tomada da praça-forte de Arzila, em 1471, a subsequente ocupação de Tânger, e a assinatura do tratado de paz por vinte anos, com o futuro sultão Ooatácida Mohamed

---

<sup>345</sup> É uma peça de vestuário, se usa como capa, António Dias Farinha “*Contribuição para o Estudo das Palavras Portuguesas Derivadas do Árabe Hispânico*”, in *Portugaliae Historica*, Vol I, S. ed, Lisboa, 1973, pp. 244-265

<sup>346</sup> Robert Ricard, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, p. 82-83-

<sup>347</sup> Safim e a zona costeira localizada a frente das ilhas Canárias.

<sup>348</sup> Vila que se situa na margem direita do Rio com o mesmo nome; fica a 70 km a Sul de Agadir.

<sup>349</sup> Viera e Clavijo, *Historia de Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, Goya-ediciones, 1950, tomo I, Libro V, p. 396.

<sup>350</sup> Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II e Miscelânea...*, p. 4

Xeque (1472-1501), ainda no mesmo ano, pelo qual, se delimitou a zona de soberania portuguesa a Norte de Marrocos <sup>351</sup>.

A morte súbita do monarca castelhano, D. Henrique IV, levou D. Afonso V a tomar o partido por sua irmã D. Joana como herdeira legítima do trono de Castela. A derrota de D. Afonso V na batalha de Toro em 1476<sup>352</sup>, encorajou D. Fernando de Aragão a alargar o conflito para Marrocos. Aliou-se ao sultão Mohamed Xeque ﴿ محمد الشيخ ﴾ quando este cercou Ceuta, por volta de 1476 e auxiliou os canarinos na construção da fortaleza de Mar Pequena<sup>353</sup>.

Para evitar futuros confrontos, neste momento crucial da Expansão ultramarina ibérica, o reino de Portugal e o reino de Castela celebraram os tratados de Alcáçovas, no ano de 1479; Tordesilhas, em 1494 e o de Sintra, em 1509<sup>354</sup>. Neles, foi reconhecida a exclusiva navegação a Sul do paralelo das Canárias aos reis de Portugal, bem como se efectivou a renúncia dos Castelhanos ao direito de conquista do Reino de Fez<sup>355</sup>.

O interesse em garantir a suserania pela presença efectiva de contingentes portugueses nos lugares da zona meridional de Marrocos, advém da sua importância económica. O rei D. João II, inflectiu a política, apostando no fortalecimento das relações comerciais em detrimento das confrontações bélicas, que haviam marcado a acção do seu pai. As trocas comerciais intensificaram-se entre os mercadores do reino e os naturais das importantes feitorias localizadas naqueles lugares, nomeadamente, Azamor, Safim, Mogador, Santa Cruz do Cabo de Gué e Meça.

Esta política não tardará em dar frutos. Em 3 de Julho de 1486, num «contrauto sobre o senhorio d'Azamor, feito entre el Rey e o povo dos Mouros da dita cidade»<sup>356</sup>, celebrado entre D. João II e os habitantes de Azamor, uma das cláusulas mencionava o estabelecimento de um tributo anual de 10.000 sáveis<sup>357</sup>. Nesse mesmo ano, foi concedida

---

<sup>351</sup> Rui de Pina, *op.cit.*, vol.3, cap CLXVI, pp.64-65; António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV...*, vol. I, p. 292; David Lopes, *Les Portugais au Maroc...*, p. 342; David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Estudo Filológico...*, p. 108.

<sup>352</sup> Rui de Pina, *op.cit.*, pp. 94-102; Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Guimaraes e C.ª Editores, 1951, p. 228.

<sup>353</sup> Agora conhecida por Sidi Ifni – José de Viera y Clavijo, *op.cit.*, pp. 421-423.

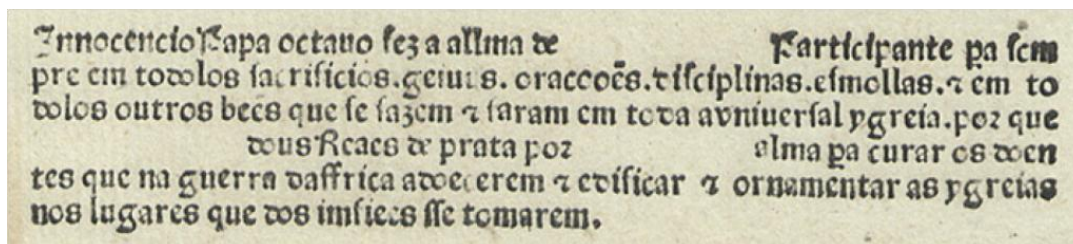
<sup>354</sup> António De Saldanha, *op.cit.*, p. 553

<sup>355</sup> Evocando o Tratado de Paz, celebrado entre o Sultão Mohamed Exeique e D. Afonso V em 1471.

<sup>356</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. I, p. 5.

<sup>357</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “*Documentos inéditos para a História dos portugueses em Azamor*”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, Fundação Gulbenkian, 1979, pp. 105-106.

ao monarca a bula de Cruzada *Orthodoxae fidei* pelo papa Inocêncio VIII, pela qual o rei arrecadaria, durante três anos, elevadas somas provenientes das rendas e tributos eclesiásticos<sup>358</sup>. O mesmo papa, atribuiu um certificado de indulgências (Doc. 3) ao rei D. João II, reforçando o apoio da Igreja Apostólica Romana ao reino de Portugal.



Doc. 3<sup>359</sup>

Numa outra carta, datada de 16 de Outubro de 1488, o monarca, confirmou a vassalagem do alcaide Ahmed Ben Ali «أحمد بن علي» e dos vizinhos e moradores da cidade de Safim e de seu termo<sup>360</sup>. No que se refere a este alcaide, membro da família de Beni Farhoun «ابن فرحون», diz Mármol Carvajal : “en Safi se levanto com el señorio dela ciudade un linage de Africanos gente noble, llamados Beni Ferhon, que a manera de Republica governavan su ciudade.”<sup>361</sup>

Por sua vez, o rei D. Manuel, numa carta datada de 1496 procedeu à confirmação de graças e privilégios à cidade de Safim, dirigida aos cavaleiros, regedores, oficiais e povo da referida cidade<sup>362</sup>. No ano de 1497, enviou uma nova carta de suserania e proteção das vilas e lugares da terra de Meça e dos seus povoadores, em que reconhece os seus habitantes como vassallos que, por isso, teriam o mesmo tratamento que os naturais

<sup>358</sup> António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos...*, p. 23.

<sup>359</sup> Certificado de Indulgências atribuído pelo Papa Inocêncio VIII ao rei D. João II, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, s.n, entre os anos 1486-1493, disponível em formato digital in <http://purl.pt/22009>

<sup>360</sup> *Descobrimientos Portugueses...*, vol. III, p. 346; *Documentos do Corpo Chronológico relativo a marrocos (1488-1514)*, ed. Antonio Baião, Coimbra, Academia das Ciências, 1925, pp.3-5; *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. I, pp. 1-30; David Lopes, *Textos em Aljama Portuguesa: Estudo Filológico...*, p. 108

<sup>361</sup> Mármol Carvajal, *Primera parte de la Descripcion general de Affrica, con todos los successos de guerras que a auido entre los infieles, y el pueblo Christiano, y entre ellos mesmos desde que Mahoma inue[n]to su secta, hasta el año del señor mil y quinientos y setenta y uno*, Granada, 1573, fol. 41.

<sup>362</sup> *Descobrimientos portuguses...*, vol. III, p. 473-475 e 621 ; *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. I, pp. 31-58 ; David Lopez, *Textos em Aljama Portuguesa: Estudo Filológico...*, p. 110

do seu reino<sup>363</sup>. No dia 9 de Dezembro de 1500<sup>364</sup>, o monarca envia uma carta de confirmação ao novo alcaide de Safim, de nome Abd Errahman<sup>365</sup> ﴿عبد الرحمان﴾.

Portanto, quando o conjunto das praças situadas ao longo da Costa Atlântica Meridional de Marrocos passou da suserania à soberania portuguesa, foram, desde logo, consideradas como extensão do território do reino. Por se situarem em regiões economicamente ricas, o rei D. Manuel ordenou transformá-las em fortalezas, armando-as com artilharia grossa. Alguns materiais de construção, bem como, um grande número de trabalhadores seguiram da metrópole. *In loco*, as obras começaram sob a direcção dos Arrudas, em Azamor, e de João de Castilho, em Mazagão<sup>366</sup>.

Estas praças-fortes tornaram-se, por um lado, numa base de operações, a partir das quais portugueses e mourors de pazes, efectuavam as suas entradas ou almogavarias em terra de mouros de guerra; por outro lado, num refúgio inexpugnável, em que as guarnições militares portuguesas, os respectivos moradores (árabes, berberes e judeus) e os mouros de pazes do campo, podiam repelir as represálias dos mouros de guerra.

---

<sup>363</sup> *Descobrimientos portugueses...*, vol. III, p. 475 ; *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.I, pp. 31-35.

<sup>364</sup> *Ibidem*, votl. III, p. 621, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.I, p. 57.

<sup>365</sup> David Lopes, *Textos em Aljama Portuguesa: Estudo Filológico ...*, p. 110.

<sup>366</sup> David Lopes, *Les portugais au Maroc, op.cit.*, pp. 344-348 ; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Documentos inéditos para a História...*, pp. 107-108.

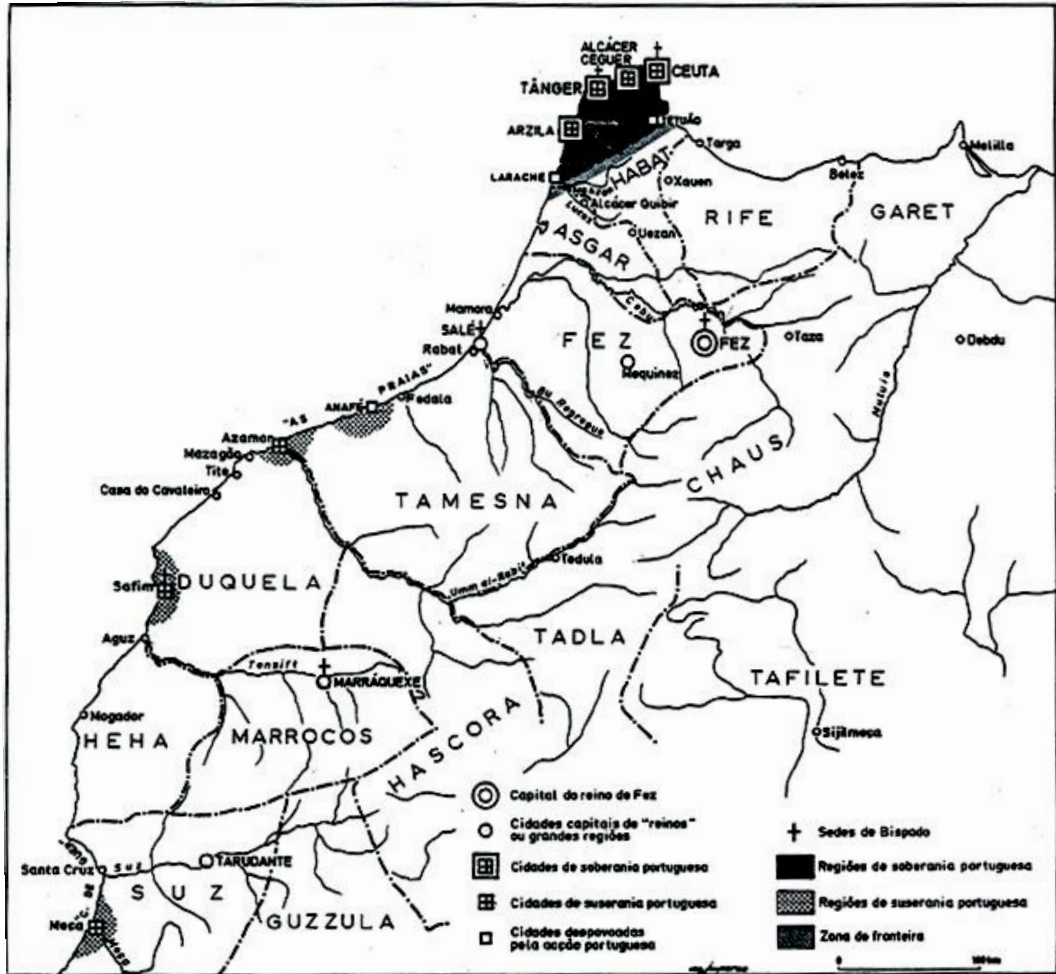


Fig. 12 – Marrocos do Século XV segundo Leão o Africano: a presença portuguesa em Marrocos<sup>367</sup>.

Com a passagem daquelas praças para a soberania portuguesa, várias são as questões que têm de ser problematizadas, a saber: quais foram as circunstâncias que conduziram à presença efectiva da Coroa portuguesa naqueles lugares? Quais foram as soluções arquitectónicas adoptadas pelos portugueses para adequar as estruturas islâmicas existentes das praças às novas funções? Que tipo de administração foi implantado? Quais os edifícios públicos edificados? Como era o relacionamento entre os vários membros que viviam nas praças (cristãos, judeus e mouros de pazes)? Quais eram os elementos das guarnições militares das praças? Qual o seu papel? Qual o papel da Igreja? Qual a lei adoptada para organizar o relacionamento entre os moradores e fronteiros dentro das praças? Qual a lei que regia a vida dos mouros de pazes do campo? Qual foi o nível da

<sup>367</sup> António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV...*, p. 164.

aculturação, quer dos mouros de pazes, quer dos cristãos aí nascidos? Que papel estes desempenharam, quer junto da Coroa, quer nas próprias praças?

Começando pela região do Suz, no ano de 1505, a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, que o nobre João Lopes de Sequeira construiu e fortificou às suas custas ajudado pelos mouros de pazes de Meça, foi comprada, restaurada e reforçada pelo rei D.Manuel no ano de 1513. Na zona de Haha, em 1506, Diogo de Azambuja construiu o Castelo Real de Mogador. Na zona da Duquela, em 1507, o mesmo Diogo de Azambuja, edificava o castelo da Aguz na foz do rio Tenesift; no ano de 1508 encontrava-se a concluir os trabalhos de construção da praça de Safim. Mais tarde no ano de 1513, após a conquista de Azamor e a conseqüente tomada de Mazagão, o rei D. Manuel ordenaria a reconstrução das mesmas. Alguns materiais de construção, bem como um grande número de trabalhadores de construção seguiam da metrópole. In loco, as obras começaram sob a direcção dos Arrudas em Azamor e João de Castilho em Mazagão<sup>368</sup>.

Com a anexação das praças meridionais de Marrocos ao território nacional, pensou-se, de início, em modificar a estrutura islâmica existente dando lugar ao aparecimento de novas soluções arquitectónicas, com a edificação de novas estruturas públicas. Em Azamor, dentro do formato quadrangular da praça, foi levantada uma igreja no lugar da antiga mesquita principal, e erguida uma residência do capitão/governador. A rua direita, que corria entre os dois edifícios e passava pela praça principal, levava à porta da ribeira, e albergava a casa de alfândega e a feitoria da cidade. Safim, por sua vez, também sofreu modificações significativas, no lugar da casa do mar, que pertencera ao defundo alcaide Abd Errahman, foi edificada a casa da alfândega. A rua direita, desempenhava uma função de ligação entre o centro comercial (parte baixa) e o centro administrativo (parte alta), passando pelas portas do mar e de Almedina. O mesmo modelo de ordenação dos edifícios públicos repetiu-se, pois, em todas as praças, quer as do Norte, quer as do Sul de Marrocos<sup>369</sup>.

---

<sup>368</sup> David Lopes, *Les portugais au Maroc...*, pp. 344-348 ; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Documentos inéditos para a História...*, pp. 107-108; Jorge Correia, *Structures marchandes du début du XVIème siècle en Afrique du Nord la ville portugaise de Safim*, Centro de História de além-mar/ Departamento Autonomo de Arquitectura, Universidade do Minho, 2007, pp. 3-4, disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8341/3/ Communication\\_JCorreia.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8341/3/Communication_JCorreia.pdf).

<sup>369</sup> Jorge Correia, *op.cit.*, pp. 3-9.

A nível económico (Fig.13), durante o último quartel do século XV iniciou-se uma política de parceria com a região meridional de Marrocos<sup>370</sup>. Com o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, as caravelas começaram a descarregar, nos portos marroquinos sobretudo laca, mas também, pimenta e outros artigos do Oriente, constituindo-se o porto de Safim<sup>371</sup> como um dos principais deste tráfego. Durante a governação de Ahmed Ben Ali (1460 - 1500)<sup>372</sup>, a importação de açafrão pelos portugueses para Safim nada tem de extraordinário, pois trata-se de droga de origem mediterrânica e as quantidades são diminutas: entre Julho de 1491 e Setembro de 1500 ao todo 109 libras e 10 ½ onças. No mesmo período, as vendas da malagueta somam 25 quintais, 3 arrobas e 27 arráteis. Já então os portugueses comerciavam em tecidos, em cuja confecção se utiliza a laca – os alquices tanto tascontes como cardões, que devido a essa utilização se distinguem dos comuns -, assim como a própria laca, que totalizava, nos mesmos anos, 45 quintais, 7 arrobas e 10 arráteis<sup>373</sup>. Em relação à exportação, “a região meridional de Marrocos era rica em cereais, gado (nomeadamente os cavalos), peixe e tecidos, produtos que interessavam a Portugal, não só para seu abastecimento, mas também para o comércio com outras zonas do império<sup>374</sup>”. O comércio dos alambéis de Safim, revelou-se um negócio lucrativo para os mercadores portugueses, tendo-se consolidado durante o reinado de D. Manuel, com a criação de uma fábrica de alambéis, cuja produção foi confiada ao judeu Meyer Lévi<sup>375</sup>.

Os cereais tiveram um papel importante. Durante o terceiro decénio do século XV, os homens-bons de Lisboa pediram para que se exportasse trigo de Marrocos com destino às Ilhas<sup>376</sup>. Em 1485 e em 1497, os moradores da Madeira obtiveram provisões régias autorizando-os a ir à Berbéria comprar pão<sup>377</sup>. A importância da região meridional de Marrocos no que diz respeito à produção cerealífera é comentada nestes termos por David Lopes: “ A região cerealífera por excelência de Marrocos começa nas planícies do rio Cebú para o Sul e Leste e tem por escoante a vertente atlântica; a Enxovia e a Duquela

---

<sup>370</sup> Antónia Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV...*, p. 292

<sup>371</sup> Porto meridional localizado na província de Duquela (reino de Marraquexe) o outro porto é o de Arzila, localizada na província de Al-Habt (reino de Fez).

<sup>372</sup> Governador de Safim entre 1460 (?) e 1500, data em que foi assassinado por seu sobrinho Abd Errahman.

<sup>373</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, 2.ª ed.[correcta e ampliada], Lisboa, Editora Presença, 1991, vol. III, p. 175.

<sup>374</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, p. 107.

<sup>375</sup> Robert Ricard, *op.cit.*, pp. 86-87.

<sup>376</sup> Joaquim Veíssimo Serrão, *Portugaliae Historica: Portugal no Mundo*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2ª série, Vol.I, 1991, p. 280.

<sup>377</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *op.cit.*, p. 235.

eram e, são ainda hoje, os celeiros do país”. Noutra passagem, refere que “Azamor, Safim e Santa Cruz tiveram uma zona de influência e de mouros tributários que criou, para aqueles lugares, uma corrente comercial, principalmente de cereais<sup>378</sup>.”

Relativamente à cultura do açúcar, os maiores focos de produção sacarina foram os de Marraquexe e do Suz. Os canaviais de Marraquexe ocupavam as margens do Uede Nefis, existindo, na cidade, pelo menos 40 engenhos, um número maior do que no Suz. Na primeira metade do século XIV, os canaviais do Suz fabricavam açúcares vários, entre eles o puro e refinado, alvíssimo, compacto, que quase igualava em qualidade o *candi* egípcio. Em Marraquexe a produção não era tão abundante, por preferirem o mel<sup>379</sup>.

---

<sup>378</sup> David Lopes, *História de Arzila ...*, p. XVII e p. XXXVII

<sup>379</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *op.cit.*, vol. IV, pp. 70-71.

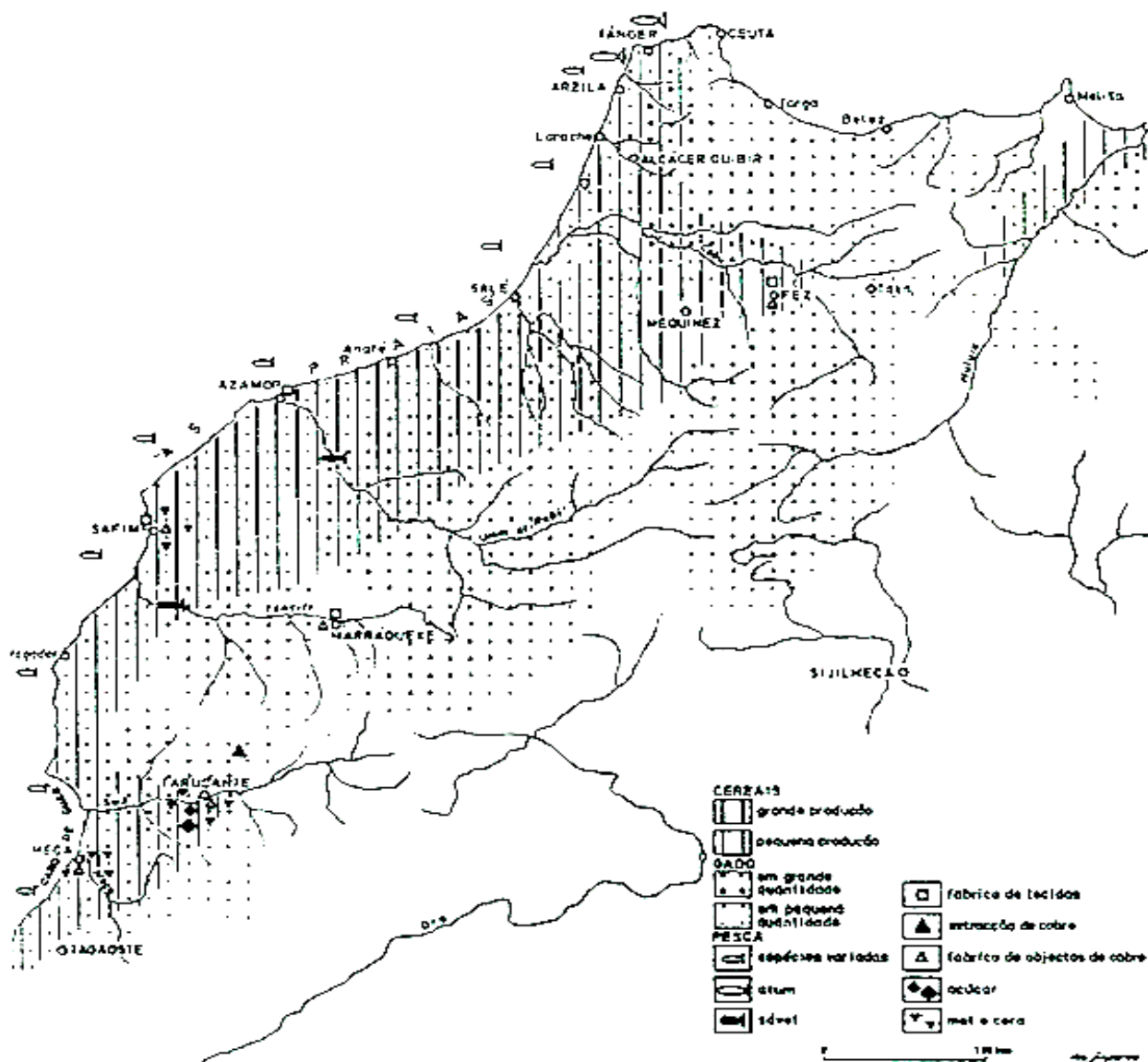


Fig. 13 – Marrocos económico segundo António Dias Farinha<sup>380</sup>.

O sistema administrativo, que foi desenvolvido ao longo do último quartel do século XV nas praças de soberania portuguesa a Norte de Marrocos, era encabeçado por capitães, os quais passaram a assumir o papel de capitão-governador. Este sistema serviu de modelo para as praças da zona meridional, quando estas passaram da suserania para a soberania portuguesa. Os capitães-governadores (**Quadro 8**), além dos poderes militares, tinham autoridade e jurisdição sobre outras actividades, quer fossem económicas quer judiciais<sup>381</sup>, com excepção das ligadas à Fazenda real, que ficavam única e

<sup>380</sup> António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV...*, p. 285

<sup>381</sup> Maria Augusta Lima Cruz, *op.cit.*, p. 115.

exclusivamente reservadas ao rei<sup>382</sup>. Era o contador, a segunda figura da administração da praça, quem superentendia em todos os assuntos relacionados com essa instituição, atestando, a sua presença no local, o seu papel como instrumento de confirmação da soberania portuguesa nessas praças<sup>383</sup>. Além das feitorias, que fiscalizavam a passagem do tráfego pelas paragens que o reino dominava, criou-se um sólido aparelho fiscal no âmbito da Fazenda real<sup>384</sup>. De facto, a extensão do poder régio no que se refere à atuação da Fazenda nos territórios ultramarinos, reitera a sua soberania sobre aqueles territórios, ao mesmo tempo que capta uma quota significativa dos rendimentos internos, por intermédio dos direitos reais – quintos do açúcar, dízimas de importação e exportação e dízimos da terra<sup>385</sup>.

Segundo Maria Leonor Gracia da Cruz, verific-se a responsabilidade suprema dos vedores da Fazenda na arrecadação das rendas reais, juntamente com os escrivães, contadores, almoxarifes, porteiros, recebedores, requeredores, juizes e outros oficiais colocados nas diversas instituições que representavam o aparelho fiscal, quer no reino e nos arquipélagos atlânticos, quer nos territórios ultramarinos<sup>386</sup>. À feitoria, como local de armazenamento de produtos, como o sal, grã, açúcar, cabia funções de carácter económico. Fazia serviços de compras e vendas, era depositária e angariadora de capitais, aproveitava as melhores ocasiões de venda<sup>387</sup>.

Das receitas recolhidas dependia o financiamento de um leque de despesas fixas, que envolviam, nomeadamente, os gastos com a própria estrutura administrativa encarregue de proceder à arrecadação dos tributos e dos direitos régios. Porém, uma parte dos rendimentos económicos interceptados pela Coroa, no âmbito do seu poder fiscal, encontra-se consignado ao pagamento de um conjunto de despesas fundamentais, ao nível dos encargos do oficialato que integra as extensões do aparelho político-administrativo régio no domínio da Fazenda, Justiça e Milícia e ainda com toda a estrutura eclesiástica, por intermédio de cõngruas<sup>388</sup>.

---

<sup>382</sup> António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV...*, pp. 228-229.

<sup>383</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes *op.cit.*, p. 115; João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2004, p. XII.

<sup>384</sup> Virgínia Rau, *op.cit.*, p. 16

<sup>385</sup> Susana Munch Miranda, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira (segunda metade do século XVI)*, Funchal, CHA, 1994, p. 39.

<sup>386</sup> Maria Leonor Garcia da Cruz, *A Governação de D. João III, a Fazenda Real e os Seus Vedores*, Lisboa, Centro de História, 2001, pp. 172-173.

<sup>387</sup> Virgínia Rau, *op.cit.*, p. 7.

<sup>388</sup> Susana Munch Miranda, *op.cit.*, p. 39.

Em relação à actividade militar, a presença em território hostil levaria a repensar toda a estrutura militar vigente, dada a necessidade de adaptação a um novo cenário de guerra, com características diferentes daquelas que existiam em Castela ou as conhecidas através da Guerra dos Cem Anos<sup>389</sup>. Lembramos que a primeira coisa que os portugueses fizeram, quer na praça de Santa Cruz do Cabo de Guer (1505), quer em Safim (1507), foi armarem as suas posições com bombardas grossas, para se defenderem dos mouros de guerra.

Os capitães - governadores lideravam os homens a cavalo (portugueses e mouros de pazes) nas entradas ou almogavarias que faziam em terra de mouros de guerra; os homens de pé, juntamente com os moradores, participavam na guarda e na defesa das próprias praças<sup>390</sup>. Essas operações, a que Robert Ricard deu o nome de “Rebato”<sup>391</sup>, eram consideradas de alto risco, porque na maiorias das vezes eram feitas fora das muralhas e a grande distância das fortalezas<sup>392</sup>. Para prever qualquer surpresa que pudesse causar grandes danos às praças, desenvolveu-se um complexo sistema de auto-defesa, composto por vigias, atalhias e atalhadores que permitisse organizar a segurança nos seus arredores durante uma parte do dia. Essa operação é designada por segurar o campo, e quando já realizada dizia-se que o campo estava seguro<sup>393</sup>.

Relativamente à escala hierárquica das guarnições, encontramos o capitão-governador, de nomeação régia, como chefe militar e administrativo. O adaíl (o guia no campo inimigo), também de nomeação régia, situava-se no posto imediatamente inferior ao do capitão-governador, seguindo-se os seguintes elementos: soldados de cavalo, escudeiros do capitão da praça, besteiros, bombardeiros, espingardeiros, atalhias e trombetas, soldados de pé, criados d’el-Rei, homens de carretas, escutas, besteiros a cavalo, patrão de fusta, ajudante de fusta, homens do batel da barra e os degredados.

No que se refere ao pagamento dos soldos, a igualdade das tenças, em dinheiro e em mantimento, atribuídas aos elementos das guarnições das praças de Arzila e Safim, só comprovam a prática de uma política uniforme nas praças portuguesas em Marrocos<sup>394</sup>.

---

<sup>389</sup> João de Figueirôa-Rêgo, *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matriculas de Moradores da Casa Real (XVI-XVIII)*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007, p. 44; António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV...*, p. 230.

<sup>390</sup> David Lopes, *Les Portugais au Maroc...*, p. 348.

<sup>391</sup> Robert Ricard, *op.cit.*, p. 345.

<sup>392</sup> António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV ...*, p. 226

<sup>393</sup> Robert Ricard, *op.cit.*, p. 346.

<sup>394</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, p. 111; João Cosme, *op.cit.*, pp. XVII-XXV

Numa comparação entre os elementos relativos a Arzila (consignados na *História de Arzila*, de David Lopes) e a Safim (no estudo efectuado por João Cosme, sobre a guarnição dessa praça, em 1511), verificamos que, a nível militar, havia uma certa semelhança entre as guarnições das praças do Norte de Marrocos e das suas congéneras do Sul.

Os soldos, em dinheiro e mantimentos, pagos aos fronteiros da recém-conquistada praça de Arzila, conforme o regimento de 1472 de D. Afonso V, vêm discriminados da seguinte maneira:

<b>Soldo em dinheiro</b>	<b>Soldo em mantimento</b>
Homens de armas.....100 rs	Cada homem recebia
Besteiros.....60 rs	4 alqueires de trigo
Homens de pé.....50 rs	2 ½ almudes de vinho
Bombardeiros e espingardeiros...300 rs	1 arroba de carne
Escutas.....200 rs	2 ½ pescadas de peixe <sup>395</sup>
Atalais.....100 rs	

---

<sup>395</sup> David Lopes, *História de Arzila* ..., pp. 60-61.

Durante o século XVI, verificámos que os soldos/tenças em dinheiro e em mantimento passaram a ser pagos aos fronteiros da praça de Azamor da seguinte forma:

<b>Tença em dinheiro</b>			<b>Tença em mantimento</b>	
Homens a cavalo.....	350	rs mensais		- cada homen recebia
Homens a cavalo de outrem....	185	»	»	4 alqueires de trigo
Homens a pé.....	137.5	»	»	ou
Escutas.....	555	»	»	1 arratel e $\frac{3}{4}$ de biscoito
Besteiros a cavalo.....	500	»	»	3 $\frac{1}{2}$ alqueires de farinha
Patrão de fusta.....	12000	»	»	- cada cavalo recebia
Ajudante de fusta.....	1000	»	»	15 alqueires de trigo
Homens do batel da barra .....	600	»	»	ou
Os degredados.....	85	»	»	22.5 alqueires de cevada <sup>396</sup>

A comparação entre as notícias, relativas ao pagamento dos soldos/tenças aos fronteiros das praças de Arzila em 1472 e de Azamor entre os anos de 1520 e 1537, demonstra-nos, de forma evidente, o aparecimento de novos ofícios militares, tais como, patrão de fusta, ajudante de fusta, homem de batel da barra - sinónimo de adaptação ao cenário de guerra marroquino – assim como o aumento dos soldos/tenças atribuído aos fronteiros.

O aparecimento dos novos ofícios militares ligados ao mar resultava da necessidade de dar apoio naval aos portugueses e mouros de pazes, quando estes atacavam terras costeiras, com o uso da artilharia gossa, por um lado, e da própria defesa das praças de um eventual ataque dos corsários barberescos, por outros. A crescente ameaça dos corsários de Argel, liderada por Barba-Roxa, sobretudo a partir de 1517, e a formação de três nichos de corso em Beles, Tetuão e Larache, tornou perigosa a ida dos navios ibéricos para pescarem entre o rio Cebu e Salé. Deste ano em diante, o reino mandava, todos os verões, armadas para intervirem junto das frotas das praças, contra qualquer ataque corsário (Quadro 6).

<sup>396</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, p. 111.

Comando da armada	Data	Motivo
D. Pedro Mascarenhas	1520	Intervir contra qualquer ataque dos corsários barberescos, quer no Estreito, quer no Atlântico.
D. Simão da Cunha	1521	o mesmo motivo
D. Estêvão da Gama (capitão-mor)	1530	o mesmo motivo
D. Gonçalo Coutinho	1531	o mesmo motivo

**Quadro 6** – Os sucessivos comandantes da armada do Estreito entre 1521 e 1531<sup>397</sup>

Quanto ao número de elementos da soldadesca que garantia a realização de entradas ou almogavarias em terra de mouros de guerra, e a defesa das praças meridionais de Marrocos, temos referência de que o capitão de Santa Cruz do Cabo de Guer, Francisco de Castro, dispunha de:

Soldadesca	Cavaleiros	Peões
Portugueses	120	600
Mouros de pazes	100	700
Total	220	1300

**Quadro 7-** Número de frenteiros de Santa Cruz do Cabo de Guer (1517).

Nos anos de 1528, 1530, 1531, 1533, 1534, o número de frenteiros na dita praça, oscilou entre 212 e 160 homens<sup>398</sup>.

Em Azamor, os números são os seguintes (Quadro 8):

Anos	1513	1521	1522	1530	1537-1538
Número de frenteiros	2600	347	403	352	63

**Quadro 8** – Número de frenteiros da praça de Azamor<sup>399</sup>.

Segundo David Lopes, entre os anos de 1512 e de 1514, o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, tinha ao seu dispor 700 homens de cavalo, além da gente de pé, auxiliados, na maioria das vezes, pelo alcaide de Abda e Garbia, o xeque Ben Tafuft, o qual, por sua vez, tinha sob o seu comando um contingente de mouros de pazes que oscilava entre 120 e 3000 homens. Noutra passagem, numa entrada dirigida contra os Xarifes, em Tedeniste, no ano de 1514, o capitão Nuno Fernandes de Ataíde, levou com ele 400 lanças e o alcaide Ben Tafuft 2000 de cavalo e 700 de pé. No ano de 1517, o

<sup>397</sup> David Lopes, *História de Arzila ...*, p. 454.

<sup>398</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 79.

<sup>399</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, p. 113.

primeiro congregou 1700 homens de cavalo, com os quais levou a melhor sobre os Xarifes<sup>400</sup>.

Durante o século XVI, quando se verificou a ineficácia das guarnições na defesa das suas praças, os capitães recorreram à solicitação de socorro à Metrópole. Na maioria das vezes, foi da Ilha da Madeira que as praças portuguesas recebem a almejado socorro. Exemplifique-se com um caso concreto, referente ao cerco de Azamor, liderado pelo Duque de Bragança e nesse sentido refer Damião de Góis que «Rui de Mello Devora, dom Joam mascaranhas, capitam soa Ginetes, dom Emanuel mascaranhas seu irmam, Henrrique de Betancourt, Francisco dabreu, Antonio d'Abreu seu irmão, Joam Dornelas, Luis datouguias, Joam Esmeraldo, e Christovam Esmeraldo seu irmão todos da ilha da madeira, dom Alvaro de Noronha que depois foi capitam, e governador da mesma cidade, dom Joam deça, Joam gonçalvez de camera, capitam, e governador da ilha da madeira, que nesta viagem foi com vinte navios, e seiscentos homens de pe, e duzentos de cavallo, de que os oitenta eram seus criados, encavalgados a sua custa, e os demais seus parentes, e achegados, que todos hião debaixo de seu guiam, e lhes dava de comer, assi a estes, como a todolos fidalgos cavalleiros, e escudeiros que queriam ir a sua mesa.<sup>401</sup>»

---

<sup>400</sup> David Lopes, *Textos em Aljama Portuguesa: Documentos...*, pp. 122-175.

<sup>401</sup> Damião de Góis, *Crónica de Dom Manuel*, Lisboa, Offecina Miguel Manescal da Costa, 1749, cap. XLVI, pp. 367-370.

<b>Azamor</b>	<b>Mazagão</b>	<b>Safim</b>	<b>Santa Cruz do Cabo de Guer</b>
João de Menezes e Rui Barreto (Governo Dual) 1513-1514	Martim Afonso de Melo – 1514-1516	Diogo de Azambuja 1507-1509	João Lopes de Sequeira, Senhor da Fortaleza de Santa Cruz 1505-1513
D. Pedro de Sousa 1514-1516		Pedro de Azevedo 1509	D. Francisco de Castro 1513-1521
Simão Correia 1516-1517	António Leite 1516-1517	Nuno Fernandes de Ataíde – 1510-1516	Pero Leitão – 1517
D. Álvaro de Noronha 1517-1525	D. Álvaro de Noronha 1517-1519	D. Nuno de Mascarenhas 1516 – 1522	Simão Gonçalves da Costa (interino) 1521 – 1523
	António Leite - 1519-1520	Gonçalo Mendes Sacoto 1521-1525	António Leitão Gamboa 1523-1525
	António das Neves 1520 – 1521	D. Garcia de Melo 1525- 1527	Luís Sacoto 1525-1528
Jorge Viegas 1525-1529	António Leite 1521 – 1530	Francisco Lopo Girão 1529-1533	António Leitão Gamboa (interino) – 1528-1529
António Leite 1529-1530		João de Faro 1533	António Rodrigues de Parada (interino) - 1529
D. Pedro de Mascarenhas 1530-1534	Manuel Sande 1535 – 1537	Rui Freire 1534	Simão Gonçalves da Costa 1530 -1533
Lançarote de Freitas (interino) 1534		Luis de Loureiro 1534	Simão Gonçalves de Câmara (interino) 1533-1534
D. Álvaro de Abranches 1534-1537		D. Garcia de Noronha 1534	Rui Dias de Aguiar (interino) 1533
António Leite 1537-1541	João Gomes 1537 - 1541	D. Rodrigo de Casto 1535-1541	D. Guterre de Monroy 1533 - 1534
D. Fernando de Noronha - 1541	Luís de Loureiro 1541-1548	Luís de Loureiro (2ª vez) – 1541	Luís de Loureiro 1534-1538
			D. Guterre de Monroy (2ª vez) – 1538-1541

**Quadro 9** – Capitães/governadores das praças Meridionais de Marrocos<sup>402</sup>

A população das praças portuguesas na zona meridional de Marrocos, como as do Norte, era formada por fronteiros e moradores. Os primeiros constituíam a gente de armas, geralmente fidalgos, que ali iam servir por um período de dois ou três anos; os

<sup>402</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 365 ; Oflia Rodrigues Fontoura, *op.cit.*, pp. 142-143 ; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, p. 125.

segundos formavam a população permanente, ali estabelecida de longa data, asseguravam o comércio e mantinham uma agricultura de subsistência, aproveitando as terras vizinhas e as possibilidades de pastorícia. No seio dessa população verificamos a presença de degredados, homiziados, mouros e judeus, atarefados na ligação comercial com os muçulmanos de Fez e de Marraquexe<sup>403</sup>. Fora das muralhas das praças encontravam-se os ditos mouros de pazes, constituídos por dois grupos étnicos diferentes, os berberes e os árabes. Os primeiros referem-se ao povo indígena que habitava Marrocos e dividiam-se em cinco grupos, os Senhaja (habitantes do território entre a região do Suz e Senegal), os Maçmuda (habitantes das regiões de Marraquexe, Duquela, Haha, Drá e Suz), os Zenata (habitantes das regiões entre Tlemcem, Taza, Fez e Mequinez), os Howara (habitantes da região de Tamesna) e os Rumara (habitantes da região do Rif, desde Tânger as terras de Telemcem na actual Argélia). Convertendo-se ao islamismo fundaram grandes impérios, Almorávida (Senhaja), Almóada (Maçmuda), Merínida e Oatácida ambos da estirpe de Zenata e o Sádida do Suz (Maçmoda). Relativo aos árabes, trata-se dos descendentes das tribos árabes que se tinham instalado em Marrocos durante o século XIII.

Relativamente à vida religiosa nas praças portuguesas em Marrocos, foram criadas novas dioceses. A de Ceuta foi fundada pela bula *Romanus Pontifex* do Papa Martinho V em 1417; a de Tânger pela bula do Papa Xisto IV no ano de 1472, a de Safim foi criada a pedido do Bispo D. João Aranha no ano de 1499<sup>404</sup>.

Nas praças meridionais, temos notícia de que, no último quatel do século XV, em Safim havia uma capela, em que Frei Diogo servia de capelão<sup>405</sup>. D. João Aranha foi o seu primeiro bispo titular, desde 1487, tendo pedido a delimitação da diocese de Safim, ao que o papa Alexandre VI respondeu, em 18 de Junho de 1499, com a bula *In apostolicae dignitatis fastigio*. Esta diocese, contudo, só começará a funcionar em pleno com a passagem da praça à soberania portuguesa, em 1508. A sua área compreendia as vilas de Azamor (1513), Almedina (1513), Tite (1513) e Mazagão (1513) e outros lugares adjacentes<sup>406</sup>. A fundação da diocese do Funchal, pela bula de 12 de Junho de 1514 do papa Leão X, compreendia, contudo, além das ilhas da Madeira, “todas as outras ilha e

---

<sup>403</sup> António de Saldanha, *op.cit.*, pp. LI-LIII; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, p. 111; João Cosme, *op.cit.*, p. XXV.

<sup>404</sup> Visconde de Paiva Manso, *História ecclesiastica Ultramarina: Africa Septentrional Bispados de Ceuta, Tanger, Safim e Marrocos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, pp. 30-89.

<sup>405</sup> Durval Pires de Lima, *op.cit.*, p. 16.

<sup>406</sup> Visconde de Paiva, *op.cit.*, pp. 70-71.

terras descobertas, toda a costa africana, ao sul do Cabo Bojador<sup>407</sup>. Este diploma reforça a ideia de que a jurisdição da Diocese de Safim se estenderia à praça de Santa Cruz do Cabo de Guér em 1513, data da sua compra pelo monarca português ao nobre João Lopes de Sequeira<sup>408</sup>.

Até à sua extinção, pelo Breve de 8 de Novembro de 1541, a pedido de D. João III, a diocese de Safim teve quatro Bispos.

Os Bispos da Diocese de Safim.	Anos de serviço	Informação acerca do Bispo titular
1. D. João Aranha	De 1487 até 1508	
2. D. Fernando Sequeira	De 1508 até 15/02/1512 (data do seu falecimento)	Era prior dos Cónegos regulares de Santo Agostinho de Grijó.
3. D. João Sotil	De 1512 até à sua detenção por ordem de D. João III.	Ocupou os cargos de reitor da Universidade de Lisboa-Coimbra, e foi prior no Mosteiro do Grijó.
4. D. Gonçalo Pinheiro	Apresentado e confirmado por D. João III em 24/08/1537. Depois transferido para Tânger e finalmente para Viseu.	Nasceu em Setúbal. Embaixador de D. João III em França.

**Quadro 10**– Os Bispos de Safim<sup>409</sup>

Em Safim, ergueu-se a Sé no lugar da mesquita e houve um convento franciscano de invocação de Santa Catarina<sup>410</sup>. No que toca ao corpo de clérigos que exercia aí ofícios religiosos, temos registos, no ano de 1511, de um capelão de Alcáçova, de um vigário e de um capelão da casa. Aqueles cargos eram ocupados, sucessivamente, por Diogo Lopes e Gaspar de Vilalobos, que era o capelão do capitão. Para além destes dois religiosos, havia cinco clérigos, quatro frades, um prior e um pregador<sup>411</sup>.

Relativamente à praça de Azamor, informa o Visconde de Paiva que, após a sua conquista em 1513, foi erguida a Igreja do Espírito Santo, no lugar da antiga mesquita no centro da cidade<sup>412</sup>. Eram os frades e clérigos, dos conventos de de Santo Agostinho e de

<sup>407</sup> António Brásio, *op.cit.*, p. 102.

<sup>408</sup> António Alberto Banha de Andrade, *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p. 473; Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, 1998, p. 374.

<sup>409</sup> Visconde de Paiva, *op.cit.*, pp. 74-75; Durval Pires de Lima, *op.cit.*, pp. 46-47; António Lopes, *Dioceses Fundadas Nos Territórios Ultramarinos e Padroado Português a partir de Lisboa Com Seus Respectivos Bispos (e Subtítulo no governo das Dioceses)*, s.l, Biblioteca Evangelista e Cultural, s. d, p. 16.

<sup>410</sup> Visconde de Paiva, *op.cit.*, p. 72.

<sup>411</sup> João Cosme, *op.cit.*, pp. XV-XVI e p. 139.

<sup>412</sup> Visconde de Paiva, *op.cit.*, p. 73.

São Francisco, quem garantia a realização das cerimónias religiosas. Por os mouros de pazes e judeus serem vassallos dos reis de Portugal houve sempre respeito entre os membros dos três credos. Como adiante se dirá, nesta zona de fronteira houve mouros que se convertiam ao cristianismo, e cristãos que se convertiam ao islamismo. Assim verificamos que o papel dos membros da igreja era muito diminuto, por isso havia um número reduzido de frades e de clérigos nas praças meridionais de Marrocos. A este respeito confirma Maria Augusta Lima Cruz Fagundes ao tratar do problema religioso que: “ o número de entidades religiosas cristãs era bastante reduzido. Excluindo o prior – que não vivia forçosamente na cidade, como é o caso do prior de Lagos, que acumulava o cargo de prior de Azamor e estava geralmente no reino – encontramos um número de clérigos e frades que nos anos de 1521, 1522 e 1537-1538 nunca ultrapassou 17”<sup>413</sup>.

No que respeita ao bispado em Marrocos, opina o Visconde de paiva de que foi criado pela Sé apostólica no século VIII, para dar auxílio aos cativos cristãos que aí viviam e que por tolerância os mouros consentiam que exercessem o seu culto. Notícia argumentada pela bula *Gaudeamus in Domino* de Dezembro de 1246, em que, recomendando Innocêncio IV ao imperador de Marrocos o bispo Fr. Lopo lhe pede que siga o exemplo de seus antecessores, que haviam favorecido essa igreja com muitos privilégios e doações<sup>414</sup>.

A praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, por sua vez, tinha uma igreja sob a invocação do Salvador, no convento dos franciscanos. As entidades religiosas referenciadas são um clérigo de missa, Simão da Mota (1518-1534), vigários, pertencentes ao Mestrado de Cristo, João Soares (1528-1530), João Rodrigues, mencionado como capelão em 1531, e Diogo Vaz (1534-1541). A guarda do mosteiro franciscano de S. Sebastião teria ficado a cargo de Frei Luis nos anos de 1528, 1530 e 1534, de Frei Gaspar, em 1533, e de Frei Fernando em 1534<sup>415</sup>.

A pressão moral e bélica que os mouros de guerra exerciam sobre os territórios dos mouros de pazes, vassallos do rei de Portugal, levaria uns a preservarem a sua fé islâmica, prosseguindo a luta pelos seus ideais, e outros a renegá-la, ao abraçarem a fé cristã. Para o primeiro caso, temos o exemplo do alcaide da Duquela, o xeque Ben Tafuft, e do alcaide dos mouros de pazes de Santa Cruz do Cabo de Guer, o xeque Ben Maleque. No

---

<sup>413</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, p. 118.

<sup>414</sup> Visconde de paiva, *op.cit.*, pp. 76-77.

<sup>415</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 71; Mohamed Nadir, *op.cit.*, p. 133.

que se refere às conversões, registam-se as do almocadém de Safim, Diogo Lopes, e de um certo Diogo, pessoa de confiança do capitão de Santa Cruz do Cabo de Guér. Quanto aos cristãos convertidos ao Islão, temos notícia do general das forças do xarife, Mulei Mimoun, filho de um renegado genovês, que foi tomado por alcaide de Tiule, depois da sua conversão ao Islão. Durante o apogeu da dinastia Sádida, é mencionado o sobrinho do último governador de Santa Cruz do Cabo de Guér, D. Gutierre de Monroy, que ocupava um lugar privilegiado na corte de Mulei Abd Allah Al-Galib<sup>416</sup>.

A liberdade religiosa foi garantida pelos Xarifes aos cristãos que se encontravam em Marraquexe. Os cativos, em Marraquexe, tinham todas as condições para praticarem a sua religião, dispunham de uma igreja, um hospital e uma Casa da Misericórdia e beneficiando dos serviços religiosos de alguns jesuítas, como Frei Tomé de Jesus<sup>417</sup>.

Além da garantia da prática do culto religioso cristão, pela criação dos bispados e edificação de igrejas em terra dos Xarifes, a Igreja desempenhava outro papel, o da libertação dos cativos. Nesse sentido, a principal acção cabia às Ordens mendicantes: a da Santíssima Trindade (Trinitários), à dos Frades Menores (Franciscanos) e à dos Frades Pregadores (Dominicanos). A primeira usufruía de uma faculdade ampla para os resgates, nomeadamente na recolha de esmolas, nomeando, para este efeito, oradores de maior mérito que difundiam graças a quem contribuísse para esta causa. As esmolas eram repartidas em três partes: para as obras dos hospitais, o sustento dos peregrinos e dos religiosos, e uma última porção dedicada, justamente, à libertação dos cativos.

No decorrer do reinado de D. João I, foram fundados vários conventos ligados à Ordem da Santíssima Trindade. No ano de 1410, foi erguido o convento de Sintra da mesma ordem. No Sul de Portugal, é em Faro, no lugar da antiga ermida de São Pedro, que foi edificado outro convento por volta de 1415. O rei D. Afonso V ordenou, em 1463, que houvesse em todo o reino mamosteiros para a arrecadação de esmolas e caridades para a redenção de cativos. Em 1469, foi criado o Tribunal da Redenção dos Cativos, numa acção de controlo régio sobre um empreendimento até aí controlado pela Ordem da Santíssima Trindade. D. João II prosseguiu a política do seu antecessor, mantendo o

---

<sup>416</sup> Mohamed Nadir, *op.cit.*, p. 137.

<sup>417</sup> António Saldanha, *op.cit.*, p. XXIII.

fidalgo Rui Gomes de Azevedo no cargo de provedor-mor desse tribunal. No decorrer do reinado de D. Manuel, o ofício era regulado por um regimento próprio<sup>418</sup>.

Sob controlo régio encontrava-se o alfaqueque-mor, que tinha sob as suas ordens os alfaqueques pequenos, enviados ao Norte de África para tratarem da troca ou resgate dos presos<sup>419</sup>. Neste processo, o rei não podia prescindir dos serviços dos *línguas*. Os mesmos intérpretes da língua árabe acupavam o cargo de alfaqueque. Neste sentido, em 9 de Setembro de 1514 foi nomeado pelo rei D. Manuel o Judeu Iáia Adibe como alfaqueque em Safim<sup>420</sup> e em 1516, João da Costa, para a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer<sup>421</sup>.

Após a morte do capitão Nuno Fernandes de Ataíde, numa das investidas que realizou à aldeia dos Ouled Imran, em 1516, muitos elementos da sua guarnição foram capturados pelos mouros de guerra. Porém, é por intervenção de um alfaqueque que o adail Lopo Barriga, então cativo dos Xarifes em Marraquexe, foi libertado mediante um resgate. No mês de Julho de 1541 verifica-se a participação do activo adail Lopo Barriga numa investida contra uns aduares, nas cercanias de Safim, ao lado do capitão D. Rodrigo de Castro (1535-1541)<sup>422</sup>.

A Expansão portuguesa além-fronteiras forçou os reis a aproveitar todos os recursos disponíveis. Como vimos, o organismo da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos, foi monopólio da Coroa durante os reinados de D. Afonso V, D. João II, D. Manuel e D. João III.

Estando a tratar do campo religioso, não podemos deixar de mencionar o funcionamento do Santo Ofício da Inquisição que teve início em 1536, a pedido de D. João III, com finalidades bem claras, de fiscalizar a prática religiosa de cristãos-velhos e de cristãos-novos, denunciar que ainda praticassem sua religião original. Este procedimento levou a que muitos cristãos-novos fugissem do reino levando suas fortunas. Neste sentido, numa carta enviada por Bastião Vargas ao rei D. João III a 2 de Abril de 1539, de Mequinez “sob pretexto de compra de trigo, muitos cristãos-novos seguíam

---

<sup>418</sup> Edite Maria da Conceição Martins Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, tese de Doutoramento, disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13440>

<sup>419</sup> *Dicionário de História dos Descobrimntos Portugueses*, dir. Luis de Albuquerque, coord. Francisco Contente Domingues, T. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 51.

<sup>420</sup> José Pedro Machado, *Os Estudos Árabicos em Portugal*, Separata de Mélanges, dir. David Lopes e Pierre de Cenival, s.l, s.n, 1945, pp.12-19.

<sup>421</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 70.

<sup>422</sup> Fr. Luís de Sousa, *op.cit.*, p. 187.

pelos rios de Mamora, Larache e Salé com suas fazendas, deixando-as depois em Mequinez por temor da Inquisição. A mesma política seguiam mouros cativos e convertidos”.<sup>423</sup>

A Ordem da Santíssima Trindade só voltaria a gozar do monopólio dos resgates a partir de 16 de Maio de 1561, data da assinatura de um novo contrato com D.Sebastião<sup>424</sup>.

As *Ordenações do Reino*, respeitando a diversidade e a heterogeneidade social dos privilégios, tinham uma aplicação geral em todo o território, incluindo as possessões ultramarinas. Para reforçar o aparelho de Estado e organizar o relacionamento entre os vários componentes de um reino em plena Expansão marítima, mandou o rei D. Manuel I aos seus doutores de leis que reformulassem as *Ordenações Afonsinas*. Trabalho que resultou na edição de novas Ordenações, entre os anos de 1512 e 1513, às quais se deu o nome de *Ordenações Manuelinas*<sup>425</sup>. Suspensas e reformuladas uma vez mais, sairá uma nova versão somente em 1521.

Se nas praças meridionais de Marrocos, como nas setentrionais, os capitães/governadores regiam conforme mandam as *Ordenações Afonsinas* e, posteriormente, as *Ordenações Manuelinas*; nos territórios dos mouros de pazes vigorava a lei islâmica (*Shari'a*). Comprovamo-lo pelo édito supracitado, do xeque Ben Tafuft, no qual, para além da nomeação de Abu Abd Ellah Mohamed Ibn Hajaj por almocadém da tribo de Ibn Al-Harit, vinham estipulados os crimes e estabelecidas as respectivas penas (Doc. 4).

---

<sup>423</sup> Maria Leonor Garcia da Cruz, *Lourenço Pires de Távora e a Política portuguesa no Norte de África no Século Quinhentos*. Diss. Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988, vol 1, p. 109.

<sup>424</sup> Paulo Drumond Braga, *Os Trinitários e o resgate dos Cativos. O Caso de 1728-1729*, Separata de *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas (Actas)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/CNPCDP/ Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 485-486.

<sup>425</sup> Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, Lisboa, Almedina, 2011, p. 278.



A presença desse édito anula de forma categórica a informação referida por Ennaciri sobre a conversão do xeque Ben Tafuft ao cristianismo<sup>427</sup>, confirmando, desta feita, a tese da historiadora Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, de que o xeque Ben Tafuft foi sempre considerado mouro pelos cristãos e cristão pelos mouros<sup>428</sup>.

De facto, a diferença no credo e na língua não impediram o desenvolvimento de relações económicas muito fortes entre os soberanos portugueses e os alcaides e principais dos mouros de Marrocos, sobretudo os da região meridional. A presença portuguesa no território muçulmano exigiu a criação de um novo ofício, o de intérprete da língua árabe ou turgimão oficial, encarregado da correspondência entre o reino e as autoridades muçulmanas do território. Em 1465, já havia um turgimão régio com o nome de Diogo Dias. Em 1504, um certo Abd Allah Arr´aeini desempenhava essa função escrevendo as cartas arábicas enviadas pelo monarca e sobre o qual dizia José Pedro Machado que “devia tratar-se de mouro contratado especialmente para este serviço”. Na obra hagiográfica de Ibn Al-Qadi encontramos uma referência a um ilustre letrado de origem andaluza, Mohamed Ben Saíde Ben Mohamed Ben ‘Otman Arr´aeini, conhecido por Abu Abd Allah<sup>429</sup>, possivelmente, um dos antepassados do referido intérprete.

Como o rei não podia prescindir dos serviços dos línguas, os mesmos intérpretes ocupavam o cargo de alfaqueques. No dia 9 de Setembro de 1514, foi nomeado o Judeu Iáia Adibe como alfaqueque em Safim. Durante o reinado de D. João III, Félix Fernando e Francisco de Lemos foram, sucessivamente, intérpretes da língua árabe, respectivamente em 1526 e entre 1527 e 1539<sup>430</sup>. No mesmo sentido, informam os processos inquisitoriais que o já referido Duarte Fernandes ou Cide Abd Allah, servia de tradutor oficial de D. João III e de Dona Catarina quando vinham cartas de África. Notícia confirmada pelo testemunho de Leonor Vaz aos inquisidores, em que dizia: “quãdo vinham cartas dafrica pera el Rey e Rainha, ou pera alguãs pessoas nom vya chamar pera as ler senão a Duarte Fernandes”<sup>431</sup>.

Em relação às praças meridionais de Marrocos, nomeadamente, Azamor, Safim, Santa Cruz do Cabo de Guer e a região de Meça, para além dos línguas que ocupavam o

---

<sup>427</sup> Ennaciri, *op.cit.*, Vol. V, p. 10.

<sup>428</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Mouro para os cristãos...*, vol. III, 2002, pp. 39-63.

<sup>429</sup> Ibn Al-Qadi, *op.cit.*, vol.II, 270.

<sup>430</sup> José Pedro Machado, *op.cit.*, pp.12-19

<sup>431</sup> Rogério Oliveira Ribas, “Cide Abdella: um Marabuto na Corte de D. João III” in *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, coord. Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 621-626.

cargo de intérprete, os reis não podiam prescindir, ainda, dos serviços prestados pelos mouros de pazes, quer muçulmanos, quer aqueles que se convertiam à fé cristã, confiando-lhes cargos como o de alcaide ou almocadém, bem como de cristãos sabedores da língua arábica. Cinco cartas do xeque Ben Tafuft, uma carta de xeque Saíde de Santa Cruz do Cabo de Guer e uma carta de Iáhia Ben Bulisbé de Enxovia, todas em aljamia<sup>432</sup>, comprovam, de forma evidente, a rápida “aculturação”, se assim podemos utilizar a expressão, desses mouros de pazes<sup>433</sup>.

Em Safim, o xeque Ben Tafuft serviu como alcaide de Abda e Garbia entre os anos de 1511 e 1514; no segundo período (1516-1518), acumulou o cargo de alcaide de toda a Duquela com o de recebedor dos tributos dos mouros de pazes, ofício reservado aos oficiais da Fazenda sinónimo, pois, da confiança que nele depositava o rei D. Manuel. Como exemplo de outras situações, refira-se um certo Diogo Lopes, natural de Safim, cristão-novo de mouros de pazes<sup>434</sup>, o qual, além de ocupar o cargo de almocadém, era soldado a cavalo e tinha à sua conta Lopo Roiz, também soldado a cavalo<sup>435</sup>.

No que diz respeito à aculturação dos cristãos em terras marroquinas, temos o exemplo de Antão do Rego. Serviu na Duquela com cavalos e armas, à sua custa, foi cativo dos mouros de guerra por duas ocasiões: a primeira durante a capitania de D. Álvaro de Noronha, em Azamor (1517-1525), a segunda, em Safim durante o governo de D. Nuno Mascaranhas (1516-1522), quando, em 1518, andava em companhia de D. Rodrigo de Noronha e de Ben Tafuft, e este foi assassinado. Segundo João Figueirôa-Rêgo, “Antão do Rego fugiu do primeiro cativo, que durou um ano, não sendo compreendido na fiança que os moradores de Azamor pagaram para o resgate dos cativos”. Relativamente ao segundo cativo, foi solto mediante a intervenção do, então, feitor da Azamor, Lançarote de Freitas<sup>436</sup>. Foi este último que, numa carta, informou o rei das suas competências na língua árabe. Durante a época das negociações abertas entre o rei de Fez, Ahmed o oatácida e o rei de Portugal, D. João III, que coincidiu com a capitania de Jorge Viegas em Azamor (1525-1529<sup>437</sup>), Antão do Rego foi o redactor de todos os apontamentos relativos às informações recolhidas em Azamor (através de um mouro do alcaide, Ahmed El-Attar), sobre o reino de Fez e, provavelmente, também

---

<sup>432</sup> Escritas em português, mas grafadas em caracteres árabes.

<sup>433</sup> As cartas enviadas ao monarca português em língua portuguesa com caracteres do alfabeto árabe que podemos ver em David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Documentos para a história do domínio português em Safim*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

<sup>434</sup> David Lopes, *Les portugais au Maroc...*, *op.cit.*, p. 349.

<sup>435</sup> João Cosme, *op.cit.*, p. XIX.

<sup>436</sup> João Figueirôa-Rêgo, *op.cit.*, pp. 52-53.

<sup>437</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Documentos inéditos para a História...*, p. 125

daquelas que se relacionavam com uma possível saída do príncipe Mulei Bou Hassoun para o estrangeiro, através de Azamor.<sup>438</sup>

Na praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, o xeque Maleque ocupou o cargo de alcaide dos mouros de pazes entre os anos de 1514 e 1521, ano da sua morte quando se defendia valentemente dos mouros de guerra. Trata-se e de facto de notícias que não foram mencionados por Mohamed Nadir, quando tratou do tema “Aculturação e contactos humanos<sup>439</sup>”.

## 2. Relações portuguesas na zona de Safim

Hasan Al-Wazzan, conhecido no Ocidente Europeu como Leão o Africano, e de Damião de Góis informam, que a cidade de Safim foi edificada pelos africanos na costa do Mar Oceano<sup>440</sup>, na província da Duquela. Nela havendo quatro mil fogos, bem como quatrocentas casas de judeus. Era de muito trato de ouro, prata, mel, cera, manteiga, panos, courama e outras mercadorias que ali traziam mercadores cristãos e muçulmanos, por mar e por terra<sup>441</sup>. David Lopes descreve a região da Duquela nos seguintes termos: “a parte que circundava Safim, encostando-se ao rio Tencifte, chamava-se Garbia; Abda, a que continuava no mesmo sentido; e Xerquia, a que ia sobre Mazagão e Azamor e se encostava a Ommarrabí»<sup>442</sup>.

A importância comercial que Safim representava, e a debilidade política do seu governante, Ahmed Ben Ali<sup>443</sup>, levaram a que dois dos seus sobrinhos, Yahya Ezziyat e Abd Errahman, demonstrassem o seu interesse no domínio dessa praça. Portugueses e castelhanos tomaram partido, apoiando cada um o seu candidato, os primeiros a Abd Errahman ﴿عبد الرحمان﴾, os segundos a Yahya Ezziyat ﴿يحيى الزييات﴾, que, em contacto com o Duque de Medina Sidónia, D. João de Gusmão, o pressionava para obter o apoio de D. Fernando de Aragão.

---

<sup>438</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.II- 2, pp. 416-471.

<sup>439</sup> Mohamed Nadir, *op.cit.*, pp. 265-268.

<sup>440</sup> Hassan Al-Wazzan, *op.cit.*, p. 147.

<sup>441</sup> Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Casa Francisco Coreia, 1566-1567, parte. II, p. 28v.

<sup>442</sup> David Lopes, *Textos em Aljama Portuguesa: Documentos...*, p. XXXI

<sup>443</sup> Então governador da região de Safim.

Tendo a certeza de que Yahya Ezziat e os seus partidários entregariam Safim e o seu termo a D. Fernando de Aragão, resolveu, Diogo Borges, montar uma cilada para o assassinar na casa da feitoria. Com voto desfavorável de Nuno de Freitas, então feitor em Safim, Abd Errahman sai a cavalo da casa da feitoria para confrontar Yahya Ezziat e os seus partidários, aclamando o Rei de Portugal, acabando por o derrotar. Reconciliado com o tio, Ahmed Ben Ali, foi por este associado ao governo e nomeado seu herdeiro legítimo<sup>444</sup>. Mais tarde, Hassan Al-Wazzan (Leão Africano) relatou este episódio incluindo a notícia do posterior assassinato de Ahmed Ben Ali pelo mesmo Abd Errahman<sup>445</sup>.

Obediência conseguida e a terra pacificada, a governação de Abd Errahman durou até ao dia em que pagou pelo assassinato que cometeu contra seu tio, sendo, por sua vez, assassinado. É assim a versão dos acontecimentos com relatou o famoso erudito Hassan Al-Wazzan, conhecido no Ocidente europeu como Leão Africano:

" و كان لهذا الرجل بنت بارعة الجمال عشقت رجلا من العامة كان رئيسا لعصابة كثيرة العدد يدعى علي بن وشيمن. وقد تمكن هذا الرجل من أن ينام مع البنت أكثر من مرة بتواطؤ أمها مع أحد الإماء. و اعلمت الأمة سيدها عبد الرحمان فغضب على زوجته و هدها بالقتل، لكنه تظاهر بعد ذلك بعدم اهتمامه بالأمر. و لما كانت المرأة تعرف بطش زوجها فإنها أشعرت عشيق بنتها بأن يأخذ حذره. خاف علي حقيقة على حياته و قرر أن يقتل عبد الرحمان، و أفضى بسره إلى رجل شجاع رئيس كذلك لجماعة من المقاتلين الراجلين كان يثق به ثقة تامة. لم ينتظر الرجلان إلا الفرصة المواتية. ....، و اقتربوا من الأمير الذي كان بإزاء إمام .....، تقدم أحد المتآمريين أمام الأمير، و بقي الآخر و هو علي خلفه و طعنه في ظهره بخنجر، في حين أغمد الثاني سيفه في جسمه." <sup>446</sup>

Versão que Mármol Carvajal, posteriormente, veio confirmar, de forma idêntica, dizendo que: “ Tenia Abdarrahan una hija muy hermosa de quien estava enamorado un mancebo llamado Ali Bem Guecimen, de los mas principales de la ciudad, y como ela no estoviesse menos pagada del, al fin Ali uvo la donzella por intercession de una esclava, y de su própria madre. Lo qual no puedo ser tan secreto que el padre lo dexass de saber: e como determinasse de matar a Ali de manera que el poeblo no se alborotasse, por que era muy quisto, y emparentado. La muger, y la hija tuvieron sospecha dello, y le avisaron luego que mirasse por si, pues sabia lo que avia hecho, y conosciã la condicion

<sup>444</sup> *Descobrimientos Portugueses...*, vol. III, pp. 491-493; *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. I, pp. 151-161.

<sup>445</sup> Hassan Al-Wazzan, *op.cit.*, p. 148; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Mouro para os cristãos...*, p.

46.

<sup>446</sup> Hassan Al-Wazzan, *op.cit.*, pp.148-149.

de Abderrahman, el qual dio cuenta del negocio a outro amigo suyo llamado Yahaya Ben Tafuf, que tambien era Africano, e de los principales de la ciudad, y muy emparentado enella. Estos dos mancebos acordaron de matar a Abderrahman com la primera occasion que se les offresciesse: ..... , llegaron al donde Abderrahman estava haziendo la cala cerca del alfaqui, y passando Yahaya delante del, Ali se quedo atrás, y poniendo mano a un puñal le hirio por las espaldas: luego reboluió Yahaya com la espada en la mano, y los dos le hirieron cruelmente hasta que le mataron<sup>447</sup>

Como terceira fonte a concordar com os anteriores relatos, mencione-se o humanista Damião de Góis, confirmando-o no capítulo XVIII, intitulado “Sítio e antiguidade da cidade de Safim, e de quomo se ganhou ahos Mouros”, da sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*.

O vazio político criado pelo assassinato do governador de Safim, Abd Errahman, último descendente varão da família Beni Farhoun, levou a que os portugueses seguissem uma política de alianças e de conspiração. Deste modo, Safim passou por um doloroso processo de transferência de poderes, das mãos dos naturais da terra<sup>448</sup> para a dos portugueses. A fim de socorrer a praça, aquando dos tumultos que aí se produziram, veio apoio militar do Castelo Real de Mogador, liderado pelo capitão Diogo de Azambuja. Também da Madeira se encaminharam para esse presídio, além de vinho, vinagre, azeite e dinheiro, 35 móios de trigo – dos quais 15 substituíram outros tantos de cevada, destinados aos cavalos, e os restantes 20 seguiram em vez de biscoito que não houve tempo de fabricar<sup>449</sup>. Durante estes momentos atribulados de 1507, o xeque Yahya Ben Tafuft ficou como regedor de Safim, o seu aliado Ali ben Guecimão viajou para o Reino com o objectivo de confirmar a vassalagem e firmar a paz com o rei D.Manuel I. Assinado o acordo, o monarca ordenou a D. Garcia de Melo, Capitão da Armada do Estreito, para se dirigir a Safim e ajudar Diogo de Azambuja em todo o que fosse necessário<sup>450</sup>.

Visto que nem Yahya Ben Tafuft ﴿يحيى بن تعفت﴾, nem Ali Ben Otman ﴿علي بن عثمان﴾ cumpriram o acordo acente com o rei D. Manuel, o capitão Diogo de Azambuja e o

<sup>447</sup> Mármol Carvajal, *op.cit.*, fols. 41-42.

<sup>448</sup> Pelas divergências políticas registadas, após o assassinato do governador Abd Errahman, entre Ali Ben Otman e xeque Yahya ben Tafuft.

<sup>449</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *op.cit.*, p. 236.

<sup>450</sup> David Lopes, *op.cit.*, pp. 111-112.

capitão da armada do Estreito, Garcia de Melo, planejaram intervir directamente na tomada de Safim. Neste sentido, encorajaram os rumores de que havia pessoas conjuradas para matarem os dois aliados, dando a entender que cada um deles estava a conspirar para matar o outro. Diogo de Azambuja inclinou-se para a pessoa que achou mais débil, para realizar o seu projecto, Ali Ben Otman. Juntos planejaram matar o xeque Yahya Ben Tafuft, mas este, alertado da conspiração, escondeu-se em casa de D. Diogo de Miranda, que desconhecia o plano de seu avô, Diogo de Azambuja. Depois de passar oito dias na casa do mar, apresentou muitas razões convincentes diante do capitão, que o mandou ao Reino justificar-se diante de D. Manuel<sup>451</sup>, e cumprindo à letra o que vinha no artigo XXVII, intitulado “ Da Jurisdição. Que he dada aos capitães dos lugares de África” das *Ordenações Manuelinas*:

“ 1 .....e se algum quebrantar a segurança que per nós mesmo, e em nossa pessoa seja posta e dada, ou saltar per cima dos muros, com propósito e tençam de fazer mal, em taees casos como estes, e cada um deles, puderam os ditos capitães mandar punir, e justiçar os malfeitores, segundo o caso for, e lhe por direito parecer, sem dar empalhação, nem agravo,.....

2 E os ditos Capitães daram licença aos omizados, que estiverem coutados nos ditos lugares, para virem a este Reino,.....”<sup>452</sup>

Aproveitando-se da ausência do xeque Yahya Ben Tafuft (1507-1511), conforme o relatado por Mármol Carvajal, por Damião de Góis e pelas cartas que constam em *Les Sources inédites de l’histoire du Maroc*, Diogo de Azambuja, entregou o governo a Ali Ben Otman, seu protegido. Uma vez na governação de Safim, este tentou, a todo o custo, impedir o avanço das obras de construção da fortaleza<sup>453</sup> ou Casa da Aduana<sup>454</sup>. Ao contrário do xeque yahya Ben Tafuft, que agia secretamente, e por conselho entre os principais da cidade para impedir as obras na Fortaleza, Ali Ben Otman castigava

---

<sup>451</sup> Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei...*, fol. 30v, David Lopes, *op.cit.*, p.119.

<sup>452</sup> *Ordenações Manuelinas*, Livro II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, art. XXVII, pp. 138-139

<sup>453</sup> Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei...*, fol.30v.

<sup>454</sup> Mármol Carvajal, *op.cit*, fol.42. Quere dizer Alfândega.

publicamente os que ajudavam os portugueses. Face a esta deslealdade e ao incumprimento do acordo, o capitão e Diogo de Mello esperavam pela melhor altura para desferir o golpe final.

Aproveitando a discórdia existente entre os partidários de Ali Ben Otman e os de Yahya Ben Tafuft, e apoiando-se no auxílio da armada do estreito, o capitão atacou a cidade, com a sua gente, levando à rendição dos moradores de Safim e ao seu reconhecimento formal de vassalagem ao rei D. Manuel. É deste modo que o capitão Diogo de Azambuja, com larga experiência nas praças ultramarina de São Jorge de Mina e do Castelo Real de Mogador, assumiu o cargo de capitão da praça de Safim.

Sob o seu governo, a praça conheceu descontrolo e destruição, tendo sido cometidas muitas injustiças contra os seus naturais. Numa carta enviada ao rei, em 1509, os principais de Safim queixavam-se dos abusos cometidos pelo capitão Diogo de Azambuja e pelos seus soldados, solicitando o regresso do xeque Yahya Ben Tafuft<sup>455</sup>. Assim, à luz dos depoimentos dos principais de Safim contra os abusos do capitão Diogo de Azambuja, o monarca decide, no ano de 1510, nomear D. Nuno Fernandes de Ataíde como Capitão e Governador de Safim, e Lopo Barriga seu Adail. Posteriormente, em 1511 mandou regressar o xeque Yahya Ben Tafuft como alcaide de Abda e Garbia, usufruindo de uma tença e recebendo 20 homens em seu serviço<sup>456</sup>. Essas três grandes personalidades marcaram a história da zona da Duquela entre 1510 e 1518. Ficaram conhecidos pelas famosas batalhas travadas contra os príncipes de Marraquexe e os Xarifes do Suz.

O capitão e governador D. Nuno Fernandes de Ataíde, era filho de Álvaro de Ataíde, alcaide-mor de Alvor, e cunhado de Vasco da Gama, pois este estava casado com sua irmã D. Catarina de Ataíde<sup>457</sup>. herdou, por morte de seu irmão, o senhorio de Penacova, que, em 1496, lhe foi confirmado por D. Manuel. Posteriormente, herdou também a alcaidaria de Alvor, após a morte de seu pai. Era casado com D. Joana de Faria, filha de Antão de Faria.

---

<sup>455</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, op.cit., T. I, pp. 177-202 ; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Mouro para os cristãos...*, p. 48

<sup>456</sup> Hassan Al-Wazzan, op.cit., p. 151.

<sup>457</sup> R. Pires de Lima Durval, *História da Dominação Portuguesa em Safim (1506-1542)*, Lisboa, 1930, pp. 33-34.

Apoiando-se nas suas milícias, auxiliadas pelos mouros de pazes<sup>458</sup>, Nuno Fernandes de Ataíde, fazia muitas entradas em terra dos mouros de guerra, com o objectivo de pilhar as aldeias vizinhas. Incomodados pelos repetidos ataques, os principais das terras da cercania de Safim, formaram uma liga, em 1510, composta pelos seguintes grupos: Ouled Imran ﴿أولاد عمران﴾, Oulade Yacoub ﴿أولاد يعقوب﴾, Oulade Bou Azize ﴿أولاد بوعزيز﴾, os árabes das terras de Azamor, Ouled Zoubeit ﴿أولاد بوزيد﴾, Garbia e os berberes de entre Azamor e Almedina até Aguz.

Avisado pelos mercadores cristãos de Azamor, da contenda que as tribos mouras estavam a tramar contra Safim, D. Nuno Fernandes de Ataíde avisou o rei, tendo sido enviado um navio, da Ilha da Madeira com muita gente nobre e soldados, capitaneado por D. Emanuel de Noronha, irmão do Capitão - Governador da dita Ilha, D. Simão Gonçalves de Câmara, assim o descreveu Damião de Góis: “era um homem magnífico e liberal, porque além das suas grandezas, ele acudiu sempre com muita gente e navios a sua custa à todos os rebates e cercos que de seu tempo houve nos lugares de África, assim no Castelo Real, como no de Santa Cruz, Aguz, Safim, Azamour, Mazagão, Septa, Tanger, Arzila, e Alcaçer çeguer, ele em pessoa, ou seu filho hirdeiro João Gonçalves, ou quando não podiam ir mandavam seus parentes e amigos, no que despenderam muito da sua fazenda<sup>459</sup>”

Recebido o reforço, o capitão Nuno Fernandes de Ataíde repartiu o contingente militar e os nobres entre as muralhas e as torres da praça-forte de Safim, concentrando a sua artilharia no local propício a causar maior dano às forças mouras. Ataíde Andava de cavalo com o adail Lopo Barriga e o Contador da cidade Nuno Gato e alguns fidalgos e cavaleiros, incluindo D. João Henriques, D. Francisco de Noronha, D. Emanuel de Noronha, D. João de Noronha e D. João de Ornelas, todos da ilha da Madeira<sup>460</sup>, para nos combates acudir às partes mais acometidas. O dispositivo militar acabou por dar os seus frutos, já que, depois de várias tentativas falhadas, a liga das tribos aliadas acabou por levantar o cerco à praça. O sucesso do capitão e a sua habilidade em defender a praça, levou a que os xeques das tribos viessem prestar vassalagem ao rei de Portugal.

Para acalmar os ânimos dos mouros de Garbia, o rei D. Manuel mandou regressar o xeque Yahya Ben Tafuft, como Alcaide de Abda e Garbia (1511-1514). Nessa região

---

<sup>458</sup> António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV...*, p. 230.

<sup>459</sup> Damião de Góis, *Chronica do Felicissimo Rei...*, fol. 24v.

<sup>460</sup> Idem, *ibidem*, fol.25.

acompanhava o capitão da praça de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, ou o adail, Lopo Barriga, e por vezes andavam todos juntos, quer em campanhas militares contra Oled Meta‘a, em Montes Claros, quer contra os próprios Xarifes do Suz - o caso de Tedneste –, de que saíram vencedores<sup>461</sup>. Segundo David Lopes “ en 1511, contre les tribus arabes à deux lieus d’El-Medina: il leur prit 5000 têtes de petit bétail et 1000 bœufs et vaches, 300 chameaux et leur fit 567 prisonier<sup>462</sup>”

Lealdade e valentia o Xequé Yahya Ben Tafuft sempre demonstrou nas batalhas travadas e vencidas quando saía com Nuno Fernandes de Ataíde (batalha de Idenrate ao pé da serra de Benimagre, contra o Rei de Marraquexe, Mulei Nacer)<sup>463</sup>, com Lopo Barriga (campanha contra a aldeia de Azeze, situada na Serra Verde)<sup>464</sup>, ou com ambos, como tinha sucedido na Batalha de Tedneste<sup>465</sup>, ganha pelos portugueses e seus aliados contra os Xerifes, nela sendo preso o tio dos Xarifes.

Todavia, reinava um clima de desconfiança que, por vezes, levava o capitão Nuno Fernandes de Ataíde a não enviar o socorro solicitado por Ben Tafuft. Um episódio relatado por Damião Góis, exemplifica esta asserção. Em 1512 o capitão mandou o adail Lopo Barriga reforçar o contingente do xequé, estacionado em Aguz<sup>466</sup>. No entanto, um muçulmano capturado pelo adail, deu conta de uma suposta intriga montada entre ele e o rei de Marraquexe, para tomarem a praça de Safim. O capitão, quando recebeu esta informação, deu ordem de retirada ao adail Lopo Barriga, deixando o Xequé Yahya Ben Tafuft a lutar sozinho contra as forças do príncipe de Marraquexe. Acompanhado por D. Diogo de Noronha,<sup>467</sup> que era um dos seus grandes amigos<sup>468</sup>, o xequé acabou por entrar triunfantemente em Safim, depois de ter vencido a batalha.

Segundo as cartas publicadas em *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, (*Série Portugal*, Tomo II), passado um ano do regresso de Ben Tafuft a Safim, como alcaide de Abda e Garbia, o capitão Nuno Fernandes de Ataíde criticava as suas atitudes ao rei D. Manuel, nomeadamente pelo facto de nomear os Almocadéms das cabildas de

---

<sup>461</sup> David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Estudo Filológico ...*, p. 137

<sup>462</sup> David Lopes, *Les portugais au Maroc...*, pp. 350-351

<sup>463</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei de Dom Manuel...*, p.34.

<sup>464</sup> Idem, *ibidem*, p.32.

<sup>465</sup> “Principal cidade da província de Haha, Fundada pelos almóadas, tem 500 fogos, com muitas Hortes de árvores e hortaliças, os moradores são gente de campo, carpinteiros, sapateiros, ferreiros e muitos Judeus”, Hasan Al-Wazzan, *op.cit.*, pp. 98-100

<sup>466</sup> Está situada na margem direita da Foz do Rio Tansifte.

<sup>467</sup> Um dos fidalgos e cavaleiros da Madeira.

<sup>468</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Nouro para os cristãos...*, p. 54,

Garbia sem lhe pedir conselho<sup>469</sup>. Para provar a sua deslealdade e incriminá-lo diante do monarca, Nuno Fernandes de Ataíde montou, em 1512, uma rede de informadores<sup>470</sup>. Além de receber várias cartas a respeito do xeque, o próprio capitão enviou as suas suspeições expressas em missiva ao rei.

Foram dois anos (1512-1514) de depoimentos contínuos contra o xeque Ben Tafuft, marcaram a actividade epistolar de Nuno Fernandes de Ataíde para D. Manuel, com queixas de que ele recebia os tributos, em vez de enviar os mouros pagá-los a Safim, ou de se intitular rei, sem mencionar o nome do monarca português. Numa das cartas anexou vários depoimentos que corroboram as suas declarações (datados de 16-25 de Junho de 1512<sup>471</sup>), do Rabi Brahim Ben Zamirou, de Safim<sup>472</sup>, de Lehssen Amejjote<sup>473</sup> e, por fim, de Sidi Hmad Azdour o Abd Elazize Ben Belkcem, nobre de Beni Mager<sup>474</sup>.

Finalmente, o capitão coagiu Ben Tafuft a explicar-se, uma vez mais, diante do rei D. Manuel. Permaneceu no reino entre 1514 e 1516<sup>475</sup>, conforme refere Damião de Góis, mas nada se sabe da sua primeira, nem da segunda permanência em Portugal. Posteriormente, Nuno Fernandes de Ataíde enviou ao rei outra carta (12 de Dezembro de 1514)<sup>476</sup>, dando-lhe a entender que não o queria de volta para Safim, enquanto estivesse na capitania e governação da mesma.

Para analisar a veracidade dos depoimentos contra o xeque, iremos recorrer ao texto original, referente à suspeita do capitão sobre a sua intitulação como rei.

No texto árabe vinha escrito o seguinte:

“بيمين الله و توفيقه و بإذن من له الأمر و الأحكام السلطانية بمدينة أسفي الشيخ الأجل.....أبو زكريا يحيى ابن محمد.....”

“Pela Graça de Deus e sua assistência e por ordem de quem tem autoridade e a quem são delegados os poderes régios na cidade de Safim o xeque ilustre, ....., Abu Zakaria Yahya Ibn Mohamed....”

<sup>469</sup> O exemplo de Almocadem (Adelantado) do aduar de El-Hareth, Abd Ellah Mohamed Ben Hajjaj em 1512.

<sup>470</sup> Lahsen Amejjoute e Rabbin Ibrahim Ben Zamirou, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc...*, T. II-1, pp. 356- 370.

<sup>471</sup> *Les sources inédites de l'histoire du Maroc...*, T. II-1, pp. 316-320.

<sup>472</sup> *Ibidem*, T.II-1, pp. 356-359.

<sup>473</sup> Morador de Almedina, *Ibidem*, T.II-1, pp. 360-372.

<sup>474</sup> Cf. *ibidem*, pp. 381-384.

<sup>475</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Mouros para os cristãos...*, p. 55.

<sup>476</sup> *Les sources inédites de l'histoire du Maroc...*, T.I, pp. 659-663.

Após a leitura do documento árabe, e contrariamente ao que pensava Nuno Fernandes de Ataíde, parece muito claro que o xeque Yahya Ben Tafuft não se intitulou rei, mas antes aquele que tem autoridade auferida pelo título outorgado pelo próprio monarca, que o nomeou alcaide de Abda e Garbia. No que toca as suspeições do capitão Nuno Fernandes de Ataíde sobre a lealdade do xeque Yahya Ben Tafuft a coroa portuguesa, temos um testemunho que refuta todas essas suspeições. No entanto, é como representante do rei de Fez e dos xarifes do Suz e Haha, que Hassan Al-Wazzan se encontrou, de facto, com Yahya Ben Tafuft em Tameklouste no ano de 1514, na qual estava a recolher os tributos para a coroa portuguesa. A missão levada a cabo por Hassan Al-Wazzan para convencer o alcaide Yahya Ben Tafuft em mudar de lado foi um fracasso<sup>477</sup>.

Durante o seu segundo período de ausência (1514-1516), o capitão Nuno Fernandes de Ataíde, realizou juntamente com seu irmão Nuno Mascarenhas e o adail Lopo Barriga, numerosas entradas em terra dos mouros de guerra. Começando pelo saque das aldeias mais próximas de Safim, passando pelo desbaratar das hostes do príncipe de Marraquexe, à negociação e rendição da vila de Almedina<sup>478</sup>. Estas operações bem sucedidas encorajaram-no a tentar conquistar a cidade de Marraquexe, em Abril de 1515, mas sem sucesso<sup>479</sup>.

O ano de 1516 marca o fim do capitão Nuno Fernandes de Ataíde. As queixas a ele dirigidas, pela aldeia de Ouled Metta<sup>480</sup> ﴿ أولاد مطاع ﴾, que sofria dos ataques cometidos pelos de Ouled Emran<sup>481</sup> ﴿ أولاد عمران ﴾, levaram-no a preparar uma expedição punitiva contra os agressores, seus antigos aliados. Sabendo da localização exacta da cabilda<sup>482</sup> pelos seus espias, Nuno Fernandes de Ataíde cercou-a e saqueou-a. Porém o seu xeque Rahho Ben Xahmot ﴿ رَحُو بِن شَحْمُوط ﴾ seguiu o contingente português, onde iam seu tio D. Afonso de Ataíde, seu genro D. Afonso de Faria e seu adail Lopo Barriga<sup>483</sup>. O Xeque Rahho Ben Xahmout ia atacando a rectaguarda das forças do capitão de Safim, com o objectivo de salvar a sua gente do cativo. Esforçado o xeque a

---

<sup>477</sup> Hassan Al-Wazzan, *op.cit.*, p. 126.

<sup>478</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, p. 138.

<sup>479</sup> *Les sources inédites de l'histoire du Maroc...*, T.I, pp. 687-692 ; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Mouro para os cristãos...*, p. 58.

<sup>480</sup> Tributários do Rei D. Manuel.

<sup>481</sup> Haviam sido tributários e vassallos do Rei D. Manuel, mas andavam naquele tempo a quebrar os seus contratos e a fazerem guerra aos outros Alarves de Ouled Metta que vieram pedir ajuda ao Capitão.

<sup>482</sup> Aldeia.

<sup>483</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, p. 16.

acometer os portugueses e os seus aliados mouros de pazes, o capitão de Safim Nuno Fernandes de Ataíde decidiu ir contra ele com o gorjal desapertado, e num momento de distração recebeu um golpe mortal na garganta<sup>484</sup>.

Damião de Góis relata o facto na sua *Crónica*: “ Ficando na traseira de todos, sem deixar sair ninguém da ordenança, mas Raho Benxamut apertou tanto com ele que o forçou a fazer uma volta com alguns de cavalo, e como Raho o conhecia vendo lhe o gorjal desapertado e baixo, lhe tirou com uma azagaia de arremesso com que lhe atravessou a garganta, de que logo caiu morto<sup>485</sup>”.

Tomados de surpresa, os portugueses entraram em confusão, o que foi aproveitado pelos mouros de guerra que, entre mortos e feridos, conseguiram também cativar muitos cavaleiros, entre os quais o adail, Lopo Barriga, que foi levado para Marraquexe, e libertado posteriormente sob resgate.

Depois deste insucesso, D. Manuel nomeou D. Nuno Mascarenhas, capitão de Arzila, como capitão e governador de Safim. Enviou com o seu irmão, D. Pedro Mascarenhas, homens e munições para a guarnição de Safim, assim como o xeque Yahya Ben Tafuft<sup>486</sup>. Este, regressado após dois anos de ausência (1516-1518), foi nomeado pelo monarca como Alcaide da Duquela<sup>487</sup>, recebendo do rei alargadas mercês: o quinto do despojo de guerra e o poder para fazer justiça, segundo os costumes antigos entre os Xxeques e povos de toda a Duquela. Deveria, contudo, executar tudo o que os capitães mandassem fazer<sup>488</sup>.

Tentando voltar à normalidade, todos trabalharam para apaziguar o clima de tensão entre os mouros de pazes e os portugueses, que se tinha instalado após a inesperada morte de Nuno Fernandes de Ataíde. Neste sentido, o novo capitão e Yahya Ben Tafuft reuniram-se com os xeques principais, acabando por se chegar a um acordo de paz. Foram, no entanto, retomadas as acções punitivas: primeiro, pelo próprio capitão que foi contra as aldeias de Ouled Imran, conseguindo obrigá-las a reconhecer a vassalagem ao rei de Portugal; depois, pelo xeque Yahya Ben Tafuft que, acompanhado pelo

---

<sup>484</sup> David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Estudo Filológico ...*, pp. 162-163.

<sup>485</sup> Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo...*, p. 16.

<sup>486</sup> Idem, *ibidem*, p. 18.

<sup>487</sup> David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Estudo Filológico ...*, pp. 164-165.

<sup>488</sup> Durval R. Pires de Lima, *op.cit.*, pp. 164-165.

cavaleiro D. Diogo de Noronha, atacou aldeias insubmissas, esforçando-se por proteger aquelas que lhes eram aliadas.

Yahya Ben Tafuft acabaria, por sua vez, assassinado. Nos aduares de Ouled Metta, tinha designado um Alcaide e cinquenta de cavalo, que foram atacadas pelo Emir Mulei Idriss, em nome do príncipe de Marraquexe. Nessa campanha, mataram Abd Errahman, irmão do xeque Hassoun, amigo de Ben Tafuft, o qual se dirigiu à morada deste último, somente acompanhado por três xeques de Garbia, Mohamed Messode ﴿ محمد مسعود ﴾, Ben Axor ﴿ بن عاشور ﴾ e Bheiri ﴿ البھيري ﴾, deixando fora do arraial de Ouled Metta o resto das suas tropas. Enquanto jantavam, chegou o xeque Ganem ﴿ غانم ﴾ e outro chamado Assou ﴿ عسو ﴾ e mais um parente. Desprevenido o xeque Ben Tafuft foi assassinado pelos respectivos xeques de Ouled Emran em 1508. D. Rodrigo de Noronha tarde de mais para lhe acudir combateu mas ficou cativo<sup>489</sup>. A notícia apanhou de surpresa o capitão Nuno Mascarenhas, que saiu logo ao arraial, desbaratando os traidores. Este foi o fim trágico de uma personagem, que “grandes serviços prestou à coroa portuguesa.”<sup>490</sup>,

Como adiante se dirá, a morte daqueles valentes cavaleiros resultou na redução do território dos mouros de pazes e no conseqüente aumento dos problemas de abastecimento das praças da Duquela. Os capitães/governadores daquelas praças, não descurando a realização, em momentos propícios, de entradas e almogavarias em terra de mouros de guerra, foram sempre forçados a manter relações pacíficas com o xarife Ahmed Alareje que iria ser aclamado príncipe em Marraquexe.

### 3. Os portugueses no Suz:

As relações entre o reino de Fez (مملكة فاس)<sup>491</sup> e o reino de Portugal eram regidas pelo tratado de Arzila, assinado em 1471 entre D. Afonso V e o rei de Fez, Mohamed Xeque<sup>492</sup>, no qual fora reconhecida a soberania dos portugueses sobre as praças e os

---

<sup>489</sup> David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Estudo Filológico ...*, p. 186; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Mouro para os cristãos...*, p. 61.

<sup>490</sup> David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa: Documentos...*, p. XXXVII

<sup>491</sup> Hassan Al-Wazzan, *op.cit.*, 1983, p.194.

<sup>492</sup> Primeiro rei oatácida de Fez.

territórios já conquistados, bem como o direito à cobrança de tributos nos mesmos<sup>493</sup>. A Sul desse existia o reino de Marraquexe ( مملكة مراکش ) cuja debilidade do poder central, levaria à autonomização das suas províncias - situação que, de resto, tinha permitido o relacionamento directo dos portugueses com os chefes locais. Neste sentido, relembremos o testemunho do cronista Damião de Góis, em que cita a elevação de Ahmed Ben Ferhoun<sup>494</sup> ao posto de governador da vila de Safim e seu termo, bem como a sucessão do seu sobrinho, Abd Errahman<sup>495</sup>. Ambos foram sucessivamente vassallos do Rei D. João II e D. Manuel, de quem também foram vassallos os xeques e notáveis da vila de Meça<sup>496</sup>.

---

<sup>493</sup> Rui de Pina, *op.cit.*, cap CLXVI, pp.64-65.

<sup>494</sup> Pertencia à família nobre dos Beni Ferhoun.

<sup>495</sup> Damião de Góis, *Crónica de Dom Manuel...*, 2ª parte, cap XVIII, p.186; Ennaciri, *op.cit.*, vol. V, p. 141.

<sup>496</sup> Como disse Duarte Pacheco Pereira, Meça fica a oito léguas a sul da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer de Agua de narba.



Fig. 14 - Santa Cruz do Cabo de Guér (1547)<sup>497</sup>

Porém, se relacionarmos as datas em que foram realizadas as ditas expedições e as relacionarmos com a acção portuguesa na região do Suz, concluímos que a primeira expedição se efetuou um ano depois do envio de uma carta de aceitação de vassalagem dos habitantes de Meça, ao rei D. Manuel (11 de Janeiro 1497)<sup>498</sup>. Por seu lado, a segunda realizou-se no ano em que D. Manuel deu ordem a João Lopes de Sequeira para fundar, com os seus próprios meios, uma fortificação à que se atribuiu o nome de Santa Cruz do Cabo de Guér, acontecimento que foi minuciosamente relatado na crónica de Santa Cruz do Cabo de Guér, por um Autor anónimo, que diz : “E vendo joao lopes girão

<sup>497</sup> Hans Staden, *Viagem ao Brasil*, Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930, p. 30.

<sup>498</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T- I, pp. 31-35.

a fonte de tão boa agua, fez ali assento e armou ali hum castelo de páo que levava já ordenado e feito; pos-lhe artelharia e fez logo ao deredor do castelo outro muito forte de pedra e cal, em que se meteu a fonte dentro e com a artelharia defendia aos mouros que lhe não impedissem a obra<sup>499</sup>.”

Na região do Suz, a divisão verificada entre as tribos berberes e os nómadas árabes permitiu que houvesse uma relativa supremacia militar dos portugueses, aquartelados na praça de Santa Cruz do Cabo de Guer e os seus aliados da tribo Kesima e de Meça, supremacia que facultou a construção de um outro castelo em Tamaraque, a Norte de Santa Cruz do Cabo de Guer. Assim o confirma o Autor anónimo na crónica de Santa Cruz do Cabo de guer: “E tanto que acabou, foi-se fazer outro castelo, sobre uma rocha que estava apartada da terra de frente de hua villa de mouros que se chama Tamaraque<sup>500</sup>”

Nas zonas em que foi reconhecida a vassalagem ao rei de Portugal, o relacionamento entre os capitães – governadores, por um lado, e os mouros de pazes, por outro, era de cooperação e colaboração, quer no fomento do comércio nas praças, quer nas correrias e saques contra os mouros de guerra. Os efeitos desastrosos, da política de bloqueio económico ordenada pelo Xarifes, levaram, o fidalgo João Lopes de Sequeira, a comprar e vender cativos de mouros de pazes de Meça, vassallos do rei de Portugal. Tal comportamento provocou a ira dos habitantes e agudizou o mal-estar. Os notáveis de Meça, numa carta enviada ao rei D. Manuel, assinada dia 6 de julho de 1510, reclamam contra João Lopes de Sequeira, enunciadas as injustiças a que tinham sido por ele sujeitos. Enviaram, igualmente, um mensageiro, Ba Azzi (Abd Elaziz) à Corte para que lhes fosse feita justiça<sup>501</sup>. Na mesma carta lembravam ao rei D. Manuel, o desbarato das forças do adelantado das Canárias, D. Alonso Fenández de Lugo, quando este, acompanhado pelo famoso adail mouro Juan Camacho, queria ocupar à força de armas o lugar onde se ia construir a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer<sup>502</sup>.

Confrontados com a presença portuguesa ao longo da costa meridional de Marrocos, e sujeitos aos repetidos saques efectuados pelas guarnições das praças de Safim e de

---

<sup>499</sup> *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*. Traduit et annoté par Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 22.

<sup>500</sup> *Ibidem*, p.22. Trata-se de uma pequena vila (actual Tamraght) costeira que fica a 12 km a norte da actual cidade de Agadir (Santa Cruz do Cabo de Guer).

<sup>501</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. I, pp 234-239.

<sup>502</sup> José de Viera y Clavejo, *op.cit.*, T. I-1, p. 424 e Tomo II-1, pp. 153-154

Santa Cruz do Cabo de Guer, decidiram, os xeques e notáveis das províncias de Haha e do Suz correr todo o território na busca de um califa/Imam que os pudesse liderar e governar, para fazer frente aos portugueses.

Ora diz Al-Máuardi<sup>503</sup>:

«الامامة موضوعة لخلافة النبوة في حراسة الدين و سياسة الدنيا»

“Al-Imámat e é feita para substituir aos profetas na guarda da religião e na organização, direção e administração da vida mundana”

Em outra passagem da mesma obra esclarece que a responsabilidade de escolha de um califa/imam recai sobre os juristas e os xeques sufis<sup>504</sup>.

Neste sentido, referiu Mohamed Al-Ifrani, que foi o xeque sufi Ben Mubarak de Akka quem aconselhou os xeques sufis de Suz e de Haha a seguir a liderança dos Xarifes de Drá<sup>505</sup>. Assim, no ano 916 hégira/ 1510, o xarife Abd Allah Alkaim Bi Amri Allah foi chamado a Tidsi, onde lhe foi entregue o comando da região de Haha e do Suz<sup>506</sup>. Tal acontecimento poderíamos considera-lo como consequência da política de hostilidade praticada na região por João Lopes de Sequeira, desde a fundação da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer em 1505 até ao ano de 1510.

Segundo Mohamed Al-Ifrani : “ diz Ibn Al-Qádi que o sultão Aba Abd Allah Alkaim se tinha reunido com o xeque Abu Abd Allah Mohamed Ben Mubarak numa localidade chamada Akka no país do Suz com o qual conversou; depois regressou para Drá (915/1509) e no ano seguinte que é 916/1510 foi-lhe enviada uma missiva pelos alfaquís de Masmouda e pelos xeques das tribos e chamaram-no para desempenhar o cargo de comando militar e de governança, à qual chamada respondeu positivamente, e veio com eles ter à aldeia de Tidsi perto de Tarudante onde lhe foi prestado o acto de vassalagem por toda gente <sup>507</sup>”

De facto, antes de assumirem a chefia político-militar das regiões do Suz e Haha, os filhos do Xarife, segundo Joaquim Figanier, “eram muito conhecidos e afamados na capital dos sultões onde haviam feito estudos e até ensinado, mas ainda porque, durante

<sup>503</sup> Al-Máwardi, *Al-Ahkamo Assultania*, Bone, Imprensa Régia, 1853, p.3

<sup>504</sup> Idem, *ibidem*, pp. 3-18

<sup>505</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, pp.10-16

<sup>506</sup> Idem, *Ibidem*, p.16.

muitos anos, os dois príncipes sáidas não passaram de lugares-tenentes do Sultão Otácida na luta contra os infiéis no Sul<sup>508</sup>»

Para fazer frente ao aperfeiçoado sistema administrativo-militar que vigorava nos territórios sujeitos à soberania portuguesa, os Xarifes só poderiam ter sucesso ao fazer o mesmo. Neste sentido, adoptaram leis e criaram mecanismos e instituições para a administração e a organização do recém-unido território. Isso, sem esquecer de mencionar o esforço dos irmãos xarifes, que juntamente trabalhavam, no sentido de reforçarem as suas posições administrativas, económicas e militares.

De facto, o Xarife ao assumir a chefia político-militar das tribos do Suz e Haha, iria dar início à asfixia económica da praça. Querendo tirar partido da riqueza agrícola<sup>509</sup> de que usufruía a região do Suz, bem como da sua posição estratégica, como local de passagem das caravanas do comércio saariano<sup>510</sup>, trataram que os mercadores genoveses e castelhanos cuidassem de desviar as rotas marítimas para Tarcoco, privando, desta forma, o fidalgo João Lopes de Sequeira dos lucros, indispensáveis para a governança da praça. Para conseguir suportar os gastos com o corpo administrativo e militar, as despesas eram pagas com os rendimentos provenientes das actividades comerciais e do *uchúr* (dízimo).

Na região do Suz, ao mesmo tempo que a degradação assolava as relações entre os habitantes de Meça<sup>511</sup> e o fidalgo João Lopes de Sequeira<sup>512</sup>, os Xarifes organizavam as suas fileiras com o intuito de fazerem a guerra aos portugueses<sup>513</sup>. Escreve João Lopes de Sequeira, na sua carta ao rei de 18 de Agosto de 1511: “aos xbij dyas domes d’aguosto de myll e quynhemtos e homze anos, me vyerao os Mourros cercar e me tyverão cercado certos dias com ssuas noytes, homde morrerão pasante de cem Mourros”<sup>514</sup>.

---

<sup>508</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 54; Otilia Fontoura, *op.cit.*, p. 138

<sup>509</sup> A alta qualidade do açúcar aí produzido.

<sup>510</sup> Ouros e escavos vindos da África subsaariana.

<sup>511</sup> Vassalos do rei de Portugal desde o ano de 1497.

<sup>512</sup> Representante do rei D. Manuel na praça de Santa Cruz de Agoa de Narba (1505-1512).

<sup>513</sup> Carta de Ignácio Martins ao Rei D. Manuel de 5 de Novembro de 1510 - *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc...*, T. I, pp. 255-258.

<sup>514</sup> *Ibidem*, T. I-1, p. 334.

Foram essas as razões e desaires que o levaram a vender o castelo ao monarca D. Manuel, mediante uma indemnização. Com a passagem da fortaleza para as mãos da Coroa abriu-se uma nova etapa na vida desta praça<sup>515</sup>.

#### 4. Os Xarifes e a presença portuguesa no Suz, Haha e a Duquela

O primeiro trabalho que foi feito logo após a chegada dos oficiais da Fazenda real, na pessoa de Afonso Rodrigues<sup>516</sup> e de Francisco Fernandes<sup>517</sup>, foi o envio de um relatório minucioso da situação, por carta datada de 24 de Dezembro de 1513<sup>518</sup>. Eram referidas as mercadorias<sup>519</sup> que potencialmente tornavam o negócio proveitoso, mas também que a sua falta tinha levado muitos mercadores, naturais e estrangeiros (de Cádiz), a dirigirem-se para a vila de Tamraque<sup>520</sup>; também era relatada a necessidade de fazer obras no castelo, e de elevar mais um andar as casas que armazenavam as mercadorias do rei; finalmente, o monarca era informado sobre as alianças concluídas pelo capitão Francisco de Castro com os mouros de pazes<sup>521</sup>.

Àquela carta seguem-se mais duas. Na primeira, datada de 4 de Junho de 1514, o rei é notificado da carência de mercadorias<sup>522</sup> na praça; do ataque realizado pela caravela Santa Cruz contra o porto de Tarcoco, por fazer concorrência ao porto de Santa Cruz do Cabo de Guer, do qual resultou a captura de um navio, cuja equipagem, genovesa, e o mestre foram mandados explicar-se perante o rei; também se referia a falta do trigo, mencionando-se as negociações com o Xarife com o propósito de superar essa carência; informava-se, ainda sobre o estado do avanço das obras no castelo. Na segunda parte da carta, o feitor referia que um certo Manuel Jorge veio de Meça<sup>523</sup> e daria ao rei novidades sobre os seus habitantes terem prometido fornecer trigo à praça, solicitando, não obstante, que entretanto esse cereal fosse enviado de Safim; mais ainda, que os naturais,

---

<sup>515</sup> *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba - Estudo e Crónica*, ed. João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva, Mohammed Nadir, Viseu, Palimage Editores, 2007, p. 34.

<sup>516</sup> Feitor da praça de Santa Cruz, entre 1513-1517. Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 69.

<sup>517</sup> Escrivão da mesma praça.

<sup>518</sup> *Les Sources inédites de l'histoire du Maroc...*, T.I, pp.472-476.

<sup>519</sup> Bordats (genro de tecido), quartilhas e prata.

<sup>520</sup> Tameraght fica 12 km a norte da actual cidade da Agadir.

<sup>521</sup> Neste caso com os xeques da tribo kesima.

<sup>522</sup> A mesma que foi solicitada ao rei fazia um ano (bordats e quartilhas).

<sup>523</sup> *Les Sources inédites de l'histoire du Maroc...*, T- I, pp. 567-568

contrariando as ordens do Xarife, tinham-se proposto fornecer cobre ao rei de Portugal, e que face às promessas do governador, tinham começado a trazer madeira para a praça<sup>524</sup>.

Na segunda carta, datada de 11 de Setembro de 1514, o feitor voltou a mencionar a continuada carência de mercadorias e noticiou a tomada de Tafetna<sup>525</sup> pelos Xarifes<sup>526</sup>; informou que a gente que vivia ao longo do rio Suz não obedeciam aos Xarifes, e sugeriu o envio de Ben Tafuft<sup>527</sup> para ir contra os Xarifes na província de Haha; que o mouro El-Mançor<sup>528</sup> se tinha entendido com o Xarife para manter as relações pacíficas com Santa Cruz do Cabo de Guer e para fornecer trigo; que era preciso enviar moedas de prata para a praça, que o castelo necessitava de obras urgentes; concluindo, no fim, com a notícia do assalto a algumas peças de artilharia por parte dos franceses à caravela de Dom Francisco.

Um ano após estabelecidos na praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, o governador Francisco de Castro e o feitor Afonso Rodrigues, como é atestado nas cartas acima referidas, continuaram a ter os mesmos problemas; no que se refere ao comércio, a praça continuou a ter carência de bordats, de quartilhas, de moedas de prata; em relação aos mantimentos, falta de trigo; também falta de material de construção; quanto às relações com os Xarifes, o Al-Mançor continuava a ser o intermediário entre aqueles e os portugueses de Santa Cruz do Cabo de Guer; no referente aos mouros de pazes, o feitor sempre tinha o cuidado de informar o rei sobre o estado das alianças.

Na região de Safim, o xeque Ben Tafuft manifestava pretensões claras em manter-se no topo da hierarquia de comando entre os mouros de pazes. Primeiro, para garantir a vassalagem dos seus ao rei de Portugal; segundo, para certificar-se do cumprimento do acordo de vassalagem por parte dos representantes do monarca português in loco; terceiro, para fazer guerra ao príncipe de Marraquexe e aos Xarifes.

As batalhas levadas a cabo contra as forças do xarife, Ahmed Alareje, na zona de Safim pelo alcaide Ben Tafuft não tinham nada a ver com a inimizade que este poderia ter para com os Xarifes, mas o motivo sempre foi a garantia da vassalagem daqueles territórios ao rei de Portugal.

---

<sup>524</sup> *Ibidem*, T. I, pp. 563-568

<sup>525</sup> Vila situada na província de Haha.

<sup>526</sup> O xarife pai (Abd Ellah Al-kaim Bi Amri Allah) e filho (Ahmed Abu Al-`Abbas Elareje). Al-Ifrani, *op.cit.*, p. p. 16.

<sup>527</sup> Alcaide de Abda e Garbia entre 1511 e 1514, e alcaide da Duquela entre 1516 e 1518.

<sup>528</sup> Servia de intermediário entre os portugueses de Santa Cruz do Cabo de Guer e o xarife Mohamed Xequé.

No Suz, Santa Cruz do Cabo de Guer tinha por alcaide dos mouros de pazes, o xeque Maleque Ben Daoud ao qual aludiu o autor anónimo português na sua crónica dizendo: “Andando D. Francisco nestas guerras, lhe mandou dizer hum alcaide, por nome Ben Maleque, que tinha guerra com o xerife, que se lhe quisesse dar lugar a junto da villa, debaixo das bombardas, onde armasse tendas e fizesse casas, que elle se viria para elle com toda sua gente e poder, e que o ajudaria a fazer guerra ao xerife para se vingad’elle<sup>529</sup>”

Porém, ao contrário de alcaide Ben Tafuft ficou claro que alcaide Ben Maleque tinha uma declarada inimizade contra os Xarifes, que se traduzia em contínuo estado de guerra. Neste sentido, querendo confrontá-los, foi o próprio alcaide Ben Maleque quem propôs juntar-se ao capitão Francisco de Castro<sup>530</sup> para fazer guerra aos mouros de guerra. Tendo conhecimento dos feitos realizados pelo xeque Ben Tafuft em favor do rei D. Manuel em Safim (1511-1514), o capitão Francisco de Castro aceitou de imediato a proposta de alcaide Ben Maleque aprovando todas as suas condições.

O longo período<sup>531</sup> de tempo, em que o xeque Maleque desempenhou o papel de alcaide dos mouros de pazes ao serviço da Coroa portuguesa, foi considerado um período de apogeu da presença portuguesa na praça de Santa Cruz do Cabo de Guer. Nesse sentido, e através das cartas enviadas ao rei D. Manuel, quer pelos funcionários régios<sup>532</sup>, quer pelo xeque Maleque<sup>533</sup>, verificou-se, de facto, o domínio político, militar e económico que a praça exercia junto dos naturais.

Relativamente às actividades militares, portanto, logo que o Xarife teve conhecimento da ida do capitão Francisco de Castro ao reino, veio com todo o seu poder sobre os domínios da comarca da Santa Cruz, atacando a aldeia de Tuy<sup>534</sup>.

Lê-se em Damião de Góis: “ Neste ano de Mil, quinhentos, e dezassete, veo dom Francisco de Castro, e Capitão da vila de Santa Cruz no Cabo de Guerdaguo de narba, com licença del Rei ao regno negociar cousas que lhe compriam, o que sabendo o Sherife

---

<sup>529</sup> *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué...*, p.28.

<sup>530</sup> Capitão da vila de Santa Cruz do Cabo de Guer entre 1513 e 1521.

<sup>531</sup> Do ano de 1514-1521.

<sup>532</sup> O capitão D. Francisco de Castro, o feitor da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, Afonso Rodrigues e seu escrivão Francisco Fernandes carta de 24 de Dezembro de 1513. *Les Sources inédites de l’histoire du Maroc...*, T. I, pp. 472-476.

<sup>533</sup> O Alcaide dos mouros de pazes, aliado e fiel amigo do capitão Francisco de Castro, tendo servido na praça de Santa Cruz do Cabo de Guer entre os anos 1514 e 1521.

<sup>534</sup> Principal aldeia da região de Ida ou Tanan, território que fica ao Nordeste da praça de Santa Cruz.

veo correr aquella comarca no mês de Maio, em que fez muito damno, queimando os pães aquelles que eram vassallos, e tributários del Rei dom Emanuel, e em special foi sobre çaide boagaz maho, com quem houve um recontro em que lhe matou trinta homens, e XXV cavallos, e çaide boagaz maho, lhe matou vinte, e cem de cavallos, do que enjoado o Sherife avisou hum seu irmam que entam estava em Galigiga que se logo veo pera elle com muita gente, com os quaes çaide ouve hua batalha em que foi vencido e lhe tomaram a villa de Tuyl que era sua, e a arazarão per terra da qual vinha muito cobre ao castelo de Santa Cruz<sup>535</sup>,

Neste sentido, vem referido na obra de Mármol Carvajal, que a corrida dirigida pelo alcaide Cidi Bu Agaz Maho<sup>536</sup> contra o xarife Ahmed Alareje foi motivada pela queima dos terrenos de cultivo dos mouros de pazes. As consequências daquela corrida foram muito prejudiciais para a praça. Além de haver muitos mortos entre os mouros de pazes, o alcaide Sidi Bu Agaz Maho informou o rei D. Manuel, de que, além de perderem as suas terras<sup>537</sup>, muitos dos seus amigos, supostamente, seus vassallos, passaram a servir os Xarifes<sup>538</sup>.

Para vingar a derrota do seu amigo Sidi Bu Agaz Naho, o alcaide Maleque e o capitão - interino Pero Leitão realizaram duas entradas contra os mouros de guerra; a primeira foi contra o porto e a vila de Tarcoco, em que queimaram duas zavras<sup>539</sup> e cativaram 5 pessoas; a segunda entrada foi sobre a vila de Meça, onde foi apreendida uma caravana do Xarife, e a consequente redução ao cativo de vinte e nove mouros de guerra. Refira-se ainda a solicitação ao rei D. Manuel para que mandasse regressar o capitão Francisco de Castro e o seu feitor Afonso Rodrigues. Notícias que foram, posteriormente, confirmadas pelo cronista Damião de Góis.

Lê-se uma vez mais, em Damião de Góis: “Mandou oferecer ao capitão que ficará no dito castello do cabo de guer, e a Meleque xeque da cabilda de hizarara quatrocentas lanças, e por capitão dellas hum seu sobrinho, o que lhe eles agradeceram muito, excussandosse

---

<sup>535</sup> Notícia referida na carta do feitor de Santa Cruz do Cabo de Guer, Afonso Rodrigues, enviada a 4 de Junho de 1514. *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. I, pp. 563-568; Damião de Góis, , *Crónica do Felicíssimo Rei...*, cap. XXI, p. 493

<sup>536</sup> Mármol Carvajal, *op.cit.*, fol.19, Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 68

<sup>537</sup> Por haver mina de cobre naquela terra a praça ficou privada daquele metal

<sup>538</sup> Carta do xeque Saíde ao rei D. Manuel (Maio de 1517). *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc...*, T. II-1, p. 93

<sup>539</sup> Navio de origem árabe, usado na pesca, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luis de Albuquerque, coord. Francisco Contento Domingues, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994, vol. II, pp. 1092-1093

por entam da tal ajuda porque esperavam cada dia dom Francisco de castro com duzentas lanças, com que, e com os mouros de pazes poderão fazer guerra ao Serife”<sup>540</sup>

Às investidas efectuados pelo alcaide Maleque contra os mouros do xarife Mohamed Xequé de Suz no ano 1517, vêm juntar-se as corridas vitoriosas do Alcaide Ben Tafuft sobre o xarife Ahmed Alareje na província de Haha. As duas foram relatadas numa carta de 9 de Setembro de 1517, enviada por D. Rodrigo de Noronha a D. Manuel<sup>541</sup>. Curiosamente, as duas derrotas sofridas pelos Xarifes na província de Haha e no Suz no ano de 1517, coincidiram com a data de falecimento do xarife Abd Ellah Alkaim Bi Amri Allah<sup>542</sup>, o fundador da dinastia sávida.

Conforme vem relatado na *Chronique de Santa Cruz do Cabo de Gué*, ao fracasso da investida dirigida contra a vila de Mescrodão, causada pela traição de alguns mouros de pazes, se seguia a desforra. O capitão Francisco de Castro e o alcaide Maleque foram correr contra as vilas de Azro e Tarcoco<sup>543</sup>, localizadas a Norte da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer. Relativamente à corrida contra a vila de Azro, sabendo da presença do Xarife naquela região, o capitão enviou trinta de cavalo correrem contra a vila, ficando ele numa emboscada, esperando pelo Xarife. Andando os mouros do Xarife em corpo “como os de Fez”<sup>544</sup> estragaram os planos do capitão, que depois obtive uma áspera peleja contra os ditos mouros, aos quais, entre nove e dez homens de cavalo os portugueses mataram, e numa recarga sofreram a mort seis cavaleiros cristãos<sup>545</sup>.

No mesmo sentido, por a vila de Tarcoco ou Traquuchum<sup>546</sup> fazer dano ao comércio da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, e por ser o local a partir do qual os mouros do xarife faziam guerra aos portugueses e aos mouros de pazes, o capitão e alcaide Maleque, foram correr contra aquela vila, do que resultou um número elevado de cativos e muito despojo.

---

<sup>540</sup> Damião de Gois, *op.cit.*, p.493

<sup>541</sup> *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc...*, T. II-1, pp. 171-173

<sup>542</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, p. 17

<sup>543</sup> *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué...*, pp. 34-36

<sup>544</sup> Numa carta de Fernão Taveira ao rei D. Manuel de 28 de Maio de 1518. *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc...*, T. II- 1, pp. 184-187.

<sup>545</sup> Carta enviada por Fernão Taveira, que servirá de adail a partir de 3 de Julho de 1518 na praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, ao rei D. Manuel em 28 de Maio de 1518, *les Sources inédites de l’histoire du Maroc...*, T. II- 1, pp. 183-187

<sup>546</sup> Duarte Pacheco pereira, *op.cit.*, p. 71; Valentim Fernandes, *op.cit.*, p. 13.

Afirma diz Mármol Carvajal: «Turocuco, donde de cõtino tenian gente de guerra que corria la tierra, y hazia daño a los vassalos del rey de Portugal, especialmente a los aduares de Cidi Maleyc, e dando de improviso una mañana al alborear del dia sobre ella, sin que las guardias lo pudessen defender, la entro por fuerça, y matando y captivãdo la mayor parte de la gente que allí esta, la robo y destruyo toda»

E relativamente ao botín de Tarcoco, diz : “este dia los Moros de pazes se pagaron muy bien del daño que los del Xerife les aviã hecho en Tul<sup>547</sup>, y cargados de despojos se bolvieron a sus aduares, y casas<sup>548</sup>”

No mesmo sentido, refer o autor anónimo da *Chronique de Santa Cruz do cabo de Gué* que os portugueses e seus aliados mouros de pazes: «trouxeram muitos mouros e mouras, moços e moças e gados e fazendas de toda sorte, alcatifas, bernozes, betens, ganifas, alquizes, marlotas, gombazes, deres e outros vestidos e armas e cavalos selados e enfreados, azêmelas, machos, mullas e toda outra mais inmundicia, trigo, cevada, tâmaras, amêndoas e muitas frutas de toda a sorte, que ali acharão camelos carregados de tudo isto, donde enriqueceo Dom Francisco de Castro, que quando se veo para o reino a cazar sua filha, dizião os antigos que trazia hua arquã encourada cheia de moedas de ouro e de tibar que ganhou nesta cavalgada que fazião, que foram muitas<sup>549</sup>»

Como podemos ver, a confiança que o capitão Francisco de Castro pôs no Alcaide Maleque, foi logo correspondida pela sua lealdade e fidelidade nas entradas efectuadas, quer contra os mouros de guerra, quer contra o próprio xarife Mohamed, o príncipe do Suz. O despojo resultante dessa corrida contra a vila de Tarcoco, só prova o nível de eficácia e sucesso das entradas contra os domínios do xarife do Suz, fruto da união e da confiança mútua, entre os portugueses e os mouros de pazes da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer. Tal sucesso só tinha igual na região da Duquela, aquando da junção dos elementos da guarnição de Safim aos mouros de pazes do alcaide Ben Tafuft.

Como já reflectimos, foram várias as razões que levaram as praças portuguesas situadas na zona meridional de Marrocos à decadência e a sua consequente perda e abandono. A praça de Safim, que foi cabeceira das praças de Azamor e Mazagão, sucederam três dramáticos acontecimentos, nomeadamente, a morte do capitão Nuno

---

<sup>547</sup> Refindo-se à derrota do alcaide Çaide Boagaz Maho, e a consequente perda da vila de Tul.

<sup>548</sup> Mármol Carvajal, *op.cit.*, fol. 20

<sup>549</sup> *Chronique de Santa Cruz de Cap de Gué...*, pp.37-38.

Fernandes de Ataíde, numa das suas entradas em 1516; o cativo do Adail Lopo Barriga e o assassinato do alcaide Ben Tafuft em 1518. Tais acontecimentos foram bem aproveitados pelo xarife Ahmed Alareje de Haha e de Xiadma<sup>550</sup> que com as suas corridas tornou a vida muito mais difícil aos capitais que foram sucedendo na governança daquelas praças, a este respeito diz o Visconde de Paiva que “é certo que desde então decaiu completamente a nossa influência, tendo só a registar derrotas e evacuações de praças<sup>551</sup>”

Relativamente à praça de Santa Cruz do Cabo de Guér, e como adiante se dirá, o regresso, que podemos considerar infeliz, do capitão Francisco de Castro ao reino no ano de 1521, e a conseqüente morte do alcaide Maleque, beneficiou mais ao xarife Mohamed de Suz do que aos capitães que foram tomando conta do governo de Santa Cruz do Cabo de Guér a partir de 1521.

Parece pois oportuno comentar os acontecimentos que tinham ocorrido naquele ano, quer no reino, quer nas praças portuguesas de Azamor e de Safim, para entendermos melhor as dificuldades extremas com que os capitães das praças situadas na zona meridional de Marrocos tinham de lidar.

Na *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes reynos de Portugal Dom João o III*, Francisco d'Andrade alude às dificuldades que o reino passava nos últimos anos do reinado de D. Manuel, referindo a seca extrema e a fome severa que se abatiam, quer sobre a Península Ibérica, quer sobre África. Referendo-se ao reino: “Nos derradeyros anos delle se começou a recolher, e mostrar os anos esteriles e difficultosos, e muyto diffrentes do que antes erão principalmente no anno de 1521, que foy o vltimo da sua vida, no qual por falta d'agoa e polla segura do tempo foy em toda espanha tão excessiva a esterilidade que nem os campos, nem as arvores acudião cos seus acostumados fruitos, e os gados também por falta dos pastos se perdião de todo, com que afome veyo a ser de maneyra que causava em todos hum geral espanto, e quasi de sesperação, porque nem a industria dos pobres nem a abestança dos ricos bastava para lhes dar qualquer remédio<sup>552</sup>”

---

<sup>550</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, p. 16

<sup>551</sup> Visconde de Paiva, *op.cit.*, p. XXV

<sup>552</sup> Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1613, 1parte, cap. X, fol.9

Quanto às praças de Azamor e Safim, diz o mesmo autor: “esta secura e esterilidade d’Espanha abrangeo também a africa, onde por ser o clima da terra mais quente teue muyto mayor força que nas outras, e pos os mouros em tamanho extremo de fome e estreiteza que em algumas partes, e principalmente em Azamor e em Safim sem armas se vinhão entregar aos Christãos, e vender as mulheres e os filhos, e despois asy mesmos por baixíssimos preços, e muytos se entregavam de graça a quem os sustentasse<sup>553</sup>»

No mesmo sentido, salienta Fr. Luís de Sousa, referindo-se as consequências da seca e da fome em Azamor: “Entrou o anno de 1522 com tamanho aperto de fome, nascido sa sêca do anno atrás, por toda Africa, que estando o rio de Azamor cheo de caravellas que seu deviam hir buscar a carga dos sáveis, que ali se pescão, trocarão dizenho, e carregavão de infinitos mouros moços, e mouças de bom parecer, pera levarem a Lisboa e a Sevilha. E no preço não avia mouro que se desaviesse com o comprador. Porque muytos só polla comida offerecião ser escravos, e se deixavam embarcar<sup>554</sup>”

As ditas dificuldades estendiam-se também à praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, complicando ainda mais a tarefa aos onze capitães que sucederam a Francisco de Casto na governança daquela praça entre os anos de 1521 e 1541<sup>555</sup>. Neste sentido, foi o capitão Simão Gonçalves da Costa<sup>556</sup> (1521-1523) quem tomou conta da governança em Santa Cruz do Cabo de Guer<sup>557</sup>. Durante o seu governo os mouros de guerra mataram o leal e fiel aliado dos portugueses no Suz, o Alcaide Maleque Ben Daoud. Conta a história de que andando, alcaide Maleque pela região de Tamaraque, e precisamente na vila de Anza<sup>558</sup>, fazendo guerra aos mouros inimigos, os quais, certificando-se da demora da chegada do capitão Simão Gonçalves de Castro, carregaram sobre os mouros de pazes e

---

<sup>553</sup> Idem, *ibidem*, fol.9

<sup>554</sup> Fr. Luis de Sousa, *Annaes de Elrei Dom João Terceiro*. Pub. Alexandre Herculano, Lisboa, typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1844, p. 59

<sup>555</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 365

<sup>556</sup> Irmão da mulher do capitão Francisco de Castro. *Chronique de Santa Cruz de Cap de Gué...*, p.40

<sup>557</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 107

<sup>558</sup> Localidade que se situa na banda norte da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, a caminho de Tamaraque.

mataram o alcaide<sup>559</sup>. Confirma o cronista anónimo: “e antes que se fosse poucos dias matarão os mouros de guerra ao alcaide Ben Meleque<sup>560</sup>”

Tal Como aconteceu com a praça de Safim com o assassinato de alcaide dos mouros de pazes da região da Duquela, o xeque Yahya Ben Tafuft, a perda de mais um aliado e fiel servidor da coroa portuguesa no Suz, na pessoa do xeque Maleque, colocou a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer em grandes apuros.

Para evitar danos maiores e ao lembrar-se das dificuldades em que vivia a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, o novo capitão, D. António Leitão de Gamboa (1523-1525)<sup>561</sup>, pretendeu desde logo estabelecer tréguas com o xarife Mohamed Xequo do Suz, para que este permitisse o abastecimento da praça.

Durante o governo do capitão António Leitão de Gamboa, arribou o corsário Jean Fleury com os seus cinco navios ao porto de Santa Cruz do Cabo de Guer, o qual depois de receber o salvo-conduto conferenciou com o capitão entregando-lhe os portugueses que foram presos em Gibraltar<sup>562</sup>.

Portanto, a respeito dos actos do corso francês no Mar Oceano, lembramos que os reis de França tinham a tradição de ordenar aos seus corsários que pilhassem as caravelas que transportavam os riquíssimos produtos orientais. Neste sentido, aludimos ao episódio registado por Garcia de Resende, provavelmente nos anos noventa do século XV, na *Crónica de D. João II*, ao referir que “neste tempo estando el Rey em Lisboa lhe tomaram os franceses hua carvella da Mina com muyto ouro, tendo paz com França”. Confrontado com este triste acontecimento, o rei D. João II “teve sobre isso conselho com os principais que na corte estavam”, depois ordenou que fossem retidas “em Lisboa dez naos de França grandes, e de boas mercadorias”. *Tal* atitude levou que “os donos todos dellas se forão a el Rey de França clamar, e pedir que lhes fizesse tornar o seu. E el Rey de França pos logo tal diligencia, e mandou fazer tanto nisso,..., e mandou a el Rey sua caravella com todo seu ouro, e o das partes, sem falecer uma dobra. E assi o ouve sem nisso falar,

---

<sup>559</sup> Que foi morto pelo alcaide de Azero. Notícia referida por António Leitão de Gamboa (capitão e governador de Santa Cruz do cabo de Guer) na carta enviada ao rei, com a data de 16 de Janeiro de 1525. *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.II- 1, pp.335-343

<sup>560</sup> *Chronique de Santa Cruz de Cap de Gué...*, p. 40

<sup>561</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, pp. 108-109

<sup>562</sup> Carta enviada, ao rei D. João III, com a data de 8 de Julho de 1524, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.II- 1, pp. 329-333 ; Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 112

mandando-lhe ainda el Rey de França dar desculpas, e aos donos das naos mandou logo entregar tudo da maneira que lhe fora tomado, sem falecer cousa alguma<sup>563</sup>.”

Durante o século XVI, foi o rei Francisco I de França (1515-1547) quem mais favoreceu o curso no Atlântico, e muito pelo dissabor da partilha do mundo entre Portugal e Espanha. Assim o salienta Francisco de Andrade: “pollo desgosto que tinha de estes dous Reis de Portugal e Castella repartirem antre sy o mundo, e o demarcarem hâ sua vontade consentia andarem os seus vassalos pollo mar tão soltos que não somente roubavão os navios dos portugueses dizendo que traziam fazendas de Castelhanos com quem os franceses tinham então apregoada guerra mas armavão também navios para todos os lugares da nossa conquista<sup>564</sup>”

Apesar de estarem em contínuas hostilidades, quer os Xarifes, quer os portugueses, nunca descuravam a conclusão de tréguas. Neste sentido, de um lado, o xarife Ahmed Alareje procurou estabelecer tréguas com o rei D. João III, através dos seis cativos portugueses que tinha na sua posse (carta de 10 de setembro de 1523<sup>565</sup>). Por outro lado, foi o capitão António Leitão de Gamboa quem tratou de concluir tréguas com o xarife Mohamed Xeque do Suz.

A guerra que os Xarifes faziam aos fronteiros das praças portuguesas do Sul de Marrocos tornou-os tão famosos que os próprios príncipes hentátidas de Marraquexe lhes declararam vassalagem, e para o confirmar lhes entregaram a cidade de Marraquexe no ano de 1524. Começando, assim, uma nova etapa na história de toda a zona meridional de Marrocos.

Assim o regista cronista Mohamed Al-Ifrani:

لما بعد صيته و انتشر في البلاد ذكره و علا امره و ملك جميع البلاد السوسية هرع الناس اليه و قصدوه من كل جهة و وفدوا عليه و كاتبه امراء هنتانة و ملوك مراکش و دخلوا تحت طاعته فدخل مراکش في حدود الثلاثين و التسعمائة

566

“Quando ficou famoso e se propagou no país sua notícia, ficou conhecido e enaltecido e possuiu todo o país do Suz muita gente foi ter com ele e vieram de toda parte ao seu encontro e os príncipes de Henatat e reis de Marraquexe lhe enviaram

<sup>563</sup> Garcia de Resende, *op.cit.*, p. 213

<sup>564</sup> Francisco de Andrade, *op.cit.*, fol.10

<sup>565</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.II- 1, pp. 324-328

<sup>566</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, p. 19

correspondência ao qual se tornaram obedientes e entrou para Marraquexe no ano de novecentos e trinta<sup>567</sup>”

O príncipe de Marraquexe logo os favoreceu com uma parte das dízimas conforme diz Mármol: “y aun les mando acudir con una parte de los dizemos para ayuda a la guerra que trayan entre manos<sup>568</sup>”

Tendo notícia da entrega da cidade de Marraquexe pelos ao xarife Ahmed Alareje, e do estabelecimento deste na governança da cidade, resolveu o rei de Fez, Mohamed El-Bortugali, ordenar ao Xarife que lhe pagassem o quinto dos despojos, bem como, o tributo que o defunto príncipe Nacer Bu Xentuf de Marraquexe pagava, o então, príncipe Mohamed Bu Xantufe pagavam, caso contrário seriam tomados por inimigos<sup>569</sup>. Desafiado pela recusa do pagamento daqueles direitos, e temendo o crescente poderio dos Xarifes do Suz, o rei Otácida de Fez, Mohamed Al-Bortugali, resolveu juntar o grosso do seu exército para ir contra a cidade de Marraquexe<sup>570</sup>. Prevendo essa vinda, o xarife Ahmed Alareje cuidou de concluir acordos de paz e tréguas com os portugueses. O primeiro acordo foi concluído por intermédio do judeu Abraham Ben Zamirou em Setembro de 1523<sup>571</sup>, e o segundo foi confirmado com os capitães<sup>572</sup> de Azamor e Safim através de Pero Machado em 1524<sup>573</sup>. Neste mesmo ano, os alcaides do xarife do Suz, Mohamed Xequé, conseguiram reconquistar e destruir o castelo de Santa Cruz de Mar Pequena aos castelhanos<sup>574</sup>.

Os acordos supracitados, de um lado, garantiam a neutralidade dos portugueses, e de outro, que o xarife Ahmed Alareje confirmasse o reforço da sua autoridade na província de Marraquexe. Assim, com a ajuda dos xeques Ben Haddo, Mulei Fares, Mulei Driss e outros xeques amigos, se tinha lançado para ocupar algumas comarcas perto de Marraquexe, as quais passariam a pagar as dízimas<sup>575</sup>.

Com o falecimento do rei Otácida Mohamed Al-Bortugali no ano de 1526, o seu sucessor e filho, o rei Ahmed o oatácida (1526-1545), decidiu ir contra Marraquexe.

---

<sup>567</sup> 930 hégire/1524

<sup>568</sup> Mármol Carvajal, *op.cit.*, fol. 246

<sup>569</sup> Idem, *ibidem*, fol.247

<sup>570</sup> Idem, *ibidem*, fol. 247

<sup>571</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire da Maroc, op.cit.*, T. II- 1, pp. 324-328.

<sup>572</sup> O capitão Álvaro de Noronha de Azamor (1523-1524), e o capitão Gonçalo Mendes Sacoto de Safim (1523-1525). *Les Sources Inédites de l'Histoire da Maroc...*, T.II- 1, pp.348-350.

<sup>573</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire da Maroc, op.cit.*, T. II- 1, pp.320-322.

<sup>574</sup> *Ibidem*, T. I, p. 212 ; José de Viera y Calavejo, *op.cit.*, T. II, p. 156.

<sup>575</sup> Al-Máwardi, *op.cit.*, pp. 195-217.

Recebendo o aviso, o xarife Mohamed Xequê do Suz dirigiu-se à cidade de Marraquexe com três mil homens de cavalo, aos quais o xarife Ahmed Alareje juntou os seus homens de guerra e determinaram desbaratar as forças do rei de Fez. Após alguns dias de acometimento, o rei Ahmed o oatácida<sup>576</sup>, por ser avisado da revolta de seu irmão Masoud contra ele em Fez<sup>577</sup>, ordenou o levantamento do cerco à cidade de Marraquexe e o regresso imediato à sede do seu reino<sup>578</sup>.

---

<sup>576</sup> Mármol Carvaral, *op.cit.*, fol. 247.

<sup>577</sup> *Ibidem*, fol.247.

<sup>578</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, p. 20

Reis oatácidas de Fez	Príncipes Hantátidas de Marraquex	Príncipes Sádidas de Drá e do Suz	Reis de Portugal
Mohamed Xeque (1471-1501)			D. João II (1481- 1495)
Mohamed – Al-Bortugali (1501-1526)	Mulei Nacer (?-1520) Mohamed Bu Xantufe (1520-1524)	Mulei Abd Allah Alkaime (1510-1518)  Mulei Mohamed Xeque príncipe do Suz (1510-1524)  Mulei Ahmed Alareje príncipe de Haha (1510-1524)	D. Manuel (1495-1521)  D. João III (1521-1557)
<b>Sádidas</b>			
Abu Hassun(1526) Ahmed o oatácida (1526-1545)	Mulei Ahmed Alareje, príncipe de Marraquexe (1524-1544)	Mulei Mohamed Xeque, príncipe do Suz (1524-1544)	
Mohamed Alcácri (1545-1547)			
Ahmed o oatácida (1547-1549)			
<b>Sádidas</b> Mulei Mohamed Xeque 1º Sultão da dinastia Sádida de Marrocos (1549-1557)			

**Quadro11** – Reis de Fez, príncipes de Marraquexe, os Xarifes Sádidas do Suz e reis de Portugal<sup>579</sup>.

Contrariamente às ordens do rei D. João III referentes à manutenção das tréguas negociadas com os Xarifes entre os anos de 1523<sup>580</sup> – 1530<sup>581</sup>, os portugueses das praças nunca tinham cessado de as violar. Em relação às praças localizadas na província de Marraquexe foi pelas razões acima referidas que o xarife Ahmed Alareje não enviou nenhuma acção punitiva contra os portugueses de Azamor nem de Safim, limitando-se, somente, ao envio de cartas ao rei D. João III. Na primeira, datada de 10 de Dezembro de

<sup>579</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 364; Oflia Rodrigues Fontoura, *op.cit.*, pp. 140.

<sup>580</sup> *Les Source Inédites de l'Histoire du Maroc...*, *op.cit.*, T.II -1, pp. 309-388.

<sup>581</sup> Cf. *Ibidem*, T.II -2, pp. 395-399.

1525, queixava-se dos fronteiros destas praças por cativarem mouros, roubarem gado e pilharem caravanas<sup>582</sup>. Na segunda carta, datada de 26 de Março de 1527, queixa-se ao monarca português da traição do capitão de Safim Garcia de Melo, por ter descoberto que conspirava com o rei de Fez contra ele. Esta circunstância seria confirmada numa carta enviada ao rei D. João III em 25 de Novembro de 1529<sup>583</sup>, ano, aliás, em que o monarca português se aconselhava junto dos seus conselheiros sobre a política a seguir em Marrocos.

Relativamente à província do Suz, o capitão António Leitão Gamboa, aproveitando a ausência do xarife Mohamed do Suz, então com todo seu poder a caminho de Marraquexe, foi correr contra algumas terras do Xarife. Contrariamente ao xarife de Marraquexe, o xarife Mohamed do Suz delegou aos seus alcaides das comarcas próximas que fossem correr contra a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer. Avisado por um renegado português<sup>584</sup>, o capitão António Gonçalves Gamboa saiu ao encontro dos mouros de guerra em boa ordenança e após algumas escaramuças, deu-se uma boa peleja, onde caiu morto o alcaide Mubarak<sup>585</sup> e trinta e três mouros de guerra. Mais tarde, o capitão referiu ao rei D. João III a devolução, com muita honra, do corpo do alcaide Mubarak ao xarife Mohamed Xeque, realçando a fidelidade e o serviço prestado pelo alcaide, dos mouros de pazes, Ahmed Nacer, sobrinho do Alcaide Maleque<sup>586</sup>, na batalha; concluindo que daí por diante se limitaria a defender a praça de Santa Cruz de Guer, que continuava a carecer de mantimentos e de gente<sup>587</sup>. Lembrava, mais uma vez, as repercussões da seca e da fome ainda existentes.

Entretanto foi nomeado o capitão Luís Sacoto (1525 – 1528)<sup>588</sup>, que em Março de 1527<sup>589</sup> escreverá uma carta ao rei D. João III, informando-o que na praça só havia cento e sessenta pessoas, a saber, quarenta e quatro de cavalo e de moradores e cento e dezaseis peões, queixando-se, assim, do número reduzido da guarnição de Santa Cruz do Cabo de Guer, frisando que, mesmo havendo paz com os Xarifes, o rei não podia deixar de prover

---

<sup>582</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, op.cit., T. II- 1, pp. 348-350.

<sup>583</sup> Cf. *Ibidem*, T. II-2, pp. 495-499.

<sup>584</sup> Por Alexandre Gonçalves, o qual, sabendo do que se tramava contra a praça de Santa Cruz do cabo de Guer por fazer parte dos mouros de guerra, aproveitando a solicitação do capitão António Leitão de Gamboa, veio recolher-se ao castelo de Santa Cruz.

<sup>585</sup> Filho do xeque Aba Ellah Mohamad Ben Al-Mubarak, Al-Ifrani, op.cit., p.16.

<sup>586</sup> Joaquim Figanier, op.cit., p. 115.

<sup>587</sup> Numa carta enviada ao rei D. João III por António Leitão de Gamboa, capitão de Santa Cruz do Cabo de Guer, a 16 de Janeiro de 1525. *les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. II- 1, pp. 334-343.

<sup>588</sup> Joaquim Figanier, op.cit., p. 116.

<sup>589</sup> *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. II- 2, pp. 396-398.

a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer. Foi nesse contexto que o capitão Luís Sacoto solicitara ao rei que lhe mandasse cinquenta homens de pé.

Provavelmente, foi para prover a praça de mantimentos, que o capitão Luís Sacoto resolveu, num acto desesperado e de grande irresponsabilidade, enviar uma expedição em período de tréguas com o Xarife de Suz<sup>590</sup>, nos finais de 1527, para tomar o lugar de Ida o Tanan<sup>591</sup>. Prevenidos, os mouros de guerra carregaram sobre os portugueses matando cerca de cinquenta e um homens<sup>592</sup>. Para vingar a sua derrota, o capitão pediu auxílio ao adelantado das Canárias D. Pedro de Luego, que par vingara demolição do castelo de santo Cruz de Mar Pequeña pelos alcaides do Xarife do Suz, veio com todo seu poder matando, cativando os mouros e mouras do Xarife, e saqueando as vilas e os aduares próximos da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, cujo despojo carregou nos seus navios de regresso às Canárias<sup>593</sup>. Com a desastrosa derrota e o vergonhoso saque dos originários das canárias aos aduares do Xarife, o capitão Luís Sacoto não só desobedeceu às ordens do rei D. João III, relativas à manutenção da paz com os Xarifes, mas também violou as tréguas concluídas com os mesmos.

De regresso, resolveu António Leitão de Gamboa (1528-1529)<sup>594</sup>, no início da sua governança, concluir a paz com o xarife Mohamed Xeque, para que este garantisse o aprovisionamento da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer<sup>595</sup>. Não tendo homens de guerra suficientes para minimizar ou fazer dano ao contrabando que se realizava nos lugares de Meça, Tafedna e Tarcoco, o governador resolveu no mês de Outubro de 1528 mandar por mar seis homens munidos de quatro espingardas e duas bestas, com o seu feitor António Rodrigues de Parada, com o objectivo de queimarem as fustas atracadas em Meça. O mau tempo e a rápida intervenção do alcaide de Meça com um grande número de mouros de guerra conduziram a operação ao fracasso<sup>596</sup>. Após a morte do capitão, António Rodrigues de Prado foi nomeado capitão interino em 1529<sup>597</sup>.

Entre 1524 e 1529, os Xarifes estiveram em contínuas hostilidades com o rei de Fez, com o quem concluíram o primeiro acordo de paz e tréguas após a interrupção da

---

<sup>590</sup> Nos finais de 1527.

<sup>591</sup> Terra que fica à norte de Santa Cruz do Cabo de Guer, *Chronique de Santa Cruz de Cap de Gué, op.cit.*, p. 48

<sup>592</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.

<sup>593</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>594</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, pp.125-126.

<sup>595</sup> *les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...*, T.II-2, pp. 438-440.

<sup>596</sup> Cf. *Ibidem*, pp.441-442.

<sup>597</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p.126.

batalha de Anemay em 1529. O segundo acordo foi assinado depois da derrota do rei de Fez na batalha de Boluão contra os Xarifes no ano de 1537. Visto que o número de baixas entre nunca tinha deixado de aumentar, foi por intervenção dos xeques sufis que o rei de Fez e os Xarifes de Marraquexe alcançaram a assinatura dum acordo de paz e tréguas<sup>598</sup>. Cujas linhas gerais apontam para o reconhecimento da autoridade dos Xarifes sobre toda a zona Meridional de Marrocos a partir da região de Tadela, pelo rei de Fez.

Numa primeira fase (1529-1534), aproveitando as tréguas acordadas depois da batalha de Anemay de 1529, os Xarifes levaram a cabo expedições punitivas contra os portugueses das praças de Safim e de Santa Cruz do Cabo de Guer, por terem violado os acordos de paz e tréguas. Nesse sentido, por volta de 1533, o xarife Mohamed Xeque, príncipe do Suz, ordenou o cerco à praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, onde estava por capitão Simão Gonçalves da Costa (1529-1533)<sup>599</sup>. Recebendo o socorro do capitão Simão Gonçalves de Câmara<sup>600</sup> que veio da Madeira com seis navios e seiscentos homens à sua custa, a praça conseguiu salvar-se de uma perda iminente<sup>601</sup>.

Com a morte de Simão Gonçalves da Costa em 1533, Simão Gonçalves da Câmara tornou-se capitão da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer. Após algum tempo regressou à Madeira deixando seu tio Rui Dias de Aguias, como capitão da praça até que o rei enviou D. Guterre de Monroy por capitão (1533-1534). Ao cabo de um ano, a pedido de D. Guterre de Monroy<sup>602</sup>, o rei mandou Luís de Loureiro por capitão (1533-1538)<sup>603</sup>.

No ano seguinte, isto é, no ano de 1534, é a vez do rei de Marraquexe, o xarife Ahmed Alareje, ordenar o cerco a praça de Safim, da qual era capitão Luís de Loureiro, com vista à sua reconquista. Para este efeito, o Xarife de Marraquexe foi com todo o seu poder na direção daquela praça. Vista a recepção do socorro chefiado por D. Garcia de Noronha que viera do reino com muita gente de guerra e verificada a firme resistência às repetidas investidas dos mouros de guerra, o Xarife Ahmed Alareje acabou por levantar o cerco.

---

<sup>598</sup> Al-Ifrani, *op.cit.*, p.20.

<sup>599</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, pp. 136-157.

<sup>600</sup> Filho do capitão da Ilha da Madeira. Francisco de Andrade, *op.cit.*, cap 82, p. 118.

<sup>601</sup> Francisco de Andrade, *op.cit.*, 2parte, cap 82, p 118; Joaquim Figanier, *op.cit.*, pp. 162-163.

<sup>602</sup> Por estar doente. *Chronique de Santa Cruz de Cap de Guer*, *op.cit.*, p.80.

<sup>603</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, pp. 173-182.

Da seguinte forma recolheu Francisco de Andrade na sua *Crónica* detalhes do acontecimento: “ com este campo foy marchando na entrada do verão deste anno de 1534. O mais apressadamente que pode, sem parar ate se por sobre os muros de Safim, onde logo mandou fazer estancias, e assentar artilharia para bater a cidade,... em tendo novas certas deste cerco o fez logo a saber a sua A. E co que tinha das suas portas para dentro se preparou para receber o inimigo, com toda a ordem e diligência que se requeria, para melhor defensão da cidade, S. A em tendo o recado deste cerco mandou logo dõ Garcia de Noronha a socorrer Safim, cõ a mayor quantidade de gente e de tudo o mais que era necessário,.. O Xerife também a que o desejo de tomar a cidade não deixava estar descuidado nem ocioso, vendo posto em ordem todo o que era necessário para dar abataria (o que polla grande pressa e diligencia que lhe puserão se acabou em poucos dias) a começou logo com tanta fúria, principalmente cõ a Maymona, que em pouco tempo arrasou hum grande lanço de muros, por onde lhe fez dar alguns assaltos com a melhor gente que tinha porem achou Sempre nella tal resistência, que em todos se retirou com muyta perda sua, e muyto pouca dos nossos,....., e como esta mina estava lá fora no campo, muyto afastada dos muros da cidade, foy necessário aos nossos fazerem polla banda de dentro della huma parede de pedra em fosso para se repararem da grande multidão de inimigos que aly acudia continuamente, o que fizerão com invencível esforço e constancia, ate que o capitão mandou desmanchar amina de maneyra que os mouros senão pudessem aproveitar della, com que o Xerife, desesperado já de todo de poder sair com a empresa que tomara, levantou o cerco, e se tornou a recolher com todo o seu campo<sup>604</sup>..”

O insucesso das primeiras investidas, levadas a cabo pelos próprios Xarifes, quer contra a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer (1533), quer contra a praça de Safim (1534), deveu-se ao facto dos Xarifes estarem habituados as batalhas em campo aberto, travadas com o rei de Fez, e não ao cerco as praças-fortes. Porém, com o insucesso do cerco as ditas praças, os Xarifes não tardarão em adoptar novas táticas militares contra os portugueses, com o uso de bombardas grossas.

Na minha perspectiva veio poder afirma-se que o insucesso das primeiras investidas, levadas a cabo pelos próprios Xarifes, que contra a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer (1533), quer contra a praça de Safim (1534), se deveu ao facto de estarem habituados a batalhas em

---

<sup>604</sup> O cronista referiu que o Xarife de Marraquexe levava consigo um contingente formado por noventa mil homens de guerra. Francisco de Andrade, *op.cit.*, cap.90, p. 130.

campo aberto, travadas com o rei de Fez, e não ao cerco a praças-fortes. Com o insucesso da estratégia de cerco, os Xarifes não tardarão a adoptar novas táticas militares contra os portugueses, com o uso da artilharia.

## **5. Santa Cruz do Cabo de Guer e a retirada portuguesa de Safim e Azamor**

O triunfo dos Xarifes sobre o rei Otácida na batalha de Boluão em 1537 e a consequente assinatura do acordo de paz de tréguas, garantiram-lhes, de um lado a soberania sobre os territórios das regiões do Suz, Drâ, Haha e de Marraquexe; e de Outro lado a predisposição em continuar a guerra de reconquista contra os portugueses.

Ciente das dificuldades em que viviam as praças da região de Duquela, e do perigo que poderia causar uma acção bélica dos mouros de guerra, o capitão de Safim, D. Rodrigo de Castro (1535-1541), conseguiu estabelecer tréguas por 3 anos com o Xarife Ahmed Alareje, o príncipe de Marraquexe. Era a paz para o conjunto das praças localizadas na região da Duquela, Azamor, Mazagão e Safim. A revelia do seu irmão, o príncipe do Suz, o Xarife Mohamed Xeque, concluiu um tratado de paz e tréguas de 3 anos com o capitão de Santa Cruz do Cabo de Guer, Luís de Loureiro<sup>605</sup>.

Confrontados com a dificuldade crónica do abastecimento de víveres, os portugueses viram com bons olhos as pazes concluídas em 1538 com os Otácidas de Fez que também aproveitaram estas tréguas para se prepararem relativamente aos Xarifes Sádidas de Marrocos<sup>606</sup>. Salienta-o David Lopes ao afirmar que “ depois das pazes de 1538 êsse comércio de cereais com os naturais do reino de Fez tomou grande incremento e chegámos a ter um feitor em Fez<sup>607</sup>”.

Acabadas as tréguas em 1540, voltou-se ao anterior estado de guerra, com a prática das entradas e das almogavarias, quer pelos capitães das praças quer pelos Xarifes. Para a reconquista da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, é por ordem do Xarife Mohamed Xeque do Suz que o seu filho maior Mulay Mohamed El-Herran

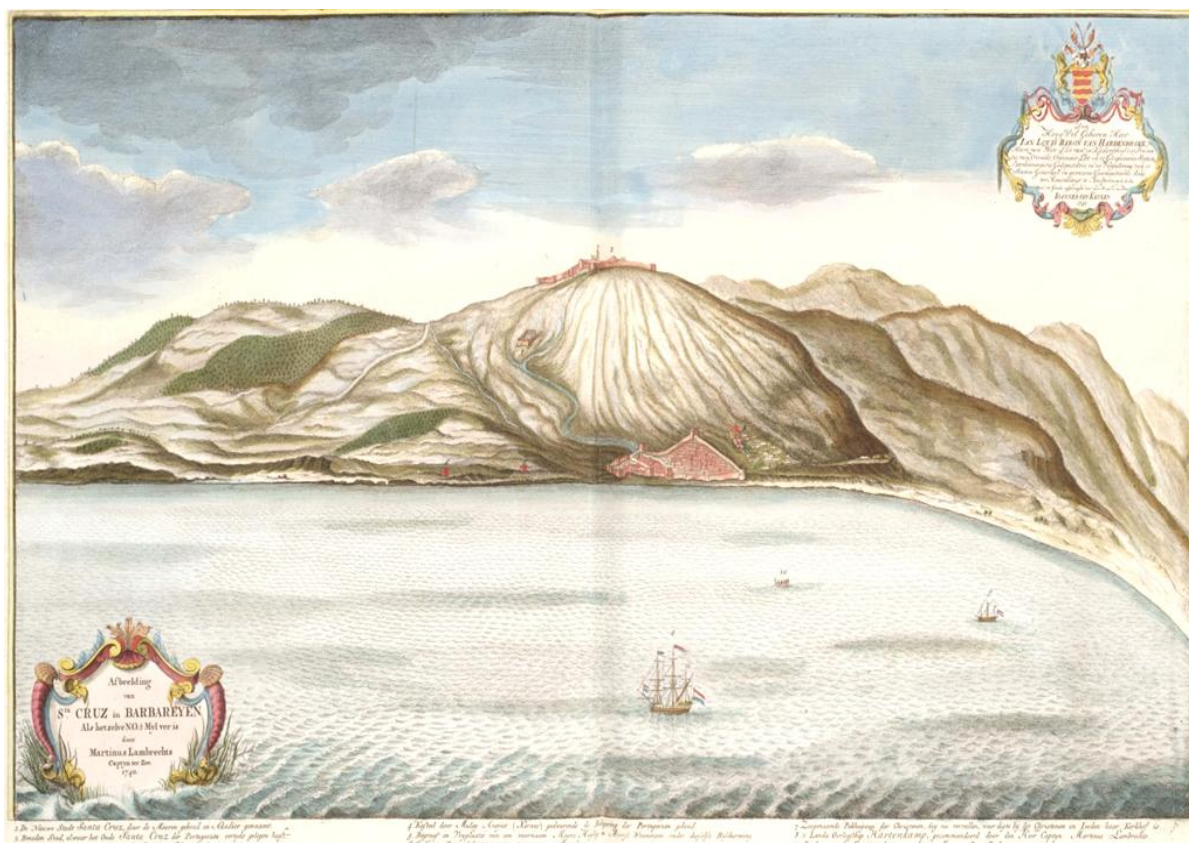
---

<sup>605</sup> Otilia Rodrigues Fontoura, *op.cit.*, p. 142.

<sup>606</sup> Ennaciri, *op.cit.*, T. IV, pp. 153-154.

<sup>607</sup> David Lopes, *História de Arzila...*, p. XXXVII

construiu o forte do pico em dois meses (Fig. 15), o qual guarneceu com muitas bombardas miúdas e grossas para daí bater a praça de Santa Cruz do Cabo de Guer<sup>608</sup>. A chefia dos contingentes dos mouros de guerra, que iam pôr cerco à dita praça, foi confiada ao alcaide Mumen Ben Yahya L´Aleje, filho do renegado genovês Yahya L´Aleje, alcaide do Xarife na vila de Teute<sup>609</sup>, ao qual, mais tarde, o Xarife do Suz mandou reforços com o seu Filho, o xarife Mulei Abd Ellah El-Galib<sup>610</sup>.



**Fig.15 – Santa Cruz do Cabo de Guer (1740)**<sup>611</sup>

Os bombardeiros e os espingardeiros do xarife do Suz desempenharam um papel importante durante a batalha da reconquista da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer. Assim o confirma D. Rodrigo de Castro numa carta enviada ao rei D. João III : “na vila do pico fez muitas albaradas e bastiões muito fortes e lhe assentou quartena ou cinquenta peças de artilharia grossas e miúdas, com as quais devão dentro da vila (Santa Cruz do

<sup>608</sup> *Chronique de Santa Cruz de Cap de Guer...*, p.88; *les Sources inédites de l’Histoire du Maroc...*, T.II-1, p.341.

<sup>609</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, p. 113.

<sup>610</sup> *les Sources inédite de l’Histoire du Maroc, op.cit.*, T. II, p.341.

<sup>611</sup> Realizada pelo capitão Martinus Lambrechts; *Atlassen uit het Scheepvaartmuseum*, Nederlands Scheepvaartmuseum Amsterdam, disponível em : [http://www.geheugenvannederland.nl/?/nl/items/NESA01:K03-0390/&p=1&i=10&t=1731&st=Atlassen%20uit%20het%20Scheepvaartmuseum&sc=\(isPartOf%20any%20NESA01\)/](http://www.geheugenvannederland.nl/?/nl/items/NESA01:K03-0390/&p=1&i=10&t=1731&st=Atlassen%20uit%20het%20Scheepvaartmuseum&sc=(isPartOf%20any%20NESA01)).

Cabo de Quer) todos os dias” e noutra passagem salienta que: “o Xarife tinha ao pé das escadas três mil espingardeiros<sup>612</sup>”

No mesmo contexto, afirmou o capitão Guterre de Monroy (1538-1541), numa carta ao rei D. João III datada de 2 de Abril de 1541, referindo-se aos espingardeiros e à artilharia dos Xarifes: “a artilharia dos Mouros estavam tão perto, como esquivy alguma vez a V.A., que eran nove bombardas muy grossas, afora as que tiravão do pico, e outra artilharia mais meuda e espengardarya, que se não pode crer quanta era<sup>613</sup>”

A ordem de retirada repentina ordenada pelo Xarife a seus filhos e ao alcaide Mumen L’Aleje foi logo interpretada, por alguns sitiados, em como era o Xarife que vinha de novo com todo o seu poder arrasar o que restava da praça, e por haver duas caravelas ancoradas perto, temendo pelas vidas, muitos portugueses deixaram de a defender e lançaram-se ao mar para alcançarem as caravelas a nado<sup>614</sup>. Os mouros de guerra aproveitarão o pânico entre os portugueses para disferir o golpe final. Depois de uma tentativa de rendição falhada por quebra da promessa de seguro que lhe foi garantida por Mulay El-Herran, o capitão aceitou render-se ao alcaide Mumen por lhe ter prometido segurança de vida a si e a todos os portugueses que estavam com ele<sup>615</sup>.

Esclarece Francisco de Andrade que “foy Mumen Bebelech, filho de hum renegado genovês, que tomou a dom Guterre sobre sy preso, e salvou a muytas pessoas.. O Xerife entrou também logo na vila, e mandando recolher todos os cativos, artilharia e armas que avia nela, fez levar tudo a Tarudante<sup>616</sup>”

Depois da desastrosa derrota da guarnição portuguesa da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer em Março de 1541, foram contabilizados, pelo menos, duzentos mortos. Os que se renderam com o capitão de Santa Cruz do Cabo de Guer, D. Guterre de Monroy, foram encaminhados para Tarudante, passando, assim, do estado de livre a cativo<sup>617</sup>. O dito capitão foi mais tarde libertado, por ordem do rei de Marraquexe, xarife Mohamed

---

<sup>612</sup> *les Sources inédite de l’Histoire du Maroc, op.cit.*, T. III, pp.340-343.

<sup>613</sup> *Les Sources inédites de l’histoire du Maroc...*, T. III, p. 369.

<sup>614</sup> *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué...*, p.114.

<sup>615</sup> *Ibidem*, pp. 118-120.

<sup>616</sup> Francisco de Andrade, *Crónica do rei D. João III...*, 3parte, cap. XXVI, p. 37.

<sup>617</sup> Carta de 12 de Março de 1541, *les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc...*, T. III, pp. 340-343.

Xeque no ano de 1544, com direito a escolta moura até à sua chegada à praça de Mazagão<sup>618</sup>.

Analisando e comparando as notícias referentes à tomada da dita praça contidas quer na *Crónica de Santa Cruz do Cabo de Guer*, escrita por um autor anónimo, quer na carta enviada ao rei D. João III pelo capitão D. Guterre de Monroy<sup>619</sup>, então cativo em Tarudante, em 4 de Abril de 1541, por ambos serem intervenientes directos naquela funesta batalha, concluímos que além dos contingentes dos mouros de guerra, havia contingentes de turcos, de jolofos, e de renegados, todos bem treinados e bem armados com espingardarias e muita boa artilharia, quer grossa, quer miúda. Portanto, tudo somado resultaria num exército temido e letal<sup>620</sup>.

Depois da tomada da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer em março de 1541, o xarife Hamet Alareje, por achar que seu irmão, xarife Mohamed Xeque do Suz, não lhe enviaria a parte que lhe cabia do despojo da praça, ordenou-lhe que mandasse o que faltava. Perante uma recusa, despoletaram as hostilidades entre os dois Xarifes.

O alcaide Abd Ellah Ben Saíde em carta enviada ao rei D. João III com a data de 30 de Junho de 1541 assim o afirma “que os Xeryfees cayo amtre eles mallqueremça, e guerra, e peleja, e lançadas. E o de Çuz tem tomado o lugar de Tamaragt, e matou nele ho filho do seu almoxarife Yacob –Nataçarafet. E o filho do de Marrocos lhe tem tomado em Dara hum alcaide a que chamão Amed al-Gaugue, e o tomou a treyção, e o tomarão, e tomarão com el quatrocentos de cavalo..... e asy s’encontrarão Muley Idryz e Aly Bem Buzid, alcaides do de Marrocos, com Bem Ellech no cabo do rio Nafyz em Tellmat, e os desbaratarão os de Çuz, e matarão d’eles Muyta gemte, e estão muy atribulados e amaldiçoados<sup>621</sup>”

Depois de alguns meses de hostilidades, os Xarifes conseguiram estabelecer pazes e como sinal de amizade, o filho do xarife do Suz foi para Marraquexe com sua mulher, filha do Xarife de Marraquexe. Desta forma o interprete Bastião Vargas numa carta datada de 4 de Outubro de 1541, que manda ao rei D. João III: “o que há novo he

---

<sup>618</sup> *les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc...*, T. IV, pp. 155-160 ; *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué...*, pp. 152-154.

<sup>619</sup> Frei Luis de Sousa, *op.cit.*, pp. 327-332.

<sup>620</sup> Joaquim Figanier, *op.cit.*, pp.204-205.

<sup>621</sup> *Les Sources inédite de l’Histoire du Maroc...*, T. III, pp. 452-453.

que huum filho do Xerife de Çuz he vyndo a Marrocos, que he synall d´amizade amtre estes Xerifes irmãos<sup>622</sup>”

Aproveitando essa situação de conflito entre os dois Xarifes e para vingar a perda de Santa Cruz do Cabo de Guer, o capitão de Safim, D. Rodrigo de Castro, encontra-se activo a chefiar uma guarnição para realizar entradas sobre uns aduares, não longe da praça, sob o comando do capitão Rodrigo, acompanhado pelo veterano Adail Lopo Barriga, em que “mataram muitos mouros, cativaram setenta e sete, e recolheram cento e vinte cabeças de gado vacaril e uma cópia de miúdo<sup>623</sup>.”

A queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, levou o rei D. João III a realizar consultas junto das principais figuras do reino, “os mais sisudos”, diria Fr. Luís de Sousa, para definir uma decisão em relação às praças marroquinas. É nos termos que se seguem, segundo Fr. Luís de Sousa, que o monarca agiu à perda daquela praças: “ Vós Sabeis como passou este acontecimento do Cabo de Aguer, de que Nosso Senhor foy servido, e entendereis bem quanto eu estou obrigado por serviço de Deos e minha honra acudira isto como convém á minha e vossas honras e sabeis o grande poder que estes Xarifes vão acrescentando, e quanto se deve atalhar, antes que mais cresça; e porque me pareceo melhor pedir-vos vossos pareceres do que em tal caso devo fazer, que declarar-vos primeyro minha vontade, muyto vos encomendo que o cuydeis, e me deiz vossos pareceres por escrito<sup>624</sup>.”

Como é sabido, a morte do capitão de Safim Nuno Fernandes de Ataíde em 1516, o assassinato do alcaide Ben Tafuft em 1518 e a morte do alcaide Maleque de Santa Cruz do Cabo de Guer em 1521, tornou difícil a vida nas praças Meridionais de Marrocos. Se antes vingava a supremacia militar das guarnições das praças de Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Guer, então formadas por fronteiros portugueses auxiliados por valentes mouros de pazes que faziam entradas e almogavarias em terra de mouros de guerra, tinham chegado, no tempo do capitão Nuno Fernandes de Ataíde (1510-1516), a acometer a própria cidade de Marraquexe em 1515, a partir do ano de 1524, data em que os Xarifes se tornaram senhores de Marraquexe, o espaço de manobra daqueles ficou reduzido às muralhas das praças. Após aquela data, vista a redução do número dos

---

<sup>622</sup> *Ibidem*, T. III, pp.529-533.

<sup>623</sup> Luis de Sousa, *Annaes de Elrei Dom João Terceiro por Fr. Luiz de Sousa*, pub. Alexandre Herculano, Lisboa, typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1844, p. 187.

<sup>624</sup> Frei Luis de Sousa, *op.cit.*, pp. 333-334.

mouros de pazes, só se saía das praças para a realização das entradas ou almogavarias em terra dos mouros de guerra depois dos capitães terem a certeza da nulidade da ameaça dos Xarifes.

Diante do contraste existente entre o capital humano - financeiro do reino e a imensidão das possessões ultramarinas a governar, do crescente poder dos Xarifes de Marrocos e do Suz e da redução drástica do número de mouros de pazes, ocorre-nos agora perguntar:

Qual foi a reacção do rei D. João III? Teria o reino possibilidades humanas e financeiras para suportar qualquer intervenção bélica no solo marroquino? A situação política em Marrocos permitiria tal intervenção? Avanço, permanência ou retirada, qual foi a escolha do rei?

David Lopes, Otilia Rodrigues Fontoura, Maria Augusta Lima Cruz Fagundes e Maria Leonor García da Cruz conformaram que o rei D. João III aconselhou-se por três vezes junto das figuras principais do reino para determinar qual seria a política a seguir em relação à questão marroquina; a primeira vez decorreu entre 1529-1530; a segunda realizou-se entre 1534-1535 e a terceira vez aconteceu no ano de 1541<sup>625</sup>.

A análise exaustiva das fontes, realizada por Otilia Rodrigues Fontoura e Maria Leonor García da Cruz, em torno da problemática da retirada ou da permanência nas praças norte africanas, permitiu-nos reter as conclusões seguintes.

Durante o primeiro período de consultas entre 1529 e 1530, a maioria dos consultados parece ter sido desfavorável ao abandono de praças marroquinas. O duque de Bragança respondera à questão relacionada com o modo como o rei D. João III deveria agir em Marrocos, afirmando que “para tomar Fez, precisava de tanto dinheiro para enviar 50 ou 60 000 homens com suas casas desmontáveis, para ocupar e ganhar, construir e povoar, todo de uma só vez<sup>626</sup>”. Nesse mesmo contexto informa Maria Leonor García da Cruz que “a 8 de Janeiro o Duque de Bragança aconselhava o monarca português a manda inspeccionar apenas as praças setentrionais, deixando para uma época

---

<sup>625</sup> David Lopes, *les portugais au Maroc...*, pp. 356-357 ; Otilia Rodrigues Fontoura, *op.cit.*, pp. 125-127; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *Documentos inéditos...*, p. 123; Maria Leonor Garcia da Cruz, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, Mare Liberum, Lisboa, CNCDP, nº 13, Dezembro 1997, pp. 129-144

<sup>626</sup> David Lopes, *op.cit.*, pp. 356

mais propícia à navegação na costa atlântica a visita a Safim e a Azamor<sup>627</sup>”. Relativamente à sua posição sobre Santa Cruz do Cabo de Guer, o Duque reafirma ao rei “a necessidade de destruir este lugar<sup>628</sup>”.

Considerando os conselhos do Duque de Bragança, esperando pela época propícia para à navegação no Atlântico, o rei enviará a António Leite para Azamor em 1529. Estando no local, António Leite, procede ao inventário da gente de cavalo apta a servir e informa o rei da ocorrência de irregularidades que poderiam vir a prejudicar a Fazenda real, demonstrando-se favorável a uma intervenção militar contra o reino de Fez. Em 1530, Gonçalo Mendes Sacoto de opinião que o rei devia conquistar Marrocos e manter o rei de Fez como vassalo de rei de Portugal<sup>629</sup>.

Durante o segundo período de consultas realizado entre 1534-1535, as cartas que tinham sido enviadas pelo rei D. João III aos seus conselheiros eram munidas de seis perguntas, a saber:

1. Deverá “soltar de todo” Azamor e Safim?
2. Deverá “soltar” apenas uma praça? Qual?
3. Deverão ser transformadas em “Fortalezas Roqueiras”?
4. Por onde deverá começar a guerra que está determinado a fazer em África? Por Fez? Ou por Marrocos?
5. Como poderá servir-se dos seus vassalos e naturais para sustentar aquelas praças e a guerra de África?
6. Consta que Barba-Roxa se prepara para ir contra Ceuta. O que deverá fazer para defender a praça?

Adverte, porém Maria Leonor García da Cruz, que “das cerca de trinta e oito entidades que sabemos terem sido contactadas sobre este assunto, conhece-se o texto escrito apenas de dezoito, o que não permite conclusões definitivas”<sup>630</sup>. Com base nas respostas conhecidas às referidas perguntas sobre o abandono ou não de praças marroquinas, metade dos pareceres era contra o abandono das praças de Azamor e Safim, e a outra metade favorável à retirada dos ditos lugares. Diferem as interpretações dos

---

<sup>627</sup> Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora...*, p. 58

<sup>628</sup> Maria Leonor García da Cruz, *As Controvérsias...*, p. 55

<sup>629</sup> Maria Leonor García da Cruz, *Lourenço Pires de Távora...*, pp. 61-62; Maria Leonor Garcia da Cruz, *As Controvérsias...*, pp. 16-17; *Les Sources inédites de l'Histoire du Maroc...*, T. II- 2, pp. 521-525

<sup>630</sup> Maria Leonor Garcia da Cruz, *As Controvérsias...*, pp. 28-29; Otilia Rodrigues Fontoura, *op.cit.*, quadro da p. 130.

historiadores sobre o número de conselheiros a favor ou contra um intenso investimento nos lugares da costa de África, pois se alguns não eram de todo favoráveis a uma retirada de praças, admitiam contudo, junto do monarca, essa necessidade conjuntural<sup>631</sup>. No que toca a uma análise dos pareceres favoráveis à conquista de Fez ou de Marrocos, à maioria era favorável à conquista do reino de Fez (Quadro 12).

Para o terceiro período, conseqüentemente à reconquista da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer em 1541, o rei, D. João III, voltou a aconselhar-se junto de importantes figuras, solicitando pareceres escritos.

É nos termos que se seguem, que segundo Fr. Luís de Sousa, o monarca reagiu à perda daquela praça: “ Vós Sabeis como passou este acontecimento do Cabo de Aguer, de que Nosso Senhor foy servido, e entredreis bem quanto eu estou obrigado por serviço de Deos e minha honra acudir a isto como convém á minha e vossas honras: e sabeis o grande poder que estes Xarifes vão acrescentando, e quanto se deve atalhar, antes que mais creça; e porque me pareceo melhor pedir-vos vossos pareceres do que em tal caso devo fazer, que declarar-vos primeyro minha vontade, muyto vos encomendo que o cuydeis , e me deiz vossos pareceres por escrito<sup>632</sup> ”

<b>Conselheiros e Figuras do reino.</b>	<b>Parecer desfavorável</b>	<b>Parecer favorável</b>
Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida	1	-
Cristóvão de Távora	1	-
Conde da Feira	1	-
Visconde de Vila Nove de Cerveira.	1	-
Conde de Castenheira	-	1
Lourenço Pires de Távora	-	1
D. Henrique de Noronha.	1	-
Lopo Barriga	1	-
Inácio Nunes	1	-

**Quadro 12:** Pareceres e opiniões desfavoráveis ou favoráveis ao abandono de Azamor e Safim em 1541<sup>633</sup>

Como se pode constatar pelo quadro 11, relativo a pareceres escritos ao monarca, só se conhecem cinco, de conselheiros por ele contactados na época (os cinco primeiros do quadro 11) sobre a questão da retirada de lugares de Marrocos. Opina Otilia Rodrigues

<sup>631</sup> Nova leitura de Maria Leonor García da Cruz introduz interpretação diferente e divergentes conclusões relativamente às de Otilia Rodrigues Fontoura (*op.cit.*, p. 162). Ver *As Controvérsias...*, nota 46, pp. 31-32

<sup>632</sup> Fr. Luis de Sousa, *op.cit.*, pp. 333-334.

<sup>633</sup> Otilia Rodrigues Fontoura, *op.cit.*, quadro da p.130; Maria Leonor García da Cruz, *As Controvérsias...*, pp. 64-67.

Fontoura que “dos cinco pareceres que conhecemos, então dados ao monarca, apenas um aprova o abandono<sup>634</sup>”.

È favorável à retirada de Azamor e Safim o conde de Castanheira, ao qual ninguém “naquele tempo se avantajava nas partes de conselho e maduro juízo<sup>635</sup>”, declarando, nestes termos a sua posição ao rei D. João III: “de se soster Safim se não seguem frutos honrados nem proveitosos; e dêle tem o xarife muitos cristãos cativos, do que se tira muito dinheiro destes reinos; lembrando-me também que não tem rio nem porto para se poderem recolher fustas de mouros, nem na terra há aparelho para as fazer, me parece que Vossa Alteza o deve mandar derrubar e leixá-lo de todo. E que o mesmo deve mandar dazer de Azamor<sup>636</sup>”. Sendo vedor da Fazenda real, definia nas palavras que se seguem a precaridade das condições do tesouro do reino: “ Quando cuido nas cousas que V. A. é obrigado a suster, representam-se-me tantas desesperações que muitas vezes me parece que vem mais de minha compleição melancólica que de outra coisa<sup>637</sup>”.

Foram, contudo, recolhidas outros testemunhos contemporâneos que, também eles, terem pareceres sobre a situação portuguesa no norte de África (V. Qaudro 10)<sup>638</sup>. Em consonância plena com o monarca na decisão sobre a retirada de Azamor e de Safim conhece-se o favor de Lourenço Pires de Távora, na época em missão diplomática junto do rei de Fez. Numa carta escrita ao rei D. João III desde Mequinez, a 1 de Outubro de 1541, dizia o seguinte: “posto que me fôra necessário mais crédito, não me posso ter que não gabe o conselho e confiança de deixar aquelas cidades, polo pouco que se ganhava em as suster, e o muito de honra e fazenda que se aventurava em qualquer perigo delas, e ser aquela parte de África em que noa não vem nada, e de que cumpria tanto desembaraçar-se Vossa Alteza, pera mudar seu poder e boa fortuna a esta, que parece chamá-lo com obrigações, pera descanso dêsse reino e proveito de sua fazenda e da de seus vassalos<sup>639</sup>”.

Aprovando o parecer do Conde de Castanheira, entre outros conselheiros e desenvolvendo uma retirada estrategicamente reflectida e tecida com conhecimento do

---

<sup>634</sup> Otília Rodrigues Fontoura, *op.cit.*, p.127.

<sup>635</sup> Frei Luís de Sousa, *op.cit.*, p. 210.

<sup>636</sup> Idem, *Ibidem*, p. 210.

<sup>637</sup> David Lopes, *Historia de Arzila...*, pp. 449-450.

<sup>638</sup> Maria Leonor García da Cruz, *AS Contrvêcias...*, pp. 64-67.

<sup>639</sup> Fr. Luís de Sousa, *op.cit.*, pp. 209; Durval Pires de Lima, *op.cit.*, p. 105

seu embaixador junto do rei de Fez, conforme o demonstrou Maria Leonor García da Cruz, D. João III retira moradores e guarnição de Safim e Azamor<sup>640</sup>.

O cronista Francisco de Andrade, embora errando na indicação do ano deste evento, resumiu, neste termos, os procedimentos efectuados pelo rei D. João III antes e depois da retirada: “ esta cidade mãdou elRei nosso senhor despejar no anno de 1542<sup>641</sup>,..., por parecer de todos os do seu conselho, e de muytos homens bem praticos nas cousas da guerra, e também de alguns príncipes cristãos com quem cõsultou o mesmo negocio, entendendo todos que a cidade, alem de ser de muyto gasto, e de pouco ou nenhum proveito, era também indefensável, assy por ter junto comsigo alguns padraustos donde se podia fazer muito dano aos quem andassem dentro na cidade, porque a descobriam toda, a que senão podia dar reparo, como por ter tão ruim porto, que com muita dificuldade e grandíssimo perigo lhe podia entrar socorro, se em algum tempo viesse a ter necessidade delle, e os moradores della satisfez tão largamente que todos ficarão contentes. E neste mesmo anno de 1542 mandou também S. A. Despejar a cidade de Azamor,...., polla razão também de ser mal defensável, por também ter muyto roim porto, e muyto perigoso para ser socorrida e a gente e a artilharia desta cidade mandou passar para a vila de Mazagão, que novamente mandou fortificar de maneira que ficou inexpugnável<sup>642</sup> ”

O abandono das praças de Safim e de Azamor foi, provavelmente, efectuado no mês de Outubro de 1541, com o recolher de todos os moradores, bem como, a transferência de toda a artilharia para a praça de Mazagão. Afirma D. João III, referindo-se ao recolher dos moradores de Azamor: “ acerca dos moradores e molheres d´Azamor que tenho mandado que se recolham nessa vila, ey por bem que se rrecolham nela senão os que fossem de cavalo e vos parecerem necessários pera nela estarem, estos não podem, como sabes, escusar de terem suas molheres comsigo, e o gasalho pera eles vos lh´o rremediay o melhor que poderes<sup>643</sup> ”

---

<sup>640</sup> Maria Leonor García da Cruz, *Lorenço Pires de Tavora e a Política portuguesa no norte de África no século de Quinhentos*, Dissertação de Mestrado em História Moderna, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988, 2 vols.

<sup>641</sup> Por lapso do cronista, a data é de 1541.

<sup>642</sup> Francisco de Andrade, *op.cit.*, 2 parte, cap.LXXXX, pp.130-131

<sup>643</sup> Carta de 5 de Outubro de 1541. *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, *op.cit.*, T.III, pp. 534-535

Em outra passagem, da mesma carta, aludendo à transferência do material bélico: “quanto a pólvora e outra munições, eu mando a D. Fernando que tudo o que d’estas cousas ouver em Azamor, e asy artilharia da dita cidade, vos mande a esa vila<sup>644</sup>”

Após o abandono das ditas praças, numa carta enviada ao embaixador D. Francisco Lobo junto do Imperador Carlos V e assinada em 22 de Dezembro de 1541, o rei D. João III explicava que a retirada de Safim e de Azamor, fora por dois motivos, pelas dificuldades de socorro e pelo aumento do poder dos Xarifes de Marrocos.

Relativamente às dificuldades de socorro às praças de Safim e Azamor, dizia o rei D. João III ao seu embaixador: “mandei que lh’as desseis d’estes lugares que mandei despejar, Safim e Azamor; e causa que o fiz foi por estes lugares serem tão mal situados que se não podiam fortificar, Safim por estar debaixo de muitos padraços que o descobriam todo, e tão ma desembarcação que muitas vezes as faziam três meses que se não podia nenhum navio desembarcar nele, e Azamor com tão ma barra, que muito poucas vezes no ano se podia entrar no rio, que e muito estreito, e ele estava longe do mar para poder ser socorrido com tanta força que bastasse para pelejar com o Xerife<sup>645</sup>”

Na mesma carta soblinhava D. João III o aumento do poderio bélico dos Xarifes: “estes Mouros não tinham a força que agora tem da artilharia e todas invenções de guerra e gente mui armada e que sabe muito bem o mister, deles Turcos e deles mui maos cristãos, e d’estes se fizeram eles assim poderosos, e, poe lhe levarem continuamente todas as armas que haviam mister artilheiros, de maneira que os ensinaram e fizeram poderosos por suas cobiças de lhe comprarem la bem suas arma”

A queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, de certa maneira levou o rei de Portugal a reequacionar a presença portuguesa na zona meridional de Marrocos, daí recorrendo a retirada das praças de Safim e de Azamor e a manutenção e reforço da praça de Mazagão, pelas suas boas condições de defesa<sup>646</sup>.

Para a tornar inexpugnável, o monarca mandou reestruturar o seu sistema defensivo, confiando o projecto ao arquitecto italiano Benedetto de Ravenna e a direcção

---

<sup>644</sup> Cf. *Ibidem*, T. III, pp. 534-535

<sup>645</sup> *les Sources inédites de l’Histoire du Maroc...*, T. III, pp.560-562

<sup>646</sup> Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, *op.cit.*, pp. 123-124. Mazagão foi evacuada no ano de 1769.

dos trabalhos a João de Castilho e João Ribeiro<sup>647</sup>, tornando-o num exemplar perfeito da arquitectura militar portuguesa do além-mar.

Como se salientou, foram muitos os factores que levaram ao crescimento do poder bélico dos Xarifes. Se pelo mar eram os navios que transportavam as riquezas, no deserto eram os camelos que carregavam o ouro da Guiné. Os Xarifes foram, desde o início, favorecidos pela situação geográfica dos seus domínios (Drá e Suz), porque todas as caravanas que iam para Marraquexe e para Fez, carregadas daquele precioso metal, passavam pelos seus territórios.

---

<sup>647</sup> António Dias Farinha, *História de Mazagão Durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 24-25

## Conclusões:

Cuidaram os reis de Portugal de organizar a administração régia desenvolver a agricultura, fomentar o comércio com os estrangeiros e modernizar a frota naval portuguesa para prover quer a ameaça dos castelhanos quer a dos mouros. Para fazer frente a essas ameaças, os reis de Portugal foram apoiados de várias formas, a saber:

- Financeiramente, com a cedência da dízima pela Igreja que almejava recuperar um território que já fora cristão.
- Economicamente, com o lucro resultante das trocas comerciais realizadas entre os mercadores da Liga Hanseática e seus familiares residentes no reino.
- Militarmente, com a participação efectiva quer de marinheiros genoveses no desenvolvimento da frota naval portuguesa quer dos cavaleiros das ordens militares europeias nas acções de conquista das praças do Norte de Marrocos.

Durante os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V foi seguida uma política baseada na hostilização e conquista de alguns lugares, ao longo da costa mediterrânica e atlântica do reino de Fez, seguiu-se uma guerra de cruzada contra o sultão merínida de Marrocos, Abd El-Haq, posteriormente, contra o rei de Fez, Mohamed Xequé o oatácida. Ao primeiro, o rei D. João I conseguiu conquistar a praça de Ceuta em 1415; do segundo, o rei D. Afonso V obterá, pelo tratado de paz e trégua de Arzila assinada em 1471, o reconhecimento da soberania portuguesa sobre os territórios conquistados no Norte de Marrocos até à data.

Durante o reinado de D. João II foi favorecida a política de penetração comercial tanto quanto possível pacífica, à imitação do que de passava na guiné. Foi este rei o responsável pelo reconhecimento da vassalagem, mediante um tributo anual, dos xeques e notáveis de Azamor, Safim e Meça. No que se refer ao período de D. Manuel, num primeiro tempo 1496-1505, as instruções régias aos seus agentes na zona meridional de Marrocos mostram claramente que estava mais preocupado com a suserania dos mouros de pazes, garantindo o pagamento de tributos. Num segundo tempo 1505-1513,

confrontado com as represálias dos castelhanos, o rei ordenou que se tomassem todas as praças meridionais de Marrocos em colaboração com os mouros de pazes seus vassallos. A aliança com os mouros de pazes permitiu aos portugueses conquistarem num curto espaço de tempo (1505-1513) cinco praças, a saber, Santa Cruz do Cabo de Guer (1505), Mogador (1506), Safim (1508), Azamor e Mazagão (1513).

Excepto os últimos seis anos do reinado de D. Manuel, em que foi morto o alcaide de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde (1516), assassinado o alcaide dos mouros de pazes de Safim, o xeque Ben Tafuft (1518) e morto o alcaide dos mouros de pazes de Santa Cruz do cabo de Guer, o xeque Maleque (1521), as ditas praças viveram momentos de prosperidade. As entradas e as almogavarias realizadas, pelos homens de cavalo e seus aliados mouros de pazes, em terra de mouros de guerra, eram frequentes e bem sucedidas, nem os Xarifes conseguindo fazer-lhe frente.

Durante o reinado de D. João III, o rei foi confrontado com duas situações que favoreceram os Xarifes de Marrocos: quer a diminuição do território dos mouros de pazes na Duquela e no Suz, quer o aumento do poderio bélico dos Xarifes de Marrocos. A organização do território, a arrecadação de tributos, o comércio com o exterior e a reconquista de novos territórios, permitiam que os Xarifes treinassem e armassem os seus contingentes de guerra com armamento adequado à época. Isso possibilitou que os mouros de guerra inferissem duros golpes aos portugueses e seus aliados mouros de pazes que culminaram na derrota e na consequente perda da praça de Santa Cruz do Cabo de Guer em 12 de março de 1541.

O desastre de Santa Cruz do Cabo de Guer levou o rei D. João III a tomar importantes decisões, a primeira foi a da retirada de Safim e de Azamor no ano de 1541 a segunda foi a da conservação e reforço de Mazagão, a qual permanecerá portuguesa até 1769.

Quando se começou a escrever história sobre os Xarifes do Suz, nos finais do século XVI, muitos, por inimizade política ou religiosa, consideraram-nos tão somente usurpadores do poder e homens sem honra. Mesmo na contemporaneidade quando se trata da história da História de Portugal, e frequente os historiadores referirem o papel da legislação régia portuguesa, compilada nas Ordenações afonsinas e manuelinas, na organização e no bom funcionamento das instituições num vasto império. O mesmo não se verifica quando se trata da História dos Xarifes de Marrocos. Provavelmente pelo

desconhecimento do conteúdo da legislação islâmica compilada na obra de Al-Máwardi posteriormente referida por Ibn Khaldoun, Al-Kalkaxandi e Al-Ifrani, cujo papel é o ajuste da vida política e social dos reinos muçulmanos, muitos historiadores limitaram-se a justificar o crescente poderio dos Xarifes pelo papel das azóias sufis no apelo à jihad, “guerra santa”, contra os portugueses, e a acusarem-nos de fanatismo.

Ora a aplicação, por parte dos Xarifes, da lei islâmica garantiu, pelo contrário, a liberdade de culto e protecção dos cristãos mediante o pagamento de tributos legais. Da mesma forma, no reino de Fez, a liberdade de culto foi garantida para os cristãos, pelo acordo de paz e tréguas assinado, entre Mulei Mohamed Xeque o oatácida e D. Afonso V em 1471 e renovado durante o reinado D. João II.

D. Manuel, ao dar extinta a liberdade de culto aos mouriscos no reino (1496), assim como a futura actuação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (1536), levaram muitos dos cristãos-novos a abandonar o reino com as suas fazendas, com destino a Marrocos e outros lugares, com medo de as perderem, privando, assim, a Fazenda real de avultadas receitas e beneficiando a tesouraria dos Xarifes com o pagamento de aljízia e de alkaraje.

Mas as injustiças e agressões cometidas por senhores e capitães portugueses das praças costeiras da região meridional de Marrocos, quer contra os mouros de pazes (o caso de Meça), quer contra os naturais da terra, cedo foram consideradas um problema a ser resolvido. Nessas circunstâncias, frente aos portugueses, os juriconsultos, xeques e notáveis das regiões de Haha e do Suz, determinaram confiar a chefia político-militar aos Xarifes. Estes não só tinham de fazer frente aos fronteiros portugueses mas também aos fronteiros castelhanos do castelo de Santa Cruz de Mar Pequena no Suz.

A ausência de uma política concertada de conquista entre os capitães das principais praças portuguesas da região meridional de Marrocos e as dificuldades financeiras sujeitaram a Coroa portuguesa a uma ocupação restrita do território. Em contrapartida, diversos factos possibilitaram o aumento das receitas a favor dos Xarifes, quer as que advinham do comércio cameleiro e marítimo – o porto de Tarcoco – quer as que resultavam da reconquista de novos territórios aos portugueses, com o consequente pagamento de tributos, sinónimo do reconhecimento da autoridade dos Xarifes. A desastrosa derrota de Santa Cruz do Cabo de Guer, ocorrida em Março de 1541, e a retirada das praças de Azamor e Safim, que foi ordenada em Outubro do mesmo ano,

ditaram o triunfo dos Xarifes na região meridional de Marrocos, após trinta e um anos de luta

Há que compreender na longa duração as complexas relações entre grupos comunidades e indivíduos de origens diversos que se entrecruzam em Marrocos. Similitudes e contrastes em objectivos e atitudes, de entendimentos e de confronto, compreendem-se melhor na comparação de testemunhos epocais também decorrentes de fenómenos culturais e de vicissitudes materiais por vezes circunstanciais. Cabe ao historiador uma reflexão crítica a partir de fontes de origem variada o de tipologia diversificada.

Concluída a tarefa da redação final desta dissertação, entendemos que o resultado final está conforme aos objectivos iniciais, não nos parecendo despropositado dar por terminada esta tarefa que representa o esforço de uma pesquisa efectuada ao longo de vários anos, com o empenho que a História exige. Foi este o trabalho que efectuámos, na certeza de que poderá, pelo menos, abrir caminho a um conhecimento mais profundo da problemática em questão.

## Fontes e Bibliografia:

### Fontes:

- *Anais de D. João III*, prefácio de Rodrigo Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1938, 2 vols.

ANDRADE, Francisco de,

- *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes reynos de Portugal Dom João o III*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1613.

BRAUNIUS, Georgius, Franciscus Hogenbergius, Abraham Hogenbergius, Anton Heirat,

- *Civitates Orbis Terrarum*, Coloniae, Franciscus Hongenberg, 1572-1575, 2 vols.

CAMÕES, Luís de,

- *Os Lusíadas*, 4.<sup>a</sup> ed. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Camões, 2000.

CASTRO, D. João,

- *Tábuas dos Roteiros da Índia de D. João De Castro*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Fac-símile do códice 33, fls. 64-65. Disponível em: [https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-Cofre-33/UCBG-Cofre-33\\_item1/P79.html](https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-Cofre-33/UCBG-Cofre-33_item1/P79.html)

- *Crónica de Almançor Sultão de Marrocos (1578-1603)*, de António de Saldanha. Ed. António Dias Farinha, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

DARMAS, Duarte,

- *Livro das Fortalezas*. Anot. J. Almeida, Lisboa, Império, 1948.

- *Descobrimientos Portugueses, Documentos Para a Sua História*, ed. vol. João Martins da Silva Marques, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1944-1971, 3 vols.

- *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativas a Marrocos*. Dir. Pedro de Azevedo, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 195-1934, 2 vols.

- *Documentos do Corpo Chronológico Relativo a Marrocos (1488-1514)*. Pub. António Baião, Coimbra, Academia das Ciências, 1925.

ETTADILI, Youssuf Ben Yahya,

- *Attachaoufo ilà Rijali Attaçaoufi wa akhebaro Abi Al-Abbas Assabti*, Casablanca, Edições da Faculdade de Letras de Rabat, 1997.

EXEFAONI, Mohamed Ibn Askar Alhasani,

- *Daohatu Ennaxiri Liman Kán Bi Al-Magribi Min Maxeique Al-Karni al-Axir*. Anot. Moahmed Hajji, Rabat, Edições Dar Al-Magrib, 1977.

EL-FECHTALI, Abd El-Azize

- *Manáhilu Assafá Fi Maátiri Mawalína Ax-xurafa*. Anotado por Abd El-Karim Karim, Rabat, Ministério dos Assuntos Islâmicos e da Cultura, s.d.

FERNANDES, Valentim,

- *Códice Valentim Fernandes*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.
- *O Manuscrito "Valentim Fernandes"* (leit. António Baião), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

GÓIS, Damião de,

- *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Casa Francisco Correa, 1566-1567.
- *Crónica do felicissimo rei de Dom Manuel*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1749.

AL-IDRISSI,

- *KitabNouzhat al-Mochtak Fi Ekhtiraki Al-Afak*, Leiden, Brill, 1866.

AL-IFRANI, Mohamed Al-Ceguir,

- *Nozhat Alhádí Fi Akhbar Muluki Al Karni El-Hadi*. Ed. do texto árabe, introdução, notas e apêndice por O. Houdas, Paris, Ernest Leroux, 1888.

IBN Al-Kádi,

- *Durratu Al-Hijal fi Asma'í Ar-rijal*. Anot. por Mohamed Al-Ahmadi Abu An-nur, Cairo, Dar Aturát e Al-Maktaba Al-Atíka de Tunis, s.d.

IBN KHALDOUN, Abd Errahman,

- *Al-Mukaddima*, s.n, Imprensa Oriental, s.d.
- *Al – Mukaddima*. Anot. Abd Ellah Mohamed Addarwix, Damasco, Dar Yaârib, 2004, 2 vols.

IBN QUNFUD, Ahmet,

- *Uns Al-Faqir Wa Izzu Al-Haqir*, Rabat, Editions Techniques Nord-Africaines, 1965.

IBN ZARH, Abi Al-Hassan Ali Ben Abd Ellah,

- *Al-Anis Al- Moutrib Fi Akhebari Molouki Al-Magrebe wa Tarikhi Madinati Fes*, Upsala, Imprensa Académica, 1843.
- *La Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué*. Trad. e anot. Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934.
- *Les Moralistes Populaires de l'Islam: Les Gnomes de Sidi Abd Er-Rahman El-Mejdoub*, dir. Comte Henry de Castrier, Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1896.

LAMBRECHTS, Martinus,

- *Atlassen uit het Scheepvaartmuseum*, Nederlands Scheepvaartmuseum Amsterdam, disponível em : [http://www.geheugenvannederland.nl/?/nl/items/NESA01:K03-0390/&p=1&i=10&t=1731&st=Atlassen%20uit%20het%20Scheepvaartmuseum&sc=\(isPartOf%20any%20'NESA01'\)](http://www.geheugenvannederland.nl/?/nl/items/NESA01:K03-0390/&p=1&i=10&t=1731&st=Atlassen%20uit%20het%20Scheepvaartmuseum&sc=(isPartOf%20any%20'NESA01')/)

- *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc (première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et bibliothèque de Portugal)*, T. I (publié par Pierre de Cenival) T.II – P. II (publié par Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard), T. III, IV e V (publié par Robert Ricard), Paris, Paul Geuthner, 1934 – 1953

LOPES, David,

- *Textos em Aljamia Portuguesa: Documentos para a história do domínio português em Safim*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897
- *Mafákhiru Al-Barbari*, Edição Anotada por Abd Elkader Boubaya, Rabat, Editions Bouregreg, 2004.

Al-MAKRIZI,

- *Assuluk lima r'ifati Duali Al-Muluk*. Pub. por Mohamed Mustafa Ziyada, Cairo, 1936.

MÁRMOL, Carvajal Luis del,

- *Primera parte de la Descripcion general de Affrica, con todos los successos de guerras que a auido entre los infieles, y el pueblo Christiano, y entre ellos mesmos desde que Mahoma inue[n]to su secta, hasta el año del señor mil y quinientos y setenta y uno*, Granada, 1573.

Al-MÁWARDI,

- *Al-Ahkamo Assultania*, Bone, Imprensa Régia, 1853.

Al-MURRAKUCHI,

- *Al-Bayan Al-Magreb Fi Akhebari Al-Andaluçi Wa Al-Magreb*, 4 vols, Beirut, Dar Attakafa, 1983.
- *Ordenações del-Rei Dom Duarte*. Ed. Martin de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- *Ordenações Manuelinas*, Lisboa, s.n, 1512.
- *Ordenações Manuelinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984

PEREIRA, Duarte Pacheco,

- *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988.

PINA, Rui de,

- *Crónica de El-Rei D. Affonso V*, Lisboa, Escriptorio, 1902.

RODRIGUES, Bernardo,

- *Anais de Arzila*, Dir. David Lopes, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

RESENDE, Garcia de,

- *Crónica de Dom João II e Miscelânea por Garcia de Resende*. Introd. Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

- *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba - Estudo e Crónica*, ed. João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva, Mohammed Nadir, Viseu, Palimage Editores, 2007.

SOUSA, Fr. Luís de,

- *Annaes de Elrei Dom João Terceiro por Fr. Luiz de Sousa*, pub. Alexandre Herculano, Lisboa, Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1844.

- *Anais de D. João III*, prefácio Rodrigo Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1938, 2 vols.

STADEN, Hans,

- *Viagem ao Brasil*, Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930.

TAFUR, Pêro,

- *Andanças e Viajes de un Hidalgo Español (1436-1439)*, Barcelona, Al Albir, 1982.

- *Tarikhe Echourafá de Diego de Torres*. Trad. por Dr. Mohamed Hajji e Dr. Mohamed El-Akhdar, Salé, 1988.

TORRES, Diego de,

- *Relación del origen y suceso de los Xarifes y del estado de los reinos de Marruecos, Fez y Tarudante*. Edição anotada por Mercedes García-Arenal, Siglo XXI de España, 1980

VIERA Y CLAVIJO, José,

- *Noticias de la Historia de las Islas Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, Goya-Ediciones, 1950-1952, 4 vols.

Al-WANCHARIÇI, Abou Al-Abbas Ahmed Ben Yahya,

- “(Fatwa) Açná Almatajiri fi bayani ahkami man ghalaba alá watanihi annaçará wa lam euhajir wa ma yatarattabu alaihi mina Al-Oukubati wa Azzawajir”, *Al-Miyar*, Rabat, Ministério dos Habous e dos Assuntos Islâmicos.

AL-WAZZAN, Hassan,

- *Wasf Ifrikiya*, Beirute, Dar Al-Gharbe Al-Islâmi, 1983.

ZURARA, Gomes Eanes de Zurara,

- *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1913.

- *Crónica de D. Duarte de Menezes*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

## Estudos:

AL-ABADI, Ahmed Moukhtar,

- *Tarikho Al-Bahriati Al-Islamia fi Miçera wa Echam*, Beirute, Dar Annahda Al-Arabia, 1981, 2 vols.

AMARAL, Augusto Ferreira do,

- *História de Mazagão*, Lisboa, Alfa, 1989.

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins,

- *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Tese de Doutoramento da Universidade do Minho, 2010, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13440>.

ALBUQUERQUE, Luís de,

- *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1989.

ALBUQUERQUE, Rui de,

- *As Represálias. Estudo de História do Direito Português (Sécs.XV e XVI)*, Lisboa, 1972, 2 vols.

ARMAS, Antonio Rumeu de,

- *España en el Africa Atlantica*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, tomo I, 1956.

ATTAFTAZANI, Abu Al-Wafa,

- *Madkhalun ilá Attaswwofi Al-islámi*, Cairo, Dar Attakafa wa Annachr, 1979.

AZEVEDO, José Lúcio de,

- *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1929.

BEL, Alfred,

- *La Religion Musulmane en Berbérie. Esquisse d'Histoire et de Sociologie religieuse*, Tome I, *Etablissement et developpement de l'Islam em Berberie du VII au XX siècle*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1938.

BERNARD, Jaques,

- *Navires et gens de mer a Bordeaux (vers 1400- vers 1550)*, Vol.I, Paris, S.E.V.P.E.N., 1968

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti,

- *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, 1998.

BOYER, Xambeu ; Marie Thérèse, Marie ; Chislain Delaplace,

- Lucien, *Monnaie Privée et Pouvoir des Princes, L'Économie des Relations Monétaires à la Renaissance*, Paris, édition du Centre National de Recherche Scientifique, s.d.

BRÁSIO, Padre António,

- *A Acção Missionária no Período Henriquino*, Lisboa, Comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, 1958

BRAUDEL, Fernand,

- *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*, Lisboa, Teorema, s.d., 3 vols.

- *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, 2ª ed., Lisboa, D.Quixote, 1995, 2 vols.

BRIGNON; AMINE; BOUTALEB; MATINET; ROSENBORGER e TERRASSE,

- *Histoire Du Maroc*, Casablanca, Hatier, 1968.

CORTE-REAL, M.H.,

- *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1967.

CASTRO, Tiago Machado de,

- *Bombardeiros na Índia: Os Homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*. Dissertação de Mestrado em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

COSTA, João Paulo Oliveira, RODRIGUES, Vítor Luís,

- *A batalha dos Alcaides: 1514. No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

CORTESÃO, Armando,

- *Cartografia e Cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, vol.I, Lisboa, Seara Nova, 1935.

COSME, João,

- *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2004.

- “*Tratado de Paz entre Portugal e o Reino de Fez – 8 de Maio de 1538*”, *Arquipélago.História*, 2ª série, XIV - XV (2010 - 2011), pp. 11-19.

COSTA, Mário Júlio de Almeida,

- *História do Direito Português*, Lisboa, Almedina, 2011.

CRUZ, Maria Augusta Lima,

- “*Documentos Inéditos para a História dos portugueses em Azamor*”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, Fundação Gulbenkian, 1979.

- *Mouro para os Cristãos e Cristão para os Mouros: o caso Bentafufa*, in *Anais de História de Além-Mar*, III , 2002, pp. 39-63.

- *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*. Diss. Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967.
- "Os Portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI" in *História dos Descobrimentos e da Expansão*, Lisboa, UA, 1990, pp.53-123.
- "O Trigo Açoreano em Marrocos" in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 41, 1983, pp. 625-650.

CRUZ, Maria Leonor García da,

- *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, separata de *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- *A Governação de D. João III, a Fazenda Real e os Seus Vedores*, Lisboa, Centro de História, 2001.
- *Lourenço Pires de Távora e a Política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos*, Dissertação de Mestrado em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988, 2 vols.
- *Portugal no Jogo de poderes do norte de África no segundo quartel do Século VI (Cadernos Históricos)*, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1993, pp. 133-128.
- *Tavira no processo de abandono de Praças portuguesas do Norte de África no Século XVI: abertura de um estudo*, in *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*, Coord. Daniel Santana e Marco Lopes, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2006.

CRUZ, Abel dos Santos,

- *A Guerra do Corso e a Pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao Tempo do Conde D. Pedro de Menezes (1415-1437)*, in *A Guerre Naval no Norte de África (Século XV – XIX)*. Org. Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003.

DENUCE, Jean,

- *L'Afrique au XVIe siècle et le commerce anversois*, De Sikkel, 1937

DIAS, Pedro,

- "As fortificações portuguesas na cidade marroquina de Safi", in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 28, 1996, pp. 10-22.

DIAS, J.J. Alves,

- *Ensaio de História Moderna*, Lisboa, Presença, 1987.
- *No Quinto Centenário da "Vita Christi": Os Primeiros Impressores Alemães em Portugal*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983, Vol. 1 e 2 (direcção de António Alberto Banha de Andrade), Vol. 3 (direcção de Fernando Jasmins Ferira), Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983.
- *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque, coord. Francisco Contente Domingues, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994, 2 vols.

DOLLINGER, Philippe,

- *La Hanse ( XII-XVII)*, Paris, Édition Aubier, 1988.
- *The German Hansa*, Bristol, Macmillan and Co Ltd, 1970.

DOMINGUES, Francisco Contente,

- *La cartografía portuguesa en la transición del siglo XV al XVI: el planisferio anónimo de 1502*, in *Cartografia Medieval Hispânica: Imagen de Un Mundo En Construcción*, ed. Mariano Cuesta Domingo y Alfredo Surroca Carrascosa, Madrid, Real Sociedad Geográfica, 2009
- *Os Navios no Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XV e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004
- *Navios portugueses dos século XV e XVI*, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007.

DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa,

- *Mercadores-banqueiros e cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV*, Dissertação em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

DREYFUS, François-G,

- *Histoire des Allemagnes*, Paris, librairie Armand Colin, 1970.

- *Enciclopédia dos Termos sufís*. Ed. Rafique Al-Ajam, Beirut, Livraraia do Libano, 1999.

ENNACIRI, Abu Alabbas Ahmed Ben Khaled,

- *Al- Içtikçá li-Akhebari Doali Al-Magherebi Al-Akçà*, Casablanca, (s.n), 1955.

FARINHA, António Dias,

- *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970
- *O Imaginário da cidade Muçulmana*, Lisboa, FCG, 1989.
- *O Interesse pelo Norte de África*, in *Portugal no Mundo*, coord. Luís de Albuquerque, vol.1, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- "*Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)*" in *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 299-307.
- *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- "*Sufismo e a Islamização da África subsaariana*", in *Actas do colóquio internacional*, Maia, Centro de estudos africanos da Universidade do Porto, 2003.
- "*Os Xarifes de Marrocos (Notas sobre a Expansão Portuguesa no Norte de África)*" in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1983, pp. 57-68.

FERRO, João Pedro,

- *Alenquer Medieval (séculos XIII-XV: Subsídios para o seu estudo)*, Cascais, Patrimonia, 1996.

FIGANIER, Joaquim,

- *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de,

- *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matriculas de Moradores da casa real (XVI-XVIII)*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007.

FONSECA, Luís Adão da,

- *Navegacion y curso en el mediterraneo occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1978.

FONTOURA, Otília Rodrigues,

- Portugal em Marrocos na Época de D. João III: Abandono ou Permanência, Diss. Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/ Centro de Estudos da História do Atlântico, 1998.

FREDERIKS, Martha,

- “Valentim Fernandes”, in *Christian-Muslim Relations. A Bibliographical History*, ed. David Thomas and John A. Chesworth, Vol. 7 (1500-1600), Leyden, Brill, 2015.

GAXOTTE, Pierre,

- *Histoire de l'Allemagne*, Paris, Flammarion, 1975

GODINHO, Vitorino Magalhães,

- *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.<sup>a</sup> ed.[correcta e ampliada], Lisboa, Editora Presença, vol. III, 1991

GORIS, J.-A.,

- *Étude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567. Contribution à l'histoire des débuts du capitalisme moderne*, Université de Louvain, 1925.

GOULVEN, Joseph,

- *La Place de Mazagan sous la domination portugaise (1502-1769)*, Paris, E. Larose , 1917

- *Safi au vieux temps des portugais*, Lisboa, 1938

GUENÉE, Bernard,

- *L'Occident aux XIV et XV siècles. Les états*, Paris, Presses Universitaires de France, 1987.

- *Historical Dictionary of Morocco*, Thomas K. Park, Aomar Boum, Maryland, Scarecrow Press, 2006.

- JULIEN, Charles André,  
- *Le Maroc Face Aux Imperialismes (1415-1956)*, Paris, Editions J.A, 1978
- Al-Kalkaxandi,  
- *Assubhu Ala 'axá*, Cairo, Dar Al-kutub Al-Meçria, 1966, 3 vols.
- KIELCE, Anton,  
- *O Sufismo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988
- LIMA, Durval Pires,  
- *História da Dominação Portuguesa em Safim (1506-1542)*, Lisboa, 1930.
- LOBO, A. de Sousa Silva Costa,  
- *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.
- LOPES, António,  
- *Dioceses Fundadas Nos Territórios Ultramarinos e Padroado Português a partir de Lisboa Com Seus Respective Bispos (e Subtítulo no governo das Dioceses)*, s.l, Bislioteca Evangelista e Cultural, s. d.
- LOPES, David,  
- *História de Arzila Durante o Domínio Português (1471.1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.  
- *Les Portugais au Maroc, separata de Revue d'Histoire Moderne*, T. XIV (Nouv. Ser. T. VIII) N° 39, Paris, Librairie Félix Alcan, Aout- Sept 1939.  
- *Portugal Contra os Mouros*, Lisboa, Livraria Profissional, s.d.  
- *Textos em Aljamia Portuguesa: Estudo Fililógico e Histórico*, nova ed. interamnet refundada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1940.
- MACHADO, José Pedro,  
- *Os Estudos Árábicos em Portugal*, Separata de *Melanges*, dir. David Lopes e Pierre de Cenival, s.l, s.n, 1945.
- MARQUES, A. H de Oliveira,  
- *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1959.  
- *"Notas sobre a feitoria portuguesa na Flandres"*, *Ensaio de história medieval portuguesa*, 2ª. ed., Lisboa, Vega, 1980
- MARTINS, Oliveira,  
- *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1951.
- MASSIGNON, Louis,  
- *Annuaire du Monde Musulman : Statistique, Historique, Social et Économique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1955.

- MAUNY, Raymond,  
- *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434)*, Lisboa, Centro Histórico Ultramarino, 1960.
- MENEZES, José de Vasconcelos e,  
- *Os Marinheiros e o Almirantado: Elementos para a História da Marinha (século XII-século XVI)*, Lisboa, Academia da Marinha, 1989.
- MIRANDA, Susana Münch,  
- *A Fazenda Real na Ilha da Madeira (segunda metade do século XVI)*, Funchal, CHA, 1994.
- MISKIMIN, Harry A.,  
- *A Economia do Renascimento Europeu 1300-1600*, Lisboa, Estampa, 1984.
- MORENO, Humberto Baquero,  
- *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização (1139-1414)*, Lisboa, Academia da Marinha, 1998.
- MOTA, Avelino Teixeira da Mota,  
- « Influence de la Cartographie Portugaise Sur La Cartographie Européenne à l'Époque des Découvertes », in *Actes Du Cinquième Colloque International d'Histoire Maritimes*, Paris, S.E.V.P.E.N. s.d.
- NADIR, Mohammed,  
- *Santa Cruz do Cabo de Guer (Agadir) e a região de Sus presença portuguesa (1505-1541)*. Dissertação em História da Expansão Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.
- PAIVA, Visconde de,  
- *História Ecclesiastica Ultramarina*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.
- PAVIOT, Jaques,  
- *Portugal et Bourgogne au XVe Siècle (1384-1482) : Recueil de Documents Extraits des Archives Bourguignonnes*, Lisboa, CNCDP, 1995.
- PEDROSA, Fernando Gomes,  
- *História da Marinha Portuguesa: Navios, Marinheiros e Arte de Navegar (1139-1499)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1997.
- PICARD, Christophe,  
- *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*, Paris, Maisonneuve & Larose / Éditions UNESCO, 1997.
- PLETICHA, Heausgegeben von Heinrich,  
- *Deutsche Geschichte*, Band.4, Gutersloh, Lexikothek, 1982- 1987.

RACINE, Matthew T.,

- "Service and Honor in Sixteenth-Century Portuguese North Africa: Yahya-u-Ta<sup>c</sup>fuft and Portuguese Noble Culture", *The Sixteenth Century Journal*, 32 - 1 (Spring, 2001).

RIBAS, Rogério de Oliveira,

- "*Festas e Inquisição: os Mouriscos na Cristandade Portuguesa dos Quinhentos*", in *Portugal e Brasil No Advento do Mundo Moderno, sextas jornadas de história ibero-americana*, edições Colibri, Lisboa, 2001

- *Filhos de Mafoma: mouriscos, cripto-islamismo e inquisição no Portugal quinhentista*. Tese de Doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005

RICARD, Robert,

- *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Univeridade de Coimbra, 1955.

- « *Le problème de l'occupation restreinte dans l'Afrique du Nord (XVe-XVIIIe siècles)* », *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, T. 8, N<sup>o</sup>. 41, 1936.

RODRIGUES, Jacinto,

- *A Corrente Espiritual Sufi no Islão Como Forma de Compreensão em Turno da Universalidade e do Diálogo*, in *Actas do colóquio internacional*, Maia, Centro de estudos africanos da Universidade do Porto, 2003.

SAMPAIO, Alberto,

- *Estudos Históricos e Económicos*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, 1979, 2 vols.

SANTOS, Marinho dos; José Manuel Azevedo e Silva; Mohammed Nadir,

- *Santa Cruz de Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage Editores, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veíssimo,

- *Portugaliae Historica: Portugal no mundo*, 2<sup>o</sup> série, Vol.I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo,

- *Portugalea Historica: Portugal no Mundo*, 2<sup>a</sup> Série, Vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1991.

SERRÃO, Joel,

- *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinha, 1963-1971. 6vols.

STODDART, William,

- *O Sufismo: Doutrina Metafísica e Via Espiritual No Islão*, Lisboa, Edições 70, 1980. Trad. Iva Vicente Flores; ed. orig.: *Sufism – the mystical doctrines and Methods of Islam*, 1976.

TAZI, Abd El-Hadi,  
Histoire Diplomatique du Maroc, Mohammedia, imprimerie Fedala, 1988.

THOMAS, Luis Filipe,  
- De Ceuta a Timor, Viseu, DIFEL, 1994.

VASCONCELOS, Ernesto J. de Carvalho e,  
- Subsídios para a História da Cartografia portuguesa Nnos séculos XVI, XVII, XVIII,  
Lisboa, Tipografia Universal, 1916.

VITERBO, Francisco Sousa,  
- Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores  
Portugueses. Facsimile 1899-1922, Lisboa, IN-CM, 1988, 3vols.